

Memorial da Câmara Municipal de  
*Maria da Fé*

— TOMO III —



# SUMÁRIO

---

|  |     |
|--|-----|
| Ficha Técnica .....                    | 05  |
| Apresentação .....                     | 07  |
| Escola do Legislativo e Memorial ..... | 10  |
| Quatro Período .....                   | 15  |
| Anotações de uma época .....           | 125 |
| As comunidades rurais.....             | 159 |
| Expoentes marienses .....              | 177 |
| Textos complementares.....             | 247 |
| A história continua.....               | 266 |

**A** extraordinária força do livro (de memórias) está no fato de que não se trata de lembranças ou de saudades; o que importa não são os sentimentos de quem escreve, mas são eles, os mortos, com suas vidas, longas ou breves, que persistem nestas páginas, sem idealizações, numa grandeza feita de pequenos nada (Contardo Calligaris, Folha de S.Paulo - 18/05/2017, C6)

# Legislatura 2021/2024

---

Presidente

Maria do Carmo Cardoso

Vice-presidente

Guilherme Caetano Braga

Secretário

Hélber Fernandes Borges de Campos

Vereadores

Ana Paula Torres Santos

Benedito Carlos Magno dos Santos

Luís Fernando Batista

José Ricardo Brito

Neylson Gonçalves dos Santos

Rafael Ribeiro Martins

Diretoria Jurídica

Adriana Stefany Diniz Rocha

Diretoria Geral

Rita de Cássia Almeida

Diretoria Financeira

Karina Siqueira Antonio

Assessoria Legislativa

Samara Cristina Balbino

Realização: Câmara Municipal de Maria da Fé  
Execução: Escola do Legislativo de Maria da Fé  
Direção Editorial: Rita de Cássia Almeida  
Pesquisadora/Historiadora: Maria Magda Ribeiro da Silva  
Redação: Maria Magda Ribeiro da Silva  
Revisão de texto: Bruna Machado Moraes  
Projeto gráfico e diagramação: Jaime Sá Motta Augusto  
Foto de capa: Acervo de Maria Alice Canha  
Impressão: Gráfica Novo Mundo

1ª Edição  
1.000 exemplares  
Maria da Fé, novembro de 2022.



Foto: Acervo de Maria Alice Canha

# APRESENTAÇÃO

---

Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé - Tomo III é o terceiro volume de uma coletânea editada pela Escola do Legislativo de Maria da Fé para a preservação e a divulgação da história do Legislativo Mariense.

Seguindo as características dos volumes anteriores, Memorial da Câmara de Maria da Fé - Tomos I e II, este livro registra os aspectos de evolução da sociedade mariense e a resposta administrativa dos vereadores a diversas questões, nas décadas de 60 e 70, anos que antecederam a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os documentos extraídos dos acervos do próprio Memorial comprovam que muitas experiências ocorreram e foram relevantes para a construção do ordenamento atual de Maria da Fé.

A publicação deste volume buscou registrar aspectos do contexto político, econômico, social e cultural daquela época, além de pautas importantes, como educação e saúde. Fica evidente, na leitura deste Tomo, o esforço daqueles vereadores e daqueles agentes executivos municipais ao solucionarem problemas de alta complexidade, como a construção de um hospital municipal e a ligação asfáltica com o município de Itajubá, abrindo, com isso, o acesso a outras tantas regiões do Estado, imprescindíveis ao desenvolvimento de Maria da Fé.

Impressiona, ainda, nas memórias das proposições dos vereadores, o compromisso daqueles homens não apenas com as leis, mas com as questões sociais e culturais de seu povo.

Este exemplar apresenta, também, alguns expoentes marienses, pessoas que se destacaram por seus atributos e, em harmonia com seus representantes políticos, contribuíram sobremaneira para o engrandecimento de nossa história.

O Memorial da Câmara Municipal não tem a pretensão de esgotar a história do Legislativo Mariense em poucos volumes. Até porque é impossível resumir, em poucas páginas, os feitos das legislaturas que nos antecederam, dada a quantidade de registros encontrados no acervo desta Câmara e a qualidade da produção legislativa.

Como foi dito, desde o início deste trabalho, os registros oficiais são parte de um todo cujos fatos aqui descritos podem sofrer novas e oportunas intervenções, seja para acrescentar acontecimentos que ainda não foram registrados, seja para retificar aqueles já mencionados.

As pesquisas necessitam de continuidade e atualização, porque, vez ou outra, alguém vai se lembrar de fatos inéditos e importantes de determinada época que não foram citados nos livros publicados pelo Memorial da Câmara; outros leitores, por sua vez, poderão colaborar com registros fotográfico e documental que complementem o que já foi narrado.

Importante é ressaltar que todo cidadão é parte dessa rica história e, assim sendo, pode ajudar a escrever a história do Legislativo Mariense ao longo dos tempos.

Escrever sobre fatos históricos de Maria da Fé foi também o desejo do Padre José Vicente Pivato, que assim o fez quando foi vigário de nossa Paróquia, de 1915 a 1927, motivado pelo desaparecimento do 1º Livro do Tombo da Paróquia de Maria da Fé, em outubro de 1922, exemplar que continha todos os registros de batizados, casamentos e demais atos oficiais da Igreja, tão necessários à história local:

*“Procurarei fazê-lo já, enquanto estão ainda vivas pessoas que possam, com o auxílio de suas memórias, reconstruir muitos fatos, presenciados por elas ou ouvidos de seus pais e avós. Procurei colher os dados que aqui vão descritos em artigos de jornais, almanaques e anuários, recorrendo, com frequência, à memória de velhos moradores de Maria da Fé, alguns, fundadores mesmo da cidade”.*

Nosso maior desejo na edição desta publicação histórica, muito além de dar continuidade ao importante trabalho de resgate histórico iniciado pela legislatura anterior, é o de preservar a memória dos vereadores desta Câmara e dos agentes políticos deste Município, oportunizando aos cidadãos acompanhar os acontecimentos e as decisões políticas de forma mais prazerosa.





Foto: Acervo de Maria Alice Canha

## ESCOLA DO LEGISLATIVO E MEMORIAL

---

Antes que o leitor entre em contato com o terceiro volume desta coletânea histórica da Câmara Municipal de Maria da Fé, é necessário esclarecer a relação da Escola do Legislativo com o Memorial da Câmara.

A Escola do Legislativo foi criada pela Resolução 02/2017 com o papel constitucional de contribuir na formação e no aperfeiçoamento profissional de agentes políticos e servidores públicos, bem como no desenvolvimento de ações que visem à aproximação da sociedade com o Parlamento Municipal.

Dos trabalhos da Escola do Legislativo para a sociedade, destacamos o desenvolvimento de ações de educação para a cidadania e a coordenação do Memorial da Câmara, com o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do município de Maria da Fé.

Embora tenha sido criado em 2013, foi somente com a criação da Escola do Legislativo em 2017 que o Memorial da Câmara passou a ser trabalhado de forma a cumprir seu principal objetivo que é reunir, gerenciar, divulgar e preservar fatos da trajetória do legislativo mariense.

O Memorial da Câmara representa, hoje, um dos mais importantes acervos históricos do município de Maria da Fé, sendo talvez a maior fonte de pesquisa sobre a formação do município e o Poder Legislativo Municipal à disposição dos marienses. Seu acervo guarda referências à identidade, à ação e à memória não só dos legisladores, como também de inúmeros cidadãos que têm seus nomes registrados na documentação oficial da Câmara, representando um elemento importante para a compreensão da identidade social e cultural dos cidadãos marienses.

A edição deste livro representa, portanto, o cumprimento da Lei. Fruto de meses de dedicação e trabalho, ele foi gerado e desenvolvido graças à contratação da pesquisadora mariense Maria Magda Ribeiro da Silva, que trabalhou incansavelmente para sua edição.

A obra apresenta um minucioso trabalho de pesquisa e de compilação documental, tanto do acervo da Câmara como de genealogias, fotografias e informações disponibilizadas por inúmeros marienses em entrevistas ou redes sociais, em especial através das postagens feitas no Facebook pelos membros do Grupo “Maria da Fé Antiga – Histórias da cidade que amamos”.

Os fatos extraídos dos acervos da própria Câmara Municipal e dos relatos de cidadãos que vivenciaram o período em pauta, enriquecidos com as imagens cedidas pelos próprios marienses, por meio de doação ao Memorial, comprovam que tudo começa pela aceitação de que a boa história não se faz através de discursos verossímeis, mas a partir da reverência humilde aos documentos, como se faz nas melhores cartilhas de historiadores.

Tive o privilégio de coordenar este trabalho e acompanhar a edição de cada página deste livro e posso afirmar ser impossível descrever o orgulho que senti ao desvendar cada feito da época narrada, com a participação de homens e mulheres extremamente responsáveis com a construção de nossa cidade. Tudo isso me faz crer que não podemos voltar ao passado, mas devemos reconhecer que boas ideias e ações do passado podem ser inspiradores de soluções para o presente.

O empenho da historiadora, a contribuição documental de ex-presidentes e ex-vereadores da Câmara, a colaboração da comunidade através de fotos e relatos, bem como o apoio incondicional de todos os vereadores que integram a atual Legislatura, permitiram a produção desta irresistível página da história de Maria da Fé.

Gostaria muito de destacar, aqui, cada colaborador desta edição ímpar do Memorial da Câmara, mas, para não correr o risco de esquecer algum nome, deixo meus agradecimentos em forma de homenagem à saudosa e inesquecível Professora Mari Léa Zaroni, que partiu muito cedo, ainda durante a edição deste Tomo que se apresenta.

A Professora Mari Léa foi uma das maiores incentivadoras dos trabalhos da Escola do Legislativo de Maria da Fé, quiçá a maior até os dias de hoje. Ela vibrava com os projetos executados pela Escola, envolvendo crianças e jovens, colaborava com palestras e sua presença nos eventos realizados, e se alegrava a cada edição publicada desta coletânea histórica, para a qual contribuiu, de forma especial, com seu rico acervo documental e fotográfico, mesmo após a sua partida.

Ao Tony Zaroni, seu filho, agradeço a confiança da guarda do acervo histórico deixado pela Professora Mari Léa, comprometendo-me a divulgá-lo sempre com muito zelo e responsabilidade, imortalizando, assim, a importante participação de sua mãe na preservação da história de nossa cidade.

Que este respeitoso facilitador de uma dentre as várias leituras possíveis dos documentos cuidadosamente catalogados e arquivados pela Câmara Municipal de Maria da Fé sirva de inspiração para os demais órgãos públicos municipais e estaduais na preservação da memória de quem escreve a história do nosso País.

Boa leitura e boas inspirações!

Rita de Cássia Almeida

Diretora da Escola do Legislativo de Maria da Fé  
Diretora da Região Sudeste da Associação Brasileira  
de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL



Foto: Acervo de Maria Alice Canha





# QUARTO PERÍODO DE VEREANÇA (1960-1970)

---

ANOS QUE ANTECEDERAM A PROMULGAÇÃO  
DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

## CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL

O Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) fundou Brasília num clima de grande euforia pelas mudanças geográficas que todos sabiam acontecer, mas o que o povo não imaginava era o fabuloso gasto em recursos econômicos e humanos que a transferência da capital do Rio de Janeiro para o planalto central acarretaria. Segundo Rodrigues (2015, p.3)<sup>1</sup>, a UDN (União Democrática Nacional) foi contra a transferência da capital e utilizou deste expediente para aumentar a oposição ao governo de Juscelino. No entanto, o Plano de Metas do governo JK conseguiu que os setores de energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação se desenvolvessem. “Os três primeiros setores mencionados receberam 93% dos recursos, e educação e alimentação contaram apenas com 7% dos investimentos”.

O resultado mais significativo do Plano foi o crescimento em 100% na indústria de base nacional, com a utilização de capital estrangeiro, principalmente dos EUA, para fomentar o Plano de Metas, o que gerou desequilíbrio monetário no país. Como consequência, nos anos seguintes ao governo de Juscelino, houve uma crescente inflação e um aumento dos preços dos insumos brasileiros, que redundaram em movimentos populares contra a carestia. Além disso, a manutenção da política econômica desenvolvimentista do governo Kubitschek gerou o descumprimento das exigências financeiras do Fundo Monetário Internacional (FMI), elevando mais ainda a dívida externa do Brasil.

O reflexo dessa situação contribuiu para aumentar a crise política no país, que se arrastava desde o suicídio de Getúlio Vargas. Nas eleições de 1960, o candidato da oposição, Jânio Quadros (UDN), derrotou o Marechal Lott, lançado por Juscelino (à época, não havia reeleição),

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Natália. O Governo do Juscelino Kubitschek (2015). Disponível: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-juscelino-kubitschek/> Acesso em ago/2020.



tendo João Goulart como vice-presidente, mas, poucos meses após assumir o governo, Jânio Quadros renunciou e Jango assumiu o poder, um mandato presidencial marcado por forte efervescência e instabilidade política, que deu origem ao golpe civil-militar de 1964.

Segundo Delgado (2009)<sup>3</sup>, no governo de João Goulart, cresceram os movimentos a favor das reformas sociais, com destaque para as ligas camponesas, o movimento estudantil e as organizações sindicais. Jango era favorável às reformas de base, que incluíam a reforma agrária e o controle da remessa de lucros<sup>4</sup>, mas essas reformas desagradavam os ministros militares e setores tradicionais da sociedade brasileira mais conservadores, vinculados à propriedade latifundiária, pois seus donos temiam uma revolução social e a perda de suas terras. A relação de Jango com medidas consideradas socialistas e outras favoráveis ao sindicalismo brasileiro, somadas à tensão que perdurava no mundo com a “Guerra Fria”, incomodaram também os Estados Unidos, que passaram a financiar movimentos golpistas no Brasil, com apoio de aliados conservadores do setor militar e políticos, o que era considerado ilegal.

Um clima de insatisfação tomou conta do país, a reforma agrária dominou os debates políticos, diante das invasões de propriedades latifundiárias por grupos esquerdistas que se mostraram intransigentes com a demora nas reformas. O setor da direita, por sua vez, aproveitou-se das agitações para articular, em 31 de março de 1964, o Golpe Civil-Militar, que viria destituir João Goulart, em nome da justiça social e da democracia. O Comício da Central do Brasil, com quase 200 mil pessoas a favor das reformas de base, foi o estopim para a reação dos conspiradores, que contaram com apoio de diversas organizações e da imprensa<sup>5</sup>.

De acordo com Lara e Silva (2015), o período da ditadura civil-militar (1964-1985), a princípio, atuou para barrar as pretensões de conquistas econômicas e sociais do governo de João Goulart. O primeiro

---

<sup>3</sup>DELGADO, L.A.N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. UFMG. 2009. Disponível: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) acesso ago/2020

<sup>4</sup>A Lei de Remessas de Lucros de 1962 impedia multinacionais de enviar mais do que 10% de seus lucros para o exterior. (BRASIL/ESCOLA) Disponível: [brasilecola.uol.com.br](http://brasilecola.uol.com.br)

<sup>5</sup>Ver detalhes sobre o Golpe civil-militar de 1964 nos textos complementares, ao final deste volume.

presidente nomeado pela junta militar foi Castelo Branco (1964-1967), que revogou a Lei da Remessa de Lucros, a nacionalização das refinarias particulares e o decreto que congelava aluguéis e a desapropriava terras para reforma agrária. Houve um retrocesso no campo trabalhista, ao substituir a lei de garantia de estabilidade dos trabalhadores pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A política efetivada pelo ciclo ditatorial determinou o arrocho salarial e a lei antigreve (1º/07/1964), proibindo os movimentos grevistas no serviço público, nas empresas estatais e nos serviços essenciais. A imprensa e outros órgãos de comunicação sofreram censura prévia.

Com a decretação dos atos institucionais pelo governo, restringiram-se o direito do voto, a participação popular e a repressão com violência a todos os movimentos de oposição. As medidas restritivas serviram, nos anos seguintes, para a exploração e a pressão sobre a classe trabalhadora brasileira, que viu seus direitos sendo diminuídos pouco a pouco:

*suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, cassação de mandatos parlamentares, eleições indiretas para governadores, dissolução de todos os partidos políticos e criação de duas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas. Em fins de 1966, o Congresso Nacional foi fechado e foi imposta uma nova Constituição<sup>6</sup>.*

O Ato Institucional nº 5, do governo de Costa e Silva (1967-1969), é considerado pelos estudiosos mencionados nesta pesquisa o pior deles, pela decretação do Estado de Sítio, a proibição de reuniões e o uso de violência para impedir as manifestações dos sindicatos, principalmente no ABC, onde se concentrava a indústria automobilística, principal setor do desenvolvimento brasileiro nesse período.

A luta armada da esquerda foi violentamente combatida no governo de Médici (1969-1974), recebendo a denominação de “anos de

---

<sup>6</sup>E O Golpe civil-militar de 1964. Acesso em ago/2020. Unir todos os partidos de oposição em apenas um partido - o MDB - foi uma estratégia dos militares de facilitar a repressão aos opositores do regime.

chumbo”. Uma época em que muitos militantes promoveram ações de guerrilha urbana e rural e se tornaram as principais vítimas de atos de tortura. “Muitos acabaram assassinados, outros desapareceram e dezenas seguiram para o exílio” (Guia do Estudante).<sup>7</sup>

Simultaneamente, o Brasil viveu um grande crescimento econômico nesse período, o “Milagre Brasileiro”, caracterizado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações e o recuo da inflação em 20%, além da construção de obras de grande porte como estradas e hidrelétricas.

*Entre estas podemos citar a rodovia Transamazônica (que une o Pará até a Paraíba), a Perimetral Norte (Amazonas, Pará, Amapá e Roraima) e a ponte Rio-Niterói (ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói). Podemos mencionar também a Usina de Itaipu, as usinas de energia nuclear de Angra dos Reis e a zona Franca de Manaus. (TODAMATERIA, 2020)*

Na década de 70, no entanto, com a crise mundial do Petróleo, os Estados Unidos elevaram as taxas de juros, reduzindo os empréstimos para os países em desenvolvimento, o que ocasionou a elevação da dívida externa brasileira e o pagamento de juros altos. As dificuldades econômicas do Brasil se agravaram, houve arrocho salarial, desvalorização cambial e redução do poder aquisitivo da população brasileira. O baixo salário mínimo ocasionou pobreza e miséria. A falta de investimentos e a proibição de importação de determinados insumos ocasionou retrocesso na indústria brasileira, que se tornou obsoleta e perdeu competitividade no mercado mundial (TODAMATERIA, 2020).

O desgaste das Forças Armadas do Brasil, após anos de repressão, violência e restrição à liberdade, elevou a insatisfação do povo, diante das medidas antidemocráticas que perduravam, mesmo com a proposta de Geisel (1974-1979) de fazer uma abertura lenta, gradual e segura, ao suspender a censura à imprensa, decretar o fim do AI-5 e promulgar a Lei da Anistia em 1979. No final do governo civil de Figueiredo (1979-

<sup>7</sup>Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/ditadura-militar-no-brasil-1964-1985/>

<sup>8</sup>Ver mais detalhes pelo site pesquisado: Disponível: [www.todamateria.com.br](http://www.todamateria.com.br) Acesso em ago/2020

1985), ocorreu o movimento popular pelas “Diretas Já” e Tancredo Neves foi conduzido à presidência pelo Congresso, ainda por eleição indireta.

A grave crise econômica fez dos anos 80 a chamada “década perdida”, ou seja, “Durante este decênio, o governo deixou de ser o principal investidor e o empresariado não tinha como fazer frente às despesas. Houve, ainda, aumento da dívida externa, da pobreza e redução das exportações. O Brasil ficou mais dependente do capital estrangeiro e a indústria estagnou”. (TODAMATERIA).

Uma das piores consequências do período da “Ditadura civil-Militar”, citada pela maioria dos historiadores pesquisados, foi o aumento da desigualdade de renda, quando grande parte da população manteve-se na linha da pobreza, sofrendo com a recessão, a inflação e o desemprego. A riqueza se concentrou ainda mais nas mãos dos capitalistas. Somente nos anos 90, com a redemocratização, os governos puderam beneficiar a população, com algumas medidas de amparo às classes menos favorecidas.



**Protesto contra a censura – artistas da linha de frente: Eva Tudor, Tônia Carreiro, Eva Wilma, Odete Lara, Leila Diniz e Norma Bengell, na luta contra a censura em plena Ditadura Militar. Registro de 1968, por Ziraldo. Fonte: br.pinterest.com. Acesso em agosto de 2020.**



**Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968. Foto de Evandro Teixeira.  
Fonte: pensata.ig.com.br.**

As repercussões do período militar deixaram marcas profundas na educação e na cultura brasileira, como veremos a seguir, principalmente entre os educadores de ideias contrárias aos interesses nacionais, muitos dos quais foram perseguidos ou exilados, como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Paulo Freire e outros. Para Ferrari et alli (2009, p.6)<sup>9</sup>: “As mentalidades sociais foram abaladas, causando medo em quem ousasse ir contra as ideias do governo, desse modo, a sociedade se viu induzida à passividade. Recebendo uma significativa quantidade de filmetes, textos, panfletos e jingles das campanhas militares que vinham dos meios de comunicação escrita e falada”.

Muitos livros foram considerados subversivos, receberam censuras, sendo proibidos de publicar. Para Oliveira (2003, p. 18): “havia também proibições relativas à música, filmes, peças de teatro, shows de televisão, novelas”. Formadores de opinião contrários à política do governo eram ameaçados, agredidos e neutralizados. Segundo o autor, o governo queria silenciar aqueles que pudessem exercer qualquer ação conscientizadora a respeito da realidade brasileira e suas contradições.

---

<sup>9</sup>FERRARI, J.C; PEREIRA, R.C.; FERNANDES, P.S.(Prof) A imposição da Ditadura Militar na sociedade brasileira Uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição. Disponível: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009>. Acesso:08/2020 (ver amais detalhes sobre a educação no Brasil durante a Ditadura Militar nos Textos Complementares ao final deste volume

## REVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO

---

Nas atas da Câmara Municipal de Maria da Fé, há poucas referências sobre o período que se seguiu ao Golpe Civil-Militar de 1964, mas isso não significa que os jovens políticos, das gerações dos anos 60 e 70, tenham passado essas décadas indiferentes aos rumos da história. As informações oficiais, que, geralmente, chegavam pelo rádio ao interior do Brasil, falavam de um governo (João Goulart) que tendia para o “comunismo”, que iria tomar as áreas improdutivas dos proprietários de terras e distribuí-las aos camponeses (Reforma Agrária). As notícias que escapavam à censura, de jornais considerados subversivos, denunciavam a repressão nas ruas das principais capitais do país pelo governo militar, de prisões, tortura e morte. Também noticiavam sobre estudantes e artistas que faziam passeatas no Rio de Janeiro e São Paulo, a exemplo do que ocorria na Europa, contra a velha ordem moral, proclamando novas atitudes e condutas sexuais, psicológicas e culturais.

Estudantes de Itajubá e região não escaparam à vigilância nas Faculdades. Vez ou outra, algum militar à paisana visitava as salas de aula, principalmente nos Cursos de Licenciatura em História, a fim de elaborar relatórios sigilosos que seguiam via exército. Sabia-se que muitos professores e alunos não se intimidavam diante da repressão, alguns foram presos, outros simplesmente “sumiram”, mas o movimento revolucionário preferido dos estudantes se fazia no dia-a-dia, nos costumes, na contestação de ideias e no modo de agir dos jovens brasileiros<sup>10</sup>.

Era uma revolução nem sempre silenciosa, uma luta pela liberdade, que transformou as concepções de família, suas relações afetivas, a maneira de se vestir, seus hábitos e atitudes comportamentais. Como disse Ventura (2000, p.14)<sup>11</sup>:

*Subverteu códigos, derrubou preconceitos e tabus, rejeitou convicções estabele-*

---

<sup>10</sup> Nos anos 70, a redatora foi testemunha na Faculdade de História da FEPI, das notícias de repressão aos professores e colegas de classe (N.R.)

<sup>11</sup> VENTURA, Zuenir. Muda tudo, estilo de vida, família, sexo, moral. Caderno Especial “O Globo”, 2000.

*cidas, transformou reivindicações em direito e lançou novas convenções, entre elas o respeito às minorias e aos grupos discriminados, a emancipação da mulher, a liberação da sexualidade e do prazer, a aceitação do homossexualismo, o divórcio, a relativização da virgindade, a rediscussão da fidelidade conjugal.*

Todavia, parte dessa juventude nem se dava conta das mudanças que a tecnologia e o desenvolvimento da ciência trouxeram em suas vidas, algumas mais significativas, como a pílula anticoncepcional, outras triviais, como o biquíni, o jeans, o tênis, o rádio transistor etc., acompanhadas de patologias e retrocessos, como o narcotráfico, a violência e a Aids. A “Revolução do Comportamento” dividiu a sociedade conservadora, principalmente no interior. Era preciso reprimir certos atos considerados subversivos fossem eles políticos ou morais, jovens que não se adaptavam ao modo de viver dos seus antepassados, considerados a nova “juventude transviada”.

Cardoso<sup>12</sup> (2005, p.96) identifica, nessa juventude, não somente o caos da revolta, mas a contracultura, ou seja, a criação de uma nova definição de revolução política e social:

*Os jovens contestadores que realizaram esses movimentos negavam as práticas e as concepções dos partidos tradicionais da esquerda. Ou eram dissidentes desses partidos, formando novas organizações políticas, ou participavam do grande contingente de massa que realizava as manifestações de protesto, recusando qualquer vinculação partidária e posicionando-se de fato fora da esfera de poder de qualquer organização.*

Para Cardoso (2005), a ruptura com a geração anterior fez dos jovens das décadas de 60 e 70 os grandes idealizadores de movimentos coletivos em favor das classes menos favorecidas, nas lutas contra a degradação ambiental e as críticas às guerras consideradas inúteis (como a intervenção dos EUA no Vietnã). As manifestações desse novo modo de vida e de pensamento foram retratadas pelos jovens na literatura, na música e nas artes plásticas, com desprezo pelas convenções seguidas pelos seus pais, num questionamento dos limites estabelecidos.

---

<sup>12</sup> CARDOSO, Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2

“Um regime que depõe um presidente legitimamente eleito, que exclui o voto direto, que tortura milhares de pessoas, que assassina ou desaparece com mais de 500, que cassa centenas de mandatos políticos, que joga na ilegalidade partidos políticos e sindicatos, que silencia a imprensa, não é ditadura?”. “Parte da nossa história não pode virar poeira. Precisamos lembrá-la até mesmo para não repeti-la” – Deputado Durval Ângelo - Presidente da Comissão de Direitos Humanos - Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG 11/09/2014.

Durante os governos militares, palavras de ordem, como democracia, liberdade, direitos dos cidadãos incentivaram muitos jovens a fazer parte da Câmara dos Vereadores em busca desses ideais, mas o ímpeto democrático dos políticos era barrado pela centralização administrativa do governo federal e estadual. Mesmo com a outorga da Constituição em 1967 pelo Congresso, a situação não melhorou, pois os Atos Institucionais e a Emenda de 1969 tinham como objetivo legitimar medidas repressivas, permitindo que Juntas Militares governassem o país, dando amplo poder ao Presidente (o mandato passou de quatro para cinco anos), com intervenções no Congresso e eleições indiretas para governadores e prefeitos.

Segundo Bezerra (2007)<sup>13</sup>, os governos militares justificavam as medidas adotadas baseando-se em três fatores principais: evitar o retorno da política populista, a desorganização da oposição que não apresentou uma liderança pacificadora para o país e a atitude cética da população em geral, que temia governos “comunistas”, sem controle social. Isso significou maior centralização administrativa prevista na Constituição de 1967 e a limitação da autonomia dos municípios com medidas restritivas, como, por exemplo, a nomeação dos prefeitos das capitais das estâncias hidrominerais e dos municípios considerados de segurança nacional (art. 15,11, parágrafo 12); modificação dos critérios de remuneração e núme-

---

<sup>13</sup> BEZERRA, Agamenon. O Município e sua autonomia na República Militar, Revista Nomos - Edição Comemorativa dos 30 anos do Mestrado em Direito / UFC, 2007. Disponível: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/20108>



ro de vereadores na Câmara; estabelecimento do bipartidarismo (ARENA e MDB); maior controle na fiscalização financeira e orçamentária das Prefeituras, disciplinando os órgãos de execução internos e externos; a proibição da atuação dos Tribunais de Contas Municipais, exceto em cidades com população maior de 2 milhões de habitantes, e outras determinações restritivas (Constituição Federal de 1967, Art. 16 e seguintes)<sup>14</sup>.

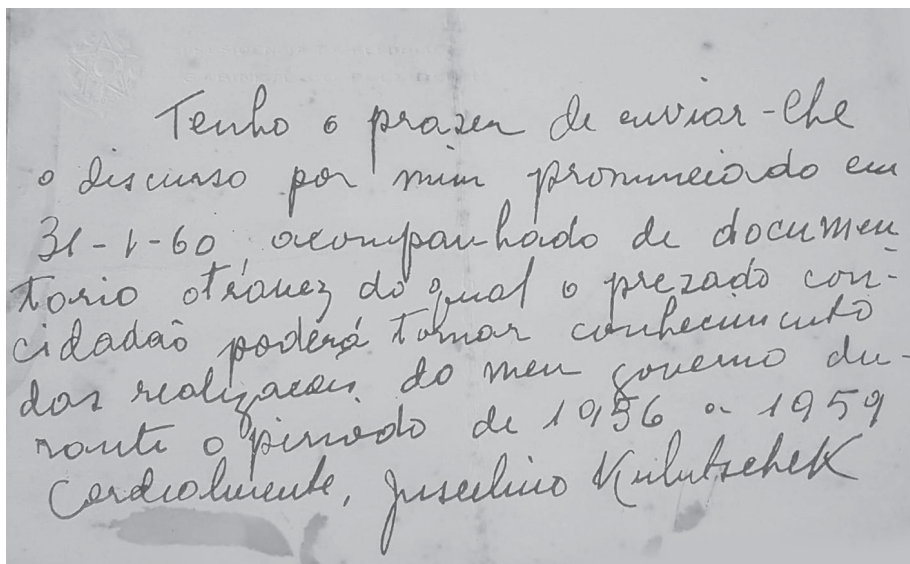
Para Nunes e Serrano<sup>15</sup> (2019), os prejuízos aos municípios só não foram maiores graças aos benefícios proporcionados pela Constituição de 1946, que determinava a redistribuição pelo governo federal do “Imposto de Indústrias e Profissões e do Imposto de Renda excluídas as capitais; e quando a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, excedesse, em município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o estado dar-lhe-ia, anualmente, 30% do excesso arrecadado” (p.153)

Com esse “excedente”, os prefeitos puderam efetuar algumas obras e colocar em prática nos municípios um dos princípios fundamentais da Constituição: “convergir seus esforços precipuamente para elevar material, física, moral e intelectualmente o homem, melhorando-o do ponto de vista da saúde, da educação, do bem estar econômico” (Nunes e Serrano, 2019). No entanto, de acordo com os autores, somente com a promulgação da Constituição de 1988, restituiu-se o voto direto para Presidente, que se realizou em 1989, quando Fernando Collor foi eleito, restaurando-se a autonomia política dos municípios, com todas as prerrogativas inerentes ao caráter federativo e democrático da República brasileira. A partir daí, também foi possível a criação de partidos (alguns deles mantidos até hoje).

---

<sup>14</sup> Ver mais detalhes sobre a Constituição de 1967 e a Emenda de 1969 nos Textos Complementares ao final do volume.

<sup>15</sup> NUNES, Silvio Gabriel Serrano; SERRANO, Antônio Carlos Alves Pinto. O município na história das constituições do Brasil de 1824 a 1988- Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano 20, nº 52, p. 153-168, Nov/Dez/2019



Tenho o prazer de enviar-lhe  
o discurso por mim pronunciado em  
31-1-60 acompanhado de documen-  
tário através do qual o prezado con-  
cidadão poderá tomar conhecimento  
das realizações do meu governo du-  
rante o período de 1956 a 1959  
Cordialmente, Juscelino Kubitschek

**Anexo do Discurso de Juscelino Kubitschek (1956-1959) enviado ao Prefeito de Maria da Fé, Cel. Silvestre de A. J. Ferraz, por ocasião do término do seu mandato como Presidente do Brasil. Acervo de Ana Goulart Ferraz (Niquinha) – Postado no Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook – 2019.**

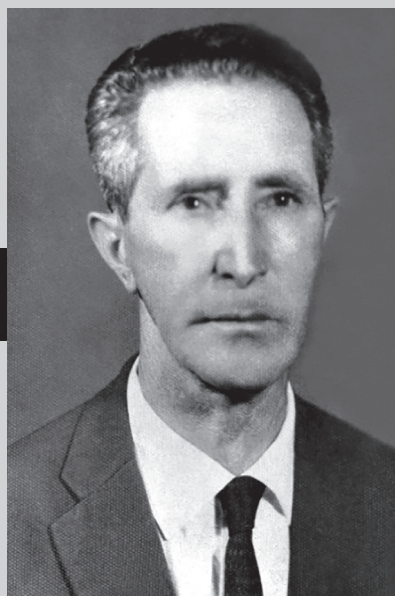
## A CÂMARA MUNICIPAL DE 1961 a 1962

Retomando a história das Câmaras dos Vereadores de Maria da Fé, em abril de 1961, houve a renovação da Mesa Diretora e comissões eleitas para o período de 1960 a 1962, sob a Presidência de José da Mota Tótora, tendo como Vice-Presidente João Virgolino da Silva e o Secretário Mauro Krepp; Outros Vereadores dessa legislatura foram: José Vilela Viana, Antônio Mendes dos Santos, Heitor Guilhermino Campos, José Olímpio Pereira, Silas Batista Gomes, José Augusto da Silva.

Na cerimônia de posse, o Sr. José Vilela Viana congratulou a eleição da nova Mesa e a bancada de oposição pelo trabalho construtivo em busca de melhoramentos para o município, principalmente aqueles relacionados às estradas de rodagem. O Prefeito Silvestre Antônio Junqueira Ferraz, que estava de licença-saúde, assumiu o seu mandato em 22 de abril de 1960 e governou até o final de 1962.



***José da Mota Tótoro***  
***Presidente da Câmara***



***Domingos Tótoro***  
***Prefeito de 31/01/1963 a 30/01/1967***



***Silvestre Antônio Junqueira Ferraz***  
***Prefeito de 22/04/1960 a 30/01/1962***

Nos últimos anos de seu governo, o Prefeito Silvestre Ferraz solicitou crédito suplementar para cobrir despesas orçamentárias relativas a obras realizadas em sua gestão. A Câmara dos Vereadores lançou vários Projetos que deram continuidade a elas, como:

- *Criação de escola no Bairro de Retiro, com provimento do cargo de professor.*
- *Compra de encanamentos para regularização de abastecimento de água no bairro Canudos.*
- *Obras na Ponte de Zinco (Maria da Fé-Itajubá) e Ponte da Barra (Delfim Moreira-Maria da Fé), com verbas recebidas do Deputado Euclides Cintra e reparos no Grupo Escolar Arlindo Zaroni.*
- *Solicitação à Prefeitura de uma conservação para melhoria das estradas rurais.*
- *A ata de 24/11/1961 registrou as alterações da proposta orçamentária para o ano de 1962 em razão da Emenda Constitucional nº6:*
- *Lei nº 4/61 instituiu-se o imposto sobre a transmissão de propriedade imobiliária “inter-vivos”, o imposto territorial rural e deu outras providências em favor do regime tributário dos municípios;*
- *Lei nº 5/61 – orçou a receita e fixou as despesas previstas para o exercício do ano de 1962, assinada pelo Pref. Cel. Silvestre Antônio Junqueira Ferraz e pelo secretário-contador Waldomiro de Souza Cardoso.*

Registrado também voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Gonçalves da Costa e congratulações ao Deputado Ovídio de Abreu e ao Sr. Geraldo M. Bortoni pela verba para a variante que ligava a estrada de São Lourenço a Poços de Caldas.

Em 13/02/1962, a Câmara dos Vereadores renovou a Mesa Diretora diretora, que ficou constituída da seguinte maneira: Presidência: José da Mota Tótor; Vice-Presidente: Antônio Mendes dos Santos; Secretário: Mauro Krepp; Demais Vereadores: João Virgilino da Silva, José Vilela Viana, José Olímpio Pereira, Silas Batista Gomes, José Augusto da Silva. O vereador Heitor Guilhermino Campos renunciou ao cargo por motivo de mudança, sendo substituído por Luiz Carlos Martins.

Durante a presente legislatura, diversos projetos foram elaborados pela Câmara e executados pelo Prefeito Silvestre Ferraz:

- *Lei nº 108, sobre taxa de exportação de mercadorias por caminhão;*
- *Projeto de Lei nº. 109, sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos da Prefeitura de Maria da Fé;*
- *Projeto de Lei nº. 110, sobre a majoração do imposto sobre veículos;*
- *Projeto de Lei nº 111, sobre a majoração de pena d'água aos laticínios, fecularias, fábricas de doces e postos automobilísticos;*
- *Projeto de Lei nº 112 - passou a se chamar Rua João Gonçalves da Costa a atual Rua São Paulo;*
- *Projeto de Lei nº 113 - denominação da Rua Alexandre Cardoso Pinto a nova via situada na Vila de Lourdes;*
- *Projeto de Lei nº 114 - denominação de Rua Albino de Souza Cardoso a nova via situada na Vila de Lourdes;*
- *Projeto de Lei nº 115 - crédito especial para comemoração do cinquentenário de Maria da Fé;*
- *Projeto de Lei nº 116- título de cidadão honorário de Maria da Fé para o Senador Juscelino K. de Oliveira;*
- *Projeto de Lei nº 117 - dispôs sobre a doação de terreno para a Legião Brasileira de Assistência (LBA) no local onde funcionava o Posto de Saúde;*
- *Projeto de Lei nº 118: título de cidadão benemérito de Maria da Fé ao Cel. Silvestre de A. J. Ferraz;*
- *Projeto de Lei nº 119 - decreto de feriado municipal nos dias 30, 31 de maio e 1º de junho de 1962, em comemoração aos 50 anos de emancipação política de Maria da Fé.*

## SESSÃO SOLENE DO CINQUENTENÁRIO DE MARIA DA FÉ (1912-1962)

---

Em 1º de junho de 1962, o Sr. Manoel Gonçalves conduziu a Sessão Solene da Câmara, que prestou homenagem aos primeiros vereadores marienses. Foram convidados representantes das famílias dos homenageados, a saber: o Sr. Joaquim Gomes Franqueira representado por Joaquim Ribeiro Franqueira; Arlindo Zaroni, representado pelo Dr. Mário Zaroni; Lucas Evangelista Guedes, representado por Dalila Gonçalves Guedes; Pedro Mendes Ribeiro, representado pelo Dr. Pedro Mendes; Pedro Batista Campos, representado sem identificação e João Gonçalves da Costa, representado por José Gonçalves Sobrinho. Foi também concedido o Título de Cidadão Mariense a Dr. José Vilela

Viana (Vereador), Pe. Joaquim Carneiro Filho e ao General Venturelli Sobrinho; e o Título de Cidadão Benemérito de Maria da Fé ao Cel. Silvestre Antônio Junqueira Ferraz, pelos diversos serviços prestados à comunidade mariense.



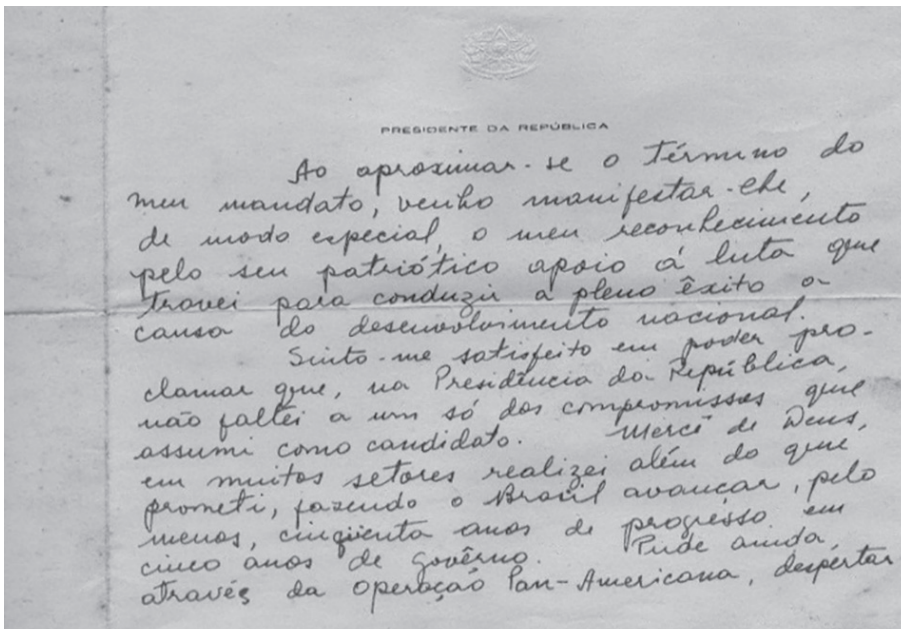
Acervo: Joaquim Expe

***Desfile Comemorativo dos 50 anos de Emancipação Política de Maria da Fé (1962) - Pelotão dos Pracinhas. Foto do acervo de José Raimundo de Souza no Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2014. Podem ser identificados: à frente, à esquerda: José Raimundo (Nenê), à direita, de óculos escuros, Vitor Batista de Almeida (Vitor Facão), Vivalde Ferreira, Geraldo Henrique, Pedro Corrêa, e mais atrás, Antônio Vicente de Souza, José Salvador e outros.***



Interessante registrar também o abaixo-assinado liderado pelo Padre Joaquim Carneiro Filho (Pe. Juca), em agosto de 1962, solicitando doação ao patrimônio paroquial de um terreno onde seria construída a Igreja de São Cristóvão, no bairro da Turquia (que não se efetivou). Também, a pedido do Pe. Juca, juntamente com uma comissão da área educacional, foram lançadas as bases para a construção do Ginásio de Maria da Fé, que deu origem à Escola N.S. de Lourdes<sup>16</sup>.

Ao término do seu mandato, o Cel. Silvestre Ferraz gozava de grande prestígio entre os seus correligionários e amigos em âmbito municipal, estadual e federal, resultado de sua dedicação ao engrandecimento de Maria da Fé, recebendo várias homenagens, inclusive de adversários políticos.



**Carta de Juscelino Kubitschek, ao final do seu mandato como Presidente da República, enviada ao amigo e Prefeito de Maria da Fé, Cel. Silvestre Ferraz. Acervo Ana Goulart Ferraz (Niquinha) – 2019.**

<sup>16</sup> Ver mais detalhes da criação da Escola N.S. de Lourdes no capítulo sobre Educação neste volume.

as esperanças e energias dos povos americanos para o objetivo comum de combater ao sub-desenvolvimento. E todo esse esforço culminou no cumprimento da meta democrática, quando o nosso País apresentou ao mundo um admirável espetáculo de educação política, que me permite cumprir o mandato, num clima de paz, de ordem, de prosperidade e de respeito a todas as prerrogativas constitucionais.

Sejam qual, foras os rumos da minha vida pública, levarei consigo, ao deixar o honroso posto que me confiou a vontade popular, o firme propósito de continuar reunido ao Brasil com a mesma fé, o mesmo entusiasmo e a mesma confiança nos seus altos destinos

Juscelino Kubitschek  
Brasília - 1961

#### INSTALAÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE 1963 a 1966

Em janeiro de 1963, uma nova Câmara Municipal seria instalada, com a seguinte composição - Presidente: Joaquim Casimiro de Almeida; Vice-Presidente: João da Costa Campos; Secretário: Alcides Fernandes Gorgulho e os Vereadores: Dario Custódio de Siqueira, José Braga Neto, Antônio Mendes dos Santos, Antônio Cândido Martins, Antônio Marcelino da Silva, Walter Mussolini Sarno. O vereador Francisco Fernandes Filho substituiu Dário Custódio seis meses durante licença-saúde.





*Posse do Prefeito Domingos Tótora. Da esquerda para a direita: Vereador Antônio Mendes dos Santos, Sr. Domingos (discursando), Sr. Manoel Gonçalves (com microfone); Joaquim Casimiro de Almeida (Presidente da Câmara) e Mauro Krepp (Vice-Prefeito). Acervo da Prefeitura Municipal de Maria da Fé.*

*Joaquim Casimiro de Almeida, Presidente da Câmara.*

Na mesma data, foram empossados o Prefeito Domingos Tótora<sup>17</sup> e o Vice-Prefeito Mauro Krepp. Várias autoridades e pessoas da comunidade estavam presentes à Sessão, como: Dr. José Neves da Rocha (Juiz de Direito), Pe. Joaquim Carneiro Filho, Luiz Carlos Martins, José da Mota Tótora, Lauro Gonçalves da Costa, Onofre Prince de Souza, Dr. José Vilela Viana, Pedro Mafra de Carvalho, Antônio Aguiar Guedes, Vicente Gonçalves, Antônio Fernandes dos Santos, Maria José Ribeiro, Joaquim de Souza Cardoso, Zoraide de Salles Paiva Rocha, José Gonçalves da Costa, Gilberto Anacleto de Oliveira, Waldomiro de Souza Cardoso, Darcy Corrêa dos Santos, Manoel Gonçalves, Rubens J. Brugger, Antônio Krepp Filho, Joaquim Batista de Almeida, Sebastião Antunes da Silva, Darci Moraes, José Custódio de Almeida, entre outros.

<sup>17</sup> Leia mais sobre a vida do Sr. Domingos Tótora e seu filho José da Mota Tótora, texto escrito por Silvana Tótora, no capítulo “Anotações da época”, neste volume.

Durante sua gestão, o Prefeito Domingos Tótorá (1963-1967) sancionou diversos projetos da Câmara, trabalhando em comum acordo com o legislativo. Entre esses projetos, cita-se: a construção de um abrigo adequado no Pico da Bandeira para proteção do equipamento de transmissão de TV, a principal novidade da época. Outra iniciativa foi a homenagem ao comerciante José de Campos Sales, um dos primeiros vereadores de Maria da Fé, passando a Rua dos Canudos, na entrada do mesmo bairro, a se denominar Rua Vereador José de Campos Sales. Mais tarde, a rua, em homenagem ao ilustre ex-vereador, estendeu-se ao local onde se encontra hoje.

Destacaram-se, também, outros projetos:

- *Proposta de aumento dos funcionários da Prefeitura;*
- *Aprovação de crédito suplementar para continuidade de obras;*
- *Proposta de transformar Maria da Fé em comarca;*
- *Solicitação de iluminação da Vila de Lourdes;*
- *Pedido de um trator para dar continuidade às obras da estrada dos Pintos Negreiros;*
- *Pedido de reestabelecimento do Tiro de Guerra;*
- *Ajuda de custo para manutenção de médico no Posto de Saúde local;*
- *Criação de comissão de vereadores para examinar as condições de funcionamento da Agência dos Correios e Telégrafos;*
- *Doação de um terreno pelo Sr. José Guilhermino Filho, no bairro das Posses, para a construção de uma escola - o Sr. Pedro Corrêa dos Santos concordou em ceder a água de que a escola necessitasse;*
- *Criação de comissão especial formada pelos Srs. Manoel Gonçalves, Vicente Gonçalves, Mário Máximo Mendes, Onofre Prince de Souza, Sebastião Antunes da Silva e Rubens J. Brugger para a revisão tributária do município;*
- *Proposta de retificação do Rio Cambuí;*
- *Desapropriação da Praça de Esportes, com a extinção da Associação Desportiva Mariense;*
- *Comissão para estudos de mudança do local da Câmara dos Vereadores;*
- *Projeto de aprovação do Estatuto da Sociedade Educacional Mariense;*
- *As classes produtoras do Município solicitaram à Câmara redução dos impostos de indústria e profissões, que consideraram abusivos. Uma comissão especial decidiu pela redução proporcional a cada ano, assim como do Imposto Territorial Urbano; isenção também do Imposto de Diversão Pública para o Cine São Luiz.*

No mesmo período houve registro de voto de louvor ao Prefeito Domingos Tótora pelo calçamento da Rua da Matriz. A Câmara recebeu ofício da Corporação Musical Feminina Santa Cecília comunicando a ida ao programa de rádio “Lira de Xopotó”, da Rádio Nacional.

No orçamento para o ano de 1964, pode-se observar o crescimento das despesas com combustível e lubrificantes, uma vez que os serviços de transporte e abertura de estradas, que, até então, eram feitos com tração animal foram sendo substituídos por máquinas. As obras se concentravam nas estradas rurais e nas vias importantes para o escoamento e/ou entrada de mercadorias necessárias ao município, entre os meses de março a outubro, evitando-se assim o período de chuvas.

Em janeiro de 1964, procedeu-se a renovação da Mesa Diretora da Câmara, cujos componentes permaneceram nos mesmos cargos. Somente o vereador Walter Mussulini Sarno pediu licença de saúde, sendo substituído pelo suplente Francisco Fernandes Filho. Principais projetos:

- *Promulgação da Lei nº 150, de 9/07/1964, que criou o Serviço Municipal de Estradas de Rodagem (S.N.E.R.), subordinando as atividades referentes às estradas do município ao Plano Rodoviário Nacional e Estadual, visando: “fiscalizar e administrar os serviços concernentes a estudo, projetos, localização, construção, melhoramentos, obras de arte e pavimentação das rodovias municipais” (Art 2º, item b). O D.N.E.R. tinha a função de consertar permanentemente as rodovias e caminhos vicinais, mediante a apresentação de um programa anual de atividades e o envio de relatório de prestação de contas ao término de cada obra executada, acompanhado do demonstrativo de orçamento do referido exercício.*
- *Conservação da estrada Maria da Fé a Itajubá (até a Ponte de Zinco), a principal via de acesso ao município mariense.*

Foi registrado voto de louvor para a Sra. Maria Borba pela abertura de uma estrada para o bairro Grotão, e votos de parabéns à Corporação Musical Santa Cecília pelo sucesso da apresentação na Rádio Nacional e TV Excelsior.

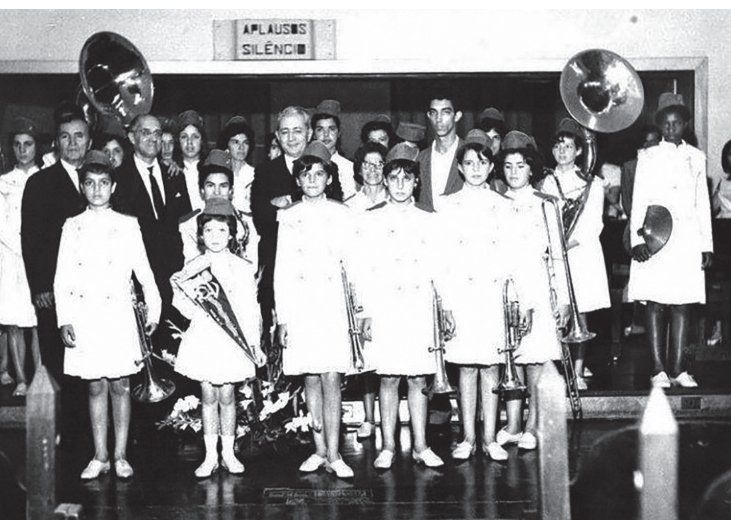
Registrou-se, também, voto de pesar pela morte de Armando Gonçalves da Costa (1963); Ana Custódio de Siqueira (mãe do Sr. Dario Custódio), Sra. Maria Benedita Gonçalves e Sr. Antônio Corrêa Cardoso (1963); Maria Feliciano Pereira, João Corrêa Carvalho e Antônio Ribeiro Luz (1964).

No mesmo ano, a Câmara autorizou o Executivo Municipal a conceder uma verba à Santa Casa de Itajubá, no valor de cem mil cruzeiros anuais, com o compromisso de disponibilizar um leito para os pacientes de Maria da Fé, uma vez que nossa cidade não dispunha de local para atender internações de doentes graves. Havia apenas um Posto de Saúde para emergências.

Uma Comissão da Câmara, formada pelos vereadores: Alcides Gorgulho, José Braga Neto, João Costa Campos e Walter Mussulini Sarno elaboraram a Lei nº 154, que regularizou a compra de material pela Prefeitura, a partir de 1º de maio de 1964, com emissão das notas de empenho em duas vias. Além disso, autorizou o Executivo, através de concorrência pública, os calçamentos de vias públicas, criando-se uma verba (Lei nº 159) para abertura de ruas, colocação de meio fio, loteamento, água, luz e esgoto em terrenos que não tinham essas benfeitorias, assim como pontes, parques e jardins (Leis nº 173 e 174).

Outros projetos aprovados:

- *Discussão da proposta orçamentária para o ano de 1965, com aumento de impostos, excetuando de Indústria e Profissões;*
- *Assistência às escolas rurais da Mata, Posses e São João, com a concessão de abono provisório às professoras;*
- *Retificação e limpeza do Rio Cambuí;*
- *Iluminação do bairro Vila de Lourdes;*
- *Projeto de construção do Matadouro no terreno de Geraldo Bortoni;*
- *Nomeação de Antônio Roberto Ferraz para o cargo de fiscal da Prefeitura e Sebastião Benedito dos Santos como funcionário de serviço de água;*
- *Lei nº 161 que autorizou a construção de um reservatório de água na Pomária;*
- *Voto de louvor à gestão do Prefeito Domingos Tótora.*



**Corporação Musical Feminina Santa Cecília – sucesso na apresentação do Programa Lira de Xopotó, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro e na TV Excelsior, em outubro de 1963. Foto: acervo de Amélia Zaroni Gonçalves.**

## RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA PARA 1966

---

Em 19 de março de 1966 foi escolhida a nova Mesa Diretora e comissões permanentes da Câmara, a saber: Presidência: Joaquim Casimiro de Almeida; Vice-Presidente: Walter Mussulini Sarno; Secretário: Antônio Mendes dos Santos; Demais Vereadores: Dario Custódio de Siqueira, José Braga Neto, João da Costa Campos, Antônio Cândido Martins, Antônio Marcelino da Silva, Alcides Fernandes Gorgulho. Este vereador agradeceu o telegrama enviado pelo presidente da Câmara pelo falecimento de sua irmã e a presença de pessoas amigas ao velório como: João da Costa Campos, José Gonçalves da Costa, Dr. Armando Gonçalves Filho, José Fábio Mendes, Joaquim Cláudio Pereira, Regis Carnevalli e o vereador Antônio Marcelino.

O Prefeito solicitou à Câmara dos Vereadores uma verba complementar para:

- *Pagamento de pedras para a construção do prédio escolar no bairro Posses e para repor verba da Caixa Econômica, que veio a mais;*
- *Conservação de estradas e pontes e para pagamento de dívidas aos senhores: Paulo Bortoni, Onofre Prince de Souza, Pedro Corrêa dos Santos, Geraldo Barnabé, Edson Gonçalves Prince, Antônio Marcelino da Silva e Antônio Mendes dos Santos por áreas desapropriadas;*
- *Pagamento ao Comércio Mariense Ltda e à firma de J. Corrêa Filho por materiais para a construção da escola do bairro Posses e do serviço postal de telégrafo e telefone;*
- *Autorização para o aumento dos impostos aos serviços de água e esgoto;*
- *Manutenção do Cruzeiro localizado do “Pico da Bandeira”.*

Principais projetos apresentados pela Câmara no período:

- *Doação de terreno de propriedade do patrimônio municipal à Sociedade Educacional Mariense para construção do Ginásio (Lei nº 177);*
- *Do vereador Alcides F. Gorgulho: assinatura de convênio com o Estado de MG, visando à manutenção do ensino rural - a ser enviado ao Secretário da Educação e Cultura, Dr. Antônio Aureliano Chaves;*
- *Prestação de contas do Sr. Prefeito e quadros demonstrativos da arrecadação e das despesas pelo secretário Waldomiro de S. Cardoso;*

- *Discussão e aprovação da prestação de contas do Prefeito Municipal referente ao ano de 1965;*
- *Denominação da Rua Antônio Ribeiro da Luz em substituição à antiga Rua Vargedo (Lei nº 193);*
- *Estudo da proposta orçamentária para o ano de 1967;*
- *Pedido de autorização do Prefeito para a venda de terreno do Estádio Cel. Silvestre Ferraz, do patrimônio municipal;*
- *Proposta do Dr. Armando Gonçalves Filho, cirurgião dentista, de fazer tratamento dentário de urgência, no Posto de Saúde local, a uma média de nove atendimentos/dia, cuja seleção deveria ser feita pela Prefeitura, que se comprometia também a pagar cem mil cruzeiros mensais pelo trabalho, até que fosse nomeado pelo Estado o dentista titular;*
- *Solicitação de extensão da rede de esgotos da Rua João Gonçalves da Costa até o asilo local, dividindo com a Sociedade S. Vicente de Paulo a metade das despesas.*

Registrado Requerimento dirigido ao Prefeito, solicitando esclarecimentos pelo não pagamento da subvenção destinada à Santa Casa de Misericórdia de Itajubá e pela paralização da construção do jardim da Av. Franqueira.

Houve registro de voto de pesar à família de Domingos Carnevalli e à família do ex-presidente Wenceslau Braz. E votos de agradecimento ao Deputado Euclides Pereira Cintra pelo seu interesse junto ao Governador de Minas ao contratar o Dr. Orlando Sanches para o Posto de Saúde local; envio de votos ao Governo Mineiro pela abertura de estrada ligando São Lourenço à cidade de Itajubá e voto de louvor ao Prefeito pela construção da ponte no bairro Pintos Negreiros.

O Prefeito Domingos Tótora respondeu pessoalmente aos ofícios enviados pela Câmara, apresentando justificativa para o não pagamento da subvenção à Santa Casa de Misericórdia de Itajubá: “a subvenção à Santa Casa, assim como as providências do calçamento solicitados anteriormente, não foram feitas por falta de recursos, estes foram destinados à barragem do Córrego das Pedras, na Pomária, e para construção de uma ponte no Córrego dos Criminosos, em Pintos Negreiros; também cobrindo despesas por uma peça que havia quebrado da motoniveladora e compra de duas talhas para facilitar o levantamento dos bois no antigo Matadouro”.

Registrado, também, voto de louvor à Câmara pelo trabalho realizado durante o quadriênio, especialmente ao Dr. Alcides Gorgulho.

Em novembro de 1966, a Câmara Municipal discutiu e aprovou:

- A proposta orçamentária do para o ano de 1967, deixando de pertencer ao município os seguintes impostos: Transmissão de Propriedade Intervivos, Indústrias e Profissões Públicas. Para cobrir a falta desses impostos, foram criados outros: 1º retido na fonte de proventos dos servidores da Prefeitura e de suas autarquias; despesas com o funcionalismo e com o Posto de Saúde local. Aumento de taxas e dos impostos territoriais urbano e predial, sendo sugerida uma diferenciação entre os prédios de melhor construção e de outros mais modestos;
- Reincorporação da taxa rodoviária ao Código Tributário do município;
- Solicitação de crédito pelo Prefeito para compra de uma máquina de somar e verba para a construção de jardins, calçamento de vias públicas e pontes;
- Aprovação da Câmara para o quadro de pessoal da Prefeitura e seus vencimentos;
- Solicitação de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Cultural sediado em Maria da Fé, que, no caso de dissolução, o seu patrimônio passaria à Sociedade Filosófica Brasileira;
- Voto de agradecimento à Inspetora de Ensino, Sra. Maria Gorgulho da Silva, pelo seu trabalho em benefício do convênio realizado entre as escolas rurais do município e o Estado;
- Comunicado do Dr. Armando Gonçalves Filho (Armandinho) sobre o seu contrato de dentista com a Prefeitura, que vigorará até 30/03/1967.



*Algumas das principais autoridades civis e religiosas das décadas de 50-60. Entre elas, da esquerda para a direita: Silvestre Ferraz, Vitor Marchetti, Ruth Carneiro, Pe. Antônio Carneiro, Zezinho Tótora, Quim do Tinho, Rubens Brugger e sua esposa Nilva, Juca da Farmácia, Jacó Zaroni, Batuta, Zequinha Cocada (de terno branco), Tarquínio Prisco, Paulo Gonçalves, Geraldo Barbosa (Geraldo Gambá) e Dr. Viana. Atrás, na porta: Elzira Pereira, Ary Mesquita e Almerinda Zaroni. Postagem de Rubia Daher (2016) e de Ana Goulart Ferraz (2020) - Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook.*

Como visto, os Atos Institucionais decretados após o Golpe Civil-Militar (1964-1985) modificaram a Constituição de 1946, determinando, dentre outras medidas, uma nova legislação partidária, ao fixar os dois partidos políticos que poderiam existir: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA representava os militares; já o MDB era um partido de oposição consentida controlado pelo regime militar. O MDB abrigou muitos políticos oriundos do antigo PTB, do PSD e do clandestino e ilegal PCB. (WIKIPEDIA, 2020).

A maioria desses políticos, no entanto, acabou por apoiar o partido da ARENA, não porque concordava com as ideias e medidas decretadas pelo regime militar, mas porque temia as perseguições e cassações que envolviam os partidos de oposição. Como lembrou o professor David Fleischer<sup>18</sup>: “Não havia muita opção, a piada da época era a seguinte: MDB era o partido do SIM (PS) e a ARENA era o partido do SIM, Senhor (PSS)”.

*No Ato complementar nº 4<sup>19</sup> constava o impedimento a denominações partidárias baseadas em credos religiosos, regionalismo, sentimento de classe ou raça. Organizações com finalidade político-eleitoral que não respeitassem as determinações desse ato complementar poderiam ser fechadas por ordem do Ministro da Justiça. [...] O ato também dispôs sobre a cassação de mandatos legislativos e sobre a suspensão de direitos políticos por dez anos. Tais medidas poderiam ser solicitadas ao Presidente da República pelos Ministros do Estado, governadores e prefeitos. Apesar de garantir o direito de defesa, essas medidas eram realizadas a fim de tirar dos quadros públicos militantes de esquerda independentemente de seus argumentos.*

---

<sup>18</sup> FLEISCHER, David. Arquivo S: os 50 anos da criação de ARENA e MDB. UnB. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=unmv>

<sup>19</sup> BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, 1965. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10/07/2020



À medida que aumentou a influência da ala mais dura dos militares nas decisões do governo federal, a participação popular na escolha dos representantes do povo nos estados e municípios foi diminuindo. Naqueles que tiveram a autonomia para eleger seus representantes, muitos sofreram intervenções e suspensão dos direitos políticos no executivo e legislativo, que colocaram em risco as garantias constitucionais e legais dos cidadãos (BEZERRA, 2017)<sup>20</sup>.

#### INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1967 a 1969

---

Em 31/01/1967, sob a presidência do Juiz de Direito, Dr. Idelberto Lelis Santiago, foi constituída a Câmara dos Vereadores de Maria da Fé, elegendo como presidente José Braga Neto; Vice-Presidente: Walter Mussulini Sarno; Secretário: Antônio Mendes dos Santos; e os Vereadores: Antônio Vicente de Souza, Vitor Batista de Almeida, Silas Batista Gomes, Vivalde Costa Campos, Vivalde Ferreira e Lauro Gonçalves da Costa.

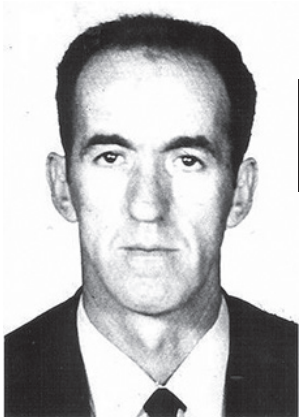
Estavam presentes à solenidade: ex-prefeito Domingos Tótora, Pe. Joaquim Carneiro Filho, Vicente Gonçalves, Gilberto Corrêa, Maria José Ribeiro, Nair Gonçalves Costa, João da Costa Campos, Afrânio Moreira Alves, Pedro Mafra de Carvalho, José Rezende Vilela, Eunice Rodrigues, Benedito Costa Campos, Joaquim Casimiro de Almeida, Dr. Alcides F. Gorgulho, entre outras (LIVRO DE ATAS, n.7, p.56).

Na mesma data, tomaram posse o Prefeito Manoel Gonçalves (1967-1971) e o Vice-Prefeito Waldemar Zaroni.

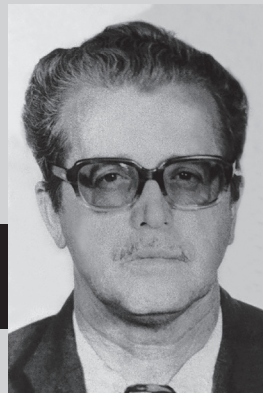
Entre outros assuntos importantes, a Câmara dos Vereadores discutiu o novo Código Tributário e o aumento do salário dos funcionários públicos, com a presença do Prefeito eleito Manoel Gonçalves. Por sugestão do vereador Alcides F. Gorgulho, os projetos e as medidas advindas da antiga legislatura foram também discutidos e aprovados pelos novos vereadores eleitos.

---

<sup>20</sup> BEZERRA, Agamenon. O Município e sua autonomia na República Militar, Revista Nomos - Edição Comemorativa dos 30 anos do Mestrado em Direito / UFC, 2007. Disponível: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/20108>



**José Braga Neto**  
*Presidente da Câmara (31/01/1967 a 21/02/1968)*



**Manoel Gonçalves**  
*Prefeito Municipal (31/01/1967 a 30/01/1971)*



**Vítor Batista de Almeida**  
*Presidente da Câmara (22/02/1968 a 30/01/1969)*



**Waldemar Zaroni**

Um mês depois, foram escolhidas as comissões permanentes da Câmara Municipal, composta cada uma por três vereadores. Na mesma ocasião, discutiu-se o Projeto de Lei nº 197, que dispunha sobre emendas do Código Tributário, ocasião em que o vereador Lauro Gonçalves da Costa pediu esclarecimentos ao Secretário da Fazenda, Sr. Waldomi-

ro de Souza Cardoso, presente à reunião, sobre as dívidas da Prefeitura no valor de CR\$ 8.682.567,00, que foram analisadas por todos os presentes. Naquela sessão, também foi decretado feriado municipal todo dia 1º de junho (aniversário da cidade).

Projetos apresentados no ano de 1967:

- *Projeto nº 201- solicitação de prioridade para o serviço de esgoto da Vila Fernandes;*
- *Projeto nº 202 - reversão da verba referente ao lote de terra situado no estádio Cel. Silvestre Ferraz ao Sr. Vicente Cândido da Silva;*
- *Requerimento solicitando providências nas irregularidades do trânsito na cidade e falta de policiamento para fiscalizá-las.*
- *Autorização da Câmara para o Executivo adquirir uma Patrol e um tanque sobre chassis para o serviço rodoviário, uma bomba para o serviço de água, dois carroções para remoção do lixo e um semovente, para calçamentos de ruas, avenidas e construção do Matadouro Municipal.*
- *Em 03/08/1967, a Lei nº 219 autorizou a assinatura de convênio entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de Minas Gerais, visando à manutenção do Ensino Rural do Município pelo Estado.*
- *O Projeto de Lei nº 228 permitiu a abertura de crédito de 200 cruzeiros novos para pagamento de funcionário que atua como secretário em serviços da Câmara.*

Em 28 de junho de 1967, a Câmara aprovou uma verba para instalação e manutenção da Faculdade de Medicina de Itajubá, que incidiu sobre 10% mensais dos impostos territorial urbano, rural e de serviços de Maria da Fé. (LEI nº 200).

O período legislativo continuou pródigo em benfeitorias para Maria da Fé. A Câmara Municipal trabalhou em sintonia com o poder Executivo, auxiliando e promovendo a manutenção de estradas e outras obras de melhorias que continuaram até o fim da legislatura, o que rendeu um voto de louvor dos vereadores à administração do Sr. Manoel Gonçalves.

Foram registrados votos de pesar às famílias de Antônio Peralta, Horácio Campos, Fortunato Bueno de Carvalho, Valdomiro Batista Gomes, Lourdes Venturelli, Mariana Gonçalves, José Batista dos Santos, José Bernardes Filho e Agripino Alves de Freitas, sogro do vereador Vivalde Ferreira.

Outros projetos apresentados redundaram em leis no ano de 1967:

- *Lei nº 222 - autoriza o Executivo a dispender importâncias parciais e totais no Plano Plurianual de Investimentos do Município, nos anos de 1968, 1969 e 1970.*
- *Lei nº 223 - autorização para abrir crédito da dotação orçamentária, para pessoal-salário*
- *Lei nº 224 - denominação de “Praça dos Vereadores” a praça construída entre a Av.30 de agosto e Av. Franqueira.*
- *Lei nº 225 - convênio com D.E.R. de MG, visando à manutenção das estradas municipais.*

No mesmo ano, houve um convite aos vereadores para a visita do Deputado Federal Revmo. Pe. José de Souza Nobre, no bairro São João<sup>21</sup>.



***Casa do Bairro São João (1932), que se mantém até hoje. Muitos políticos e autoridades que visitavam o Sul de Minas tinham o bairro do São João como referência, pois além de ser um dos lugares mais populosos e próspero do município, era também uma parada obrigatória na estrada que ligava Maria da Fé a Itajubá. Foto: Caminhos da Mantiqueira - Facebook – 2013.***

<sup>21</sup> À época, o Deputado Federal Pe. Nobre foi responsável por diversas verbas destinadas ao melhoramento do município de Maria da Fé, principalmente na Educação (ver mais adiante detalhes da correspondência do vereador Mauro Krepp)

## RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA

---

Em fevereiro de 1968, a Câmara Municipal renovou a Mesa Diretora Diretora, que ficou constituída da seguinte forma: Presidência: Vítor Batista de Almeida; Vice-Presidente: Antônio Vicente de Souza; 1º Secretário: Antônio Mendes dos Santos; 2º Secretário: Vivalde Costa Campos. Demais Vereadores: Walter Mussulini Sarno, José Braga Neto, Silas Batista Gomes, Vivalde Ferreira e Lauro Gonçalves da Costa. Foram aprovados os Projetos:

- 234 - dotação orçamentária para compra de veículo, móveis e utensílios;
- 235 - abertura de crédito suplementar para melhorias em obras públicas (calçamento de ruas na sede do município, peças para a Patrol e móveis e utensílios para as escolas da Mata do Izidoro e escritório da ACAR);
- 236 - contrato de duas normalistas para a Escola do bairro São João;
- 237 - autoriza o Executivo a assinar convênio com o Estado e estabelecer normas de fiscalização e arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadoria (ICMS);
- 238 - assinatura de contrato com a Cia Sul Mineira de Eletricidade para fornecimento de Energia Elétrica.

Outros Projetos importantes do período (31/07/1968, Livro 7, p.89):

- Projeto de Lei nº 244 - autorizou a Prefeitura a participar da Associação de Coordenação e Planejamento do Sul de Minas;
- Projeto de Lei nº 245 - autorização para a venda de um terreno fronteiro à Padaria N.S. Auxiliadora, solicitada por Tiago Corrêa Filho;
- Lei de Lei nº 237 - pedido de reconhecimento de utilidade pública do Lions Clube Maria da Fé, o que foi efetivado em 01/08/1968.

Foram registrados votos de louvor ao mariense Luiz Tarciso Villela, pelo trabalho na reconstrução do Grupo Escolar Arlindo Zaroni; e ao Sr. Mauro Krepp, que, mesmo fora da Câmara dos Vereadores, conseguiu verba para Maria da Fé junto ao Dep. Federal Pe. José de Souza Nobre (Ver parte da correspondência neste capítulo - acervo de Mauro Krepp); Foram registrados votos de pesar às famílias de José Carneiro

Pereira, Cel. Márcio de Oliveira Marques, Ademar Guedes e Laudelino Gonçalves;

Neste mesmo ano, o Prefeito Manoel Gonçalves comunicou à Câmara a responsabilidade dele e dos vereadores com a reabertura do Posto de Saúde local, informando que, se o Estado não assumisse as despesas, o legislativo deveria autorizar a manutenção pela Prefeitura.

A Câmara deu entrada aos seguintes projetos:

- *Verbas para manutenção da estrada de Maria da Fé - Itajubá, cujo cascalhamento contou com a ajuda do Deputado Euclides P. Cintra, sendo autorizada pelo Diretor do D.N.E.R estadual, Dr. Eduardo S. Bamberira, e endossada pelo Dr. Elizeu Resende, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*
- *Fiscalização sobre as denúncias dos conservas nas estradas do município, que não estavam realizando o serviço de manutenção como deveriam;*
- *Verba da ACAR (Assistência de Crédito a Zona Rural) a ser encaminhada à Prefeitura;*
- *Projeto para assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais para a criação da Escola Normal anexa ao Ginásio N.S. de Lourdes<sup>22</sup>.*

## REPORTAGEM DO JORNAL GAZETA DA SERRA

DE 05/12/1968 (P.3)

Em carta endereçada ao Sr. Mauro Krepp, o deputado Federal Padre Nobre apresentou a relação de verbas por ele obtidas para Maria da Fé no ano de 1969.

*Subvenções federais: Instituto Cultural Maria da Fé: 4.000 cruzeiros novos;  
Sociedade São Vicente de Paulo: 2000 cruzeiros novos  
Lions Club de Maria da Fé: 2.000 cruzeiros novos  
Emendas de orçamento para 1969:*

<sup>22</sup>Mais informações sobre a Escola Normal no capítulo sobre a educação em Maria da Fé, neste volume.

- Para o início da pavimentação da Estrada de Maria da Fé - Itajubá: 100 mil cruzeiros novos
- Para a Santa Casa de Misericórdia "Fundação Ferraz e Torres", pelo Ministério da Saúde: 40 mil cruzeiros novos;
- Para construção e melhoramento do Sistema de Abastecimento de Água em Maria da Fé, pelo Ministério do Interior: 100 mil cruzeiros novos.



Câmara dos Deputados

Brasília, 7/9/68

Meu caro e bom amigo Mauro Krepp.  
Caríssimo amigo.

Vou pôr em dia a nossa correspondência, atropada em virtude das lutas com o Governmento da República para 1.969.

- 1) Foi o jornal que é um erro. Parece que antes arremetiam sobre e delimitavam partes da estrada M. da Fé - Itajubá. Política tua disse. Se, ao menos, se juntassem a mim na luta para que a realidade valesse mais depressa, quem lucraria seria o povo. Uma coisa é a frente, pois, Maria da Fé adrece.
  - 2) Das verbas que é um pedido em processo atende-se no medida da possível em relação as verbas, pois, cada parlamentar tem a sua disponibilidade para distribuição de R\$ 100.000,00 (cento mil de reais) ordinárias e 40.000 de ordinárias suplementares. O caso amigo que, para atender a um pedido de colação de estado de Minas e preciso fazer algumas reuniões é possível. Não, por não ter as algumas das que é recomendada, registra no C.N.S.S. Ministério que não pode atender a regularização. Se não puder atender a regularização, então dá a medida de um terceiro amigo, de bairro de São João (potestante), que para o próximo ano, submetido a de que se pudessem omignar verbas federais a medida das reconhecidas pelo Conselho Nacional de Serviços Sociais (C.N.S.S.).
  - 3) Relatório de Subvenções Federais para 1.969;
    - 1) Instituto Cultural de Maria da Fé - R\$ 4.000 (ordinária)
    - 2) Sociedade de São Vicente de Paulo " 2.000 (extraordinária)
    - 3) Lions Club de Maria da Fé " 2.000 ( " )
- Encerradas de Correspondência para 1.969:
- 1) Para início da pavimentação da Estrada M. da Fé, pelo Município dos Transportes - R\$ 100.000



Câmara dos Deputados

Brasília, 11/2/68

Meu bom e caro Mauro Krepp.

Deus lhe conceda saúde e felicidade.  
Respondeu-lhe de uma só vez suas propostas cartas de 14/5 e de 8/6 p.p. Vai no seu artigo.

Jornal de Itajubá - Vi o texto da notícia que "O Sol de Minas" projetou sobre o nosso seio, dando-nos como principais responsáveis, situação de correspondência, pelo interesse dos 2 municípios vizinhos.

3) Estrada Maria da Fé - Itajubá. - Recebi oficial, em data de 23 de Junho, do Sr. Ministro dos Transportes comunicando-me que, a despeito de a referida estrada não amatar o plano rodoviário nacional, por ser do plano estadual, o próprio Ministério se propôs a nos auxiliar, em vista dos esforços para que o D.E.P. de Minas a realize, visando que para tanto, seja encaminhada a presença do D.N.E.R. Como V. vê, a boa vontade é grande e vou cobrá-la.

3) Posto de Saúde de Maria da Fé - É impossível o que fez o Governo de Minas. Já enviou sua carta de 8 de Junho para levá-la ao Secretário de Saúde pessoalmente, procurando solucionar o problema que afeta aos habitantes.

4) Verbas pt 8.969 - Vou em data pessoal sobre a luta. Veja bem se já têm registro no C.N.S.S., sem o que não é possível.

Atenciosos amigos do

J. Nobre

M. O. 11

**Correspondência recebida pelo vereador Mauro Krepp do Deputado Federal Revmo. Pe. José de Souza Nobre, aos constantes pedidos de verbas para obras públicas (Posto de Saúde) e melhoria de estradas do município mariense, com destaque para o asfaltamento da estrada Maria da Fé - Itajubá. Acervo de Mauro Krepp - 2019.**

Vários outros projetos foram aprovados ao final do ano de 1968, a saber (Ata da Câmara, Livro 7, p.95):

- *Projeto de Lei nº 239A - autoriza o Executivo a reajustar os valores dos lançamentos dos imóveis prediais em 2,5% dos valores atuais; exposição pelo Secretário contador, Waldomiro de Souza Cardoso dos motivos do reajuste, face ao aumento das despesas;*
- *Projeto de Lei nº Lei 240 - subvenção anual de 500 cruzeiros novos ao Lions Clube de Maria da Fé;*
- *Projeto de Lei nº 242 - concede subvenção à Associação Mineira dos Municípios;*
- *Projeto de Lei nº 241 - concede subvenção à Associação dos Funcionários Municipais;*
- *Projeto de Lei nº 255 - dispõe sobre a alteração da Lei nº 207, de 31/10/67 - subvenção para a manutenção do escritório da ACAR;*
- *Projeto de Lei nº 256 - concede subvenção ao Posto de Saúde local;*
- *Projeto de Lei nº 245 - concede subvenção a incapazes e deficientes, representada pela AMAE (Associação Mineira de Assistência a Excepcionais), do nosso município;*
- *Projeto de Lei nº 246 - autoriza o Executivo a construir, ampliar ou melhorar, mediante concorrência pública ou administrativa, estradas e pontes, prédios escolares, albergue, água e esgoto, iluminação pública, ruas e avenidas, praças e jardins e matadouro;*
- *Projeto de Lei nº 247 - dispõe sobre a compra de equipamentos e instalações (alto falante, um caminhão, equipamentos escolares e para serviços de água e esgotos, de limpeza pública, para parques e jardins e balança para o Matadouro);*
- *Projeto de Lei nº 248 - dispõe sobre a compra de material permanente;*
- *Projeto de Lei nº 249 - autoriza a realização de despesas e operações de crédito, abertura de crédito adicionais e outras providências;*
- *Projeto de Lei nº 250 - estabelece o quadro geral dos funcionários do município, fixando os respectivos vencimentos;*
- *Projeto de Lei nº 251 - reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura, distribuídos nos setores da Fazenda; Patrimônio, Contabilidade, Educação, Saúde, Obras públicas e Estradas de Rodagem.*

Ainda naquele ano, foi apresentado o estudo e a aprovação pelos Vereadores da proposta orçamentária para o exercício de 1969, especificando a receita e as despesas do município e da Resolução do Sr.



**Lions Clube de Maria da Fé – Desfile de 7 De Setembro (década de 70): “Os clubes são lugares onde as pessoas se reúnem para doar o seu precioso tempo e trabalho para melhorar as comunidades e o mundo”. - Definição do próprio Lions Clube, associação fundada nos EUA em 10/10/1917 por Melvin Jones, que se tornou internacional em 1920.**



**No desfile, à esquerda, vários cidadãos marienses que pertenciam ao Clube: Zico, Geraldo Henrique, Zezinho Tótora, Mário Mendes, Mauro Krepp, Benedito Costa Campos, Antônio Krepp Filho, Vicente Gonçalves, Dr. Alcides Gorgulho, Roberto Ferraz, Chiquinho, Paulo Bortoni, José Iton, Job Batista Almeida, Waldemar Zaroni, Ary Siqueira e outros.**

Prefeito, concedendo uma pensão mensal de 60 cruzeiros novos à Sra. Benedita Barbosa Nogueira.

Foram registrados votos de congratulações ao jornal “Gazeta da Serra” através do repórter Osvaldo Renó Campos<sup>23</sup>; à mariense Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, pela conquista do prêmio Bloch de Romance, pela Editora Bloch S.A.<sup>24</sup>.

Registrados, também, requerimento do vereador Antônio Mendes dos Santos para concessão de título de cidadão mariense ao Deputado

<sup>23</sup> Mais informações sobre o Jornal Gazeta da Serra ao longo da publicação desta coletânea histórica.

<sup>24</sup> Ver mais detalhes sobre a escritora mariense e os prêmios recebidos nos Textos Complementares ao final deste volume.

Estadual Euclides Pereira Cintra, pelo seu trabalho em prol do município; projeto de transformar parte da Av. 30 de Agosto em Sagrados Corações e José de Campos Sales.

O prefeito registrou felicitações aos vereadores pelo trabalho durante o ano de 1968. Os vereadores, juntamente com o Prefeito, assumem compromisso com o Engenheiro Pedro Fonseca de Paiva na construção de uma estrada entre Maria da Fé e Itajubá, com um traçado mais adequado, para melhor escoamento da produção.

Foram registrados votos de pesar às famílias de José Casimiro Siqueira, Dona Conceição Lemes Venturelli, Antônio Moises, José Batista de Almeida, Cel. Silvestre A.J. Ferraz<sup>25</sup>, José Mendes Sobrinho, José de Souza Cardoso, João Gonçalves e de Dona Ana Flauzina de Jesus e Menotti Venturelli.

As eleições para vereadores em Maria da Fé foram antecipadas para 1968, obedecendo ao inciso I do art. 16, da Constituição de 1967, que dizia: “visando à uniformidade dos mandatos de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, de modo a lhes fixar a coincidência, em todo território nacional, na forma prevista na Constituição Federal (inciso I do art. 16), e no Ato Complementar nº37, de 14/03/1967, deve-se, desde logo, determinar a data das respectivas eleições, uniformizando-se o início e término dos mandatos, reduzindo-os ou ampliando-os para perfeita execução daquela medida”. Também ao art.7 da Lei Complementar nº 2: “pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, realizada simultaneamente em todo o País, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa”. Não era permitida a reeleição de Prefeitos. Segundo o T.R.E (2019), os resultados das eleições foram favoráveis aos candidatos da ARENA, o que contribuiu para diminuir a oposição ao regime militar, muito embora os movimentos sociais em favor da democracia e das liberdades individuais tenham atingido o ápice, não somente no Brasil, mas no mundo todo.

---

<sup>25</sup> Luto de três dias pelo falecimento do Cel. Silvestre, considerando “altas qualidades pessoais de seu caráter invulgar, do seu desprendimento e devotado amor por esta terra” (Decreto 27, de 18 de outubro de 1968)



*O Sr. Manoel Gonçalves subindo as escadas da antiga Prefeitura, juntamente com o Deputado Euclides Pereira Cintra e Waldomiro de Souza Cardoso (Vavá - do lado direito da foto) e, mais atrás, o Sr. Domingos Tótora, ex-prefeito e ex-vereador. Acervo do Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2012.*

## INSTALAÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE 1969 A 1973

---

Foi eleita a nova Mesa Diretora e comissões permanentes da Câmara para o exercício de 1969 a 1973, a saber: Presidência: Antônio Mendes dos Santos, Vice-Presidente: Vivalde Costa Campos, 1º Secretário: Lauro Gonçalves da Costa, 2º Secretário: José Braga Neto. Demais Vereadores: Walter Mussulini Sarno, Antônio Vicente de Souza, Silas Batista Gomes, Vivalde Ferreira e Vitor Batista de Almeida.

O Projeto de Lei do Código de Posturas do Município foi encaminhado à Comissão Especial para apresentar um parecer.

Em fevereiro de 1969, a Câmara aprovou o novo Código de Posturas do Município; concedeu ao Sr. Ítalo Venturelli, ao Deputado Euclides Pereira Cintra e ao Sr. Manoel Gonçalves o Título de Cidadão Mariense, pelos serviços prestados ao município, registrando voto de

louvor ao Prefeito pela rapidez e eficiência com que atendeu o pedido de reforma da estrada que ligava Itajubá a Maria da Fé. O suplente Antônio Cândido Martins substituiu o vereador Vitor Batista de Almeida, que pediu licença de saúde por seis meses.



**Antônio Mendes dos Santos**  
*Presidente da Câmara (30/01/1969 a 31/01/1973)*

**Vivaldi Costa Campos - Vice-Presidente**  
*da Câmara (30/01/1969 a 31/01/1973)*



Entre os projetos aprovados pelos vereadores nesse período, podem ser citados:

- Leis nº 254 e 255 - a Av. 30 de agosto passa a se denominar José de Campos Sales e parte dela, Rua Sagrados Corações;
- Aprovação das contas do Prefeito relativas ao ano de 1968;
- Lei nº 256, sobre contrato de professoras para as escolas rurais, a saber: duas professoras para a Escola Getúlio Vargas, no povoado São João, e uma para a Escola João Beraldo, no povoado Mata;
- Pelas Leis nº 257 e 258, a Câmara autorizou o Executivo, através da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, a contratar um médico para rea-

*brir o Posto de Saúde local; assinar um convênio com a ACAR;*

- *O convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Estado foi renovado;*
- *Inauguração do prédio do Matadouro Municipal;*
- *A Lei nº 259 autorizou o Executivo a receber em doação do Estado de Minas Gerais para o município, o prédio da Prefeitura Municipal, que, outrora, fora construído pelo Sr. Arlindo Zaroni e outros benfeitores. Ficou reservada uma área do prédio para funcionamento da Coletoria Estadual, sem ônus ao Estado, atendendo a uma reivindicação antiga dos vereadores e da população mariense em geral.*

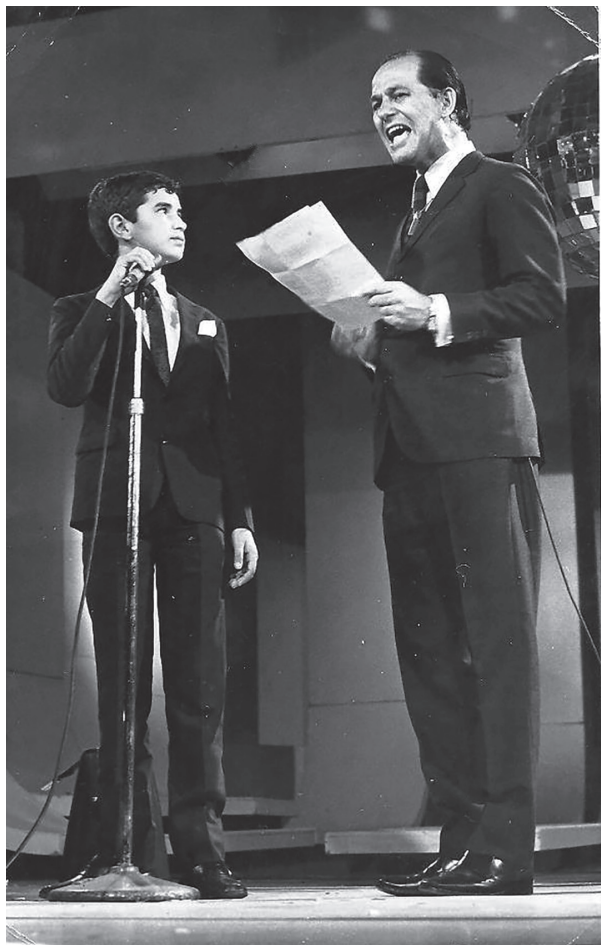
Foi registrado voto de pesar à família de José Eugênio Koch Torres, proprietário da Fazenda Pomária, pelo seu falecimento.

#### TÍTULOS AOS BENEMÉRITOS DE MARIA DA FÉ:

---

Em julho de 1969, diversas pessoas receberam o título de beneméritos e de cidadão honorário, pelo trabalho desenvolvido no município: José Rezende Vilela e sua esposa Maria Areias Vilela (D.Mariquinha), José Vilela Viana, General José Venturelli Sobrinho, Revmo. Pe. Joaquim Carneiro Filho, as professoras Maria Dulce Nogueira e Zélia Nogueira Brandão; os cidadãos Francisco Teodoro da Costa, Hermelino Gatto, Ormeu Junqueira Ferraz, Genuína Pinho Zaroni (esposa de Arlindo Zaroni), Maria Lomônaco Ferreira (D. Marocas); Iracema Arantes Paiva, Dalila Bustamante Jardim e Maria José Sales Marchetti, as quatro últimas pelo trabalho desenvolvido como diretora e professoras do Grupo Escolar Arlindo Zaroni.

Com apenas 14 anos de idade, o jovem Ademar Braz Barnabé participou do programa de calouros Show sem Limites, da extinta TV Tupi, no Rio de Janeiro, de grande audiência à época, sobre a vida e obra do ex-Presidente da República Wenceslau Braz. Durante 10 semanas consecutivas, com grande conhecimento e simpatia, o “Menino de Ouro” respondeu acertadamente a todas as perguntas. O apresentador J. Silvestre usou a popularidade de “Barnabé” para manter audiência do programa, que era noticiado e acompanhado em revistas e jornais. Com poucos aparelhos de TV, a população de Maria da Fé se reunia em casas



*Voto de cidadão benemérito ao jovem Ademar Braz Barnabé por sua participação no programa Show sem Limite, da TV Tupi, fato que o tornou conhecido no Brasil inteiro, assim como elevou o nome do nosso município. Foto: acervo do Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook.*

de amigos e parentes para acompanhar a trajetória do jovem. O talentoso e vitorioso Barnabé recebeu uma casa como prêmio pela sua façanha. O Sr. José de Almeida que, na época, morava no Rio de Janeiro e o Sr. Hernani Cardoso, de Maria da Fé, foram os grandes incentivadores de Barnabé a participar do Programa “Show sem Limites”.

(Baseado no texto de Filomena Olinda Fernandes, irmã de Barnabé, publicado no Jornal “O Mariense”, de maio de 2007)

Acervo do Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook.

“Em 02-05-1969, o célebre e notável jornalista e escritor David Nasser faz um apelo no horário do telejornalismo, na TV Tupi Canal 6, do Rio de Janeiro, às autoridades competentes, para solucionar o pro-

blema rodoviário de Maria da Fé, a pedido do garoto.” (Jornal Gazeta da Serra edição de 05/10/1979, p.3, col.1)

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Cesar de Almeida, Maria Ribeiro de Campos, Manoel Carvalho dos Santos (em Guará-SP), Alzira Carvalho Gatto, à esposa do Sr. Francisco Custódio Siqueira, ao Sr. Daniel Barbosa Lima (S. José do Alegre), Joaquim Batista de Almeida e o Revmo. Pe. Moisés Ribeiro Pinto.

Em 19 de junho de 1969, ocorreu a doação do terreno pela Fundação Ferraz e Torres e a definição do local onde seria erguido o prédio do Hospital Ferraz e Torres (Chácara de Braz Maria Junho)<sup>27</sup>

Nos meses que se seguiram, outros projetos foram aprovados, a saber: determinação das zonas urbanas e suburbanas do município; subvenções sociais à Maternidade e à Infância; assistência social em geral; às corporações musicais do município; aos grupos escolares; à Campanha Nacional de Alimentação Escolar; à Associação de Crédito e Assistência Social; ao jornal Gazeta da Serra; Regulamento dos serviços de água e esgoto da cidade.

Foi registrado voto de congratulações ao Grupo Jovem pelos movimentos em favor da assistência social.

No ano de 1970, diversas propostas foram encaminhadas pela Câmara ao Sr. Prefeito:

- *Regulamento de abastecimento da água através de hidrômetro;*
- *Solicitação do vereador Lauro Gonçalves da Costa de informações sobre a venda de lotes do Patrimônio Municipal e sobre a prestação de contas das verbas do MEC para a construção de escolas rurais;*
- *Lei nº 321, que criou o Serviço Municipal de Alimentação Escolar;*
- *Duas vias do bairro Canudos receberam denominação de “Sete de Setembro” para a rua central do Aterro e “Alfredo Gaspar Guimarães” para a Rua do Matadouro. Outras vias batizadas: Rua nº 5 para Pedro Mendes Ribeiro; da Rua nº 1 para Pedro Batista Campos; da Rua nº 6 para Joaquim Batista de Almeida e da Rua nº 4 para Av. 1º de Junho.*

<sup>27</sup> Ver o histórico da Fundação Ferraz e Torres, mais adiante no segundo governo do Prefeito Manoel Gonçalves.

Em 22 de fevereiro, em Sessão Especial, houve a entrega do Título de Cidadão Honorário a diversas pessoas da comunidade, ofertadas por vereadores e outras autoridades, a saber: ao Deputado Euclides Pereira Cintra, pelo Sr. Domingos Tótorá; ao Sr. Ítalo Venturelli, pelo vereador Vitor Batista de Almeida; ao Sr. Manoel Gonçalves, pelo Reverendo Cícero Sathler; ao Sr. José Rezende Vilela, pelo Sr. Paulo Bortoni; à Sra. Maria Areias Vilela, pelo Sr. Alcides F. Gorgulho; para o Dr. Javier Rolando Sães Cáceres, pelo General Ítalo Venturelli Sobrinho; para o Pe. Joaquim Carneiro Filho, pelo Pe. Celso Campos Sales; Sra. Zélia Brandão Nogueira, pelo vereador Antônio Mendes dos Santos; Hermelino Gatto, pelo Sr. Joaquim Gonçalves da Costa; Maria Lomônaco Ferreira (ausente), representada por Braz Lomônaco Ferreira, pela Sra. Benedita Carvalho Gatto; Ormeu Junqueira Ferraz, pelo Sr. Dionísio da Silva Santos; Jenuína Pinho Zaroni, por Waldemar Zaroni; Dalila Bustamante Jardim, pela Sra. Lais Peralta, diretora do Grupo Escolar A. Zaroni; para a Sra. Maria José Sales Marchetti, por Waldomiro de Souza Cardoso; Francisco Teodoro da Costa, por José Olímpio Pereira; Dulce Nogueira, pela Sra. Izabel Ribeiro Cardoso; Guiomar Nogueira Costa, por Antônio Cândido Martins; Antônio Krepp, por José Gonçalves Sobrinho; José Pedro Machado, por Mauro Krepp; e para o Dr. José Vilela Viana (ausente) foi entregue ao Sr. Ítalo Venturelli. (LIVRO DE ATAS n.7, p.147)

Após a cerimônia, houve o agradecimento aos títulos recebidos por diversas autoridades e familiares, com destaque para as falas do Sr. Edy Zaroni e do Sr. Braz Borges Campos, Diretor do Jornal Gazeta da Serra. Pessoas da comunidade presentes: Maria José Ribeiro, Pedro Mafra de Carvalho, Alaor Mendes Gonçalves, Benedito Costa Campos, Terezinha Machado, Rosa Maria Campos, Samuel Ribeiro Pereira, Ary Siqueira Mesquita, Cícero Teixeira Torres, Albino Teixeira Torres, Vicente Gonçalves, Benedito Clemente. Gonçalves e outros (Livro de Atas n.7, p. 147, 22/02/1970).



## RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O EXERCÍCIO DE 1970

A Mesa Diretora manteve a mesma composição do ano anterior, ou seja: Presidência: Antônio Mendes dos Santos, Vice-Presidente: Vivalde Costa Campos, 1º Secretário: Lauro Gonçalves da Costa, 2º Secretário: José Braga Neto. Demais Vereadores: Walter Mussulini Sarno, Antônio Vicente de Souza, Silas Batista Gomes, Vivalde Ferreira e Vitor Batista de Almeida.



**Antônio Mendes dos Santos**  
**Presidente (30/01/1969 a 31/01/1973)**



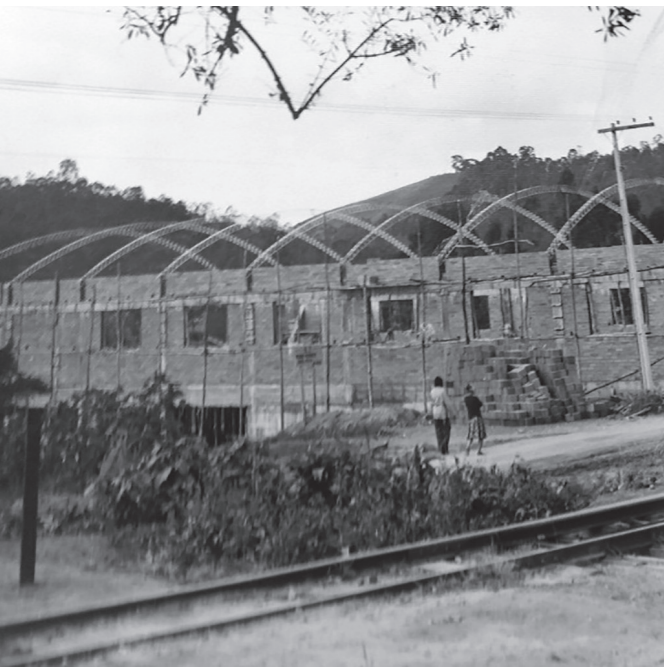
**Vivaldi Costa Campos**  
**Vice-Presidente (30/01/1969 a 31/01/1973)**

Em março de 1970, em Sessão Especial, comemorou-se o 6º aniversário da Revolução de Março/64. Compareceram à solenidade o Prefeito Manoel Gonçalves e o Vice-Prefeito Waldemar Zaroni. Além dos vereadores, várias autoridades e pessoas da comunidade, a saber: Benedito Costa Campos, Joaquim Carneiro Filho, Braz Borges de Campos, Lais Peralta, Maria Aparecida Mora Tótora, Ary Siqueira Mesquita, Ítalo Venturelli, Pedro Mafra de Carvalho, Alaor Mendes Gonçalves, José

Gonçalves da Costa, Vicente Gonçalves, Cícero Sales de Menezes, José Cosentino, Eunice Rodrigues, Mauri Zaroni Gonçalves, Creuza Maria de Souza, Maria Auxiliadora Siqueira, Maria Aparecida de Freitas Reis, Dioni Rorato Socal (ex-supervisor da ACAR), Benedito Clemente Gonçalves, José Genaro dos Santos, entre outras. Muitas educadoras e funcionários públicos presentes lutavam para conseguir reajuste de salários.

Foram registrados votos de pesar às famílias de Ana Fernandes Peralta, José Carnevalli, Emídio Ferreira e Jesus Salvador.

A Câmara prestou homenagem ao Padre José de Anchieta, vigário da Paróquia de Maria da Fé, pelos trabalhos realizados em diversos locais da cidade (maiores informações na Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé - ZARONI, Mari Léa e CAMPOS, Osvaldo Renó, 2008).



***Construção do Salão Rio da Graça (Vicentão) e reforma da Igreja Matriz. Ambos com recursos provenientes das tradicionais Festas de Agosto (1970-1983)***



*Construção do Lar São Vicente de Paula, no lugar do Asilo São Vicente.*



*Cemitério: Limpeza, restauração das principais vias de acesso, organização dos túmulos e ampliação das áreas de sepulturas.*

Em 6 de setembro de 1970 foi realizada Sessão Solene pela Independência do Brasil, contando com a presença do Prefeito Manoel Gonçalves, do Vice, Waldemar Zaroni, e dos Vereadores.

A Câmara Municipal promoveu a entrega de prêmios aos alunos vencedores dos concursos desenvolvidos nas escolas Padre Pivato e Arlindo Zaroni em comemoração à Semana da Pátria.

Durante a Sessão Solene, receberam premiações os seguintes alunos: João Luiz Morais e Maria Angélica G. Ferraz (A.Zaroni) e os alunos da 4ª série: Marli Fernandes Oliveira, Washington de Souza Gomes, Laura Bernardo e Elza H. Ribeiro (P. Pivato). Houve entrega do troféu de time vencedor ao desportista Pedro Maurício Machado (Canário). Maria Aparecida Mota Tótora e o Sr. Domingos Tótora agradeceram as premiações.

Outras pessoas e autoridades marcaram presença: Benedito Costa Campos, Joaquim Carneiro Filho, Pedro Mafra de Carvalho, José Gonçalves da Costa, Vicente Gonçalves, Laís Peralta, Braz Borges de Campos, Rubens Henrique Sarmiento, Ítalo Venturelli, Maria Hercília Moraes, José Genaro dos Santos, Benedito Clemente Gonçalves, José Maurício da Silva, Neuza Krepp, João Batista Pereira, Olivério Monteiro, Antônio Sales Marchetti, Gilberto Anacleto de Oliveira, Laura Felicidade Bernardo, Elza Helena Ribeiro, Washington Souza Gomes, Joaquim Gonçalves da Costa, Décio Junqueira Ferraz, Genésio Silvério, dentre outras. (Livro de Atas nº 7, de 06/09/1970, p. 165, nomes reconhecidos pelas assinaturas).

Foram registrados votos de pesar às famílias de Francisco Mendes Sobrinho, D. Maria Inácia Mendes, Ivo Corrêa, Marianinha Campos Sales, Teodora Batista Vilas Boas, João Ribeiro e Maria Teodora Braga; Julia Pizi Costa, Antônia Correa dos Santos e José Olímpio Pereira; e pelo falecimento do Dr. Mosconi, em Pouso Alegre.

O Prefeito Municipal Manoel Gonçalves<sup>28</sup> terminou seu primeiro mandato com voto de louvor da Câmara dos Vereadores, num trabalho de grandes realizações, que permitiu o crescimento do município em diversos setores.

---

<sup>28</sup> Em 29 de janeiro de 1971, o Jornal Gazeta da Serra publicou um retrospecto da administração do Sr. Manoel Gonçalves, com textos redigidos pelo ex-prefeito, sob o título "Uma administração que se finda", mais detalhes na biografia do ex-Prefeito, no capítulo: Expoentes Marienses.

## UMA DÉCADA DE GRANDES OBRAS PÚBLICAS - 1971-1980

Duas grandes obras, de enorme importância para o município de Maria da Fé, mobilizaram vereadores e prefeitos na década de 70.

A primeira, envolveu o governador Israel Pinheiro, o DER/MG, deputados estaduais e federais e uma intensa correspondência entre eles visando ao financiamento da ligação asfáltica entre Maria da Fé e Itajubá.

A segunda obra dizia respeito a uma das mais antigas reivindicações da população mariense: a construção da Santa Casa de Misericórdia em nosso município, ou seja, o Hospital Ferraz e Torres, cujas primeiras doações remontavam ao tempo do Cel. Silvestre Ferraz e José Koch Torres.



*Testemunhas oculares da construção do asfalto entre Maria da Fé e Itajubá, em 1979. Da esquerda para a direita: Vivalde Costa Campos (vereador), Helcinho Almeida, Elizeu Rezende (DER/MG), Albino de Souza Gonçalves, Dr. Pedro Mendes dos Santos (Prefeito de Itajubá); Magalhães Pinto Ex-governador e Deputado Federal por MG, Job Batista Almeida (vereador) e Flavinho Moraes.  
Foto: Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook (2012)*

Por iniciativa do Prefeito Manoel Gonçalves, principalmente no segundo mandato, ocorreram novas doações à Fundação Ferraz e Torres, com a promessa de que, como cidadão mariense, o prefeito continuaria sua luta em favor da concretização desse sonho, como, de fato, aconteceu<sup>29</sup>.

## INSTALAÇÃO DA NOVA CÂMARA EM 31/01/1971

---

O Juiz Eleitoral, Dr. Evandro Bicalho Lobato, procedeu aos trabalhos da instalação da nova Câmara Municipal, que teve a seguinte Constituição - Presidência: Antônio Mendes dos Santos, Vice-Presidente: Antônio Cândido Martins, 1º Secretário: Maria Areias Vilela; 2º Secretário: José de Souza Gomes. Demais Vereadores: Antônio Vicente de Souza, Castorino Batista Gomes, Lauro Gonçalves da Costa (vereador mais votado), José Braga Neto, José de Souza Gomes, Januário Bueno de Carvalho. Outras pessoas presentes: Manoel Gonçalves, Waldemar Zaroni, Cícero Torres, Waldomiro de Souza Cardoso, Walter Mussolini Sarno, Manoel Gonçalves Sobrinho, Benedito Costa Campos (Juiz de Paz), José Gonçalves da Costa (adjunto de Promotor), Ítalo Venturelli e outras. (Livro de Atas nº 7, p.179).

---

<sup>29</sup> Sobre a Fundação do Hospital Ferraz e Torres ver a segunda gestão do Prefeito Manoel Gonçalves (1973-1976)

POSSE DO PREFEITO JOSÉ DA MOTA TÓTORA  
E VICE-PREFEITO VIVALDE COSTA CAMPOS,  
POR VOTAÇÃO INDIRETA

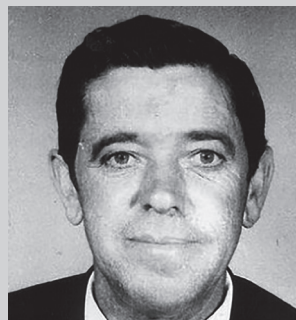
A eleição e posse do Prefeito e Vice-Prefeito deu-se no mesmo dia, por votação indireta, através de uma Comissão composta das seguintes pessoas e setores: Educacional: Joaquim Carneiro Filho; Saúde: José Rezende Vilela; Justiça: José Gonçalves da Costa; Eclesiástico: Pe. Celso Campos Sales; Comércio: Antero Corrêa; Indústria: Viriato Martins Corrêa; Funcionários Públicos: Pedro Mafra de Carvalho; Polícia: Comandante do Destacamento; Lions Clube: Cícero Torres; Funcionários da Prefeitura: Benedito Clemente Gonçalves; Estudantil: Wagner Gonçalves; Zona Rural: Francisco Custódio de Siqueira; Feminino: Maria José Ribeiro; Operários: José Gerônimo; Bancário: Mauri Mendes. Fizeram uso da palavra o Sr. Domingos Tótora e o ex-Prefeito Manoel Gonçalves, que solicitou do secretário contador, Waldomiro de Souza Cardoso, a leitura do balancete financeiro da Prefeitura: 983,49 (em Caixa) e 22.798,03 (em Bancos).



**Antônio Mendes dos Santos - Presidente**  
(1971 a 1973)



**José da Mota Tótora**  
**Prefeito Municipal**  
(31/01/1971 a 30/01/1973)



**Vivalde Costa Campos**  
**Vice-Prefeito**  
(31/01/1971 a 30/01/1973)

Na sessão seguinte, a Câmara Municipal elegeu as comissões permanentes, que cuidaram dos seguintes assuntos:

- *Ofício nº 41/7 - sobre balancete do mês de janeiro/71, com comprovantes anexos;*
- *Declaração de utilidade pública da unidade sanitária de Maria da Fé (Posto de Saúde), localizada na Av. Bias Fortes;*
- *Proposta de construção do sanitário público pela vereadora Maria Areias Vilela;*
- *Aprovação do balancete de Receita e Despesas do executivo municipal;*
- *Projetos nº 86 e 87 - sobre pagamentos de tributos municipais e desapropriação de terrenos para construção da escola na Mata do Izidoro.*

Outras proposições dos vereadores trataram de limpeza da Rua Fernandes; conserto da coletora de águas pluviais da Rua Vereador Antônio Venturelli; providências sobre a rede de esgotos em trecho da Praça da Matriz e da Rua Arlindo Zaroni; providências para o cumprimento do Decreto-Lei Federal nº 11.836, sobre obrigatoriedade de vacinação contra febre aftosa-bovina.

Foram registrados votos de pesar às famílias de Benedito Corrêa (jogador), Ludgero Cintra (em Itajubá), Izaltina Gomes (irmã do ex-vereador Silas Batista Gomes), Manoel Valente, Emerenciana Mendes Pereira, Antônia, esposa do Sr. Flávio Miranda, e José Pedro Machado (pai de Mauro Krepp), membro do Conselho Consultivo na Ditadura Vargas, que muitos benefícios conquistou em prol do município de Maria da Fé. Registraram, também, pesar pelo falecimento dos senhores José Joaquim dos Santos (José Sério), Cândido Carneiro da Costa, Armando João Cosenza, Olímpio Costa Pereira, e pela Sra. Ivone Inocência Ferreira.

Foram registrados votos de louvor ao Dr. Onofre Gonçalves Prince, pelo trabalho ao combate do alcoolismo e pela criação do Grupo AA; e ao Lions Clube e ao Grupo Jovem, pelos trabalhos desenvolvidos no município na área de assistência social <sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Ver detalhes sobre o A.A. nos Textos Complementares, ao final deste volume e sobre o Grupo Jovem no Capítulo sobre Educação.



No dia 30 de março de 1971, procedeu-se a comemoração do 7º aniversário da Revolução com a uma Sessão Solene, onde o Dr. Elzio Pereira da Silva recebeu o Título de Cidadão Honorário, pelos relevantes serviços médicos realizados no município; entregue pelo ex-prefeito Sr. Manoel Gonçalves. Além dos vereadores, assinaram a ata as seguintes pessoas: José da Mota Tótora, Vivalde Costa Campos, Vicente Gonçalves, Cícero Teles de Menezes, Rubens Albuquerque, José Rezende Vilela, Hélcio Batista de Almeida, Joaquim Carneiro Filho, Waldomiro de Souza Cardoso, Vitor Hugo Marchetti, José Genaro Santos, Germano Marinho da Costa, Vivalde Paulino dos Santos, Ramiro Vilela, Bernadete Lourdes Marinho, Natália Amaral e Silva, Maria Hercília de Moraes, Osvaldo Renó Campos, Joaquim Gonçalves Costa, dentre outras. (Livro de Atas nº 7, p. 186).

Em 25 de abril, com o Decreto Lei nº 64, foi criada a Comissão Municipal do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de irradicação do analfabetismo, cujo principal objetivo era a Alfabetização Funcional de pessoas da faixa etária de 12 a 35 anos, em harmonia com os órgãos Federais e Estaduais.

Ainda no ano de 1971, a Câmara trabalhou para a construção da Escola Antônio Corrêa Carvalho, no bairro Ilha, com a doação do terreno pelo Presidente da Câmara, Sr. Antônio Mendes dos Santos. Também foi inaugurada a Escola Rural do Bairro Mata do Izidoro, com o valoroso empenho do vice-presidente da Câmara, Sr. Antônio Cândido Martins. O povo do São João doou terreno necessário para a construção do Grupo Escolar daquele povoado. Outras proposições relevantes foram aprovadas, como a aquisição de uma motoniveladora para patrolar as estradas marienses e pensão vitalícia para José Joaquim da Silva.

Em 5 de setembro de 1971, a Câmara promoveu uma Sessão Solene em comemoração ao aniversário da Independência do Brasil, nos salões do Clube Recreativo Mariense e contou com a presença dos vereadores, de diversas autoridades e membros do Grupo Jovem. Compareceram também o Prefeito José da Mota Tótora, o Vice-prefeito Vivalde Costa Campos, o ex-prefeito Domingos Tótora, Benedito Costa Campos, Edson Borges da Silva, Cícero Teles de Menezes, Pe. Celso Campos Sales, Pe. Sebastião Pereira, Sr. Nelson Krepp, Joaquim Carneiro Filho, Pedro Mafra de Carvalho, Manoel Gonçalves, José Genaro

Santos, Maria de Lourdes Marchetti Cardoso, Eunice Rodrigues, Maria Aparecida Mota Tótora, Rita Sales Marchetti, Rosa Maria Campos, João Batista Pereira, Regina Célia Cardoso Pinto, Dioni V. Rorato Socal, José Eduardo de Souza Gomes, Tiago Corrêa Neto, Benedito Santos Marinho, Jair Pedroso, Maria Aurora S. Tótora, Maria Inês G. Carvalho, Creuza Maria de Souza, Regina Rezende Vilela, dentre outras pessoas. Houve discurso da oradora oficial da Câmara: D. Mariquinha. (Livro de Ata n.8, p.9).

À época, participavam dos desfiles em homenagem à Pátria muitos militares representados principalmente pelos pracinhas marienses designados pelo batalhão de Itajubá. O governo recomendava às escolas a participação de jovens e adultos, que desfilavam segundo os moldes do exército, ou seja, uma marcha cadente e ereta, braços colados ao corpo e resposta coletiva às ordens de comando, o respeito aos símbolos nacionais era imprescindível nessas ocasiões. A comemoração da Independência do Brasil era considerada mais importante do que a emancipação política do município e um dos objetivos era reverenciar também as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), defensoras da Pátria. (N.R.)



***Desfile de estudantes na década de 70. Participação das principais escolas urbanas de Maria da Fé, lideradas pela Fanfarra da Escola N.S. de Lourdes.  
Foto: acervo do Centro Cultural – 2020.***

Em 09/10/1971, em Sessão Especial da Câmara, foi realizada uma homenagem ao 140º aniversário da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, com a presença do chefe do destacamento policial, do Prefeito e Vice-Prefeito de Maria da Fé, em discurso proferido pelo Sr. Onofre Gonçalves Prince. O Prefeito fez a entrega ao Comandante das bandeiras do Brasil e de Minas Gerais e, em agradecimento, usou da palavra o Delegado Especial de Polícia, Sr. Manoel Pacheco, destacando o trabalho da Polícia Militar no Brasil desde a independência. Presença dos vereadores (exceção do Sr. Antônio Mendes, em licença pelo falecimento de sua esposa Nair Lopes dos Santos) e demais autoridades: José da Mota Tótora, Vivaldi Costa Campos, Hélcio Batista de Almeida, Cícero Teles de Menezes, Raimundo Santos Marinho, Nelson Krepp, Maria de Lourdes Machado Torres, Pedro Mafra de Carvalho, dentre outras.

#### NOVA MESA DIRETORA DA CÂMARA (1972)

---

Em 1972, tomou posse a nova Mesa Diretora da Câmara Municipal, que ficou constituída da seguinte maneira: Presidente: Antônio Mendes dos Santos, Vice-Presidente: Antônio Cândido Martins, 1º Secretário: Maria Areias Vilela, 2º secretário: José de Souza Gomes. Demais Vereadores: Antônio Vicente de Souza, Castorino Batista Gomes, Lauro Gonçalves da Costa, José Braga Neto e Januário Bueno de Carvalho. Também foram eleitos o líder e vice-líder da ARENA na Câmara Municipal, a saber: José Braga Neto (Líder) e Januário Bueno de Carvalho (vice-líder). As comissões permanentes permaneceram as mesmas.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento dos senhores José Guilhermino Filho, Milton Rangel Filho, Olímpio Guedes de Faria, Sebastião Marinho (em Piquete), Francisco Fernandes de Freitas e da Sra. Idalina Flauzina de Jesus.

Houve registro de voto de louvor ao Sr. Francisco Severo G. Filho, pela eficaz atuação como diretor da Subestação Experimental (Campo de Sementes)<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Ver outras referências sobre o Sr. Chiquito no decorrer da história econômica do município mariense.

Foi realizada Sessão Solene da Câmara em comemoração ao 8º aniversário da Revolução de 1964, com discurso da vereadora Maria Areias Vilela e do Prefeito José da Mota Tótora, que enalteceram o Presidente Médici e diversas figuras do governo militar.

Tem-se, ainda, registro de inauguração das novas instalações da Biblioteca Rui Barbosa, juntamente com o Posto de Identificação do Ministério do Trabalho e a supervisão da Merenda Escolar. Foram constatadas as seguintes assinaturas em ata: José da Mota Tótora, Vivaldi Costa Campos, Hélcio Batista de Almeida, Nelson Krepp, Braz Borges de Campos, Manoel Gonçalves, Joaquim Carneiro Filho, Laís Peralta Carneiro, Pedro Mafra de Carvalho, Inez Gomes Pedroso, Terezinha Salles Marchetti, Yone Arruda Santos, Regina Rezende Vilela, Creuza Maria de Souza e outras. (Livro de Atas nº 8, de 28/02/1972, p.28)

A Escola rural do São João passou a se denominar “Rev. Moises Ribeiro” e “Getúlio Vargas” a escola rural da Mata de Cima<sup>32</sup>.

## SEXAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DE MARIA DA FÉ

---

Em 1º de junho de 1972, quando o município completou 60 anos de emancipação política, o Jornal Gazeta da Serra publicou, em edição especial, os melhoramentos que a cidade havia conseguido, em reportagem intitulada “Uma centena de fatores positivos de Maria da Fé”, dos quais se ressaltam alguns interessantes registros nos vários setores mencionados:

*O solo e o clima apresentam versatilidade, prestando a qualquer cultivo, desde a Oliveira até o café; somos um dos maiores produtores, dentro do Estado de MG, de batatas, cenoura e tomate; a atuação da colônia japonesa com técnica agrícola avançada tem transformado nossa agricultura; a fauna de nosso município ainda é muito rica, sendo o paraíso das pacas e dos beija-flores; somos uma cidade com todas as condições climáticas para tratamento da saúde; o reflorestamento é uma realidade, temos inclusive matas virgens; quase todas as*

---

<sup>32</sup> Ver pequeno histórico das escolas rurais no Capítulo sobre “As comunidades rurais no entorno de Maria da Fé - 2ª Parte”.

ruas são calçadas por paralelepípedos; possuímos seis praças com jardins públicos e os únicos no país ornamentados com oliveiras; temos um parque infantil; apresentamos o maior índice de construção civil dentro do Regional do CREA; possuímos quatro torres de retransmissão de TV, duas do Rio e duas de São Paulo e no Pico da Bandeira uma possante torre de retransmissão de Micro-ondas; há 60 anos temos o serviço de telefonia; a energia elétrica é ótima, após a reestruturação da CEMIG; possuímos cinco enormes reservatórios de água e o abastecimento da cidade é perfeito, assim como a rede de esgoto; o município possui mil nascentes; temos várias cachoeiras, sendo a do Véu de Noiva um deslumbrante capricho da natureza; possuímos o Cascata Clube Campo (Prainha) ao lado de uma das mais belas áreas de lazer; as chuvas são abundantes, chegando mesmo ao desperdício; A subestação Experimental de agricultura (Campo de Sementes) é obra de vulto; possuímos uma próspera Cooperativa e Indústria de Laticínios, outra indústria de Laticínio sem ser cooperativa, uma grande indústria de extrato de tomates e polpas de frutas; dois frigoríficos para armazenar produtos agrícolas; uma poderosa frota de caminhões novos, que leva mercadorias às distantes cidades do país; nossas estradas são conservadas pela poderosa máquina da Prefeitura; somos servidos desde 1891 por uma estrada de ferro; uma arrecadação de tributos das mais elevadas contamos com dois ótimos Postos de gasolina e nossos ônibus mantêm vários horários para Itajubá; nosso trânsito é organizado e o índice de criminalidade tem diminuído; possuímos dois enormes Grupos Escolares urbanos e dezenas de grupos escolares rurais, um Ginásio Estadual com Colégio Normal anexo; uma ótima biblioteca pública; o MOBREAL, a cultura dos nossos professores se faz sentir na educação esmerada de nossa juventude, inteligente que eleva o nome das famílias marienses; temos um belo templo Presbiteriano, a Igreja Matriz é uma maravilha de arquitetura, possuímos um asilo para os desvalidos, com posto de distribuição gratuita de alimentos pelos Vicentinos; não possuímos um só mendigo pelas nossas ruas; sem fazer força estamos caminhando para uma cidade turística e temos bons hotéis; os cursilhos e cursistas da paróquia são exemplares; temos um Grupo Jovem dinâmico e seu Jornal Gazeta da Serra, que promove a Semana do Estudante e um Teatro Amador; o Lions Clube, que também presta assistência social; um Instituto Cultural da Sociedade Eubiose; um Grupo dos Alcoólicos Anônimos; conservamos as tradições das festas juninas, Festa de Agosto, Semana Santa, com encenações ao vivo e muitas tradições folclóricas; o Carnaval é animado tanto nos salões como na rua; temos um conjunto musical “Pops Boy”, uma churrascaria ao lado do Clube recreativo; uma banda musical, um ótimo cinema, o Bar do Jesus, onde a juventude se encontra; um campo de futebol com quadra de vôlei e basquete; o Hospital Ferraz e Torres quase em funcionamento; uma Prefeitura dinâmica e a Câmara dos Vereadores que representa cada vez mais e melhor, a vontade do nosso povo. (p. 8 e 9).



Acervo Família Tótora  
Maria da Fé Antiga FBK

*Missa em ação de Graças pelo 60º aniversário da emancipação do município – 1972.  
Foto à esquerda: Prefeito José da Mota Tótora hasteando a bandeira no antigo  
prédio da Prefeitura Municipal.*



*Reinauguração da Quadra no Estádio Coronel Silvestre (da esquerda para à direita): M<sup>a</sup> Odete, Nanci Corrêa, Vavá, Sr. Manoel Gonçalves, Domingos Tótora, ?, Juca do Amadeu, Gilberto Anacleto, Décio Ferraz, José Batatinha (pai do Aldo) e Joaquim Gonçalves (Jaburu). À direita: Pe. Celso e Sr. Zezinho. Ao fundo os jogadores Expedito Borges (não aparece), Toninho Krepp, Antonio Claret, Canário, Luiz Augusto Zaroni e Olivério Monteiro – Acervo: Egaz Ferraz - 2013*

Foi registrado voto de louvor à Comissão do MOBREAL pelos trabalhos realizados no município, aos festeiros da Festa de Agosto e a proposta da vereadora Maria Areias Vilela, de substituir as árvores ornamentais da cidade por oliveiras.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Francisca Carneiro Zaroni e de Maria Vitória de Almeida.

Em Sessão Solene, a Câmara comemorou os 50 anos da Independen-

dência do Brasil, no dia 1º/09/1972, com discurso do Dr. Osvaldo Renó Campos sobre os vultos que se destacaram na Independência do Brasil, e discurso do Pe. Celso Campos Sales, que terminou com uma oração pela Pátria. Registrou-se as presenças do Prefeito José da Mota Tótora, Vice-Prefeito, vereadores, autoridades e Vicente Gonçalves, Raimundo Santos Marinho, Alaor Mendes Gonçalves, Rosa Maria Campos, Joaquim Carneiro Filho, Gilberto Anacleto de Oliveira, Domingos Tótora, Cícero Teixeira Torres, Pedro Mafra de Carvalho, José Vitor Batista, José Genaro Santos, Waldomiro de Souza Cardoso, Yone Arruda Santos, Manoel Gonçalves, Maria de Lourdes Marchetti Cardoso.

Outros projetos redundaram em Leis apresentadas em novembro de 1972:

- *Projeto nº 114 - alienação de uma parte de terras de doze metros quadrados na Praça dos Vereadores;*
- *Lei nº 385 - criação do Conselho Municipal de Esportes;*
- *Lei nº 382 - autoriza a abertura de crédito especial para a construção de uma quadra de basquete e outros esportes no Estádio Cel. Silvestre;*
- *Lei nº 383 - autoriza a celebração de convênio com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR);*
- *Projeto nº 118 - dispõe sobre aumento da taxa de conservação de estradas;*
- *Lei 387 - dispõe sobre a arborização da cidade;*

Registrada, ainda, solicitação de providências ao Sr. Prefeito para o abastecimento de água na parte alta da cidade e na escola rural Getúlio Vargas (Mata de Cima), criada pela Lei nº 372, de 29/07/1972.

**Centro de Maria da Fé no final da década de 60 - Praça Getúlio Vargas. Foto: Emanuel Peralta - Facebook - 2013**



## INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1973 A 1974

Em 31 de janeiro de 1973, foi empossada a Câmara eleita para o período de 1973 a 1974, constituída dos seguintes membros: Presidência: Vivaldi Costa Campos, Vice-Presidente: Osvaldo Renó Campos, Secretário: Braz Borges de Campos e os Vereadores: José Vitor Batista, Walter Mussolini Sarno, José Braga de Carvalho, José Braga Neto, Antônio Mendes dos Santos e Vicente Cândido da Silva. Presentes autoridades e pessoas da comunidade, a saber: Manoel Gonçalves, José Rezende Vilela, Maria Areias Vilela, Maria Aparecida Mota Tótora, Marina C. Gatto, Lais Peralta, Pe. José de Anchieta, Vicente Gonçalves, José Gonçalves da Costa, Hermelino Gatto, Domingos Tótora, dentre outras. (Livro de Atas s/nº, arquivo da Câmara dos Vereadores de Maria da Fé).



*Vivaldi Costa Campos*  
Presidente  
(1973-1974)



*Osvaldo Renó Campos*  
Vice-presidente  
(1973-1974)

Tomaram posse também o Prefeito Manoel Gonçalves e o vice-prefeito José Rezende Vilela, para o período de 31/01/1973 a 06/12/1976.





**Manoel Gonçalves**  
Prefeito  
(1973-1976)



**José Rezende Vilela**  
Vice-prefeito  
(1973-1976)

Na Ata da posse do Executivo foram identificadas as assinaturas dos vereadores eleitos, do ex-prefeito José da Mota Tótora e do ex-vice Vivalde Costa Campos. Outras pessoas presentes: Maria Areias Vilela, José de Souza Gomes, Domingos Tótora, Albino Luiz Gonçalves, João Batista da Silva, Joaquim Gonçalves da Costa, Benedito Clemente Gonçalves, Maria de Lourdes Cosenza, Otilia Cardoso Gonçalves, Maria Dinorá Mota, entre outras.

Em fevereiro foram eleitas as comissões permanentes da nova Câmara, que analisaram e aprovaram os seguintes projetos:

- *Projeto de Lei nº 389 - pagamento de Taxa de Assistência pelos funcionários contribuintes do IPSEMG (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de MG);*
- *Projeto de Lei nº 122 - autorização de filiação ao IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal);*
- *Projeto de Lei nº 396 - Celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal e o Estado de MG, para a criação das 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries, do primeiro Grau, na Escolas Combinadas Reverendo Moisés Ribeiro no povoado São João.*

Requerimentos apresentados: necessidade de uma reforma geral da escola “Getúlio Vargas”; distribuição de água em toda Vila de Lourdes; necessidade de retificação do Rio Cambuí, especialmente dentro do perímetro urbano; cessão de prédio do patrimônio municipal, no povoado Ilha, para residência do conserva de estradas do bairro.

Foi realizada Sessão Solene em comemoração ao Centésimo Quinquagésimo Aniversário do Poder Legislativo Brasileiro (maio de 1973). O vereador Osvaldo Renó Campos lembrou as justas homenagens aos vereadores que engrandeceram o nosso município com seu trabalho. Discursaram, na ocasião, o Prefeito Manoel Gonçalves e Pe. Celso Campos Sales. A Ata registra a presença dos vereadores e pessoas da comunidade: Benedito Costa Campos, Vicente Gonçalves, Maria Helena Alves Garcia, Joaquim Carneiro Filho, Filomena Ferreira, Maria Tribst dos Santos, Domingos Tótora, Mário Máximo Mendes, Mauro Krepp, dentre outras.

Tomou posse o vereador Alaor Mendes Gonçalves em substituição ao vereador licenciado José Braga de Carvalho.

Outros projetos em pauta na Legislatura:

- *Discussão do Regimento Interno da Câmara;*
- *Requerimentos para abertura e oficialização da Rua Armando Gonçalves da Costa;*
- *Pedido de regularização da Rua Piauí e da Rua Pe. Lauro de Castro;*
- *Providências para a escola rural do povoado de Carros;*
- *Extensão do serviço de iluminação pública da Igreja Matriz de N.S. de Lourdes;*
- *Indicação de construção de rede de esgotos no prosseguimento da Rua João Gonçalves da Costa;*
- *Pedido de informações sobre o Colégio Oficial anexo ao Ginásio Estadual, que ainda não forneceu diplomas aos formandos, desde sua criação.*
- *Pedido de expansão de verbas do serviço de Educação e Cultura e discussão do Projeto do Estatuto dos Funcionários Municipais.*

Registrado voto de louvor ao vereador Osvaldo Renó Campos pela brilhante representação na Câmara dos Vereadores de Itajubá; e concessão de Título de Cidadão Honorário ao senhor Airton Rodrigues.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Francisco Pereira da Rosa (Itajubá), Francisco Ferrer (Cristina), Pedro da Silveira

Braga, Ormeu Junqueira Ferraz, Rogerio Ananias, Maria do Carmo Carneiro Mendes e de Maria Alves Guglielmeli.

Em agosto de 1973, pela Lei nº 404, a Câmara ratificou a assinatura do convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado em abril de 1971, durante a campanha para erradicação do analfabetismo e destacou seus objetivos:

*alfabetizar pessoas da faixa etária de 12 a 35 anos em harmonia com os órgãos Federais e Estaduais, baseado na filosofia operacional de que “não cabe ao governo responsabilidade total dos problemas nacionais, que às comunidades que formam a nação cabe uma parcela da solução de seus problemas, que a comunidade que se omite é um peso morto no esforço desenvolvimentista de uma nação e que à iniciativa privada cabe também uma parcela na solução de problemas”(p.5). Além disso, o MOBRAL possuía a ideia de alfabetizar sempre pensando em educar, no sentido de integrar a pessoa à comunidade, dar condições de aprendizagem, semi-qualificação ou aperfeiçoamento profissional. A Comissão deveria seguir várias etapas da erradicação, que finalizaria com a assinatura do convênio com o Prefeito e o Presidente da Comissão e receber do governo a verba para pagar os monitores e o material escolar dos alfabetizandos. O jornal indicava que eram 400 a população a ser alfabetizada, o curso teria duração de três meses com início ainda no mês de junho (CAMPOS, Osvaldo Renó, Secretário Executivo do MOBRAL Municipal, Jornal Gazeta da Serra, n.39, de junho de 1971)*

Em 06/09/1973 foi realizada Sessão Solene em Comemoração ao Dia da Pátria, com palestra da Prof. Rosa Maria Campos alusiva à data e sobre o centenário de Santos Dumont. Discurso do vereador Osvaldo Renó Campos que enalteceu os trabalhos da Câmara e do Executivo ressaltando o benefício ao trabalhador rural do nosso município ao estabelecer convênio com a Secretaria de Saúde do Estado. Outros benefícios citados: regularização de ruas de acordo com o Plano Diretor, a importância do novo Regimento Interno da Câmara e a aprovação do Estatuto dos Funcionários Municipais.

Na mesma sessão, o Prefeito Manoel Gonçalves elogiou os trabalhos do Legislativo, sempre em cooperação com o Executivo, que trouxeram grandes progressos ao Município, com destaque para o projeto de regularização da recepção de TV; aos atendimentos do FUNRURAL; e atuações do MOBRAL. Além do Prefeito, estavam presentes o Vi-

ce-Prefeito, vereadores e as seguintes pessoas: Pe. Celso Campos Sales, Maria Hercília de Moraes, Lavínia da Costa Silva, Vera de Oliveira, Yône Arruda Santos, Raimundo Santos Marinho, Vicente Gonçalves, Dr. Benito Pinho Zaroni, Maria Dinorá Mota, José Gonçalves da Costa. Mauro Krepp, José Lauro Ribeiro, Joaquim Carneiro Filho, Maria Areias Vilela, Benedito Rodrigues, dentre outras.

O Sr. José Braga de Carvalho reassumiu o cargo de vereador.

Requerimentos registrados no período:

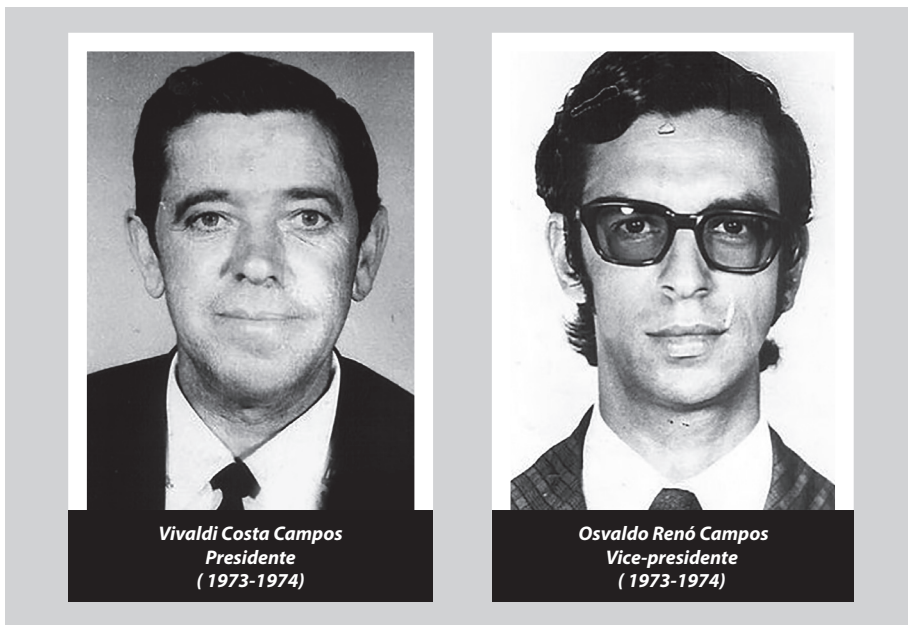
- *Providências para normalizar o funcionamento da Biblioteca Municipal;*
- *Pedido de verbas do MEC para o projeto de construção de escola no povoado de Carros;*
- *Pedido de combate às moscas no bairro do Aterro e canalização do córrego que por ali passa;*
- *Melhoria da distribuição de água na Rua da Matriz e na Rua Salviano Dias Ferraz;*
- *Estudo, por comissão especial, da gratificação ao funcionário da Câmara dos Vereadores;*
- *Leitura e discussão do anteprojeto do Código de Posturas Municipais, Capítulo IV, do artigo 94 até o último capítulo.*

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de José Cosentino; Dr. José de Abreu Rezende (Pedralva-MG); Tenente Oscar Sarmiento (Itajubá-MG); Maria Pereira, do Sr. Artur de Lima Mendonça; Sr. Ítalo Venturelli e de Benedito Paulino (Pedrão).

## RENOVAÇÃO DA MESA DA CÂMARA

---

A partir de fevereiro de 1974, a Câmara ficou constituída da seguinte maneira: Presidência: Osvaldo Renó Campos; Vice-Presidente: Vicente Cândido da Silva; Secretário: Vivaldi Costa Campos; e 2º secretário: Braz Borges de Campos. Demais Vereadores: José Vitor Batista, Walter Mussolini Sarno, José Braga de Carvalho, José Braga Neto, Antônio Mendes dos Santos. Houve registro de voto de agradecimento ao Dr. Nelson Gonçalves da Costa pelos serviços prestados ao município; e ao Cel. Comandante da Fábrica de Armas de Itajubá pelo fornecimento de placas para o Hospital Municipal Ferraz e Torres.



### Projetos e requerimentos apresentados:

- *Projeto de Lei do Plano Rodoviário Municipal;*
- *Discussão e aprovação das contas do Exercício de 1973, do Executivo Municipal;*
- *Leitura e discussão do Código de Obras;*
- *Sugestão para que fossem impressos nos papéis de embrulho do comércio local, assim como calendários, dizeres alusivos a Maria da Fé para propagar o turismo;*
- *Parecer sobre a gratificação do funcionário da Prefeitura, que faz a escrituração dos trabalhos da Câmara;*
- *Elogio dos vereadores ao aniversário da Revolução de 1964;*
- *Doação de um terreno à Fundação Municipal de Saúde, de propriedade do município, situado à Rua João Gonçalves da Costa;*
- *Denominação de Ponte Chico Custódio, a ponte que liga o bairro rural Reserva à sede do município.*

O Prefeito Manoel Gonçalves pediu aos supervisores da ACAR, Juvenal de Oliveira Filho e Maria Dinorá Mota, que comparecessem à sessão da Câmara para juntos esclarecerem a mudança na manutenção do escritório da ACAR e da subvenção municipal que passaria a ser re-

tirada de 5% do subsídio da Prefeitura, o que poderia onerar os cofres públicos. Os supervisores fizeram uma demonstração do trabalho que vinham prestando a Maria da Fé e cidades vizinhas, comprovando a importância da manutenção do escritório e da remuneração dos serviços realizados.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Antônio Ferreira Canha, de Silvestre Ferraz Viana (Itajubá-MG), Guiomar Nogueira Costa e de Terezinha Bernardo.

Foi realizada Sessão Solene em comemoração ao aniversário de Maria Da Fé, com palestra proferida pelo vereador Braz Borges Campos, lembrando que o Sr. Ítalo Venturelli era um profundo conhecedor da história de Maria da Fé; discurso do Sr. Domingos Tótora e do Prefeito Manoel Gonçalves, ambos enaltecendo as figuras da história e do progresso do município, em particular a luta pela estrada Maria da Fé - Itajubá e as obras do Hospital Municipal. Presença do Prefeito, Vice-prefeito, vereadores e as seguintes autoridades: Hélcio Batista de Almeida, Pe. Celso Campos Sales, Glilson Kleber Gonçalves Ferreira, Maria Rita Sales Marchetti, Yêda Mendes Vilas Boas, Myriam Zaroni Torres, Angela Maria Barbosa, Lídia M. Gonçalves, Maria Helena Campos Rennó, Anastase Alcebíades Ninis, Francisco Borges, Mário Máximo Mendes, Maria Areias Vilela e outras. (Livro de Atas nº 8, de 1º de junho de 1974, p.78). Projetos aprovados:

- *Solicitação da regulamentação do Código de Posturas Municipal referente às cercas vivas divisórias, sendo proibido o plantio de eucalipto nelas;*
- *Liberação da cota do Fundo Rodoviário Nacional;*
- *Participação da realização do primeiro Congresso de vereadores do Estado de MG.*

Foi realizada Sessão Solene em homenagem ao Dia da Pátria, com palestra pela oradora Maria Luiza Bortoni Ninis e discurso do Sr. Prefeito Municipal Manoel Gonçalves. Presença do Prefeito, Vice-Prefeito, dos vereadores e demais pessoas: Hélcio Batista de Almeida, Mário Máximo Mendes, Sargento Sebastião Ribeiro de Faria, Domingos Tótora, Hamelore S. Haseloff, Bernd Kurt Haseloff, Maria Areias Vilela, José Gonçalves da Costa, Joaquim Carneiro Filho, Neuza Krepp, Luzia Vi-

lhena Coelho Vieira, Maria do Carmo Cardoso. (Livro de Atas nº 8, de 6 de setembro de 1974, p.82)

Ao final de 1975, a Câmara registrou em ata os seguintes projetos:

- *Autorização ao Executivo para a contratação de empréstimo;*
- *Filiação da Prefeitura à Minas Telecomunicação S/A, para melhoria da recepção de TV;*
- *Deliberação de recursos para construção ou reforma da escola rural da Mata de Cima.*
- *Projeto de Lei nº 148 - Autoriza empréstimo de imóvel do patrimônio do município;*
- *Projeto de Lei nº 149 - Autoriza cessão de imóvel do município;*
- *Projeto de Lei nº 150 - Autoriza doação de material inservível;*
- *Projeto de Lei nº 151 - Pedido de obras para conservação da estrada que liga o Bairro Alecrim a Maria da Fé;*
- *Projeto de Lei nº 152 - Autoriza a celebração de convênio;*
- *Projeto de Lei nº 153 - Autoriza recebimento de doação;*
- *Projeto de Lei nº 154 - Desapropriação do terreno situado na Mata de Cima, para instalação de uma escola rural (Getúlio Vargas);*
- *Projeto de Lei nº 155 - Assinatura de convênio com o Instituto Nacional do Livro - INL.*

Requerimentos registrados no período: pedido de retirada do lixo para fora da cidade e de instalação de água no Bairro Carapiá; além de proposta de salário mínimo às professoras leigas.

Foi registrado votos de pesar pelo falecimento de José Gonçalves da Costa.

No final de 1975, as sessões da Câmara foram realizadas na Biblioteca Rui Barbosa devido à construção do novo prédio da Prefeitura Municipal.



**Construção do novo prédio da Prefeitura, em 1975. Na foto o Prefeito Manoel Gonçalves conduzindo os trabalhos. Acervo de Mari Léa Zaroni Campos – 2012.**



***Prédio antigo da Prefeitura Municipal (1912 a 1975)  
FOTO: QUIM***



***Prédio atual da Prefeitura Municipal de Maria Da Fé, construído no mesmo local  
do prédio anterior. Foto: Circuito Turístico "Caminhos da Mantiqueira"  
postado por Joelzinho no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2020.***



## RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA E DAS COMISSÕES PERMANENTES (1973 A 1974)

---

Em 27/02/1975, conforme o livro de Atas, assumiu a Presidência da Câmara o senhor Braz Borges Campos, tendo como Vice-Presidente: Antônio Mendes dos Santos e demais vereadores: Osvaldo Renó Campos (1º Secretário; Walter Mussolini Sarno (2º Secretário), José Vitor Batista, José Braga de Carvalho, José Braga Neto, Vivaldi Costa Campos e Vicente Cândido da Silva.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Tereza Reis Ferraz (Cristina-MG), Maria Cândida de Assis, Jovina Flauzina de Carvalho, José Bernardo Sobrinho, Francisco Vitorino (pai do Vice-Prefeito de Pedralva-MG) e de Adolfo Junqueira Ferraz.

Foi lido convite da direção da Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes e registrada congratulações da Câmara pela comemoração do 10º aniversário da Instituição; assim como voto de louvor pela atuação dos vereadores do exercício findo; além de votação e aprovação em três momentos do balancete de Receitas e Despesas dos meses de janeiro a dezembro de 1974.

Em 1º de junho de 1975, foi realizada Sessão Solene pelo 63º aniversário de Maria da Fé. O Sr. Mário Máximo Mendes, escolhido como palestrante, exaltou a data como um marco importante para a história do município e reivindicou a criação de cursos profissionalizantes para os jovens. Como presidente da Fundação Municipal Ferraz e Torres, relatou que o Hospital estava nos detalhes finais e logo poderia ser inaugurado, dirigindo congratulações às autoridades responsáveis pelo trabalho realizado. O Sr. Domingos Tótora e o Prefeito Manoel Gonçalves discursaram, em seguida, reafirmando a importância do Hospital para a população mariense. O Dr. Márcio Gomes Viana, designado como médico da entidade, fez alguns esclarecimentos sobre a necessidade de novos equipamentos para a abertura oficial e, nesse sentido, convocou a todos para angariar fundos com esse propósito.

Além da presença do Prefeito, Vice-prefeito, dos vereadores e autoridades, assinaram a ata as seguintes pessoas: José da Mota Tótora, Pe. José de Anchieta Noronha, Vicente Gonçalves, Domingos Tótora,

Laís Peralta Carneiro, Hécio Batista de Almeida, Bernd Kurt Haseloff, Antônio Cândido Martins, Job Batista de Almeida, Francisco Borges, Joaquim Carneiro Filho, Maria Areias Vilela, Tereza Sales Silva, Filomena Ferreira, Maria Cristina Mendes, Maria Helena Campos Renó, Bernadete Lourdes Marinho, Geraldo Henrique de Campos e outras. (Livro de Atas nº 8, p.91)

REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES  
EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR  
A 100 MIL HABITANTES – 1975

Em vista do amplo debate que se processava em todo País sobre o problema da gratuidade da vereança, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 determinou: “Os vereadores não perceberão remuneração seja a que título for”. No entanto, a Emenda Constitucional nº. 4, de 1975, instituiu, na prática, a fixação de remuneração aos vereadores, de acordo com o número de habitantes. Anteriormente, nos municípios com menos de 100 mil habitantes, os vereadores recebiam apenas “um jeton por sessão realizada, cujo valor não poderia ultrapassar ao estabelecido para os membros das Assembleias Legislativas dos respectivos Estados” (p. 234).

As mudanças, na visão da maioria dos seus adeptos, eram justificadas não somente pelo tempo dedicado à vereança, que a cada dia exigia uma responsabilidade maior e intensa aos serviços da comunidade, como também se defendia que:

*”pela gratuidade da função, somente indivíduos abastados poderiam arcar com o bônus da representação popular. Criar-se-ia uma discriminação contrária ao espírito da democracia, a qual quer que todos, pobres e ricos, desde que aptos, compareçam as posições de natureza política e nelas exercitem um papel” (p.232-233)*

No mesmo artigo, o senador Vasconcelos Torres argumentava que:

*A gratuidade da função poderá, inclusive, influir na própria composição das Câmaras Municipais, pois, delas afastando os cidadãos pobres e honrados, poderá a elas levar aqueles que pretendem praticar a corrupção a sombra do mandato legislativo. Se o objetivo em vista é elevar o nível humano dos legislativos municipais, acreditamos que o expediente a adotar consiste justamente em garantir subsídios aos que neles desempenham mandatos, evitada a possibilidade de abusos. (p. 237)*

Em 27/11/1975, a Lei Municipal nº 461 deu início a remuneração dos vereadores de Maria da Fé. (Disponível: <https://www.legislacaodigital.com.br/MariaDaFe-MG/LeisOrdinarias/461/Arquivos/1>)

No segundo semestre de 1975, os vereadores registraram em ata:

- Correspondência do Ministério dos Transportes, comunicando a liberação de cotas do Fundo Rodoviário Nacional; da AVEMIG (Associação de Veículos Automotivos de Minas Gerais);
- Envio de telegrama ao MM Presidente Geisel pela aprovação da emenda constitucional, que permitiu a remuneração dos vereadores;
- O Prefeito Manoel Gonçalves, atendendo solicitações dos vereadores, compareceu à sessão da Câmara para discutir o serviço de abastecimento de água da cidade. Após a reunião, a Câmara ficou encarregada de estudar o contrato com a COPASA-MG até o dia 14/07, quando será assinado o convênio com a Prefeitura;
- Discussão da prestação de contas do executivo relativos aos meses de janeiro a maio e do relatório da ACAR;
- Solicitação de cópia do convênio assinado entre a Prefeitura e os Correios e Telégrafos;
- Moção de congratulações a IAP (Indústria Agropecuária) pela promoção que tem dado ao nosso município.

Foram discutidos e votados os seguintes projetos:

- Projeto nº 156 - criou o serviço de obras sociais da Prefeitura;
- Projeto nº 157 - autorizou a concessão dos serviços de água - COPASA;
- Projeto nº 158 - alterou a redação da Lei n.400 (sobre terreno doado à Telemig, na Rua Capitão João Ribeiro).

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Dr. Mário Zaroni, José Ribeiro Filho, Vitor Hugo Marchetti, Odete Ribeiro da Luz, José Borges Filho, Silas Batista Gomes, Dr. Milton Barroso e Laura Mendes Costa, irmã do vereador Antônio Mendes dos Santos.

Registrados, ainda:

- *Solicitação do Prefeito para alienação patrimonial, constante de ações da Petrobrás; celebração de convênio com o GERFAMIG (Grupo Executivo de Erradicação da Febre Aftosa em Minas Gerais); balancetes mensais de junho e julho desta gestão;*
- *Projeto de Resolução n.49, da Mesa Diretora da Câmara, que fixa a remuneração dos vereadores para a atual legislatura;*
- *Requerimentos dos vereadores solicitando ao Prefeito providências no abastecimento de água da Rua Dr. Silvestre Ferraz; troca de lâmpadas na Praça dos Vereadores e canalização de água do “Brejinho”, no bairro da Lage.*
- *Votos de louvor aos festeiros, ao vigário da Paróquia, à Sociedade S.V. de Paulo e líderes da Festa de Agosto/1975.*

Em 7 de setembro, foi realizada Sessão Solene em Homenagem ao Dia da Pátria, com palestra pelo Padre José de Anchieta Noronha, que falou sobre as possibilidades econômicas e a religiosidade do povo brasileiro. Discurso também do Prefeito, Sr. Manoel Gonçalves e do Sr. Domingos Tótora. A ata levou a assinatura do Prefeito, Vice-Prefeito, vereadores e pelas seguintes pessoas: Joaquim Carneiro Filho, Vicente Gonçalves, Domingos Tótora, M<sup>a</sup> de Lourdes Marchetti Cardoso, Marilda R.M. Krepp, M<sup>a</sup> Areias Vilela, Anastase Alcebiades Ninis, Mário Máximo Mendes, José Márcio Costa, Hércio Batista de Almeida, Lazara M<sup>a</sup> Fernandes de Campos, Eugênio Carlos Braga, Eugênio Guilherme Braga, dentre outras.

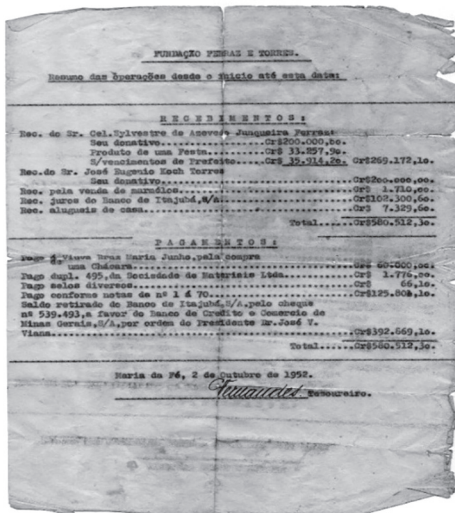
- *Projeto de Resolução n.º 49, da Mesa Diretora, que fixa a remuneração dos vereadores para a atual legislatura;*
- *Balancete mensal referente a agosto do corrente ano da gestão do Prefeito Manoel Gonçalves;*
- *Requerimento referente à regularização da abertura do calçamento da Rua Pe. Lauro de Castro;*
- *Indicação do vereador Osvaldo Renó Campos para chefiar comissão de elaboração do Estatuto do Magistério Municipal.*

A FUNDAÇÃO FERRAZ E TORRES  
E A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL,  
EM 5 DE OUTUBRO DE 1975.



**Acervo de Égaz Ferraz, postagem no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2012.**

A construção da Santa Casa de Misericórdia em Maria da Fé, ou seja, do Hospital Ferraz e Torres era o grande sonho do Prefeito Silvestre Ferraz, desde o seu primeiro governo. Em 1952, ele e seu amigo José Koch Torres depositaram, no Banco de Itajubá, depois transferido para o Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais, as primeiras doações à Fundação Ferraz e Torres. A quantia retirada pelo Dr. José V. Viana, que consta no recibo anexo, fez parte da compra da Chácara de Braz Maria Junho, à Rua João Gonçalves da Costa, o local exato onde foi construído o Hospital.



*Parte da doação do Cel. Silvestre foi resultado de seus vencimentos como Prefeito e lucros da venda de café e leite da Fazenda Goiabal, além de festas promovidas. Parte da doação de José Koch Torres foi da venda de marmelos de sua plantação na Fazenda Pomária e aluguel de casas. O recibo demonstra o espírito de desprendimento de dois valorosos cidadãos em favor da assistência à saúde da população marien-se. Foto do recibo original: acervo de Ana Goulart Ferraz (Niquinha).*



***À direita da Rua João Gonçalves da Costa – local onde estava situada a Chácara de Braz Maria Junho, bem em frente à subida para o cemitério. Acervo de Joaquim Santana de Almeida (Quim).***

Nos mandatos posteriores, os prefeitos municipais, juntamente com os vereadores, empenharam-se em levar a ideia de construir uma “Santa Casa”, mas esbarraram em períodos de crise econômica e de suspensão dos mandatos do legislativo, que não favoreceram a execução de nenhuma obra pública de vulto na área da saúde. Até mesmo médicos para a zona urbana de Maria da Fé eram difíceis de serem contratados, devido à falta de um local onde pudessem atender a população convenientemente.

Somente na década de 60, durante o seu terceiro mandato como Prefeito, o Cel. Silvestre Ferraz conseguiu verba suficiente para a construção de um Posto de Saúde Municipal. Em 1966, foi contratado, pelo Prefeito Domingos Tótora, o médico Orlando Sanches. Além disso, o Município manteve um convênio, sob aprovação da Câmara Municipal, com a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, à qual destinava mensalmente uma subvenção para que houvesse pelo menos um leito disponível aos pacientes de Maria da Fé, no caso de uma internação, cirurgia ou outras situações mais graves.

O Prefeito Manoel Gonçalves, ao final do seu primeiro mandato (1967-1971), fez um retrospecto da situação da saúde no município<sup>34</sup>:

---

<sup>34</sup>Jornal Gazeta da Serra n. 35, de janeiro de 1971, p.2.

*Ao assumirmos a Prefeitura encontramos a Unidade Sanitária (Posto de Saúde) local funcionando duas vezes por semana, financiada pelo Estado de Minas Gerais. Vencendo o contrato do médico com o Estado e não havendo renovação tivemos a infeliz oportunidade de ver nossa única casa de saúde completamente fechada. Daí para diante um único pensamento dominava a atual administração: trazer para Maria da Fé, um médico, mas que aqui residisse. O funcionamento puro e simples da Unidade Sanitária como vinha sendo feita não satisfazia os interesses do Município, pois a assistência era precária e o povo continuava sem médico. Neste período é indispensável destacarmos a figura do Dr. Antônio Elzio que mantinha um consultório médico, não deixando dessa forma em completo desabrigo os moradores de Maria da Fé. A luta para a vinda de um médico era cada vez mais intensa, todos os meios possíveis foram usados. Certa noite, em reunião do Lions Clube de Maria da Fé, na residência do senhor Vivaldi Costa Campos, o Prefeito Municipal manteve uma palestra muito cordial com o D. Nestor De Luca, Chefe da Unidade Sanitária de Cristina; expôs àquele médico a verdadeira situação de Maria da Fé e obteve dele a promessa de que também ele iria nos ajudar na busca de um médico que pudesse residir em nossa cidade. Foi através do Dr. Nestor que conseguimos trazer para o nosso convívio o Dr. Javier R.S. Cáceres, médico que residia em Belo Horizonte e que desejava mudar-se e então houve a grande oportunidade almejada, e hoje temos há mais de dois anos em nosso convívio a presença honrada de um homem e de um médico que tanto já tem feito por nossa cidade.*

Em seguida, o Sr. Manoel Gonçalves explicou que, dessa forma, conseguiu reabrir a Unidade Sanitária em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado e pode contratar enfermeira e serviçal para aquela Unidade. Nos relatos do ex-Prefeito, também são citados diversos hospitais que, durante aquele período, prestaram assistência ao município mariense, uma vez que não havia um local para assistir aos doentes de Maria da Fé.

Além da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, foram citados a Santa Casa de Cristina, a Fundação Espírita “Américo Bairral”, da cidade de Itapira-SP, o Hospital Colônia, de Barbacena, o Hospital Franco da Rocha, em São Paulo, os hospitais Raul Soares e Santa Maria, de Belo Horizonte.

Na falta de ambulâncias, era utilizada uma pick-up Willys para condução de doentes aos diversos hospitais, além de contar com o apoio de alguns proprietários de veículos, que colocavam à disposição o transporte. O Lions Clube e os Vicentinos também disponibilizavam veículos para internar os doentes.

## A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL

---

Na busca por conseguir uma assistência médica contínua para Maria da Fé, vários prefeitos e vereadores, deputados e marienses interessados fizeram inúmeras viagens a Belo Horizonte, bem como a Brasília, para conseguir uma verba robusta capaz de cobrir as despesas da edificação do Hospital, mas, como tudo estava centralizado nas esferas estadual e federal, não foi possível obter o montante nos governos anteriores ao Prefeito Manoel Gonçalves.

Quando reeleito, em 1973, o Prefeito recebeu da Fundação Ferraz e Torres o terreno e as doações depositadas no Banco de Itajubá e assim procedeu-se a assinatura do convênio com a Prefeitura Municipal. Através de iniciativa dos vereadores e do prefeito, novas doações ocorreram à Fundação Ferraz e Torres, faltando somente a planta para iniciar a construção.

A população organizou festas, leilões e reuniu doações para a compra de equipamentos e materiais de uso do novo hospital, como roupas de cama, de banho, cortinas, aventais, e outras necessidades. Essa mobilização foi liderada pelo Dr. Márcio Gomes Viana (médico que, atualmente, reside em Itajubá), pelo Sr. Gentil Valério Fernandes e sua esposa Angelina (casal foi provedor do Hospital, com votos de louvor pelo trabalho desempenhado), assim como outras pessoas da comunidade, que se dedicaram, com afinco, para manter o funcionamento da instituição.

Segundo o Prefeito Manoelzinho, a ajuda dos engenheiros Dr. Nilton Barroso, do Rio de Janeiro, e do Dr. Pedro Mendes dos Santos (então Reitor da UNIFEI e Prefeito de Itajubá) foram fundamentais na elaboração da planta do Hospital e confecção de um Plano para a obra. Dr. Pedro, que representava a firma Organização Sul Mineira de Engenharia, do Ministério da Saúde, participou e ajudou no processo de licitação, onde o Plano de Trabalho apresentado pelo Sr. Vicente Gonçalves foi considerado o mais adequado ao município e apresentava melhores condições financeiras. Ao executar o serviço, o Sr. Vicente Gonçalves contou com uma excelente equipe de pedreiros e ajudantes.



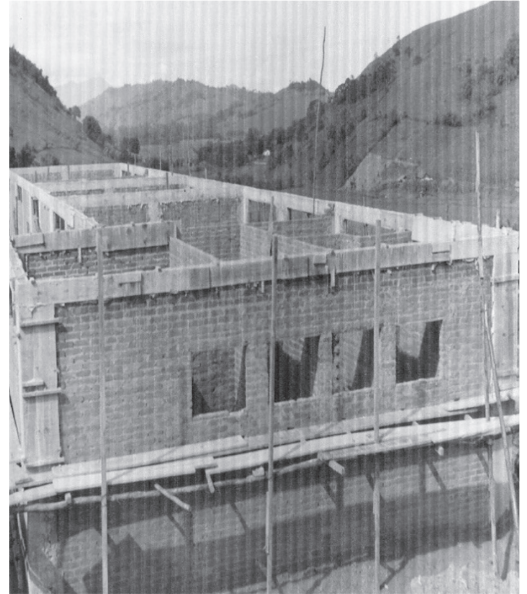


**Construção do Hospital Municipal. Acervo de Ataíde de C. Ferreira.**

**Construção do Hospital Municipal Ferraz e Torres (1974) - Acervo: Égaz Ferraz**



**Hospital Ferraz e Torres, pronto em 1975, conforme planta inicial.**



**O Prefeito Municipal Manoel Gonçalves discursa para a população presente na inauguração do Hospital, em 05/10/1975. Algumas pessoas identificadas: a menina Cristina Mendes e sua mãe (esposa do Sr. Mário Mendes), Dona Mariquinha, Terezinha Amaral, Lourdinha Marchetti, Vavá e Rovani Marchetti, Elpina Ferreira e as filhas Cely e Cássia Gonçalves (no colo). Foto do acervo do Centro Cultural de Maria da Fé – 2020.**



## A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL

No dia 5 de outubro de 1975, Maria da Fé recebeu das mãos do Prefeito Municipal Manoel Gonçalves, a unidade hospitalar Ferraz e Torres, situada à Rua João Gonçalves da Costa. Várias autoridades políticas, militares e religiosas e grande parte da população mariense compareceram à inauguração.



***Inauguração do Hospital Municipal – Acervo: Prefeitura.  
Da esquerda para a direita: Vivalde Costa Campos, ao fundo; Deputado Luiz Fernando Faria; Sra. Sofia Torres (mãe de Rogerio Torres); Deputado Euclides P. Cintra e o Coronel Tavares (convidado para cortar a faixa inaugural). As crianças: Sandra (filha de Manoel Gonçalves); Marilene (filha de Hilda e Albino); e Luís (filho do Sr. Titi).***

*Inauguração do Hospital com Missa Campal*





**Momento do corte da faixa inaugural na inauguração do Hospital: Pe. Anchieta, Coronel Tavares, Sr. Manoelzinho e D. Sofia Torres. Acervo do Centro Cultural de Maria da Fé.**

**Sr. Manoelzinho recebendo a comunhão na missa da inauguração do Hospital. Padre Anchieta, Gentil, Manoelzinho, José de Almeida, Vivalde, Vicente Gonçalves. Mais atrás: Dr. Marilúcio Miranda, Walter Mussulini Sarno, Dr. Márcio Gomes Viana, Tiãozinho Paiva. Ao meio: Dr. Aldo Gonçalves. Comentário do Dr. Aldo: "Estou bem no meio, atrás, com óculos escuros. Estava com o Cel. Tavares, que foi convidado para cortar a faixa de inauguração do Hospital. Na hora ele me passou a tesoura e disse 'Toma! Você é o médico!' E eu tive essa grande honra de cortar a faixa inaugural do Hospital." Acervo: Grupo Maria da Fé Antiga.**



**Inauguração do Hospital: da esquerda para a direita, à frente: Vivalde, Vicente Gonçalves, José de Almeida, Braz Borges de Campos, D. Sofia e Gentil. Mais atrás, Dr. Osvaldo Renó, Dr. Aldo Gonçalves (de óculos escuros), Mário Mendes, Zezinho Tótora. Acervo de Ana Angélica S. Marinho.**

Em outubro, a Câmara Municipal recebeu correspondência sobre a Lei Complementar nº 25, de 02/07/75: “As Câmaras Municipais fixarão o subsídio dos Vereadores no final de cada Legislatura para vigorar na subsequente, observados os critérios e limites determinados na presente Lei Complementar”. (disponível:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp25.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp25.htm))

Os seguintes projetos foram aprovados:

- *Projeto de Lei nº 160 - abertura de crédito especial para construção de Central telefônica da TELEMIG;*
- *Projeto de Lei nº 161 - declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo de Maria da Fé;*
- *Projeto de Lei nº 162 - declara de utilidade pública a Fundação Municipal de Saúde;*
- *Projeto de Lei nº 163 - fixa o valor de referência como unidade de cálculo de tributos e penalidades pecuniárias em substituição ao salário mínimo;*
- *Projeto de Lei nº 164 - autoriza celebração de convênio com a Procuradoria Geral do Estado de MG para estabelecer cooperação no pagamento da casa de residência do Promotor de Justiça da Comarca;*
- *Projeto de Lei nº 165 - autoriza doação de terreno à TELEMIG;*
- *Projeto de Lei nº 166 - declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Eubiose;*
- *Projeto de Lei nº 167 - abre crédito especial para a remuneração dos vereadores a partir de 04/07/1975;*
- *Projeto de Lei nº 168 - autoriza o recebimento de impostos fora do prazo sem cobrança de multa.*

Registrado, também, no mesmo período: solicitação de reforma da pintura e regularização da água da Escola Municipal Guilhermino Batista Campos; votos de louvor para Bernd Kurt Haseloff pela publicação do livro “Dicionário Técnico da Agricultura”; voto de congratulações aos Srs. José Iton de Almeida, Mário Máximo Mendes, Hermínio Casemiro Costa e José Braga Neto, nomeados Ministros da Eucaristia da Paróquia local; comunicação do novo Comando de Destacamento Policial da cidade pelo 2º Sgto.PM Edson Borges da Silva. Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de José de Souza Gomes e da Sra. Maria José Franqueira.

## RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA (1976 A 1977)

Em 26/02/1976, os vereadores elegeram para Presidência: José Braga Neto, Vice-Presidente: José Vitor Batista, Secretário: Antônio Mendes dos Santos, 2º Secretário: José Braga de Carvalho. Demais Vereadores: Braz Borges de Campos, Osvaldo Renó Campos, Walter Mussolini Sarno, Vivaldi Costa Campos e Vicente Cândido da Silva. Na mesma reunião, foram lidas as correspondências recebidas e registrada a informação referente aos vencimentos e ajuda de custo para o Prefeito que seria empossado no próximo quadriênio. Registrado, também, voto de congratulações à funcionária da Câmara, Benedita Veloso Carvalho Oliveira, pela sua dedicação e eficiência nos trabalhos realizados.

Projetos aprovados no período:

- *Projeto de Lei nº 169 - A Sociedade dos Amigos de Maria da Fé (SAMFE) - declarada de utilidade pública;*
- *Projeto de Lei nº 170 - A Companhia de Armazéns de Silos (CASEMG) solicita isenção de impostos do seu imóvel situado à Rua Alfredo Gaspar Guimarães, de exercícios anteriores e em lançamentos futuros.*
- *Projeto de Lei nº 171 - Executivo solicitou aprovação do Plano Rodoviário Municipal, incluindo as estradas do Pedrão, Pedralva, Pomária, Ilha, Pintos Negreiros (Barra, D. Viçoso e Virgínia) e de Maria da Fé para Itajubá, Cristina e aos bairros Goiabal, Posses, Reserva, Mata de Cima, Caetés, Trigal, Grota, Beleza, Vargedo, Palha do Rocha e outras;*
- *Projeto de Lei nº 172 - aquisição de imóvel em concorrência pública da Companhia de Armazéns de Silos (CASEMG), situado à Rua Alfredo G. Guimarães, nesta cidade, e aprovação de crédito para pagamento do referido prédio;*
- *Projeto de Lei nº 173 - aprovação de recebimento de doação da Sociedade dos Amigos de M<sup>a</sup> da Fé (SAMFÉ) a importância de vinte mil cruzeiros para instalação da Casa da Criança (Livro de Atas nº 8, de 29/04/1976);*
- *Projeto de Lei nº 174 - aprovação de crédito especial para pagamento do vereador Braz Borges Campos referente ao ano de 1975;*
- *Projeto de Lei nº 175 - aprovação para aumento da subvenção da Fundação Municipal de Saúde, a partir de junho/1976;*
- *Projeto de Lei nº 176 - aprovação de assinatura de convênio com o Estado de MG destinado a execução de Ponte nos Pintos Negreiros (Ribeirão dos Criminosos), sendo 20% das despesas gerais subvencionadas pela Prefeitura Municipal;*
- *Projeto de Lei nº 177 - doação de um prédio construído para armazém*

*(silo) à SAMFÉ, para instalação da Casa da Criança<sup>35</sup> mantida pela Sociedade. Caso houvesse ocupação contrária, o imóvel seria revertido à Prefeitura Municipal, e se extinta a SAMFÉ, os bens seriam transferidos para a Sociedade de S.V. de Paulo desta cidade, segundo registro no Estatuto da entidade.*

O subsídio do Prefeito para 1977 e 1978 foi fixado em quatro mil cruzeiros mensais e um mil e quinhentos de representação para os anos de 1979 e 1980 (restante do mandato). Para os vereadores a serem empossados em 1977, o valor foi fixado na Resolução nº 51, de acordo com a Lei Complementar nº 25, de 02/07/1975, ou seja, 3% da receita arrecadada no ano anterior. A remuneração foi dividida em parte fixa e parte variável, sendo esta proporcional ao comparecimento do vereador nas sessões da Câmara e participação nas votações.

Outros registros fazem parte do período:

- *Requerimento solicitando verificar a possibilidade de celebrar convênio entre o Hospital local e o Governo Federal para obter medicamentos à população carente.*
- *Os vereadores Braz B. Campos e Osvaldo Renó Campos apresentaram um estudo sobre o acúmulo de cargo de funcionário público com o de vereador, o que foi considerado constitucional pelo Parecer do IMAM, desde que houvesse compatibilidade de horários do trabalho do funcionário com as reuniões da Câmara.*
- *Requerimentos endereçados ao Prefeito Municipal:*
- *Necessidade de mudança da rede de esgotos que servia a Praça da Matriz, em virtude de mau cheiro nas residências dos Sr. José Genaro dos Santos, Antônio Corrêa dos Santos e Pe. José de Anchieta Noronha;*
- *Pedido de urgência na construção da ponte sobre o Rio das Posses, em direção à Reserva;*
- *Esclarecimentos do Secretário da Prefeitura, Waldomiro de Souza Cardoso sobre a prestação de contas do Sr. Manoel Gonçalves, ano de 1970, que apresentou os comprovantes devidamente corrigidos;*
- *Nomeação de comissão especial para entendimento com os produtores de sementes de batatas certificadas;*
- *Reforma do bueiro entre as ruas Silvestre Ferraz e a Rede Ferroviária Centro Oeste, para melhor escoamento das águas das chuvas;*

---

<sup>35</sup> Veja referências sobre o assunto no Texto “O Grupo Jovem e a Casa da Criança”, no capítulo “Anotações de uma época”, neste volume, pelo Hospital de Maria da Fé

- *Voto de louvor ao Jornal Gazeta da Serra e ao Sr. Francisco Severo pela divulgação de nossa cidade, por ocasião das fortes geadas que atingiram o município.*

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de D. Maria, mãe do jornalista Sebastião Inocência Pereira, do Sr. Joaquim José Gonçalves; do Dr. Álvaro Augusto de Almeida, de Walter Vitorino, de Raimundo Sales Tótora, de José de Almeida e do ex-Presidente Juscelino K. de Oliveira.

Na sessão de 27/05/1976, estiveram presentes para um trabalho de Língua Portuguesa as alunas do 2º ano do Curso Normal do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes: Maria do Carmo Rodrigues, Genoveva Prince de Souza, Maria Mirtes Bernardo e Celina Batista do E. Santo.

No segundo semestre de 1976, foram aprovados os seguintes projetos pela Câmara Municipal:

- *Projeto de Lei nº 178 - O projeto foi debatido novamente e ficou decidido esperar a resposta do executivo para definir a aprovação, pois a proposta da maioria dos vereadores era pelo aumento para todos os funcionários;*
- *Projeto de Lei nº 179 - concessão de isenção de taxas para as barraquinhas na Festa de Agosto, transferindo-as para a Sociedade S. Vicente de Paulo, que deveria fiscalizá-las para evitar irregularidades;*
- *Projeto de Lei nº 180 - autoriza o recebimento de doação da Fundação Municipal de Saúde para complementar a compra de uma ambulância;*
- *Projeto de Lei nº 181 - autoriza a aquisição de veículo tipo Kombi, de fabricação nacional, concedida pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC, a ser complementada com a doação da Fundação Municipal da Saúde, para uso do Hospital Ferraz e Torres desta cidade;*
- *Projeto de Lei nº 182 - autoriza assinatura de convênio com o Estado de MG através da Cia de Desenvolvimento Urbano do Estado - CODEURB, para a construção de ponte sobre o Ribeirão Serra Negra (Km 33, da Rodovia Itajubá-Lorena-S. Lourenço) comprometendo-se a Prefeitura com 20% do seu custo total;*
- *Projeto de Lei nº 183 - altera o quadro geral de funcionários do município, descrevendo salários, proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo município;*
- *Projeto de Lei nº 184 - dispõe sobre doação de patrimônio municipal para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA de um lote de terras, para construção de escritório local da empresa;*
- *Projeto de Lei nº 185 - dispõe de doação de terrenos do patrimônio público*



necessários para a passagem de adutoras da COPASA. Tanto a doação do projeto 184 como do Projeto 185 não podem ser utilizadas para outro fim, a não ser aos quais se destina;

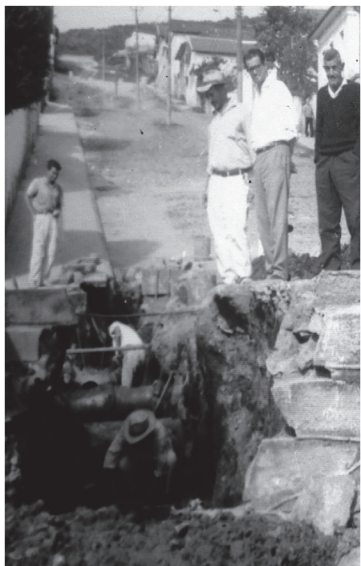
- Projeto de Lei nº 186 - solicita aprovação para construir, anexo ao prédio da E.E. São José dos Pintos Negreiros, dois cômodos que serão utilizados pelo Estado para instalação de um laboratório e outro para estudo de técnicas agrícolas.
- Projeto de Lei nº 187 - dispõe sobre instalação gratuita de repartições de serviços de utilidade pública no novo prédio do Governo Municipal, conforme convênios, a saber: 1. Associação de Crédito e Assistência Rural; 2. Empresa Brasileira de Telégrafos; 3. Ministério do Trabalho - Posto de Identificação; 4. Serviço Integrado e de Assistência Tributária; 5. Campanha Nacional de Alimentação Escolar.
- Projeto de Lei nº 188 - dispõe sobre isenção de imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência do campo tributário do município, o Hospital Municipal Ferraz e Torres, sob a direção municipal de saúde (Decreto Federal 834, de 08/09/1969).

Foi realizada Sessão Solene em Homenagem ao Dia da Pátria, com palestra pela professora Filomena Ferreira e pelo Sr. Domingos Tótora, declamando uma poesia referente à pátria. Presença do Prefeito, Vice-prefeito, vereadores e autoridades: Terezinha Machado Krepp, Maria Aparecida Mota Tótora, Joaquim Carneiro Filho, Antônio Cândido Martins, Lúcio Flávio Moraes, entre outras. (Livro de Atas nº 9, de 06/09/1976)



**Desfile de 7 de Setembro: O Prefeito Manoel Gonçalves aguardando os estudantes que desfilavam na Rua Arlindo Zaroni, no coreto, à frente da Prefeitura Municipal (recém inaugurada). Foto: acervo de Égaz Ferraz. Facebook – 2012. Da esquerda para a direita: Pe. Juca, diretor da E.E.N.S. de Lourdes, Sr. Manoel Gonçalves, ao fundo o Pe. Anchieta; Chefe do Destacamento Militar; Hércio Batista Almeida, Marilda Krepp, Alair Gonçalves, Osvaldo Renó Campos e Sra. Mais à direita, o Sr. Domingos Tótora, Sr. Vivalde C. Campos e Fonseca.**

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de José Mendes Filho, de D. Maria Olinda de Jesus, de D. Maria Odete Tribst dos Santos, de D. Margarida Shihara e do Prefeito Manoel Gonçalves<sup>36</sup>



**Obra do governo de Manoel Gonçalves: canalização de água e esgoto da Prefeitura Municipal – com Dito Bombeiro, Sr. Manuelzinho e Nico Cassimiro, em 1976. Foto: acervo de Égaz Ferraz. Benção do caminhão basculante adquirido pela administração do Prefeito Manuel Gonçalves.**



<sup>36</sup> Ver mais informações sobre o Prefeito Manoel Gonçalves nos textos complementares, ao final deste volume.

## POSSE DO VICE-PREFEITO JOSÉ REZENDE VILELA PELO FALECIMENTO DO PREFEITO MANOEL GONÇALVES

Em 07/12/1976 foi realizada na Câmara Municipal a Sessão Especial de Posse do Vice-Prefeito José Rezende Vilela que substituiu o Prefeito Manoel Gonçalves em razão do seu falecimento.

Pelo Projeto de Lei nº 189, de 30/12/1976, aprovado unanimemente por todos os vereadores, o Paço Municipal”, situado à Praça Getúlio Vargas, passou a ser denominado “Prefeito Manoel Gonçalves em homenagem póstuma pelos relevantes serviços por ele prestados ao município.



*José Rezende Vilela tornou-se Prefeito Municipal entre 1976 a 1977, devido ao falecimento do Prefeito Manoel Gonçalves - Foto acervo da Prefeitura – edição de Aldo Luccas B. Gonçalves - 2019*

Ainda em sessão da Câmara, no ano de 1976, a inspetora escolar Sra. Maria Tribst de Campos expôs as dificuldades de transporte (condução) das professoras que lecionavam no Bairro da Mata, o que não ocorria com os bairros Ilha, São João, Reserva, Posses, Grota e Trigal. Os vereadores sugeriram que as pessoas do bairro pagassem a condução das educadoras, porque, em 1977, não haveria dotação orçamentária para que a Prefeitura fizesse o transporte.

O ano de 1977 teve início com uma Sessão Especial da Câmara Municipal ao conceder títulos de cidadão honorário a diversas pessoas da comunidade pelos relevantes serviços prestados ao município. Assim consta no Livro de Atas nº 9, em registro do dia 06 de janeiro, p.43:

tados ao município. Assim consta no Livro nº 9, Ata do dia 06/01, p.43:

*1. Pe. José de Anchieta Ribeiro Noronha (por indicação do vereador Braz Borges de Campos): Reforma da Igreja Matriz de N.S. de Lourdes, construção de instalação sanitária, escadaria e serviços de alto-falantes nela; reforma do cemitério local e reativação de entidades e equipes litúrgicas e movimentos religiosos*

marienses; organizou a S.S. Vicente de Paulo e a Festa de Agosto de caráter filantrópico. 2. Flabino de Carvalho, (por indicação do vereador Osvaldo Renó Campos). Foi homenageado pela sua invejável qualidade administrativa e tino comercial, destacando-se pela colaboração com as entidades filantrópicas e teve papel relevante na construção e direção do Nevada Clube. 3. Viriato Corrêa, (por indicação do vereador Walter Mussolini Sarno): homenageado pelas suas realizações, proporcionando grande número de empregos diretos e indiretos e arrecadação para os cofres públicos e colaboração no setor de segurança, filantrópico e social. 4. Rogério Lamego Torres, (por indicação do vereador Vivaldi Costa Campos), que se destacou como exemplar empregador rural pela sua ação de caridade social e humana e pela cessão de água potável de sua fazenda Pomária para abastecimento de Maria da Fé e cessão de prédio urbano para funcionamento do Clube Recreativo e terrenos para a instalação dos repetidores de TV. 5. Benedito Clemente Gonçalves (Dito Bombeiro), que exerceu por 35 anos, com responsabilidade e eficiência, o cargo de chefe dos Serviços de Obras do município. 6. Vicente Gonçalves, pela sua participação como Comissário de Menores e Juiz de Paz, além de excelente profissional na construção de vários imóveis do nosso município, tanto na zona urbana como na rural. 7. Otacilio Cândido Vicentini, eletricitista de comprovada capacidade profissional, figura carismática e grande colaborador nas obras sociais, civis e religiosas do município. 8. Francisco Severo (Sr. Chiquito): técnico agrícola e batalhador na implantação de batatas-sementes no município; incentivador e divulgador de Maria da Fé na TV e outros meios de comunicação. 9. Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, (por indicação de José Braga Neto): engenheiro mecânico-eletricista da Prefeitura de Itajubá, depois Deputado Federal, Secretário da Educação e Governador do Estado de MG. Contribuiu para legalização do Ginásio N.S. de Lourdes e com recursos financeiros para perfurações de poços artesianos como auxílio ao abastecimento de água do município, no setor das telecomunicações e na luta para asfaltar a estrada que liga Itajubá a Maria da Fé.

Verifica-se, na ata de 27/01/1977, registro de Moção de Protesto, de autoria do vereador Osvaldo Renó Campos, contra as autoridades encarregadas da segurança pública do Município, pelas arbitrariedades e abuso de autoridade cometidas por soldados PM e outros, ocorrido no dia 24 do corrente mês. Foi sugerido enviar ofício à Comarca.

Na mesma época, foram aprovados o Projeto de Lei nº 190, de autoria do Sr. Francisco Teodoro da Costa, que denominou uma rua aberta de Rua “Manoel Gonçalves”; e o balancete de agosto a dezembro de 1977, pela comissão especial, em três sessões de votação, sendo todas com voto favorável.

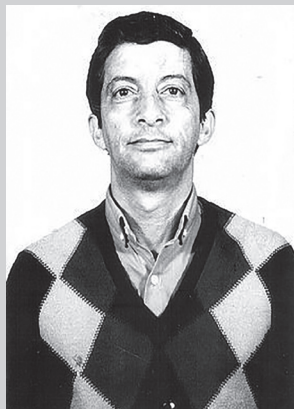
## A CÂMARA MUNICIPAL DE 1977 A 1980

---

Consta no Livro de Atas da Câmara, iniciado em 31/01/1973, a instalação da Legislatura 1977 a 1980, com a seguinte composição: Presidência: Braz Borges de Campos, Vice-Presidente: Osvaldo Renó Campos, Secretário: Alaor Mendes Gonçalves; 2º Secretário: Vicente Cândido da Silva. Demais vereadores: Antônio Marcelino da Silva, Daniel Caetano, Job Batista de Almeida, José Carlos Neto e Olavo Custódio de Almeida.



**Braz Borges de Campos**  
Presidente da Câmara de  
31/01/1977 a 02/02/1978



**Alaor Mendes Gonçalves**  
Presidente da Câmara de  
23/02/1978 a 15/02/1979



**Osvaldo Renó Campos**  
Presidente da Câmara de  
15/02/1979 a 28/02/1980

Na mesma sessão, de 31/01/1977, foi dada Posse ao Prefeito Flabino de Carvalho e ao Vice-Prefeito Antônio Cândido Martins para o período de 31/01/1977 a 31/01/1983. Após juramento, o Prefeito Flabino de Carvalho usou da palavra para agradecer aos presentes. Também discursaram o Sr. Domingos Tótora, o ex-prefeito Dr. José Vilela Viana e o vereador Osvaldo Renó Campos que saudou as autoridades eleitas e

os ex-prefeitos Manoel Gonçalves e Cel. Silvestre Junqueira Ferraz. Presença dos vereadores eleitos e autoridades: José da Mota Tótora, José Luiz de Almeida, Vicente Gonçalves, Laís Peralta Carneiro, Padre Celso Campos Sales, Mário Máximo Mendes, Lauro Gonçalves da Costa, Sebastião A. da Silva, Jorge Miguel Filho, Francisco Severo Guglielmelli Filho, Antônio Mendes dos Santos, José Batista, José Bueno de Carvalho, Walter Mussolini Sarno, Ary Siqueira de Mesquita, dentre outras.



**Flabino de Carvalho Prefeito de 1977-1983**  
**Foto acervo da Prefeitura Municipal de Maria da Fé –**  
**edição de Aldo Luccas B. Gonçalves – 2019**

Em fevereiro de 1977, a nova Câmara elegeu suas comissões permanentes e aprovou a indicação do vereador Job Batista de Almeida para líder da bancada da ARENA no Município.

Destaca-se na Legislatura a aprovação do Projeto de Lei nº 488, que instituiu o registro das escolas municipais na Secretaria de Estado da Educação. Outros registros importantes:

- *Projeto de Lei nº 490: concedeu pensão temporária a Matilde Maria de Jesus, incapacitada para o trabalho, única dependente do servidor municipal Joaquim Inácio da Silva, falecido naquele ano;*
- *Projeto de Lei nº 489: cessão de bens do patrimônio municipal para o escritório da EMATER;*
- *Projeto de Lei nº 194: Plano Rodoviário Municipal para o ano de 1977;*
- *Presença do Sr. Isaac Batista da Silva, Delegado de Polícia de Maria da Fé, que informou sobre as providências nos acontecimentos ocorridos em 27/01/77;*
- *Correspondência do Prefeito sobre a avaliação de propriedades rurais.*

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de João Antônio dos Reis, Maria Vitória de Faria, José Bonifácio do Amaral, Maria Helena Campos Mendes e de Maria Josefa de Jesus.

Na sessão de 31/03/1977, o vereador Osvaldo Renó Campos fez um breve relato sobre o aniversário da Revolução de 1964.

Nos registros oficiais constam também:

- *Aprovação do Projeto de Lei nº 492, que autorizou a celebração de convênio com a EMATER-MG.*
- *Anúncio do edital para a construção da estrada Maria da Fé - Itajubá.*
- *Sugestão, pelos vereadores, de colocação de “tartarugas” (redutores de velocidade) nas ruas de Maria da Fé, devido ao abuso de velocidade de alguns motoristas e à necessidade de proibir o trânsito na Rua Arlindo Zaroni em dias de festas, feriados e domingos.*
- *Apresentado o pedido do Sr. Anastase Alcebíades Nunes para mudanças na área de terras destinada à construção do Mercado do Produtor (Ceasa). Observa-se que o Sr. Francisco Severo (Sr. Chiquito) ponderou que o lugar original escolhido era o mais indicado para a construção do Ceasa, ideia que foi acatada pelos vereadores por considerá-la uma decisão técnica.*
- *Projeto de Lei nº 135: autorizou a celebração de convênio com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Segurança Pública, para receber em doação um veículo para uso da Delegacia de Polícia de Maria da Fé.*
- *Projeto de Lei nº s/n: criou meios adequados à conservação e manutenção do Fórum da Comarca.*
- *Em 26/05/1977, os Decretos nº 136 e 137, que trataram da desapropriação de uma área de terra destinada à construção do prédio para instalação do Mercado do Produtor de Maria da Fé.*

Em 01/06/1977, aniversário da Cidade, a Câmara Municipal realizou uma Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Honorário para pessoas da comunidade que prestaram relevantes serviços ao município, com palestra proferida pelo Sr. Francisco Severo G. Filho sobre a importante data de aniversário do Município, destacando a luta do povo mariense no setor agrícola. Os senhores Rogério Lamego Torres, Vicente Gonçalves, Pe. José de Anchieta agradeceram os títulos recebidos. O Dr. Mário Dirceu, Juiz de Direito, salientou a importância da amizade entre Maria da Fé e Cristina. Por último, discursou o vereador Osvaldo Renó Campos sobre a concessão do título ao Dr. Aureliano Chaves de Mendonça e a homenagem póstuma ao ex-prefeito Manoel Gonçalves. Presentes: Prefeito, Vice-Prefeito, vereadores, autoridades e pessoas da comunidade: Renato Rezende Vilela, Otacílio Vicentini, Francisco Severo, Viriato Corrêa, Pedro Mafra de Carvalho, Vivaldi Costa Campos, Antônio Mendes dos Santos, Pe. Celso Campos Sales, Maria Aparecida M. Tótora, Joaquim Carneiro Filho, Aparecida Barnabé Caetano, Rogério Almendanha, Paulo de Almeida, Delfim Borges Campos, Antônio Vicente de Souza, Joaquim Borges de Campos, Walter Mussolini Sarno,

Carmem Guglielmelli, Maria Isabel M. Guglielmelli, Margarita Dolores M. Guglielmelli, Benedito Clemente Gonçalves, Maria de Lourdes Fernandes Torres, José Braga Neto, dentre outros.

Projetos aprovados pela Câmara ainda no primeiro semestre de 1977:

- *Projeto de Lei nº 196, que autorizou o Poder Executivo a participar no capital social das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (CE-ASA-MG);*
- *Projeto de Lei nº 197, que autorizou o município a celebrar convênio com a Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando criar meios adequados à conservação e manutenção do Fórum da Comarca.*
- *Projeto de Lei nº s/n, que autorizou o Executivo a receber doações dos municípios;*
- *Projeto de Lei nº 200, que autorizou o município de Maria da Fé a celebrar convênio com a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais para a prestação de serviços;*
- *Projeto de Lei nº 201, que autorizou alienação patrimonial, através da Bolsa de Valores, por intermédio de corretor oficial e pela cotação do dia, as ações da Petrobrás de propriedade do município;*
- *Projeto de Lei nº 202, que dispunha da aprovação da minuta do Plano Rodoviário Municipal;*
- *Projeto de Lei s/n, que dispunha sobre adaptação e modificação parcial do Regimento Interno da Câmara;*
- *Projeto de Lei nº 504, passa a denominar Rua Vitor Hugo Marchetti a via pública localizada no bairro Vila de Lourdes e de Rua Ítalo Venturelli a via pública localizada no loteamento de Francisco Teodoro da Costa (Leis nº 503 e 504, de 28/07/1977);*
- *Projeto de Lei s/n, que autorizou a participação do município na Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Sapucaí (Lei nº 502 de 28/07/1977);*
- *Decreto nº 139, que aprovou o Plano de Loteamento Urbano.*

Registrado, também, comunicado do Deputado Cintra sobre o início das obras de abastecimento de água em nossa cidade; além de pedido de criação de Comissão Especial de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades e corrupção administrativa pelo Chefe de Obras da Prefeitura Municipal.

Foi registrado voto de louvor à família de D. Almerinda Costa Za-



roni pelo alto espírito de participação e doação durante a estadia do Governador do Estado, Aureliano Chaves de Mendonça, da ARENA.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de D. Saturnina Inácia Siqueira, mãe do vereador Olavo Custódio de Almeida; Joaquim Manoel Filho; Antônio Viana de Noronha, pai do Pe. Anchieta; José Rodrigues, Lúcia Maria Mendes e do Dr. Ibrahim Pinto da Fonseca.

Em 06/09/1977 foi realizada Sessão Solene em Homenagem ao Dia da Pátria, com palestra da Sta. Linda Mara Costa, que, através do slogan “O Brasil é feito por nós” traçou algumas considerações sobre a importância da data. Também discursou o vereador Osvaldo Renó Campos. Em seguida, houve uma projeção de slides de nossa cidade, apontando os pontos turísticos principais. Presença registradas: Prefeito, Vice-prefeito, vereadores e autoridades: Antônio Mendes dos Santos, Vivaldi Costa Campos, Filomena Ferreira, Maria Helena Campos Renó, Pedro Mafra de Carvalho, Mariazinha de Carvalho, Ronaldo Harrison de Carvalho, Joaquim Carneiro Filho, Maria Areias Vilela, Osvaldo Costa Campos, Jorge Miguel Filho, Pe. José de Anchieta Noronha, dentre outras.

Projetos aprovados pela Câmara no final de 1977:

- *Projeto de Lei nº 511, que dispunha sobre denominação de Ponte, que recebeu o nome de “Ponte Leopoldino Manoel Ribeiro” o local denominado “Ponte Funda”, no Bairro da Mata.*
- *Projeto de Lei s/nº, que dispunha sobre loteamentos.*
- *Projeto de Lei nº 505, que dispunha sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1978/1980.*
- *Projeto de Lei nº 509, que orçava a Receita e fixava a Despesa para 1978.*

Registrado, também:

- *Proposta do Prefeito Municipal para elaboração de um Plano Diretor.*
- *Parecer favorável à aprovação do Decreto nº 145, sobre o Plano de Loteamento Urbano.*
- *Solicitação do prefeito à Câmara de voto de apoio ao processo de desapropriação do terreno destinado à construção do Mercado do Produtor, em vista da ação popular movida pelo Sr. Geraldo Magela Bortoni.*
- *Discussão sobre o Plano de Loteamento do Sr. José Batista Braga.*
- *Comunicado do DNER sobre a liberação de cota do 1º trimestre de 1977.*

## MESA DIRETORA EM 1978

A Mesa Diretora para 1978 ficou assim composta: Presidência: Alaor Mendes Gonçalves; Vice-Presidente: Daniel Caetano; Secretário: Osvaldo Renó Campos; 2º Secretário: Job Batista de Almeida. Demais vereadores: Antônio Marcelino da Silva, Vicente Cândido da Silva, Braz Borges de Campos, José Carlos Neto e Olavo Custódio de Almeida.

Na sessão de 30 de março de 1978, o vereador Job Batista de Almeida ministrou na Câmara uma palestra sobre o aniversário da Revolução de 1964, enaltecendo o Presidente Geisel.



**Carteirinha de vereador de 1977 a 1981 de Job Batista de Almeida – acervo pessoal**

Das discussões e votações do período, destacam-se:

- *Projeto de Lei nº 209: autoriza o Executivo a celebrar convênio e termos aditivos com a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais para o estabelecimento de bases de cooperação administrativo fiscal;*
- *Parecer prévio do Tribunal de Contas sobre o Decreto que aprovava o*

*loteamento do Sr. José Lobo Filho;*

- *Decreto nº 150, que aprovou o loteamento de propriedade do Sr. Manuel Corrêa;*
- *Autorização para a compra de uma betoneira;*
- *Projeto de Lei nº 517: que autorizou a compra de equipamentos para a fabricação de bloquetes e guias;*
- *Pedido de um zelador permanente para a praça de esportes da municipalidade.*
- *Decretos nº 161, 162 e 163 que aprovaram os loteamentos de propriedade de Manoel Mendes Carvalho, Antônio Cândido Martins e Anastase Alcebiades Ninis (local destinado a construção do CEASA);*
- *Expediente do vereador Job Batista de Almeida sobre abertura de Rua ligando a via Ana Junqueira Ferraz à Rua Salviano Dias Ferraz;*
- *Abaixo-assinado encaminhado ao Prefeito pelos moradores dos bairros São João, Ilha e adjacências e dos senhores Mário Barbosa e Vicente Gomes;*
- *Projeto de Lei nº 525: que autorizou o Executivo a assinar convênio com a Secretaria de Estado da Educação para extensão de série na Escola São José do bairro Pintos Negreiros;*
- *Projeto de Lei nº 524: que autorizou o Executivo a pagar aluguel ao Mercado do Produtor do Sapucaí para as instalações do escritório da CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais);*
- *Denominação de Rua no trecho compreendido entre a Rua Marechal Deodoro, à direita da Rua Santo Antônio, que recebeu o nome de Rua José Koch Torres pelos inúmeros serviços prestados por ele ao município.*

Registrada em atas uma reunião para a escolha de Delegado da Câmara e respectivos suplentes ao Colégio Eleitoral do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Lei nº 1.540, de 14/04/1977, por votação nominal, sendo escolhidos os vereadores Braz Borges de Campos e Osvaldo Renó Campos e seus suplentes Alaor Mendes Gonçalves e Job Batista de Almeida.

Dentre as correspondências registradas, há um comunicado da eleição do Governador de Estado pelo Colégio Eleitoral, que seria constituído, também, por representantes dos vereadores; um pedido de criação de uma Unidade de Saúde no distrito de Pintos Negreiros; pedido de providências do calçamento da Av. Sagrados Corações; um ofício do setor responsável da CNAE com prestação de contas dos seus serviços;

e um comunicado do Deputado Euclides P. Cintra sobre seus esforços em favor da criação do prédio da Escola Padre Pivato.

Foram registrados votos de congratulação à Sra. Maria Areias Vilela pela publicação do seu livro de poesias “Anuário de Poetas do Brasil”, que exhibe também poesias de sua autoria; e moção de congratulações à Colônia Japonesa pela passagem do 70º aniversário da imigração japonesa no Brasil.

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento de Francisco Silvério Gaspar, ex-funcionário da Prefeitura; Geraldo Fonseca, pai do advogado Dr. Hélio; José Cláudio Marchetti; Genuína Zaroni (esposa do Sr. Arlindo Zaroni); José Henrique dos Santos; José Roberto Vilela e da Sra. Luiza Areias.

Foi realizada Sessão Solene em homenagem ao Dia da Pátria, com palestra pela professora Vera de Oliveira, que destacou a importância da participação de todos na construção de uma pátria melhor. Na sessão, foi feita a entrega de prêmios a alguns alunos que se destacaram no Concurso da Semana da Pátria, com o título “Símbolos da Pátria”, sendo o 1º colocado: Domingos Tótora Moraes; 2º colocado: Augusto Cesar Moraes e 3ª colocada: Dinalva Ribeiro de Souza. Presença do Prefeito, Vice-prefeito, Vereadores e autoridades: Vicente Gonçalves, Vivaldi Costa Campos, Francisco Severo G. Filho, José Joaquim Tótora Moraes, Filomena Ferreira, Maria Cecília Correa Tótora, Marcelo Joaquim Barbosa, Kengo Wakabayashi, Ronaldo H. de Carvalho, Marcelo Vilas Boas Moraes, Júlio Cesar Moraes, Carvalho, Quirino Fernando Moraes, dentre outras. (Livro de Atas de 06/09/1978, p.98).

## MESA DIRETORA EM 1979

A Mesa Diretora para 1979 ficou assim composta: Presidência: Osvaldo Renó Campos; Vice-Presidente: Vicente Cândido da Silva; Secretário: Braz Borges de Campos; 2º Secretário: Olavo Custódio de Almeida. Demais vereadores: Antônio Marcelino da Silva, Alaor Mendes Gonçalves, Job Batista de Almeida, José Carlos Neto e Daniel Caetano.

Das discussões e votações do período, destacam-se:

- *Projeto de Lei nº 530: que autorizou a alienação de veículo (uma Kombi) para transporte das professoras às escolas rurais, que foi muito discutido, mas aprovado em três sessões de votação;*
- *Projeto de Lei nº 531: que denominou de Washington Alvarenga Viglioni a rua que, partindo da Av. João Pinheiro, alcançava as divisas da Fazenda Experimental da Epamig;*
- *Projeto para atualização da remuneração de vereador;*
- *Projeto de Lei nº 534: que autorizou a alienação patrimonial ao transmitir para a Sociedade São Vicente de Paulo e ao Dr. Luiz Carlos Barbosa parte do terreno do alinhamento da Rua Dom Bosco;*
- *Proposta de emendas ao Regimento Interno da Câmara;*
- *Projeto de Lei nº 532: que autorizou a assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Segurança Pública.*
- *Projeto de Lei nº 541: que instituiu gratificação de Natal aos funcionários públicos municipais;*
- *Proposta orçamentária para o ano de 1980;*
- *Projeto para amparar os vereadores com os benefícios da Previdência Social;*
- *Resolução nº 62: que autoriza o Título de Cidadão Benemérito ao Vice-presidente da República, o Dr. Aureliano Chaves de Mendonça;*
- *Projeto de Lei nº 544: autoriza a celebração de convênio entre o Executivo e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais (DAE);*
- *Projeto de Lei nº 545: que autorizou assinatura de convênio entre o Executivo e a Secretaria de Estado da Educação para adjunção de professora;*
- *Projeto de Lei nº 546: que autorizou o Poder Executivo a assinar convênio com a Comissão de Construção, Ampliação e Reforma de prédios escolares do Estado (CARPE);*
- *Requerimentos para a retirada de quebra-molas; colocação de postes; limpeza das vias públicas da cidade; colocação de jardineiras em praças e jardins; e corte de oliveiras afetadas por doenças.*

Foram registrados votos de pesar pelo falecimento das seguintes pessoas: José Rezende Vilela, Maria de Lourdes Cedano, José Gonçalves

da Costa, Joaquim Soares Filho, Antônio Carlos Kobayashi, Nelson Braga Filho, Washington Alvarenga Viglioni, Heitor Guedes, João Batista Borges, João Batista de Almeida, José Geraldo, Felicidade Campos, Isabel Ribeiro Cardoso; João Batista da Silva, Joaquim Flauzino de Carvalho, Horácio Campos, Maria de Lourdes Mendes, Venturina Venturelli, Manoel Mendes de Carvalho, Francisco Corrêa de Miranda.

Dentre outros registros do período, destacam-se:

- *Realização de palestra em homenagem a Revolução de 1964, ministrada pelo Sr. Daniel Caetano;*
- *Correspondência da Associação Brasileira de Municípios solicitando resposta ao questionário sobre a coincidência dos mandatos de prefeito e vereador, em razão da Câmara ter optado pela prorrogação do mandato dos vereadores por mais dois anos, para que as eleições ocorressem na mesma data;*
- *Requerimento solicitando a retirada da máquina de fabricar bloquetes das proximidades das escolas estaduais N.S. de Lourdes e Arlindo Zaroni, sob a alegação que o barulho dela atrapalhava sobremaneira as aulas naquelas escolas;*
- *Correspondência do Deputado Euclides P. Cintra sobre seu trabalho em prol reforma e ampliação da Escola Estadual N.S. de Lourdes, da construção do prédio da cadeia pública, do quartel para alojamento do destacamento policial e da construção de uma ponte sobre o Ribeirão Campestre, ligando os municípios de Maria da Fé e Pedralva, assim também sobre o seu trabalho em prol da pavimentação do acesso ao Mercado do Produtor desta cidade;*
- *Solicitação de ajuda das autoridades competentes para os prejuízos causados pela geada à cafeicultura e à lavoura no Sul de Minas<sup>37</sup>;*
- *Abaixo-assinado apresentado pelos senhores Pedro Ribeiro de Souza, Olavo de Siqueira Braga e José Guilhermino Campos, pedindo o calçamento na continuação da Rua Pe. Lauro de Castro; em contrapartida, haveria a doação do terreno necessário para essa abertura;*
- *Adiado o pedido de colocação de redutor de velocidade (tartarugas) na Rua Dr. Silvestre Dias Ferraz, em vista dos melhoramentos que estavam sendo feitos naquela via pública;*
- *Resolução n.º.61: Novo Regimento da Câmara;*
- *Solicitação de ajuda da Prefeitura para a construção de uma sala de aula no Distrito de Pintos Negreiros;*
- *Autorização de serviços de rede elétrica, com colocação de lâmpadas de mer-*

---

<sup>37</sup> Ver outras referências sobre as geadas no capítulo sobre “A ascensão e queda da batata em Maria da Fé”, no próximo volume desta colatânea histórica.

cúrio (Lei nº 542) e a construção de um Posto de Saúde no mesmo bairro (Lei nº 543);

- Projeto de lei nº 1620: que instituiu o Serviço Nacional de Alistamento Militar;
- Parecer favorável da proposta orçamentária para o ano de 1980.
- Convite do município de Itajubá ao Presidente da Câmara para participar das solenidades da visita do Presidente da República João Batista Figueiredo (04/10/79);
- Convite para a inauguração da estrada asfaltada que liga Itajubá a Maria da Fé, realizada no dia 05/10/1979;
- Pedido de mais uma agência bancária por ocasião da presença do Vice-presidente da República.
- Correspondência do Deputado Cintra, comunicando a obtenção de recursos para a construção da Escola Estadual Padre Pivato e da ponte sobre o Ribeirão dos Criminosos no Bairro Pintos Negreiros;
- Correspondência do Deputado Cintra sobre a eletrificação do bairro da Mata do Izidoro;
- Liberação da 4ª cota do Fundo Rodoviário Nacional, referente ao ano de 1979;
- Reivindicação do Destacamento de Polícia de Maria da Fé por melhores acomodações, telefone na Delegacia de Polícia e uma viatura.

Foram registradas moções de Congratulação pelo quinquagésimo aniversário da E.E. Arlindo Zaroni (ver detalhes no capítulo sobre Educação, neste volume); e ao Sr. José Vitor Batista (Juquinha) pela inauguração do Supermercado União.

Em 06/09/1979 foi realizada Sessão Solene em homenagem ao Dia Da Pátria e aos 157 anos da Independência do Brasil. O Dr. Alberto de Castro Gama, Secretário Executivo da AMASP (Associação Mineira dos Municípios do Alto Sapucaí), a convite dos vereadores marienses, discorreu sobre a necessidade de se colocar a pessoa certa no lugar certo e o combate à inflação. Também fez uso da palavra o Revmo. Pe. Celso Campos Sales, congratulando o Poder Executivo e o Legislativo pelas comemorações da Semana da Pátria. A ata da Câmara registrou a presença do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos vereadores e das autoridades: Joaquim Carneiro Filho, Pedro Mafra de Carvalho, Maria Areias Vilela (D. Mariquinha), Prof. Celina Batista do Espírito Santo e Antônio Joaquim de Oliveira.

## A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PRODUTOR DO SAPUCAÍ - CENTRAL DE ABASTECIMENTO S.A. (CEASA)

A construção da Central de Abastecimento S.A. (CEASA), em 1979, foi um dos maiores empreendimentos dos vereadores junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Governo Federal.

O Mercado do Produtor era uma reivindicação dos agricultores marienses para a melhoria do fluxo de comércio da batata e de outros produtos para várias cidades brasileiras, sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro<sup>38</sup>.



***Construção da Central de Abastecimento S.A. (CEASA) em Maria da Fé - Postagem de Égáz Ferraz e Mari Léa Zaroni no Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2012***



***CEASA em 1979, logo após a inauguração - Postagem de Júlio Cesar Guedes - Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2019***

<sup>38</sup> Mais informações sobre a CEASA e o Mercado do Produtor do Sapucaí no capítulo sobre “A ascensão e queda da batata em Maria da Fé”, no próximo volume desta sequência histórica.



## A INAUGURAÇÃO DA LIGAÇÃO ASFÁLTICA MARIA DA FÉ - ITAJUBÁ

---

Em edição histórica, de 5 de outubro de 1979, o *Jornal Gazeta da Serra*, patrocinado pela Prefeitura Municipal e coordenado pelo Dr. Osvaldo Renó Campos, com a colaboração de Joaquim Gonçalves da Costa (Jaburu), Francisco Severo, Joaquim Carneiro Filho (Pe. Juca), Maria Aparecida Mota Tótorá, Vivaldi Costa Campos e outros, descreveu os dias (e anos) que antecederam a realização do projeto sonhado por muitos prefeitos e vereadores de nossa cidade - a estrada asfaltada entre Maria da Fé e Itajubá, fruto de um trabalho árduo acumulado em correspondências, viagens e apelos às mais variadas autoridades dos governos estadual e federal. Foi preciso um mineiro e cidadão benemérito de Maria da Fé, o Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça<sup>39</sup>, que, como ex-governador de Minas Gerais e Vice-presidente da República, conduziu o sonho à realidade.

O referido jornal, com o título “Ligação Maria da Fé de ano em ano” (p.3), fez um retrospecto dos esforços dos vereadores, prefeitos e de outras autoridades, desde a emancipação do município mariense até a conclusão da obra.

Até a década de 60, os esforços se concentravam em melhorias da estrada de terra que unia Maria da Fé a Itajubá, a partir do traçado realizado pelo Prefeito Arlindo Zaroni em 1912. Nesse longo período, destacou-se o trabalho dos deputados Euclides Pereira Cintra e Padre Nobre, dos quais o município mariense recebia regularmente correspondência, sobretudo endereçada ao vereador Mauro Krepp<sup>40</sup> (foto a seguir).

Em 1963, o Governador Ma-



---

<sup>39</sup> Ver sobre a biografia do Dr. Aureliano nos textos complementares, ao final deste volume.

<sup>40</sup> Ver outros documentos no primeiro governo do Prefeito Manoel Gonçalves em 1968.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1968.

Prezado amigo Sr. Mauro Krepp,  
Maria da Fé.

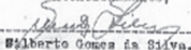
Tenho o prazer de acusar recebimento de sua carta de 21 de outubro p.p., enviando-me cópia do discurso pronunciado pelo Deputado Federal Padre José de Souza Nohre, referente à estrada Itajubá - Maria da Fé.

A propósito, tenho a satisfação de informar-lhe que o Coronel Portocarrero comunicou-me, hoje, que esteve com o Coronel Andreazza, a quem fizera entrega dos informes referentes a Maria da Fé, a mim enviados por V.S. e pelo Sr. Prefeito dessa cidade, tendo acrescentado que o Coronel Andreazza cientificara-se já determinara ao D.N.R.R. entrar em entendimentos com o D.E.R. de Minas Gerais para a construção da referida estrada, por ser de plano estadual, devendo, todavia, as despesas correrem por conta do governo federal.

Qualquer nova informação que venha ao meu conhecimento terei máximo prazer de enviá-la imediatamente.

Com um cordial abraço,

Atenciosamente,

  
Gilberto Gomes da Silva.

**Correspondência recebida pelo vereador Mauro Krepp em 1968 sobre a situação da estrada a ser asfaltada entre Maria da Fé e Itajubá. (Cópia do acervo da família)**



**O Prefeito Zezinho Tótora (1971-1973) com Elizeu Rezende, que dirigiu o DER/MG de 1967 a 1974 e tornou-se Ministro dos Transportes de 1979 a 1982.**



*Aureliano Chaves de Mendonça entre a Sra. Maria Aparecida Tótora (irmã do Sr. Zezinho Tótora) e o vereador Vivalde Costa Campos.  
(Foto do acervo da família Tótora)*

galhães Pinto autorizou a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Lourenço Velho (Ponte de Zinco). A partir desta data, a viabilidade da estrada Maria da Fé – Itajubá, passando pelo bairro São João, foi substituída pelo traçado asfáltico que se mantém até hoje.

Em 1968, por intervenção do Governador de Minas, Israel Pinheiro, e do DER-Minas Gerais, dirigido por Elizeu Rezende, foram deliberados empréstimos para a construção da rodovia Maria da Fé - Itajubá, confirmando a prioridade da obra no Plano Rodoviário de 1971, tendo o Deputado Cintra comunicado a notícia, via telefone, ao Prefeito José da Mota Tótora (Jornal Gazeta da Serra, edição especial de outubro/1979).

De acordo com o Jornal Gazeta da Serra, no mesmo ano, uma comitiva de Maria da Fé, chefiada pelo Prefeito José da Mota Tótora, foi até Belo Horizonte reivindicar o asfaltamento junto ao então Governador Rondon Pacheco e, no mês seguinte à visita, o Deputado Federal Dr. Aureliano Chaves, através da Emenda nº 246, conseguiu uma verba de cem mil cruzeiros para dar início à obra.

Nos anos que se seguiram, uma série de fatores contribuíram para o desfecho da tão sonhada ligação asfáltica entre Maria da Fé e Itajubá: o apoio e prestígio de que gozava Aureliano Chaves junto ao povo mineiro

(eleito governador do Estado e depois Vice-presidente da República); a dedicação e o esforço de vereadores e prefeitos de muitos anos, como José da Mota Tótora, Manuel Gonçalves, os vice-prefeitos Vivaldi Costa Campos e Antônio Cândido Martins; os vereadores Alaor Mendes Gonçalves, Antônio Mendes, Braz Borges de Campos, Job Batista de Almeida, José Braga Neto, Mauro Krepp, Osvaldo Renó Campos, Vicente Cândido da Silva, entre outros.

Um terceiro fator fundamental para a conquista da estrada foi o apoio e a solidariedade dos prefeitos das cidades vizinhas e dos deputados regionais, entre eles Bilac Pinto, Euclides Pereira Cintra e Luiz Fernando Faria de Azevedo, junto aos órgãos competentes.

Em 1977, foi marcada a “Concorrência Pública para execução das obras de terraplanagem, pavimentação e drenagem. Sinalização e obras complementares” (GAZETA DA SERRA, p.3), além da assinatura da execução da obra.

No dia 04/10/1979, o Presidente da República João Figueiredo



*“A assinatura do contrato de execução da obra entre DER/MG e a Construtora Alcindo Vieira CON-VAP S.A., vencedora da licitação, ocorreu em 20/05/1977, na sala de sessões da Câmara Municipal, no atual edifício da Prefeitura Municipal de Maria da Fé com a presença do governador Aureliano Chaves, do Diretor Geral da DER/MG, Geraldo Pereira da Silva, dos Diretores da Empreiteira, do Deputado Federal Luiz Fernando Faria de Azevedo, do Deputado Estadual Euclides Pereira Cintra, incansáveis soldados desta luta, além de várias autoridades estaduais, federais e locais e cidades vizinhas” (O Mariense, n.37, set/2009, p.10, por Osvaldo Renó Campos) Foto de Zé Rodrigues – acervo da família de do Prefeito Flabino de Carvalho (com Aureliano Chaves e o vereador Braz Borges de Campos)*

(1979-1985) havia estado em Itajubá para inaugurar a parte final da rodovia. Em nossa cidade, o descerramento da Placa Comemorativa



*Olavo Custódio de Almeida, Osvaldo Renó (óculos escuros), Deputado Luiz Fernando Faria, à sua frente Francisco Severo (Epamig), Alaor Gonçalves (debruçado sobre a mesa), Flabino de Carvalho e o governador Francelino Pereira.*

deu-se às 12 horas do dia 05/10 no trevo da Lage, o ponto inicial da estrada. O cortejo seguiu depois para o coreto, em frente à Prefeitura Municipal, onde o Vice-presidente da República, Aureliano Chaves, recebeu uma homenagem da Câmara Municipal através do seu presidente, Osvaldo Renó Campos. Muitas autoridades civis, militares e religiosas acompanharam o cortejo, entre elas: o Governador do Estado Francelino Pereira, o Prefeito Flabino de Carvalho, o Vice-Prefeito Antônio Cândido Martins, deputados e boa parte da população mariense.

A inauguração foi antecedida por uma manifestação dos motoristas da cidade que foram em cortejo a Itajubá para buscar o seu maior benemérito, Aureliano Chaves. A comitiva seguiu a pé para o centro da cidade, com o povo e escolares apinhados pelas calçadas, agitando bandeirinhas e gritando o nome de seu benfeitor. No coreto, frente à Prefeitura Municipal, o Vice-Presidente e o Governador do Estado foram agraciados pelo Prefeito Municipal com uma Placa Alusiva e pelo Presidente da Câmara, Osvaldo Renó Campos, que entregou ao Dr. Aureliano Chaves o Título de Cidadão Benemérito de Maria da Fé. Na oportunidade, discursaram o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara e o homenageado, cujas palavras a todos emocionaram (Jornal Gazeta da Serra, 05/10/1979).

**Darci Corrêa, Regis Carnevalli, Dr. Viana, Flabino de Carvalho, Lauro Gonçalves, os irmãos Égáz e Roberto Ferraz, Daniel Caetano, Job Batista de Almeida. Agachados: Expedito Borges, Olavo Custódio, Waldomiro S. Cardoso (Vavá) Alair Gonçalves e Braz Borges de Campos.**



**Carreata à espera do Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves de Mendonça, para a inauguração da ligação asfáltica Maria da Fé-Itajubá. Acervo de Nilton Gonçalves de Almeida. 1979**



**Descerramento da faixa de inauguração da estrada pelo Vice-Presidente Aureliano e o governador de Minas Gerais, Francelino Pereira. Acervo de Flabino de Carvalho.**



***Cortejo liderado por Flabino de Carvalho, o governador Francelino Pereira e o Vice-presidente Aureliano Chaves de Mendonça. Com Ernani Cardoso Pinto, Deputado Euclides P. Cintra, Sr. Vicente Marchetti, Lauro Gonçalves e outros. Acervo de Flabino de Carvalho.***



***Grandes políticos e ilustres visitantes estiveram presentes em Maria da Fé para a inauguração da ligação asfáltica Maria da Fé-Itajubá. Dr. Pedro Mendes, Domingos Tótora (fundo), Flabino, Aureliano, Francelino Pereira e outros. Acervo da Família Tótora.***



*Grandes políticos e ilustres visitantes estiveram presentes em Maria da Fé para o grande acontecimento. Acervo da família Tótora*







*Nelson Nogueira Junior no colo de Aureliano Chaves com sua mãe Carminha e Flabino de Carvalho.*

Após as homenagens, a comitiva seguiu para o Mercado do Produtor (CEASA) para inaugurar uma exposição de produtos hortigranjeiros e de máquinas agrícolas e, dali, para o Salão do Nevada Clube, onde foi oferecido às autoridades um lauto banquete. (Gazeta da Serra).

## A REPERCUSSÃO IMEDIATA DA RODOVIA ASFALTADA

---

Além de tornar o trajeto bem mais rápido entre Maria da Fé e Itajubá, a ligação asfáltica melhorou o escoamento das produções agrícolas do município, a vinda de turistas interessados na nossa pródiga natureza, o que possibilitou uma corrida imobiliária na cidade, conforme noticiou o Jornal Gazeta da Serra de outubro/1979, p.6:

*A construção da Rodovia Maria da Fé-Itajubá provocou na cidade dos “Olivais” uma verdadeira corrida imobiliária. Foram aprovados pela Prefeitura Municipal nada menos do que seis loteamentos no período de 1977-78: o Loteamento da Lage, de propriedade de José Batista Braga, com 33 lotes, aprovado pelo Decreto nº 139 de 27/07/1977; o Loteamento Francisco Teodoro da Costa, de Vivaldi Costa Campos e outros com 112 lotes, aprovado pelo Decreto nº 145, de 24/11/1977; o Loteamento Bairro dos Canudos, de propriedade de José Lobo Filho, com 16 lotes, aprovado pelo Decreto nº 150, de 23/02/1978 e já inscrito no Registro de Imóveis; o Loteamento Fazenda do Retiro, de propriedade de Anastase Alcibiades Ninis, com 996 lotes, aprovado pelo Decreto nº 163 de 28/09/1978; o Loteamento San Martin, de propriedade de Antônio Cândido Martins, Flabino de Carvalho e Laticínios Mariense Ltda, com 44 lotes, aprovado pelo Decreto nº 161 de 28/09/1978, além do já existente Loteamento Jardim Arlindo, da família Zaroni, com 36 lotes, maioria já vendidos, sendo de um mil cruzeiros o valor por m<sup>2</sup>.*

Na página final do Jornal Gazeta da Serra (Out/1979), Joaquim Gonçalves Costa (Jaburu) lembra as históricas e inúmeras viagens realizadas por diversos prefeitos, vereadores e grupos de agricultores e comerciantes à capital do Estado, durante anos e anos, “como se fosse um desafio às influências políticas de cada um, no afã de conseguir das administrações executivas a realização de uma obra de interesse comunitário, financeiro e social”. O columnista cita o caso do Prefeito Manoel Gonçalves, que, em duas gestões, tomou como ponto de referência de seu governo a meta de ver realizada a tão esperada obra, mas faleceu antes disso. Lembrou também outros Prefeitos e ex-vereadores que lutaram pela estrada asfaltada: Silvestre Ferraz, Dr. José Rezende Vilela, Domingos Tótora, Zezinho Tótora, considerando Flabino de Carvalho o “pé quente”, depois de mais de 40 anos de árduo trabalho.

A partir desse período, novos e penosos desafios para a Câmara Municipal se aprofundaram com a decadência da produção da batata, o endividamento geral dos agricultores, advindos de uma crise que se abateu no município mariense de maneira geral. O trabalho dos vereadores se intensificou a partir da década de 80 ao buscar soluções para a crise. Os próximos volumes desta coletânea histórica destacarão os fatos mais relevantes desse período.





# ANOTAÇÕES DE UMA ÉPOCA (décadas de 60 e 70)

---

EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIOSIDADE

A partir da década de 1950, parte da população mariense deixou a quietude do campo, a vida pacata das fazendas e dos sítios, para se estabelecer na cidade. Alguns proprietários de terra e fazendeiros no entorno de Maria da Fé resolveram construir uma segunda moradia, a fim de facilitar o estudo dos seus filhos, melhorar os negócios e desfrutar dos novos meios de comunicação e lazer, como, por exemplo, o telefone, a televisão, o cinema e a participação em festividades religiosas e culturais.

O fluxo populacional entre as comunidades rurais e a cidade intensificou-se incentivado pela industrialização, que revolucionou as primitivas máquinas, tornando-as mais velozes e produtivas. Mas, para atender esse novo mercado de trabalho, os jovens precisavam se instruir com cursos técnicos, o que levou muitos deles a estudar em outras cidades, com ou sem o apoio financeiro dos pais. A maioria era do sexo masculino, uma vez que as mulheres ainda se mantinham sob a tutela da família, principalmente aquelas que moravam nas comunidades rurais.

Seguindo a tendência da época, diversas jovens buscaram mais liberdade, casando-se com parentes próximos, sob aprovação dos pais, pois as terras e outros pertences (gado, lavoura, etc.) continuavam concentrados na família. Outras preferiram ir em busca de estudo e de trabalho, uma vez que as mudanças sociais e educacionais no Brasil abriram oportunidades para o sexo feminino.

Nesse contexto, acentuou-se, nos anos 60, a importância de se criar, em Maria da Fé, a exemplo do que acontecia em outras cidades do Brasil, um Ginásio (educação secundária) gratuito, que prepararia a mão de obra crescente e necessária aos serviços técnicos, à indústria e à agricultura. Além disso, as vagas oferecidas pelo Ginásio Municipal Silvestre Ferraz<sup>1</sup>, criado em 1954, não foram suficientes para atender a quantidade de jovens marienses desejosos de se prepararem aos novos tempos.

De acordo com Lima (1967, p.13)<sup>2</sup>, o povo via na escola secundária, de caráter universal, uma forma de ascensão para as classes privilegiadas, tendo como finalidade “as mesmas características da escola

---

<sup>1</sup> Fundado em 1954, pelo Prefeito Silvestre Ferraz (ver detalhes no Tomo II desta coletânea histórica, p.90-92)

<sup>2</sup> LIMA, Lauro de Oliveira. Escola Secundária Moderna. Fundo de Cultura, 1967.

primária, isto é, o papel de fornecer aos jovens as técnicas fundamentais de trabalho e aquisição de cultura”, sem distinção social. Mas, para isso, as escolas secundárias deveriam montar um conjunto de disciplinas adequadas às transformações da indústria.

Ou seja, o estudo da Física, da Química e da Ciência Natural, até então reservadas aos cientistas, deveriam estar acessíveis aos alunos, e mais ainda, o aprendizado da Língua Portuguesa viria ao lado de línguas estrangeiras, de preferência o inglês (sem o predomínio do latim), para preparar os alunos às mudanças tecnológicas da nova década. No Ensino Médio, os educadores pensavam em garantir um currículo profissionalizante a todos os alunos indistintamente, dada a complexidade do mercado de trabalho que eles poderiam enfrentar, da mesma forma que os professores estariam mais habilitados ao ensino das disciplinas modernas, se licenciados em cursos de nível superior.

Como explica Lima (1967, p.12): “Sendo as escolas da época destinadas a elites muito restritas, não se cogitava de introduzir nos currículos disciplinas que tivessem qualquer ligação com o artesanato ou com a mecanização industrial. Os filhos dos nobres e da burguesia nascente não precisavam aprender a usar as mãos e preocupar-se com ‘coisas práticas’ tidas como desprezíveis”<sup>3</sup>.

Embasados por essas mudanças, os fundadores do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes de Maria da Fé, inauguraram, em 8 de março de 1965, uma escola de suma importância para a educação de muitos jovens marienses, que não tinham condições de estudar em outras cidades. A princípio, suas características fundamentais eram uma base educacional sólida fornecida pela direção e professores e a busca pela igualdade social, através de um ensino público e gratuito. Em contrapartida, o Ginásio foi agraciado com a chegada de muitos estudantes comprometidos com seus estudos, ávidos do saber até então inacessível à maioria, dando-lhes condições de enfrentarem as exigências do mercado de trabalho e a busca por cursos avançados, transformando-os em médicos, engenheiros, advogados e técnicos das mais diferentes profissões, elevando sobremaneira o orgulho de seus pais e o nome da nossa cidade.

---

<sup>3</sup>Ver outras mudanças que ocorreram na educação brasileira, nos Textos Complementares, ao final deste volume.

*“Em setembro de 1963, o Dr. Alcides Fernandes Gorgulho (vereador) e a Prof<sup>a</sup>. Laís Peralta convocaram uma reunião das autoridades e pessoas de nossa comunidade<sup>4</sup>, para encontrar uma solução para este problema (fundar uma escola secundária). Fizeram-se duas reuniões no Clube Recreativo e criou-se uma sociedade que se denominou “Sociedade Educacional Mariense”, cuja finalidade principal seria levantar recursos para a construção do Ginásio. Nestas reuniões estudou-se as maneiras de conseguir os meios para a referida obra. A modalidade aprovada por todos seria a seguinte: os membros desta sociedade fariam um empréstimo à Prefeitura pelo prazo de cinco anos, sem juros. A Prefeitura, transcorrido esse prazo, teria a responsabilidade de efetuar o resgate do empréstimo, extinguindo-se, a sociedade, ficando a Prefeitura proprietária do patrimônio.*

*Na segunda reunião procedeu-se a eleição da diretoria sendo escolhidos os seguintes membros: 1º Presidente: Joaquim Carneiro Filho; 2º Presidente: Domingos Tótora, Prefeito Municipal; 1º Vice-Presidente: Maury Mendes; 2º Vice-Presidente: Antônio Aguiar Guedes; 1º Secretário: Dr. Alcides F. Gorgulho; 2º Secretário: Mário Máximo Mendes; 1º Tesoureiro: Manoel Gonçalves; 2º Tesoureiro: Rubens Junqueira Brugger. No final da reunião, todos se comprometeram a tornar esta aspiração do povo mariense uma realidade.*

*Deste dia em diante, o Presidente, sempre acompanhado de algum membro da diretoria, fez o trabalho da subscrição de empréstimos, cuja quantia era paga em prestações mensais. Em abril de 1964, iniciou-se o trabalho da construção do prédio, sob a responsabilidade do Sr. Vicente Gonçalves. No mês de outubro, o Ginásio já estava coberto, mas o dinheiro havia acabado. A diretoria, por sugestão do Sr. Maury Mendes, autorizou o empréstimo de particulares pelo prazo de três meses.*

*Em novembro de 1964, o Diretor do Ginásio (Pe. Juca) participou de reunião em Três Corações, em cuja jurisdição estaria a escola de Maria da Fé. Em janeiro de 1965, as professoras Maria Aparecida Tótora (Português), Maria Auxiliadora Cardoso Pinto (Geografia) e Izabel de Oliveira (Inglês) frequentam o Curso CADES, a fim de obterem autorização para lecionar. Nessa ocasião, deu-se a visita de inspeção do Dr. Carlos Dayrell França, de Elói Mendes, que elaborou relatório favorável ao funcionamento do*

---

<sup>4</sup> A maioria das pessoas formava a Sociedade dos Amigos de Maria da Fé (SAMFE), responsável também pela fundação da Casa da Criança, como veremos adiante.



Ginásio, muito embora o prédio ainda estivesse em construção. Em 3 de fevereiro de 1965, o Diretor recebe telegrama de Três Corações autorizando-o a realizar os exames de admissão, sob a presidência do Sr. Inspetor, que foi logo comunicado ao povo, que as provas seriam realizadas em 17 de fevereiro. Estava criado em Maria da Fé um Ginásio. Apresentaram-se 44 candidatas e foram aprovados 35 alunos à primeira série ginasial (corresponde atualmente à 5ª série do Ensino Fundamental).

A inauguração oficial deu-se no dia 8 de março de 1965, com uma sessão solene que contou com uma palestra do Prof. Júlio dos Santos (Colégio de Itajubá)<sup>5</sup>, e discursos do Sr. Manoel Gonçalves e do Diretor Joaquim Carneiro Filho (Pe. Juca). Em janeiro de 1966, o prédio do Ginásio foi doado ao Estado, que recebeu a denominação Nossa Senhora de Lourdes em homenagem à padroeira da Paróquia. Em 1966, instalou-se definitivamente o Ginásio com a nomeação do diretor Padre Juca e do 1º secretário Braz Borges de Campos.”

Texto baseado no artigo do *Jornal Gazeta da Serra, Edição Especial - Maria da Fé Sexagenária*, de 1º de junho de 1972, escrito pelo Padre Joaquim Carneiro Filho (Pe. Juca), p. 4.

No dia 29 de maio de 1968, o Governo do Estado de Minas Gerais autorizou a criação do Colégio Normal Oficial, anexo ao Ginásio Estadual Nossa Senhora de Lourdes, através da Lei nº. 4.779, condicionando o seu funcionamento à celebração de convênio em que a Prefeitura Municipal de Maria da Fé assumisse os encargos de manutenção e funcionamento do estabelecimento. Em janeiro de 1969, foi instalado o Curso Normal e, em 8 de outubro do mesmo ano, a Secretaria da Educação publicou a portaria de autorização para o seu funcionamento (o Curso Normal foi extinto em 1986). Para o público masculino, foi instalado o curso Colegial (Científico) e outros que surgiram no decorrer da história da escola, como o de Agropecuária, na década de 80, a Educação de Jovens e Adultos e do Magistério (antigo Curso Normal), que serão lembrados em outros volumes desta coletânea histórica.

---

<sup>5</sup> Prof. de História do Colégio de Itajubá e Major João Pereira; jornalista, orador de renome, membro da Academia Itajubense de Letras.

Através da Lei nº 96, o Prefeito Silvestre Ferraz assinou, juntamente com os vereadores Mauro Krepp e Silas Batista Gomes, a doação de 20 mil cruzeiros ao Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, um empréstimo particular de Rubens Junqueira Brugger (ata da Câmara de 29/04/1960). Outros empréstimos e doações foram feitos à Escola por pais de alunos, empresários, comerciantes e população em geral, assinaturas arquivadas no Livro de Ouro, apresentado pelo primeiro diretor, Pe. Joaquim Carneiro Filho, no dia da inauguração.



*Presentes à cerimônia de inauguração: Domingos Tótora (prefeito), Mauro Krepp (vice-prefeito), Pe. Juca (diretor), Mussulini (vereador), João Costa Campos (vereador), Profª Maria Aparecida Tótora, Laís Peralta (Secretária), Prof. Júlio dos Santos (convidado para a aula inaugural), Benedito Costa Filho (Nego), Nelly Zaroni Torres (Professora de Religião), Alcides Fernandes Gorgulho, Antônio Aguiar (Professor de Ed.Física), pais de alunos, Banda Feminina de Maria da Fé e outros.*



Acervo: D



Acervo: Quim

*A secretária Laís Peralta lendo a ata de inauguração do Ginásio.*



*Pe. Juca e Vicente Gonçalves comandando a construção do Ginásio, às vésperas da inauguração (1965).*



**Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes antes de ser reconstruída. Possuía uma quadra coberta fruto de campanhas dos próprios alunos em Gincanas estudantis e Festas Juninas, organizadas pela escola com ajuda dos professores, vereadores e membros do Grupo Jovem. O Grêmio Estudantil Presidente Médici cuidava da parte esportiva liderado por Tiago Corrêa Filho e José Salvador Filho. Mais tarde o Grêmio denominou-se Pe. Juca, em homenagem ao primeiro diretor. Destaque para o trabalho de Paulo Henrique “Fotógrafo” e de outros alunos, pais e professores no trabalho de recuperar a escola (período anterior à reconstrução promovida pelo Estado em 1996).**

**Braz Borges de Campos e os líderes das equipes Rodox e Bomba H durante Gincana realizada nos anos 70.**



**Desfile da E.E. N.S.de Lourdes, com a fanfara organizada pela Prof. Maria Aparecida da Silva (Nenzinha), em 1972.**

***Inauguração da quadra do Ginásio: à esquerda, em pé: Arnaldo Monti Gonçalves, Wagner Paiva, Sueviro Kato e Didico. Agachados: Jorginho, Marquinho Barbosa e Julinho Kobayashi.***



***Pe. Juca caminhando pela quadra do Ginásio. Acervo de Mari Léa Zaroni.***

FUNDAÇÃO DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DE LOURDES  
(EM 8 DE MARÇO DE 1965)

Os primeiros professores do Ginásio foram: Maria Aparecida Tótora; Benedito Costa Filho (Nêgo); Maria Auxiliadora Cardoso Pinto (Lola); Isabel de Oliveira; Doralice Zaroni Torres, Mari Léa Zaroni; Klinger Monteiro e seu irmão Luiz Carlos Monteiro, Nelly Zaroni Torres e Antônio Aguiar Guedes.

A partir de 1967, à medida que as turmas de alunos aumentavam, outros professores, que obtiveram suas licenciaturas, foram admitidos: Rosa Maria Campos Gonçalves (professora e diretora), Alaor Mendes Gonçalves (professor e vereador), Maria Magda Ribeiro (professora orientadora e diretora), Osvaldo Renó Campos (professor e vereador), Maria Aurora (professora e diretora), Raimundo e José Claret Tótora, Vera de Oliveira (professora e diretora), Myriam Zaroni Torres, Maria Aparecida da Silva Machado (Nenzinha), Carolina Machado, Maria Hercília Moraes e sua irmã Maria Helena Morais, Padre Celso Campos Sales (prof. e vice-diretor), Dalciso Pivato, Fernando Soares (professor e diretor), Maria Helena Tótora (professora e orientadora), Terezinha Krepp (professora e supervisora), Hilda da Silva Gonçalves (professora e inspetora escolar), Conceição Marchetti (professora e supervisora) e muitos outros.

Nos anos que se seguiram, alguns alunos formados nas primeiras turmas do Ginásio se tornaram também professores, como: Albino Zaroni Torres (professor e diretor), Paulo Junho de Oliveira, João Carlos Ribeiro, Maria Tribst de Campos (professora e Inspetora Escolar), Lourdes Ap. da Silva (professora e vice-diretora), Maria de Lourdes Ferreira, Jorge Miguel (professor e diretor), Vanda Gonçalves Silva (professora e vice-diretora), Eugênio de Souza Cardoso (professor e vereador), Maria Ercy B. Siqueira, Wagner Gonçalves, Celina Batista de Souza, Flávia Batista, Rita Gomes, Maria Aparecida Gonçalves (professora e vice-diretora), Maria Mirtes Bernardo, Miriam Bernardo, Maria Alice Canha (professora e orientadora), Lásara Maria Campos (professora e vice-diretora), Lourdes Ossako Inoue (professora e diretora), Idê Inoue, Antônio Luiz de Souza (professor e vereador), Maria Célia Barbosa, Rita Ventura, Wlaidimir Aparecido Aguiar, José Lauro Braga, Paulinho Tó-

tora (Marreco), Paulo Gonçalves e muitos outros.

Entre os primeiros funcionários, podemos citar: Geraldo Miguel e Fatinha (inspetores de alunos); Ritinha Marchetti, Maria Helena Costa, Maria Inês Carvalho, Marília Sarno, Rosália Dias, Márcia Vilela, entre outras, como ajudantes na secretaria. Funcionários da limpeza e cozinha: Andrelina, Lourdes Guedes, Anézia, Carminha, Celina, Cida, Neuza Helena, Ilza Rodrigues, Irene, Vilma, entre outras. Bibliotecárias: Mari Léa Zaroni, Filomena Ferreira, Lourdes Inácio, Sonia Mota, Ana Felicidade Mota.

Em 22 de dezembro de 1968, o Jornal Gazeta da Serra anunciava a formatura da primeira turma da 4ª série ginásial (correspondente ao último ano do Ensino Fundamental II), constituída pelos seguintes alunos: Albino Zaroni Torres, Ângela Maria Barbosa, Benedito Carlos Gonçalves, Bernadete Lourdes Marinho, Celina dos Santos, Guilhermino Batista Pedroso, Ilza Machado, João Carlos Ribeiro, José Tarcísio Machado, Luiz Gonzaga de Souza Jr., Manoel Raimundo de Freitas, Maria Célia Barbosa, Maria Célia Batista Siqueira, Maria Jesualda Santana, Maria de Lourdes Cosenza, Maria de Lourdes Batista Siqueira, Maria Piedade de



*Primeiras normalistas da E.E.N.S. de Lourdes. Da esquerda para a direita: Maria Piedade Almeida (Leca), Ilza Machado, Soledade Santana (Solê), Maria Tribst Campos e Jesualda Santana. Acervo do Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2012.*

Almeida, Maria Soledade Santana, Maria Tribst dos Santos, Rita Aparecida da Silva e Vera Lúcia Prince Corrêa.

Oswaldo Renó Campos, redator-chefe do Jornal “Gazeta da Serra”, ressaltou a importância do Ginásio ao divulgar na edição de 2/04/1971 os 264 alunos matriculados, sendo que 112 eram alunos da 1ª série ginasial (5ª série atual). Em 1972, previu que a escola teria 400 alunos e sugeriu ao Estado a ampliação das salas de aula e a presença de uma quadra de esportes, através da construção de um segundo andar e da doação do prédio do Posto de Saúde anexo à escola, o que se concretizou alguns anos mais tarde.

Por mais de trinta anos, a Escola Nossa Senhora de Lourdes foi a única entidade a oferecer o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio em Maria da Fé, dando oportunidade também para que muitos alunos das comunidades rurais pudessem continuar seus estudos. No entanto, à época, não havia transporte escolar do campo para a cidade que só foi implantado no final da década de 90. Os alunos se deslocavam dos bairros para a cidade a pé ou de condução própria (bicicletas, charretes, cavalo). Muitos levantavam de madrugada, seja com frio, calor ou chuva. Alguns pais raramente vinham buscá-los ao sair da aula. Um exemplo pode ser dado pelo Sr. Décio Junqueira Ferraz (filho do Cel. Silvestre), que trazia seus filhos para as aulas do Ginásio e de quebra enchia a traseira da caminhoneta com muitas crianças e jovens que vinham do Goiabal e imediações para a cidade.

A princípio, os alunos, fossem eles da cidade ou do campo, compravam seu próprio material escolar e deveriam comparecer às aulas uniformizados, munidos cada um de uma caderneta escolar, requisitos essenciais para assistir às aulas.

As punições disciplinares eram bem rígidas para aqueles que faltassem sem justa causa ou que esquecessem o material em casa. Havia muita repetência e evasão, pois a frequência à escola não era obrigatória. Os alunos que não atingiam nota mínima para “passar de ano”, quase sempre, eram colocados nas turmas dos “repetentes” e vários deles ficavam desmotivados e abandonavam os estudos, outros não conseguiam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, como acontecia com a maioria dos estudantes das comunidades rurais.

Depois de muitos anos, adotou-se o sistema de recuperação para



os alunos considerados “mais fracos”. Mesmo assim, era necessária muita força de vontade para que esses alunos cumprissem a dupla jornada – trabalho e estudo.

## A ESCOLA PADRE PIVATO

---

A Escola Reunida Padre Pivato foi fundada em 20 de junho de 1964 e recebeu este nome em homenagem ao Padre José Vicente Pivato, nascido na Itália, terra de seus pais Silvestre Pivato e Colomba Pivato. Veio para o Brasil ainda criança, juntamente com sua família e trabalhava como maquinista na Rede Mineira de Viação, quando foi convidado a estudar no seminário de Pouso Alegre já com 28 anos de idade. De 1915 a 1927, foi vigário de Maria da Fé e sua biografia está repleta de atos religiosos notáveis em benefício da nossa paróquia<sup>6</sup>.

Segundo a ata de inauguração da Escola, a solenidade contou com a presença do Secretário da Educação à época, o Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, e as bênçãos do Padre Joaquim Carneiro Filho, nosso vigário. A diretora Arlete Araújo Guedes e a professora Doralice Zaroni Torres enaltecem o trabalho do Dr. Aureliano e do Governador do Estado Magalhães Pinto, que possibilitaram a construção de uma escola primária, de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, para atender, juntamente com o Grupo Escolar Arlindo Zaroni, a população de jovens marienses que aumentava cada vez mais na cidade, ávida para continuar seus estudos.

O histórico da Escola Padre Pivato destaca também, como grandes colaboradores na melhoria da instituição, o Sr. Francisco Severo Guglielmelli Filho e Luiz Tarcísio Vilela. O primeiro, que veio para Maria da Fé em 1941, quando assumiu a gerência do Campo de Semente (EPAMIG)<sup>7</sup>, não mediu esforços no sentido de promover e ajudar a Escola,

---

<sup>6</sup> Mais informações sobre a vida de Padre Pivato na Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé e na própria escola.

<sup>7</sup> Por iniciativa do vereador Osvaldo Renó Campos, em 1981, a Câmara concedeu ao Sr. Chiquito, como era conhecido, a Moção de Congratulação e o Título de Cidadão Honorário pelo excelente trabalho de pesquisa, altamente científico, que desempenhou na EPAMIG, do qual resultaram novas variedades de batata denominadas Chiquita, Mantiqueira e Mineira, com o objetivo de evitar onerosas despesas com a importação de batata-semente da Alemanha.

desde quando ocupava um pequeno prédio na Rua Marechal Deodoro. O Sr. Luiz Tarcísio Vilela, filho mais velho de Dona Mariquinha e do Sr. Juca da Farmácia, foi grande benemérito de muitas escolas de Maria da Fé e também do Distrito Pintos Negreiros, quando era assessor jurídico da CARPE, promovendo a reforma da Escola Arlindo Zaroni e a reconstrução da Escola Padre Pivato.

Dentre as primeiras diretoras<sup>8</sup> da Escola Padre Pivato podemos citar: Arlete Araújo Guedes, Laís Peralta Carneiro, Maria Aparecida Mota Tótora, Maria Auxiliadora Toledo Linke, Walderez Gisela Sarno de Carvalho, Mariza dos Santos Marinho. Sendo as primeiras professoras: Cândida Gonçalves, Márcia Vilela de Moraes, Filomena Ferreira, Maria Auxiliadora Cardoso Mendes (Lola), Yeda Henrique Campos, Maria Aparecida Mota Tótora, Doralice Zaroni Torres e Romilda Corrêa Monteiro.



***Almoço das professoras da Escola Padre Pivato, em 1974. Da esquerda para a direita: Maria Helena Renó, Helena Guedes, Nazaré, Terezinha Amaral, Filomena Ferreira, Aparecida Tótora, Inês Pedroso. Em pé, Bernadete Marinho.***

<sup>8</sup> Na Escola N.S. de Lourdes, o primeiro diretor Pe. Joaquim Carneiro Filho (Pe. Juca) ficou na direção até sua aposentadoria no início dos anos 90, tendo indicado a Prof<sup>a</sup>. Vera de Oliveira como substituta. Os demais diretores do Ginásio foram escolhidos entre seus pares. Nos Grupos Escolares, quase sempre as diretoras eram indicadas por partidos majoritários e/ou por políticos marienses proeminentes ligados ao Governo Estadual, situação que só foi modificada após a municipalização das escolas no final da década de 90.



**Fanfarra da Escola Padre Pivato, em 1976, com as professoras Eliane Costa, Regina Villela, Marta Carnevalli, Maria Helena Renó e Ângela Barbosa.**

Em entrevista para a Escola Municipal Arlindo Zaroni, no ano de 1999, o então Vereador Antônio Mendes dos Santos contou: “Entrei no Grupo Escolar Arlindo Zaroni com 12 anos de idade, era o mais velho da minha turma. Me colocaram em classe mais atrasada porque não tinha começo (Pré-escola, maternal). Das dificuldades que existiam no meu tempo: sempre fui e voltei da escola a pé, descalço, subindo e descendo a serra do São João, com geada e chuvas, só usava calçado em dias de auditório e exame oral. Os deveres para fazer em casa eu e mais alguns da zona rural fazíamos com iluminação de lamparina movida a querosene”.

## GRUPO ESCOLAR ARLINDO ZARONI

A mais tradicional escola de nossa comunidade, fundada em 1928, recebeu a denominação de Grupo Escolar de Maria da Fé quando foi inaugurada em 15 de março de 1929<sup>9</sup>. Em 1936, em homenagem a um

<sup>9</sup> O Tomo I do Memorial da Câmara fala sobre a inauguração da Escola Arlindo Zaroni (p.62-64)

dos maiores benfeitores de nosso município, passou a se chamar Grupo Escolar Arlindo Zaroni.

Em 1972, sob a administração do Estado, recebeu a denominação de Escola Estadual Arlindo Zaroni e assim permaneceu até a municipalização em 1998, quando passou a se chamar Escola Municipal Arlindo Zaroni.

A direção da escola teve à sua frente: Maria Lomônaco Ferreira (1929-1946), Dalila Bustamante (1947-1950), Cacilda de Souza Gomes (1951 a 1966), Laís Peralta Carneiro (1967-1986), Terezinha Machado Krepp (1987-1991), Maria Piedade Almeida Pereira (1992-1996), Maria Rita Sales Marchetti (1997-2000) e Andréa Vilas Boas Serrano, que iniciou em 2001 e permanece até os dias atuais.

A Escola foi ampliada e reformada em várias ocasiões e acabou sendo desmembrada em duas escolas municipais, ocupando dois imóveis distintos. A primeira continuou como Escola Municipal Arlindo Zaroni, no endereço de sua instalação inaugural. A segunda, que funciona na Av. Dona Mariquinha, 2110, foi batizada com o nome da Professora Laís Peralta Carneiro.



*Antigas alunas do Grupo Escolar Arlindo Zaroni que se tornaram professoras a partir da década de 60. Da esquerda para a direita: Regina Marinho, Luiza Helena G. Viglioni, Terezinha Marchetti, Rosilene Corrêa, ..., Lourdes Machado, no auditório no Grupo Escolar - década de 50. Acervo Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2012.*



Acervo: Quim

*Da esquerda para a direita: Betinha, Mariza, Lourdes Machado e Ceres, professoras nos anos 60 e 70. Acervo Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2012.*



*Alunos e professoras da Escola Arlindo Zaroni. Acervo Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2012.*

Acesso: Joaquim Expedito

*Professora Maria Luzia Vilas Boas Batista, nos anos 70. Acervo Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2012.*



OBS: O histórico das escolas rurais nas décadas de 60 e 70 será abordado no texto “As comunidades rurais no entorno de Maria da Fé”, ainda neste Tomo.

## A SOCIEDADE MARIENSE

---

A sociedade mariense, principalmente nos anos sessenta e setenta, destacou-se no trabalho de assistência e edificação de obras em favor da população mais carente, considerando as necessidades prioritárias do município. Os fatores positivos de Maria da Fé publicados pelo Jornal “Gazeta da Serra”, na edição especial de 1º de junho de 1972 (aniversário de 60 anos da cidade), foi um trabalho conjunto dos prefeitos Domingos Tótora, Manoel Gonçalves e José da Mota Tótora com a Câmara Municipal e grupos de jovens, além de outras pessoas de grande espírito humanitário, que souberam enfrentar os problemas sociais advindos do aumento da população do município e a carência de recursos, que caracterizou os anos finais da década de setenta.

Em acervo da Sociedade dos Amigos de Maria da Fé - Casa da Criança, atas registradas pela primeira presidente do Grupo Jovem de Maria da Fé, Maria Aparecida Tótora, mostram como tudo começou:

*Sob a motivação e orientação dos supervisores do escritório local da ACAR (EMATER), entre os quais a supervisora Dinorá Corrêa e o engenheiro Dioni V.R. Soccal, foi criado o Grupo Jovem de Maria da Fé, em agosto de 1968, formado por professores, estudantes universitários, normalistas, vereadores, advogados e outras pessoas da comunidade mariense, todos voluntários, num trabalho comunitário, visando à fundação e à manutenção de uma Unidade de Proteção ao Pré-Escolar (UPPE). Essa instituição, que deu origem à Casa da Criança, mantinha convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e buscava assistir as famílias carentes, dando-lhes condições para combater os graves problemas comuns às crianças que ingressavam na primeira série do Grupo Escolar, como desnutrição, fome, doenças infantis e outras deficiências físicas e mentais.*

Naquela época, não havia, por parte do poder público, uma política educacional voltada para a educação infantil e suas famílias, sendo que a assistência social ficava restrita às entidades de filantropia e acolhimento, como a Sociedade São Vicente de Paulo (N.R.).

Em maio de 1969, a UPPE se instalou precariamente na antiga

fábrica de charutos Zaroni, na Praça Nossa Senhora de Lourdes, funcionando ali até 1977. Apesar das dificuldades, havia o trabalho diário das funcionárias Maria de Lourdes Carvalho, Celina Ribeiro, D. Ernestina e Bernadete Rosa, que, com a ajuda dos membros do Grupo Jovem, mantiveram a higiene, a alimentação, a vacinação e a recreação das crianças carentes.

As campanhas para arrecadação de recursos junto à população contavam com a realização de gincanas, “Semana do Estudante”, jogos de futebol e vôlei, teatros, participação nas festas juninas, na Festa de Agosto e a ajuda da Prefeitura e da Câmara Municipal, com envolvimento de seus principais membros: Osvaldo Renó Campos, Braz Borges de Campos e Alaor Mendes Gonçalves. Essa ação conjunta permitiu a cessão pelo Estado, em 1976, de um silo (frigorífico para armazenar batatas), em troca do terreno doado pelo Sr. Francisco Teodoro (Chico Vicente) ao Grupo Jovem, dando origem à sede da Casa da Criança, no local que funciona hoje, após sucessivas reformas.

Outra grande realização do Grupo Jovem foi a criação do Jornal Gazeta da Serra, em 1968, tendo como diretor Dioni V.R. Soccá; Osvaldo Renó Campos, como redator-chefe; Alaor Mendes Gonçalves como chefe de reportagem; Maria Hercília Moraes como tesoureira; Terezinha Sales Marchetti, como secretária; Robélia Mendes Corrêa e Conceição Sales Marchetti como relações públicas. Contavam com representantes de bairros, sendo Antônio B. Campos no bairro Posses, Edson Raimundo no bairro Mata e Olavo C. Siqueira, no bairro Reserva. (Gazeta da Serra, 05/12/1968, 2ª página).

Estiveram a frente da diretoria da Sociedade dos Amigos de Maria da Fé - Casa da Criança: Maria Aparecida Mota Tótora (1969-1970); Maria Hercília de Moraes (1970-1971); Rosa Maria Campos Gonçalves (1971-1972); Maria Rita Sales Marchetti (1973-1974); Tiago Corrêa Neto (1975); Maria Magda Ribeiro (1976-1977); Maria Isabel de Jesus Carvalho (1978-1982); Alcina Ribeiro (1983-1984); Ilza Gonçalves de Almeida (1985-1988); Maria de Lourdes Sarno (18/01/89 a 12/03/89); Raimunda Santos Costa (1989-1991); Maria Aparecida Batista Gonçalves (1992); Maria do Carmo Cardoso (1993 e 1994); Maria de Lourdes Campos Carvalho (1993); Maria do Socorro Campos Carneiro Moreira (1995-1996); Andréa Santos de Campos Roxael (1997); Dra. Ana Eulália

Braz Teixeira da Silva (1998-2000); Maria Isabel Jesus Carvalho (2001-2004); Neide Maria Batista Soares (2005-2008); Marco Aurélio de Freitas (2009-2012); Valéria Cristina dos Santos (2013-2014); Rita de Cássia Gomes (2015-2016) e José Benedito Alkimin (2017-2020).



*Acervo: Casa da Criança.*

Nas décadas de 60 e 70, a juventude de Maria da Fé se reunia no salão do Clube Recreativo para dançar ao som dos discos de vinil ou de orquestras vindas de vários lugares do Brasil, especialmente para abri-lhantar as formaturas e os bailes de debutantes. Os carnavais eram ani-mados, fossem eles no salão do Clube Operário (Poeirinha), no Clube Recreativo ou na rua. Os menores de idade se arranjavam num bailinho-matiné, após os jogos disputados na quadra do Estádio Cel. Silvestre. Havia muita preocupação dos pais com os primeiros cigarros de “ervas desconhecidas”, as conversas maliciosas sobre sexo (assunto tabu) e o namoro escondido no escurinho do cinema ou nos passeios ao Véu de Noiva, Campo de Semente e Pomária. O Restaurante do Jesus (Hotel



Salvador) era o “point” da moçada e, nos dias quentes de verão, ninguém perdia um mergulho na Cascata Clube de Campo, popularmente conhecido como “Prainha”, um Cambuí de águas ainda não poluídas que descia a serra do São João em direção a Itajubá. Maria da Fé atraía não somente pela sua beleza natural, mas pelo ambiente hospitaleiro e alegre das férias escolares.

*Eu acordava às 3 horas da manhã e pegava o ônibus para Itajubá. Chegava às 3 da tarde. Na rodoviária, Seu Vivaldi ou Seu Osvaldo quase sempre estavam já com a Jardineira, parecia que esperavam a gente. Aí a gente sabia que “tava chegando”. Os amigos a gente já começava a encontrar antes de chegar. Célio Gonçalves Costa ajudando o pai na jardineira, Luiz Augusto Zaroni também sempre por ali, bonitão e sorridente... Poeira ou lama, quem se importava... o destino que era bom. Maria da Fé. O trem chegando juntinho com a jardineira, a rua de baixo cheinha de azeitona, a rua do meio, do cinema, dos flertes e dos risinhos sem graça. O posto que era telefônico e de gasolina... O laticínio do Tio Paulo (Bortoni), muzzarela de cabacinha, uma para cada primo, para não dar briga. Vontade de fazer logo 14 para entrar nos bailes do Clube Mariense... Eduardo Marchetti com essa mesma carinha que tem hoje... Eliane Ribeiro, a amiga querida, daquelas que a gente conta segredo e tudo. Mais uma hora e a gente ia chegar lá... o coração já ficava no ritmo de férias. Ali todo mundo era primo, parente ou amigo... não tinha desconhecido. Só os misteriosos teosofistas (o mistério era por conta da minha cabeça... hehehe) que a gente achava que era uma seita secreta. Bloco de carnaval, barraca de ciganos, julho com “neve”, correr de medo do Neno. As primas Sil, Samia e Sandra Tuffy, companheiras de diversão, Maria do Quim um exemplo pra mim, Benedito Marinho, o Ditinho da Farmácia, Paulo Mendes, o primo bonito pra exibir para as amigas. Chegar logo e ganhar o abraço do Vô e da Vó e ser feliz de novo. Eu lembro dela assim... Mas, eu cresci, ela também cresceu. Ela ficou muito mais bonita... Eu fiquei com muita saudade. Por GlauCIA Machado (GlauMac), neta de Nestor Machado<sup>10</sup> e filha de Hermínio Machado, Belo Horizonte, 2 de julho de 2017. (Texto publicado em 12/05/2019 por Mari Léa Zaroni, no Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook)*

<sup>10</sup>Nestor Machado foi Coletor Estadual em Maria da Fé nas décadas de 50/60.



**Os bailes anos 60: vestidos rodados e bufantes, homens de terno e gravata. As damas aguardavam nas mesas a solicitação de uma dança pelos cavalheiros. Acervo: Geraldo Canha, em postagem de Cássia Almeida no Facebook, em 2014. Da esquerda para a direita: Natália, Vicente Camilo, Vicente do Pedro Olímpio, Márcia Resende Vilela, Rogério Resende Vilela, Betinha Mendes Gorgulho, Pedrinho Mendes, Teresinha Marchetti, José Flávio Marchetti, Vavá Cardoso, Lourdinha Marchetti, Renato Resende Vilela e Geraldo José Canha.**



**Baile de debutantes: Hilda Gonçalves, Maria Aparecida Barbosa e, ao fundo, Sueli Gonçalves Zaroni. Facebook (2012)**



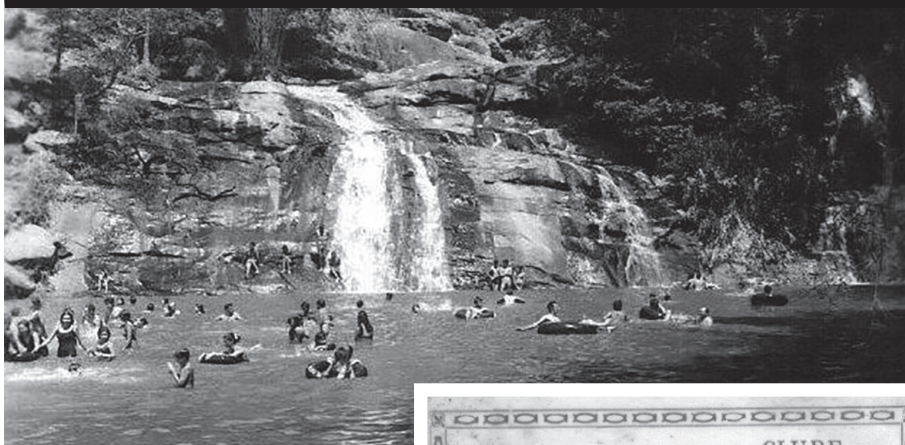
**Carnaval de rua: Alaor e Quim, Nizinho e Klingler.  
Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim)**



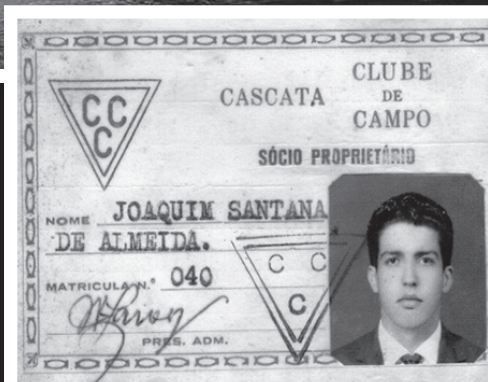
**Geraldo Canha, Vilmar Gonçalves, Quim, Zé Iton, Nizinho Arruda, Laurinho do Neco,  
Pedrinho Mendes, Dadá, Paulo Mendes, Zé Rocha, Marcio Arruda e Moacir. Acervo:  
Joaquim Santana de Almeida (Quim).**

As comemorações de aniversários, casamentos, batizados eram realizadas nas casas das famílias marienses, que ofereciam bebidas populares à época como o Ponche, Cuba-Libre e Hi-Fi<sup>11</sup>. Os refrigerantes como Coca-Cola e Crush (de laranja) eram a grande novidade. As festas juninas, com muitas barraquinhas, fogueiras, quadrilha, comida e bebidas típicas concentravam-se na praça central da cidade. A organização ficava por conta das entidades religiosas e senhoras representantes das famílias tradicionais de Maria da Fé. Para animar as festas havia sempre um “conjunto musical” formado por componentes da banda masculina. As Festas

**Cascata Clube de Campo (Prainha), nos anos 70.  
Foto: Joaquim Santana de Almeida (Quim).**



**Carteirinha do Cascata Clube de Campo (Prainha) - Havia uma contribuição mensal de cada uma das pessoas que se tornava sócia-proprietária do Clube, o que lhe garantia entrada franca no local. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim).**



<sup>11</sup> Coquetéis a base de frutas, rum e vodka: Cuba-Libre (com Coca Cola), Hi-Fi (com refrigerante de laranja).

de Agosto<sup>12</sup> eram as mais populares e, sob o comando do Padre Anchieta, contribuíram sobremaneira para a manutenção de várias entidades de assistência social, sobretudo a Sociedade São Vicente de Paulo. Havia também, nas escolas, as festas em benefício da Caixa Escolar.

Faziam parte das festividades religiosas as procissões, com destaque para aquelas realizadas na Semana Santa, Corpus Christi e a festa do padroeiro dos motoristas, São Cristóvão. Em 1955, teve início uma grande romaria à Aparecida (SP), que se tornou tradição. Todos os anos, os caminhões adaptados, carros e ônibus levavam uma multidão de fiéis marienses à igreja da Padroeira (Basilica de Aparecida) em comboio festivo, animado pela fé. A cidade de Maria da Fé praticamente ficava deserta durante a romaria, tal era o número de pessoas participantes.



***Corporação Musical Santa Cecília (1960) - da esquerda para a direita: Regina do Dadá, Maria Piedade Almeida (Leca), Teresa Silva, Nícia Arruda, Cida do Tibério, Dorotéia, Ilza, Mari Léa Zaroni, Almerinda Zaroni, Ana, Dilurdes, Amélia Zaroni, Nenzinha (Maria Aparecida S. Machado), Lourdes Costa, Didita, Iva, Nilza, Valda Costa, Piedade Costa, Maria do Quim, Amália, Regina Barbosa, Rosinha, Lourdinha Arruda, Eni e Maristela. Ao fundo, Expedito Sales. Foto: Acervo de Nenzinha e Amélia Zaroni. Fizeram parte da banda também: Bernadete, Eliane Costa Ribeiro, Maria Helena Campos, Myriam Zaroni, Linda Mara.***

<sup>12</sup> Sobre a Festa de Agosto e demais festividades religiosas recomenda-se leitura da Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, 2018, de autoria de Mari Léa Zaroni e Osvaldo Renó Campos. Nos Textos Complementares, neste volume, encontra-se a narrativa de D. Mariquinha (Maria Areias Vilela) sobre a Festa de Agosto, publicada no Jornal O Mariense, em 08/2009.



*Lira Nossa Senhora de Lourdes – Corporação Musical da Paróquia, fundada por Pe. Juca, sob a regência do Maestro Romualdo Dotta e Luiz Carlos da S. Monteiro. A partir da 1ª fila da esquerda para a direita: Sr. Valério, Zé Mauricio Zaroni, Ramiro Vilela (menino), Dadá Pereira, Dalciso Pivato, Kleber Monteiro, Pe. Juca, Vivaldinho. Na 2ª fila: Nilton Campos, Luizinho Monteiro, Pedro Machado, José de Jesus. 3ª fila: Olivério Monteiro, Ditinho Corrêa, Paulo Moraes, Renato Vilela, Roberto Vilela. E nas demais: Cícero Torres, Dito Bambu, Rosemiro, Mauro do Sr. Gentil e Romualdo. Publicação: "O Mariense", 04/2018.*

## A FESTA DE AGOSTO

---

A Festa de Agosto foi criada em 1933 pela Sociedade São Vicente de Paulo, para ajudar os pobres e era celebrada em 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Boa Morte. De acordo com a narrativa de Dona Mariquinha, a festa era bem simples, mas, em 1946, surgiu a ideia de eleger uma “Rainha dos Pobres”. “Arranjava-se uma turma de candidatas e outra de madrinhas. As madrinhas vendiam os votos a 200 réis cada.”

O primeiro concurso rendeu 500 mil réis, o segundo, em 1947, rendeu dois contos de réis, quando foi ampliado o sistema de madrinhas e padrinhos que trabalhavam para as candidatas mirins. A apresentação era no antigo prédio da Prefeitura Municipal. Em 1952, entraram no concurso donativos de leilões de gado e o movimento recebeu o nome de Concurso da Rainha da Caridade. E assim, sucessivamente, a Festa

foi sendo ampliada até que, no início dos anos 70, houve a inovação de montar uma grande barraca de bambu e lona entre a Praça Getúlio Vargas e o Centro Cultural, onde se apresentaram muitos artistas como os Demônios da Garoa, Roberto Vilela (filho de Dona Mariquinha) que imitava o Chacrinha e tinha as “chacretes” com Cecília Tótora, Carmem (filha do Sr. Otacílio), Ana Angélica (do Neco), Ilzinha, Viviane Salvador e outras.

Mas foi na década de 80, com a pujança trazida pela batata, que a Festa se transformou na mais concorrida da região. As entidades como a Sociedade São Vicente de Paulo, Casa da Criança, APAE e outras escolas se esmeravam nas apresentações. Promoviam rifas de carro, leilões de assados, cartuchos, bolos, doces e outras iguarias. As “noitadas” passaram a ser no Salão Rio da Graça (Vicentão), construído pelo Pe. Anchieta para esse fim, com apresentações de diversos artistas famosos à época como Sérgio Reis, Nalva Aguiar, Jair Rodrigues, Ângela Maria, Wanderléia, Vanusa, Perla, Agnaldo Rayol, Francisco Egídio, Jessé, Luiz Airão, Raul Gil, Ronaldo Resedá, Roberto Leal, Rosana, Ângelo Máximo, Martinha, Moacir Franco, Odair José, Wilson Simonal, Altemar Dutra, Marcelo Costa e outros”<sup>13</sup>, além da apresentação de artistas marrienses, corais, festivais de viola, bailados e encenações teatrais.

A Festa manteve o seu glamour até os anos 90, mas a crise financeira que afetou a produção da batata no município foi, pouco a pouco, minando os recursos que sustentavam a sua grandiosidade. Vale destacar o papel do Pe. Anchieta, da secretária Filomena Ferreira<sup>14</sup> e do apresentador Braz Borges de Campos, além dos patrocínios de empresários, agricultores e o trabalho de doação e desprendimento de várias pessoas da comunidade, com destaque para os membros da Sociedade São Vicente de Paulo.

---

<sup>13</sup> Fotos de diversos artistas podem ser vistas na postagem de Júlio César Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga, em 23/07/2015, na rede social Facebook, com acervo do fotógrafo José Rodrigues (Zé Português), já falecido, cedidas pela sua esposa Ana Ribeiro. Também há um histórico sobre a Festa de Agosto, na Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé, autoria de Mari Léa Zaroni e Osvaldo Renó Campos.

<sup>14</sup> Leia entrevista “Os bastidores da Festa de Agosto”, com Filomena Ferreira, assessora e secretária do Pe. Anchieta por quase 20 anos, responsável pelos relatórios das doações, patrocínios e resultados dos candidatos a reizinho e/ou rainha da Festa.

Baseado em publicação do Jornal “O Mariense”, de agosto de 2009, na Sessão Memórias (p.10), de Eugênio de Souza Cardoso em entrevista com Filomena Ferreira.



**Candidatas à Rainha dos Pobres e suas madrinhas, em 15/08/1950, em frente ao antigo prédio da Prefeitura Municipal de Maria da Fé.**



**Trio do Campo, formado pelos irmãos Hercílio e Idílio e o sanfoneiro Quinzinho. Ao fundo, Paulo Gonçalves, que também acompanhava o Trio em suas apresentações. “O Trio fez muito sucesso nas festas de Maria da Fé e região. Darci Ananias, grande poeta compositor, era a alma das letras das canções do Trio. Todas as músicas eram de sua autoria”. Por Júlio César Guedes, em 13/01/2021.**



***Jornal Santuário de Aparecida –  
Reportagem sobre a Festa de Agosto  
realizada em agosto de 1981 no Salão  
Rio da Graça.***



***Padre Anchieta, o líder da Festa de  
Agosto, cumprimentando alguns  
dos patrocinadores: Zezé de Al-  
meida, João Costa Campos e Darci  
Moraes.***



*Jair Rodrigues se apresentando no Salão Rio da Graça, em 1982. Postagem de Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook, 23/07/2015.*

## OS BASTIDORES DA FESTA DE AGOSTO NOS ANOS 70, 80 E 90

Entrevistada sobre a realização da Festa de Agosto nas décadas de 70, 80 e 90, Filomena Ferreira contou que “O planejamento da Festa de Agosto tinha início quando os festeiros eram anunciados desde o ano anterior. A organização demandava participação de várias entidades que utilizavam a Festa de Agosto para angariar fundos para sua manutenção. Criava-se assim uma “noitada” para cada uma delas, mas, independentemente da situação, havia sempre uma equipe que ficava à frente dos trabalhos liderados pelo Pe. Anchieta e membros da Sociedade São Vicente de Paulo. Entre as pessoas que sobressaíram nesse trabalho, lembro-me de muitas delas: Braz Borges de Campos, o grande apresentador e animador do evento; Clara Regina Ribeiro, companheira nos relatórios da festa; D. Alcina, Izaurinha e professoras das escolas, na recepção dos artistas e decoração do palco; Tar-

císio Borges e Terezinha e Nilton Barnabé na programação. A cozinha da Festa recebia diversas contribuições da comunidade, como os assados pela D. Elvira, com ajuda de José Albino. Havia também o trabalho incansável de cozinheiras e cozinheiros como D. Genuína, Terezinha Amaral, D. Aparecida, D. Vicentina, D. Maria do Zequinha, Nazaré Ferreira e outras. Na Portaria Lázaro Pereira se destacava. Sr. Afonso Xavier, Benito Guedes e seu irmão Zezé Guedes, Nelson Ribeiro, Nelson Braga, Osvaldo Faria, Antônio Kobayashi, Mário Inoue, Tiãozinho e Lizete, Zé Pelado, Walter Alvarenga, e tantos outros vicentinos, cuidavam da limpeza e se revezavam como garçons em cada noitada. Para a contagem dos resultados da Festa, era preciso o comparecimento de pessoas consideradas idôneas, como o José Moacir de Almeida e José Iton de Almeida (ambos funcionários do Banco Real), Francisco Borges, Pedro Mafra de Carvalho, Zezinho Tótora e outros. Não poderia esquecer também da grande contribuição do Sr. Otacílio Vicentini, que cuidava das instalações elétricas e do som para os artistas e as bandas que os acompanhavam. Era um trabalho que varava as madrugadas e exigia bastante desprendimento de todos os envolvidos na Festa de Agosto. Devo ter esquecido de muitos nomes, mas a posteridade sempre há de reverenciar aqueles que conseguiram, através desse evento, assistir aos mais necessitados de Maria da Fé<sup>15</sup>.

## OS CURSILHOS DE CRISTANDADE UM FENÔMENO DE FÉ NA DÉCADA DE 70

---

De acordo com o Pe. José Carlos Pereira<sup>15</sup>, o Movimento de Cursilho da Cristandade foi trazido da Espanha em 1962 e introduzido na Arquidiocese de Campinas (SP), com o intuito de despertar lideranças e/ou multiplicadores do Evangelho, nas comunidades paroquiais, seguindo as diretrizes da ação católica: ver, julgar e agir.

Segundo Pereira, a missão do Cursilho é conhecer o passado para agir no presente, criando um ambiente cristão na realidade onde o cursilhista vive, que pode ser a família, o trabalho ou a sociedade em geral.

---

<sup>15</sup> PEREIRA, José Carlos (Pe). Conheça o MCC - Movimento de Cursilho de Cristandade. Disponível no Youtube.

Há três etapas no Cursilho para a formação das lideranças: 1ª) indicação de alguma pessoa considerada “Cursilhista”, por estar engajada no movimento há algum tempo. Essa pessoa deveria esclarecer e passar aos interessados as informações básicas sobre o movimento; 2ª) O Cursilho propriamente dito, ou seja, um retiro espiritual de dois ou três dias, com palestras, meditações e muita oração, para despertar na pessoa a vontade de ser um evangelizador em Cristo; 3ª) Pós-Cursilho: reuniões periódicas das lideranças consideradas com perfil e desejosas em ser multiplicadoras das palavras do Evangelho. Nas reuniões, reviviam-se as metas e o eixo doutrinal do Cursilho, procurando elaborar projetos e ações para concretizar os objetivos traçados pelo grupo.

Em Maria da Fé, durante a década de 70, o Movimento dos Cursilhos abrangeu grande parte dos jovens liderados, principalmente, pelo Padre Anchieta e incentivados pela Arquidiocese de Pouso Alegre, com o intuito de trazer e manter todos na fé cristã. Graças a essa iniciativa, muitos foram os jovens que se tornaram padres. Famílias que, até hoje, segundo as palavras do Pe. José Carlos, serviram de “fermento na massa”, transformando gerações de adolescentes em adultos responsáveis, caminhando à frente de seu tempo na perseverança e na fé.



*“Eu consegui identificar nesta foto: Waltinho Ferraz (meu pai), Mussuline, Waltinho Gonçalves, Cícero Torres, Haroldo Batista, Tarcísio Borges, José Anézio (Tijuco Preto). E deve ter mais alguns.” Postagem de Égaz Ferraz no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook, em abril de 2012, com foto cedida por José Vitor Barbeiro.*





# AS COMUNIDADES RURAIS

---

NO ENTORNO DE MARIA DA FÉ

**A**pós pesquisas baseadas na genealogia de Elias Braga, das reportagens publicadas em diversos jornais, como Gazeta da Serra, “O Mariense” e demais referências históricas citadas nos volumes I e II do Memorial da Câmara Municipal, acrescidas de textos de depoentes de várias famílias que viveram num passado, não muito remoto, chega-se à conclusão de que muitas comunidades rurais no entorno de Maria da Fé foram sendo povoadas à medida que os primeiros moradores deixaram aos seus descendentes diversos lotes de terra, que, com o passar dos anos, desmembraram-se em povoados e, hoje, formam os principais bairros/distritos marienses. Outros habitantes foram chegando em busca das terras férteis da Mantiqueira, das ofertas de trabalho e se estabeleceram nos diversos cantos do município.

Segundo Teixeira (2013, p.400)<sup>1</sup>:

*Os sertanejos procuravam sempre os lugares altos e de Campos para construir as suas primeiras habitações, pois os baixios eram muito insalubres e sujeitos a febres, e também por que nas matas tornava-se difícil fazer pastos para suas indispensáveis criações; depois iam aos poucos derrubando as matas e abrindo lugares para as suas futuras e definitivas habitações; por isso explica-se ser os “Campos da Maria da Fé” povoado primeiro que os outros lugares deste sertão, de terras muito mais ubérrimas que os secos carrascais d’aquela imenso chapadão.*

O capítulo a seguir tem como objetivo dar continuidade ao histórico das famílias que viveram no entorno de Maria da Fé, nas décadas de 50 a 80, destacando alguns personagens ligados à Câmara dos Vereadores e à administração municipal. Tratam-se de narrativas publicadas por pessoas que presenciaram a história do trabalho voluntário de nossos edis para garantir o progresso do município mariense. As pesquisas e fotos no Grupo Maria da Fé Antiga ([www.facebook.br](http://www.facebook.br)) completam uma história de sucesso, mas também de muita luta para garantir a prosperidade do município.

---

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Luiz Gonzaga. Cristina: História. Belo Horizonte: edição do autor, 2013.





**Descendentes  
da família Martins:**

**Cândido Carlos Martins,  
pai de Antônio Cândido Martins.**

**Evaristo Carlos Martins e  
dois de seus quatro filhos:  
Getulino, João Carlos,  
Maria Hermenegilda e  
Francisco Carlos Martins.**

**Fonte:  
Genealogia de Elias Braga  
Grupo Maria da Fé Antiga  
Facebook – 2012.**



## O POVOADO DA MATA DE CIMA

---

Registros encontrados na Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada no bairro Mata de Cima, de entrevistas realizadas pelas professoras e pela Coordenadora Maria de Lourdes Miguel Moreira, com moradores antigos, em 2007<sup>2</sup>, informam que a comunidade surgiu aproximadamente no ano de 1883, pela família do Sr. Francisco Carlos Martins e sua esposa Maria, vindos de Pouso Alto (MG), com quatorze filhos. Construíram uma casa simples e viviam da lavoura de batata, milho, feijão e outros tipos de produtos. Em 1906, nasceu um dos seus netos, Getulino Carlos Martins, filho de Evaristo Carlos Martins e Ana Hermenegilda de Jesus. Getulino casou-se com Ordália Maria Martins, teve 15 filhos e morava na casa que seu pai havia construído para ser uma escola. Em 1926, nasceu seu neto, Francisco Carlos Martins, que veio a desposar Antônia Pereira Martins (Tia Sinhá) e tiveram 10 filhos, quase todos montaram residência no mesmo povoado. Desta feita, o bairro ganhou inúmeras casas e os moradores se organizaram para fundar uma escola, com o objetivo de evitar que as crianças se deslocassem até o bairro das Posses para estudar. A escola foi fundada em 29/04/1957, recebendo o nome de Getúlio Vargas em homenagem ao Presidente da República.<sup>3</sup>

## O POVOADO DA MATA DE BAIXO

---

Terra de muitos políticos ilustres, com descendência portuguesa e italiana igualmente importantes para o progresso de Maria da Fé. Eles serão lembrados ao longo das legislaturas nesta coletânea histórica do Memorial da Câmara Municipal.

O texto publicado por Márcio Gomes sobre o Bairro Mata (Facebook - Grupo Maria da Fé Antiga, 2012), descreve um pequeno trecho da história da Mata do Isidoro relatada por Luiz Barcellos de Toledo, em “O Sertão da Pedra Branca: Sesmaria da Matta do Isidoro” (p.64-69):

---

<sup>2</sup>Entrevista com Genoveva Bernardes Batista, neta de Getulino e do Sr. Francisco Carlos Martins, filho de Evaristo Carlos Martins, morador há muitos anos do Bairro.

<sup>3</sup>Mais informações sobre a fundação da Escola no capítulo Educação e Cultura, neste volume.

“Denominada também Sítio do Mato Dentro do Espraiado, também chamada de Sesmaria do Sítio do Monte do Bom Sucesso do Espraiado. Recebeu o nome de Mata do Isidoro porque, em 1809, Isidoro de Siqueira Pinto comprou-a e construiu uma grande fazenda no lugar conhecido hoje por Beleza, segundo nos relata Luiz Barcellos de Toledo. Esta Sesmaria “limitava-se ao Norte com a Sesmaria do Pouso Frio, ao nascente (Leste) com o Soares e Pintos; ao Sul do Ano Bom e ao Poente (Oeste) com os Campos de Maria da Fé, com o sítio do Monte de Cima e a Boa Vista dos Pereiras... Esta Sesmaria teve muitas fazendas, com diversas denominações a saber: Beleza, Posses, Campinho, Jardim, Reserva, Tocos e Caetés... As terras altas da fazenda são, em sua maioria, composta de campos nativos e de um imenso chapadão, cabeceira de três riachos: do Urutu, hoje rio Lambary, que, passando por Cristina, vai desaguar no Rio Verde; o do São João, que passando por Maria da Fé, vai desaguar no Lourenço Velho, afluente do Sapucaí, e, finalmente, do Sabará, que, nascendo no Soares e passando pelas fazendas do Jardim, Posses e Pinto, vai desaguar no Lourenço Velho.”.

(1) “Luiz Barcellos escreveu que “Isidoro era um homem muito detestado pelos seus vizinhos, porque era dado à violência, não respeitando a propriedade alheia. Morreu muito velho e sua viúva vendeu a propriedade a outros.”

(2) “Jardim onde era a fazenda do Sr. Antônio Português, que depois passou ao meu avô Juca do Amadeu. Fazia divisa com o Rio Manso. Minha tia Cacilda costumava dizer que tinha nascido na cabeceira do Jardim, quando eu brincava com ela que ela era portuguesa”.

(3) Respondendo a Elias Braga (2012): pela descrição de Luiz Barcellos, tem-se a impressão de que o bairro da Mata foi incluído nas fazendas do Jardim (a Mata de Baixo) e do Caetés (Mata de Cima).

Um comentário feito por Mari Léa Zaroni Campos em 09/06/2012 ([www.facebook.com.br](http://www.facebook.com.br)), lembra uma das figuras mais carismáticas do Bairro Mata de Baixo: Antônio Cândido Martins. Ele foi vereador de 1963 a 1966, suplente em 1969 e depois, com legislatura completa de 1971 a 1973; Vice-Prefeito de 1977 a 1982, no governo do Prefeito Flávio de Carvalho.

Como falar de dialeto caipira sem lembrar o saudoso “Coroné” Antônio Cândido? “Criativo, engraçado, espirituoso. O que lhe faltava em estudo formal, sobrava em espírito e inteligência. Seus discursos eram aguardados

por todos os presentes aos eventos, como na abertura da Exposição Agropecuária de Maria da Fé e nos rodeios, onde ele reinava. Foi vice-prefeito e grande produtor, na época áurea da batata em nossa terra. Como político, angariou votos para ele e seu companheiro de legenda, o prefeito Flabino de Carvalho, muitos deles graças à sua simpatia e ao seu carisma. Como produtor, viajou muito, até para a Alemanha, acompanhando uma missão técnica em visita aos campos de bataticultura. Acompanhado de Flabino, foi assistir à Copa do Mundo de Futebol na Argentina - imagine só o que aconteceu por lá. Quem se lembra bem das “falas” do “Coroné” é seu filho Antônio Walter, que poderia postá-las aqui, para recordar um tipo inesquecível de todos desta cidade.” (Infelizmente, o filho faleceu antes de passar as falas do “Coroné”, como gostaria a pesquisadora também falecida Mari Léa Zaroni. (N.R.)).



Dona Amélia, esposa de Antônio Cândido, conta que o marido era seu primo (\*). Casaram-se em 1948 e a primeira casa em que moraram na Mata de Baixo foi de pau-a-pique, de três cômodos, onde teve seus dois primeiros filhos: José Braz e João Alaor Martins. Com o nascimento dos filhos Antônio Walter e Maria Lúcia, foi necessária a construção de uma casa maior, de alvenaria, onde ele aproveitou para abrir uma venda, para suprir as necessidades do bairro, fazendo concorrência com o pai de Amélia, João Leopoldino. Nesta casa, nasceram também Maria Regina de Jesus, Luiz Carlos, Miguel Na-

**Antônio Cândido Martins. Acervo do Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook (2012). Postagem de Valéria Moraes: “Sr. Antônio marcou nossa cidade pela sua determinação, empreendedorismo e simplicidade! Parabéns a família maravilhosa que formou!”**

talino, Maria Hercília e Reunilda. Foi nessa ocasião que o Sr. Antônio Cândido entrou na política, sendo vereador por três mandatos e também Vice-Prefeito (\*\*). Com o nascimento de Reginaldo Carlos, Marília e Paulo Henrique mudaram-se para uma casa maior, ainda no mesmo povoado. No entanto, tiveram que ir para a cidade de Maria da Fé, quando os filhos resolveram estudar e, para isso, Antônio Cândido alugou uma casa no bairro Lage e, somente em 1976, construiu a casa definitiva no centro da cidade, que seus filhos mantêm até hoje.

Nesta entrevista, Amélia confirmou o espírito alegre e bem disposto do seu marido, que adorava falar em público. Mesmo sem estudo, tinha o dom de fazer discursos bem populares, não só em sua campanha política, como também nos comícios de seus amigos. Adorava festas! Organizou várias delas, com a participação das filhas na Festa de Agosto e em desfile na Exposição Agropecuária, realizadas com o Prefeito Flabino de Carvalho (1977 a 1983).

(\*) *Entrevista dada às alunas Elaine, Marília Elizabeth (filha de Antônio Cândido), Marlene e Vânia - Trabalho de Metodologia da História - “Minha vida, minha história” do Curso Normal Superior - Professora Rosileide Alvarenga - Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC (Polo Maria da Fé), 2004.*

(\*\*) *Mais detalhes da vida política do Vereador e Vice-Prefeito nos textos sobre as Legislaturas.*

## O POVOADO DA ILHA E DO SÃO JOÃO

---

De acordo com a genealogia de Elias Braga<sup>4</sup>, as primeiras famílias que povoaram os bairros Ilha e São João fazem parte da linhagem de Josefa Maria de Jesus, neta da matriarca Maria da Fé, cuja descendência deu origem aos Corrêa / Carvalho / Mendes e outros membros que foram importantes na história do nosso município, especialmente aos bairros em destaque (ver organograma mais adiante).

---

<sup>4</sup>BRAGA, Elias. Genealogia das famílias Mendes, Corrêa, Carvalho Grupo Maria da Fé Antiga (Facebook), 2012. Disponível: [https://www.facebook.com/media/set/?set=oa.322669017787640&type=1&\\_\\_tn\\_\\_=R Link](https://www.facebook.com/media/set/?set=oa.322669017787640&type=1&__tn__=R Link)

*“Josefa Maria de Jesus nasceu em 1832 em Itajubá (MG). Ela faleceu em 3 novembro de 1900, em Maria da Fé (MG), de febre. Josefa era filha de João Rodrigues Braga e Maria Mendes Da Silva, sendo neta do lado paterno de Maria da Fé de São Bernardo. Ou seja, os Mendes, Corrêa, Carvalho também são descendentes de Maria da Fé, por este ramo” (BRAGA, 2012).*



*Da esquerda para a direita: Inácio Mendes Ribeiro, filho de Pedro Mendes Ribeiro (um dos primeiros vereadores da Câmara Municipal de Maria da Fé) e Carolina Maria de Jesus (1ª esposa); seu filho Pedro Mendes dos Santos, ex-diretor da UNIFEI e ex-prefeito de Itajubá; Carolina Correa dos Santos, filha de Antônio Côrrea de Carvalho e Maria Rita dos Santos (neta de Maria da Fé), com o pequeno Antônio Mendes dos Santos (ex-vereador mariense) no colo; Maria Rita dos Santos (1858-1924), mãe de Carolina, filha de Manoel Antônio dos Santos e Josefa Maria de Jesus (neta de Maria da Fé); Maria Rosa dos Santos (sobrinha de Carolina), filha de Marcolino Corrêa dos Santos e Maria Flausina dos Santos (esposa de Pedro Corrêa dos Santos); e “Mãe Dita”, parteira e ama da família.*

**ORGANOGRAMA DA LINHAGEM MENDES RIBEIRO,  
DOS BAIRROS SÃO JOÃO E ILHA**

Fonte: Grupo Maria da Fé Antiga - genealogia de Elias Braga  
(www.facebook.com.br)

**TRONCO DE PEDRO MENDES RIBEIRO (Vereador da 1ª Legislatura)**

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| 1º Casamento:<br>Pedro M. Ribeiro e Carolina Maria de Jesus (bisneta de Maria da Fé) | Filho:<br>Inácio Mendes Ribeiro (foto)<br>(cc. Carolina Corrêa dos Santos) 1º casamento.<br>Filhos:   | Filha:<br>Mariana Mendes Ribeiro (cc. Antônio Evaristo Vilas Boas)<br>Filhos:  | Filha:<br>Maria Carolina Ribeiro (D. Cota) (cc. Antônio Corrêa - este filho de João Corrêa de Carvalho e Palmira Teodora) Filhos:  |
| ➔  | ↓   | ↓  | ↓  |
|  | Pedro Mendes dos Santos (Prefeito de Itajubá e Reitor da UNIFEI)<br>Antônio Mendes dos Santos (Vereador)<br>Afonso Mendes dos Santos<br>Maria José Mendes<br>José Mendes dos Santos<br>Carolina Mendes dos Santos | Evaristo V.Boas "Varistinho"<br>(cc. Mª José Mendes)<br>Sebastião M. Vilas Boas (cc. M Rodrigues) Maria<br>(cc. José Placidino Costa)<br>Pedro V. Boas (Pedralva)<br>Carolina M. Pizzi (Cruzeiro)<br>Iraci e Francisca V. Boas (São José do Alegre)<br>José Vilas Boas (Campinas)        | João Corrêa (cc. Enedina)<br>Mauri Corrêa (cc. Zilda)<br>Tereza (cc. Afonso Mendes seu primo)<br>Pedro Corrêa (cc. Cidoca)<br>Darci Corrêa (cc. Diva)<br>Moacir Corrêa (cc. Mª Aparecida)<br>José Mendes dos Santos (Posto Atlantic)<br>(cc. Mª Aparecida) |
| 2º Casamento:<br>Pedro M. Ribeiro e Ana Catarina da Silva                            | Emerenciana Mendes Ribeiro (cc. José Olímpio Pereira (vereador)<br>Filhos:<br>Clarice Costa, Olímpio (Loló), Dalmo (Dadá=vereador), Nilza do Joãozinho e José Renato  | José Mendes ("Zé Mendinho") (cc. Amélia Gonçalves de Almeida, filha de Armando Gonçalves e neta de João Gonçalves da Costa - vereador)<br>Filhos: Mª Aparecida (Cidinha), Armandinho (dentista), Susi, Pedrinho, Paulinho, Fabinho (pai de Adolfo-ex-vereador) e Mª Elizabeth (Betinha). |  |
| ➔  | 2º Casamento de Inácio Mendes Ribeiro com Idalina gerou os seguintes filhos: Lázaro Mendes, Terezinha e Laura Mendes dos Santos.  |  |  |

N.R: No organograma da linhagem Mendes Ribeiro, baseado na genealogia de Braga (2012), pode-se observar os casamentos entre primos ou parentes próximos, formando uma grande e numerosa família.

<sup>6</sup> José Mendes dos Santos trabalhou durante muitos anos no Posto Atlantic, na Turquia. Sua biografia será focalizada na 2ª parte do Capítulo sobre o Desenvolvimento Econômico de Maria da Fé nos anos 70 em diante.

PEDRO MENDES DOS SANTOS  
(PRIMOGENITO DE INÁCIO MENDES E CAROLINA CORRÊA DOS SANTOS)

*Pedro Mendes dos Santos nasceu no dia 27 de fevereiro de 1913 e faleceu no dia 25 de janeiro de 1997. Formado Engenheiro pelo Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, atualmente UNIFEI, no qual também atuou como professor e foi o 5º Diretor da mencionada instituição de ensino, no período de 17 de dezembro de 1953 a 3 de junho de 1970. Em 31 de janeiro de 1977, tomou posse como Prefeito de nossa cidade (Itajubá) e, em sua homenagem o Centro Técnico Cultural da Universidade- CTC leva o seu nome<sup>5</sup>. (Fragmento de texto do Projeto de Lei nº 4469).*



***Homenagem a Pedro Mendes dos Santos nos 100 anos da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI. Na foto as irmãs do professor, Maria José e Terezinha. Postagem de Wesley Vilas Boas (sobrinho neto do Dr. Pedro), no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook (2012): “Ilustre mariense, que foi Diretor da EFEI (equivalente a Reitor na época) e prefeito de Itajubá... a ele são atribuídos feitos como federalizar o então IEI (Instituto Eletrotécnico de Itajubá, antigo nome da UNIFEI), levar a sede da Faculdade para o Bairro Pinheirinho (atual localização) e durante sua gestão como prefeito, modernizar todo o sistema de água e esgoto de Itajubá”.***

<sup>5</sup> Disponível: <https://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/Documentos/Documento/48157>, Acesso em 10/07/2021.



Em 6/07/2020, a Câmara Municipal de Itajubá instituiu o “Prêmio Mérito Educacional Professor Pedro Mendes dos Santos” (Projeto de Lei nº 4469), de autoria do vereador Antônio Raimundo Santi, destinado aos professores que se destacaram em sua atuação na Educação Infantil e nos ensinos Fundamental, Médio e Superior de Itajubá.

*Art. 2º O “Prêmio de Mérito Educacional Professor Pedro Mendes dos Santos” será conferido aos professores que se destacaram em suas atividades educativas, sejam nas escolas públicas, municipais ou estaduais, nas escolas privadas, bem como nas faculdades e universidade sediadas no Município (Fragmento de texto do Projeto de Lei nº 4469).*

#### ANTÔNIO MENDES DOS SANTOS - TONINHO MENDES (FILHO DE INÁCIO MENDES E CAROLINA CORRÊA DOS SANTOS)

---

Foi vereador nas legislaturas de 31/01/1959 a 30/12/1962; de 31/01/1963 a 31/12/1966; de 31/01/1967 a 28/01/1971; de 31/01/1971 a 25/01/1973; de 31/01/1973 a 27/01/1977, sendo Presidente da Câmara de 1969 a 1972.

*“Nascido no Bairro Ilha, nas proximidades da Igreja católica do Bairro, aos 23 de setembro de 2016, e falecido em 29 de maio de 2000, é o segundo na sucessão familiar do primeiro matrimônio de Inácio Mendes, sendo seus irmãos: Pedro Mendes dos Santos, Afonso Mendes dos Santos, José Mendes dos Santos, Carolina Mendes dos Santos, Maria José Mendes. Do segundo matrimônio de Inácio Mendes com Idalina, ainda tiveram os seguintes filhos: Lázaro Mendes dos Santos, Laura Mendes dos Santos e Terezinha Mendes dos Santos.*

*Apesar de nascido no Bairro Ilha, a família logo cedo migrou para as terras da fazenda no Bairro São João, no intuito de facilitar os estudos dos filhos, pois o bairro Ilha era de difícil acesso. Órfão de mãe, ainda jovem, optou por tirar sua parte na herança neste bairro, por ser seu berço de nascimento e ter grande estima pelas terras ali localizadas. Durante sua vida, trabalhou administrando a herança ora deixada por seus pais, nas quais juntou alguns quinhões comprados*

*de seus irmãos, formando assim a “Fazenda da Ilha”. Também teve grande participação na vida política da cidade de Maria da Fé sendo, por cinco mandatos consecutivos, vereador, representando o Bairro Ilha e região circunvizinha, elegendo-se também Presidente da Câmara Municipal de Maria da Fé. Líder político de grande habilidade e visão, contribuiu para as melhorias de acesso ao Bairro, como a construção de estradas e pontes e até mesmo uma balsa para facilitar o deslocamento dos moradores que ali residiam, afastando a ideia de um bairro “ilhado”.*

Preocupado com o crescimento cultural de seu povo, incentivou a educação e religião, contribuindo tanto na parte da estrutura física referente à doação de terrenos para construção dos prédios da escola e igreja, como também se dedicando à parte social, apoiando e até oferecendo abrigo em sua casa às professoras que no bairro lecionavam, uma vez que, anos atrás, era difícil a condução para aquele bairro.

Em relação à Zona Urbana da cidade de Maria da Fé, trabalhou junto com os companheiros de política de forma firme e determinada, buscando melhorias em todos os setores como saúde, educação, saneamento, iluminação pública, infraestrutura administrativa, calçamento e, principalmente, na busca da pavimentação asfáltica entre as cidades de Maria da Fé a Itajubá, onde, de maneira concreta, estaria colocando nosso município numa condição privilegiada, já que a tornaria uma cidade de fácil acesso para todo o Brasil.

Muitos foram os seus feitos no sentido de trazer dignidade às pessoas, progresso ao município e, com isto, adquiriu o respeito e apreço de um grande número de amigos e admiradores.

Que a rua denominada com o seu nome nos faça lembrar sempre de sua pessoa a exemplo de pai, esposo, amigo, político, companheiro, figura humana, engajado, não consigo mesmo, mas com toda a sociedade. A presente rua, mesmo antes do seu falecimento, já era conhecida por todos e dada como ponto de referência no bairro”.

(Texto retirado do arquivo da Câmara Municipal de Maria da Fé, utilizado como justificativa para a denominação da Rua Antônio Mendes dos Santos)

Acervo Família Tótora  
Maria da Fé Antiga FBK



*Antônio Mendes, Presidente da Câmara de Maria da Fé, com o Prefeito José da Mota Tótora no hasteamento da Bandeira à frente da antiga Prefeitura Municipal, em 1972. Acervo: Família Tótora. "Meu pai casou-se em primeiras núpcias com Nair Lopes, de família itajubense. Ao ficar viúvo contraiu matrimônio com minha mãe, Benedita Maria Santos, filha de Geraldo Ribeiro Neto e Maria Rita Vilas Boas. Tenho procurado seguir seu exemplo, trabalhando pelo engrandecimento do Bairro Ilha e do município de Maria da Fé". Depoimento do ex-vereador e advogado José Clênio Ribeiro Mendes (filho de Antônio Mendes dos Santos).*



*Armando Gonçalves Filho (Armandinho), à esquerda da foto, com seus irmãos Fabinho e Betinha Mendes Gonçalves e os amigos Mauro Krepp, Régis Carnevalli, Rosilene Corrêa e Vera Lúcia Torres (início dos anos 70). Acervo do Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2012.*



*Dona Cota e Antônio Corrêa comemorando Bodas de Ouro com João Corrêa, Mauri Corrêa, Tereza, José Mendes, Pedro Corrêa, Darci Corrêa, Moacir Corrêa. Postagem de Geraldo José de Souza - Facebook - 2012.*



*Casamento de Luiz (filho de Evaristo e D. Maria Mendes) com Terezinha (filha de Sergina e Hércio). Da esquerda para a direita: Iolanda, Sergina, Hércio (do Açougue), Terezinha (Didinha), Yeda, José Márcio, Evaristo e D. Maria, com Emilson e Marquinho. Postagem de Wesley Vilas Boas - Facebook (2012).*

## BAIRRO SÃO JOÃO

O Bairro São João<sup>7</sup>, mesmo antes da emancipação política de Maria da Fé, era um povoado muito próspero, se destacando, principalmente, na educação. A convivência entre cidadãos presbiterianos e católicos, sempre harmoniosa, contribuiu para que o bairro recebesse empreendimentos e muita atenção das autoridades, uma vez que, até o final da década de 70, ali passava a principal estrada de terra que ligava o Bairro às cidades de Maria da Fé e Itajubá.

Sobre a fundação da Escola Municipal Reverendo Moisés Ribeiro, o enfermeiro e historiador da Igreja Presbiteriana do São João, Aldo Henrique Batista<sup>8</sup>, postou no Facebook o texto interessante de Ângela Gonçalves:



*“Em abril de 1970 a Igreja passou a ser abastecida com energia elétrica proveniente da Cachoeira (PRAINHA). Em maio de 1970 o Conselho autorizou o pastor a entrar em contato com uma jovem do IPER (Instituto Presbiteriano de Educação Religiosa), situado em Brasília, a fim de desenvolver a EBF (Escola Bíblica de Férias) na Igreja, no mês de julho. A jovem Milse Gonçalves, estudante deste Instituto responde por carta que estará na Igreja de 26 de julho a 1º de agosto para conduzir a primeira EBF da Igreja. Esteve também a jovem Ester Rodrigues dos Santos. Já em setembro desse mesmo ano, o Conselho resolve doar à Prefeitura de Maria da Fé o lote onde será construído o Ginásio Primário, atual Escola Municipal Reverendo Moisés Ribeiro. A coleta do mesmo mês levantou recursos para a construção. Em julho de 1972 o Conselho solicita ao governo de Maria da Fé que dê o nome à nova escola do Bairro de Reverendo Moisés Pinto Ribeiro, inaugurada em 26 de agosto de 1972. A Solenidade foi presidida pelo prefeito, Sr. José da Mota Tótora (foto) e foi servido um almoço oferecido pela Igreja”.*

<sup>7</sup> Mais informações sobre as origens do Bairro no Tomo I do Memorial da Câmara Municipal (p.86-87).

<sup>8</sup> BATISTA, Aldo Henrique. O Evangelho naquelas paragens produziu bom efeito. História da Igreja Presbiteriana de São João da Cristina. São Paulo: Tssantana, 2021. O livro traz detalhes do estabelecimento dos presbiterianos no bairro desde o final do século XIX até 2020.

## Paisagem da Memória

“Minhas memórias da paisagem mariense são uma riqueza que trago comigo. Ninguém pode tirá-las de mim. Poderia tentar descrever a paisagem de vários pontos do município, mas prefiro concentrar-me nesta estrada (antiga estrada de terra de Maria da Fé a Itajubá). Lembro-me das demoradas viagens para Itajubá no caminhão do meu pai (Maurício Placidino), quando cada curva era familiar. A saída da zona urbana se dava pela rua dos Canudos, que cruzava a estrada de ferro, próximo ao matadouro municipal, onde ainda existe a mesma ponte. Outro caminho possível era sair da área urbana central pela Rua Evangelista Guedes e seguir sempre ao lado da linha do trem até a mesma ponte. Um pouco mais adiante, começava uma descida mais abrupta e passava-se pelo retiro do gado leiteiro do Evaristo Vilas Boas. A reação imediata era lembrar que, ali perto, estava o Vêu de Noiva. A visão do caminho do trem sempre trazia alguma sensação. Não havia exatamente um túnel, mas paredes ladeando a ferrovia, próximo ao cruzamento. Sempre descendo, a estrada seguia em frente com muitas curvas. Uma especialmente era marcante, quase em forma de cotovelo, que ficava depois da casa do João Marumba, um negro com sorriso generoso. Iniciava-se um trecho cheio de pequenas pedras no caminho. A visão era direcionada para uma espécie de boqueirão próximo à estrada de ferro que conduzia ao bairro do Pedrão. A “volta da bacia” fazia parte desse trecho, onde teria ocorrido o desastre de trem em 1925. Marcante, naquele trecho, era a pedra do Lott, da campanha eleitoral de 1960. Na descida mais suave, já chegando ao vale, ficava a igreja próxima da escola. Agora, o horizonte se ampliava, o boqueirão dando lugar a um vale, onde corria o riacho das pedras que desaguava no Cambuí. Ao fim deste, recomaçava a descida, mas antes do início da parte mais baixa, chegando até a Prainha. Para ver a queda d’água, era necessário sair da estrada e descer à direita. Inesquecível como a temperatura da água represada e o bambuzal que também se avistava da estrada logo após a ponte. Após a Prainha, em terreno menos acidentado, ficava o São João “protestante”, que sempre me deu a ideia de ser habitado por gente muito organizada, talvez devido ao fato de ter construções sempre muito bem cuidadas e por ter calçamento de pedras. Maria da Fé tinha seu limite no Rio Lourenço Velho, que era transposto através da ‘Ponte de Zinco’. É onde termino a viagem”.

Por Pedro Henrique Costa, que morou muitos anos no Bairro São João<sup>9</sup> (baseado no texto publicado no *Jornal Horizonte Mariense*, n.º.16, p.8-9, de Walter Alvarenga, de abril/2001.

<sup>9</sup> Pedro Henrique Costa é mariense, licenciado em História e graduado em Geografia pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).







# EXPOENTES MARIENSES

---

Este capítulo tem como objetivo destacar alguns personagens da nossa história, especialmente vereadores e outras pessoas da comunidade mariense, que através das suas ações, maneira de ser de uma personalidade marcante, sobressaíram no trabalho desenvolvido em nosso município e merecem ser lembrados, através de seus descendentes.

## JOÃO GONÇALVES DA COSTA

---

Filho de imigrantes portugueses, natural de Santa Rita do Sapucaí, foi casado com Amélia Carneiro da Costa e tiveram os seguintes filhos: Armando Gonçalves da Costa (fazendeiro, casado com D. Rosária); Marieta Carneiro da Costa (casada com fazendeiro em Santa Rita); Carmelina Carneiro da Costa - Lota (casada com fazendeiro em Santa Rita); Cândido Carneiro Pereira - Candico (Vereador de 1927-1930 e funcionário da Secretaria da Agricultura do Município); Walfrido Gonçalves da Costa (Comerciante/viajante, sócio de Antônio Peralta; José Gonçalves Sobrinho (comerciante/ viajante, casado com Celencina Zaroni, irmã de Arlindo Zaroni); Cândida Carneiro Pereira (casada com Tarquínio Prisco Pereira, coletor); e Zoraida Bustamante (casada com José Fortes Bustamante, de Itanhandu).



*João Gonçalves da Costa.  
Acervo: Câmara Municipal*

João Gonçalves da Costa<sup>1</sup> veio para Maria da Fé por volta de 1909, adquirindo fazendas desde o bairro Goiabal, passando pelos bairros Posses, Mata e, finalmente, Serraria. O povoado Serraria tem esse nome até hoje porque, após a compra dos terrenos, João Gonçalves da Costa montou uma serraria movida por rodas d'água e forneceu madeira para as primeiras construções de Maria da Fé, serrando os gigantes pinheiros, de dois metros de circunferência, além de cedros, jequitibás e outras madeiras nobres.

---

<sup>1</sup> Texto do acervo de Filomena Ferreira (2019)

Construiu sua residência no Bairro Canudos por ser nele a entrada da cidade naquela época, via Itajubá - Maria da Fé - Pedrão - Pedralva. Morava na casa conhecida hoje como de Paulo Bortoni (demolida poucos anos atrás). Adquiriu, também, várias propriedades agrícolas nos diversos bairros entre o Cafundó e Mata do Izidoro.

Como político, exerceu o cargo de vereador de 1918 a 1923 e de 1923 a 1927. Amigo de Arlindo Zaroni, deu apoio ao movimento pela emancipação de Maria da Fé do município de Pedra Branca (Pedralva) e foi eleito vereador para a Primeira Legislatura, juntamente com distintos companheiros já citados no Tomo I desta coletânea histórica. Seus descendentes são inúmeros, muitos deles ainda residem aqui e em cidades vizinhas. Alguns deles se dedicaram à política e foram também vereadores, como Lauro Gonçalves e José Gonçalves. Outros contribuíram e contribuem, de alguma forma, para o progresso de Maria da Fé, seja por meio de lavouras, escolas ou outras entidades marienses.

Inúmeros são os descendentes da família Gonçalves Costa. De Armando e Rosália vieram: José Gonçalves da Costa, Lauro Gonçalves da Costa, Maria Amélia Gonçalves da Costa (Inha), Amélia Gonçalves Mendes, João Gonçalves da Costa, Joaquim Gonçalves da Costa (Jaburu), Mauro Gonçalves da Costa, Eli Gonçalves da Costa (Olavo), Maria de Lourdes Gonçalves Bustamante e Armando Gonçalves (casado com Cândida Gonçalves). De José Gonçalves Sobrinho (Zequinha Cocada) e Celencina Zaroni vieram: Walter Zaroni Gonçalves, Iron Zaroni Gonçalves, Wanda Gonçalves Ribeiro (casada com João Antena e mãe de José Márcio, Magda, João Carlos e Luiz Fernando), Jair Zaroni Gonçalves (pai de Jussara e Jucimara), Ilza Gonçalves de Almeida (esposa do ex-vereador e presidente da Câmara Job Batista de Almeida - pais de Nilda, Nícia e Nilton, este falecido), Amélia Zaroni Gonçalves, Mauri Zaroni Gonçalves (casou-se com Benedita Costa - pais de Rúbia, Rose e Karina), José Zaroni Gonçalves - Zé Cocada (casou-se com Elpina Ferreira - pais de Ceres, Cely, Celina e Cássia). De Walfrido e Hilda Cardoso, que constituíram família em Barra do Pirai (RJ), vieram: Irani Gonçalves da Costa, que frequentava a sociedade e o esporte em Maria da Fé nos anos 60 a 80), Wilson, Teresinha, Marisa e Hércio Gonçalves da Costa. De Cândido (Candico) e Iracema Rios, que após algum tempo mudaram-se para Carmo da Mata (MG), vieram: Zuleica, Ivete, Silvia,

Maria José, Ivan, José, Antônio e Maria Inês. De Cândida e Tarquínio Prisco Pereira, vieram: Maria Amélia Carneiro Pereira (Filhinha), José Carneiro Pereira (Zizinho), Washington Carneiro Pereira, Elzira Pereira Mesquita (casada com Ary Siqueira Mesquita), Adelaide Pereira Zaroni (casada com Arlindo Zaroni Filho - Batuta), Hilda Carneiro Pereira, Ruth Carneiro Pereira e Antônio Carneiro Pereira. De Zoraida e José Fortes Bustamante, temos: Inês Bustamante Torres (casada com Orlando Torres - pais das dentistas Syomara e Patrícia), Alaor, Maria Helena, Aparecida, Olavo, Gui Gonçalves, José Carlos, Célio e Maria Regina. Carmelina e Marieta constituíram famílias em Santa Rita do Sapucaí.



*Descendentes de João Gonçalves da Costa. Postagem e comentários de Mari Léa Zaroni e Vânia Pereira, no Grupo Maria da Fé Antiga, no Facebook, em 2014. “Da esquerda para a direita: Amélia, esposa de João Gonçalves; Mariinha, esposa de Zizinho Tarquínio e mãe de Elaine Braga e Vânia Pereira; “Sá Doca”, esposa de Tarquínio Prisco Pereira; Rute, filha de Tarquínio, uma morena bonita de olhos verdes; Teresinha Loira, a mulher mais linda da cidade em sua época (tia de Elaine Braga e Vânia)”.*

***Zezé Cocada, filho de José Gonçalves Sobrinho (Zequinha Cocada) com Geraldo Canha. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim).***

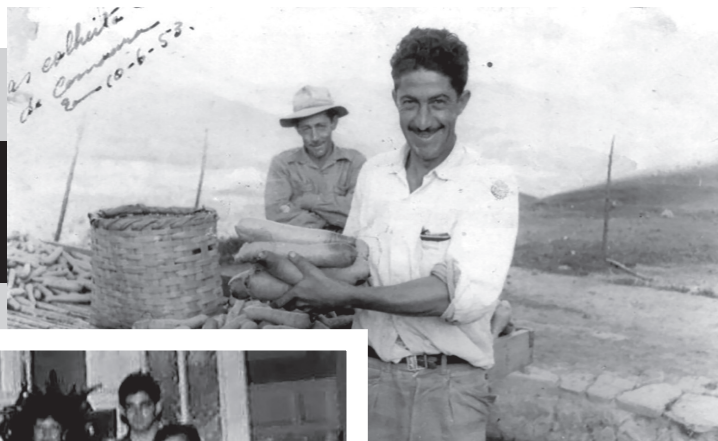


## LAURO GONÇALVES DA COSTA

Lauro Gonçalves da Costa foi vereador de 1951 a 1954, de 1955 a 1958, de 1967 a 1971-1973, tendo sido o vereador mais votado na Legislatura de 1971 a 1973.

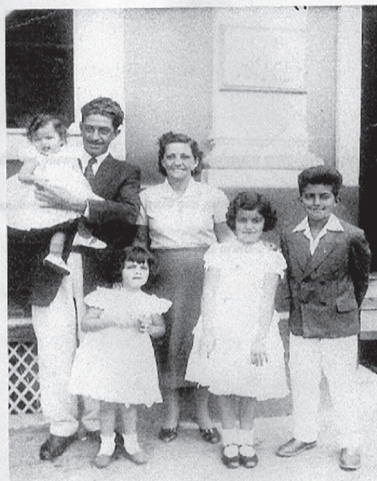
Um dos mais ativos vereadores de seu tempo, vivia rodeado de amigos graças ao seu bom humor, sempre alegre e brincalhão. Era trabalhador e por muitos anos foi proprietário de um açougue na Avenida Franqueira, no centro da cidade.

**Lauro Gonçalves da Costa, em 1953. Acervo de Edson Katchan, no Grupo Maria da Fé Antiga, no Facebook, em 2020.**



**Bodas de Ouro de Lauro e Mariazinha, em 1994. Postagem de Lauro Vasconcelos, no Grupo Maria da Fé Antiga, no Facebook, em 2012. "Saudades. Tios que gostava muito! Sempre sorrindo. Tratavam à todos com muito carinho. Tio Antônio Almeida (Nico), irmão do meu querido avô Tinho Casimiro (José Batista de Almeida). Lauro Gonçalves, filho da tia Rosária, irmã do Tinho e do Nico, foi casado com a irmã do meu pai Maury, tia Mariazinha. Gostava demais dela! Uma tia muito especial! Minha gente muito amada". Comentário de José Carlos Mendes (filho de Maury Mendes)**

## *Mariazinha....*



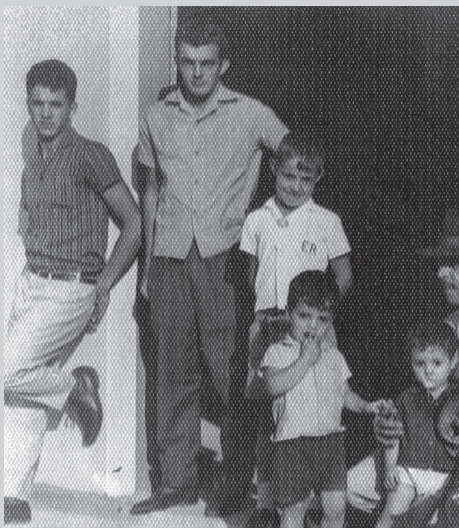
**Projeto 'Minha história, minha vida', homenagem do Curso Normal Superior da UNIPAC – 2006 – Prof<sup>ª</sup>. Rosileide Alvarenga. "À direita: Maria Benedita Mendes, esposa de Lauro Gonçalves, era filha de Maria Amélia Mendes e José Mendes (Zé Mendinho). Pessoa muito religiosa, excelente costureira e dedicada à família. São filhos do casal: Alaor e as irmãs Rosália, Maria Célia, Maria de Fátima e Mírcia. Cuidou também dos cunhados Mozart e Márcia (esta casou-se com Raimundo Junho de Oliveira) e também do Dito do Açougue (Benedito Neto), que criou desde criança".**

*Uma História de Vida e de Fé.*

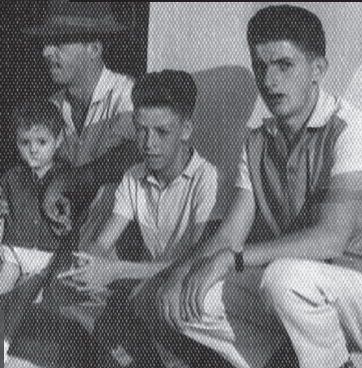
ELI GONÇALVES DA COSTA (OLAVO)



**Chácara de Eli Gonçalves da Costa, mais conhecido como Olavo, na década de 60. Casa de Maria (sua esposa), Sara, Mariana e Ely (do Restaurante 'O Conter-râneo'). Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim).**



*No centro, agachado: Eli Gonçalves da Costa (Olavo), com seus filhos Arnô e Luiz. Com Paulinho Mendes (filho de D. Amelinha), Nilton Barnabé, Toninho (filho do Nico Cassimiro) e outros, na Chácara do Olavo. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim).*



*Acervo de Sulanita Campos no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook. “À esquerda, Arnô e Marina Custódio. Atrás do Junior é o tio José Mauro, irmão do João Roberto. Arnô Gonçalves faleceu em 2012, foi casado com Dirce Costa, com quem teve os filhos Rafael e Maísa.”*



*Acervo de Daniela Gonçalves no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook. Daniela com seu avô, Mauro Gonçalves da Costa, seu pai Marcos e os filhos João Marcos e Renan.*

Baseado no texto de Eugenio de Souza Cardoso, publicado no Jornal O Mariense, em setembro de 2017, Joaquim Gonçalves da Costa, mais conhecido como Jaburú, nasceu em 08 de abril de 1923, em Maria da Fé. Filho de Armando Gonçalves da Costa e Rosária de Almeida Gonçalves, Neto de João Gonçalves da Costa, o pequeno Joaquim, desde cedo, interessou-se por tudo o que veio a demonstrar durante sua vida. A princípio trabalhou com consertos de rádio e televisão. Logo depois, manteve contato próximo com Dr. Vianna e o auxiliava nos atendimentos médicos na Zona Rural.

Foi Prefeito de Maria da Fé no período de 30/11/1946 a 01/02/1947, por indicação, até que Antônio Peralta assumisse a Prefeitura. Morou em Juiz de Fora, onde se casou com Maria Madalena Lopes, com a qual teve quatro filhos: Armando, Rosália, Vânia e Rodrigo. Era bastante respeitado e empregou muitas pessoas na sua lavoura de batatas. Voltou para Maria da Fé no final da década de 60 e trabalhou na Prefeitura, sendo o chefe do Setor da Fazenda.

Trabalhou na elaboração da primeira Lei Orgânica Municipal e do Estatuto do Hospital Ferraz e Torres. Foi um grande incentivador da produção de azeitonas em Maria da Fé. Faleceu em 16/08/2004.



*Cerimônia religiosa de 7 de setembro de 1973, na Igreja Matriz. Da esquerda para a direita: D. Nair Gonçalves, esposa de Vivalde Costa Campos, D. Mariquinha, Prefeito Manoel Gonçalves, Sr. Domingos Tótora e Joaquim Gonçalves da Costa. Acervo da Prefeitura Municipal.*





*Maria de Lourdes e José Geraldo (da Farmácia), filhos de Armando Gonçalves da Costa e Cândida Mota Gonçalves, irmãos de Mariza Gonçalves Marinho e Toninho. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim).*



*Amélia Gonçalves Mendes (D. Melinha), Cidinha, Fabinho, Pedrinho, Betinha, Paulo e Ceres. Acervo: Milene Rezek, no Grupo Maria da Fé Antiga Facebook – 2012.*

Antônio Gomes Pinto e Ana Gomes, nascidos na Província de Trás dos Montes, na cidade de Faviaos, saíram de Portugal no século XIX. Vieram diretamente para a cidade do Rio de Janeiro, de lá para Pouso Alegre, onde trabalharam alguns meses. Depois vieram para Maria da Fé e ficaram trabalhando na fazenda do Capitão Ribeiro. Nela havia escravos, e o Português passou a ser feitor deles enquanto sua esposa tomava conta da cozinha. Com o dinheiro que ganharam, começaram a comprar terras no Bairro Jardim, onde fundaram a Fazenda Santo Antônio.



*Acervo de Marcio J.S. Gomes, em postagem no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2012. "Provavelmente tirada no início dos anos da década de 1920. A senhora, ao centro, é Teresa de Souza Gomes, minha trisavó paterna. Ela é mãe de Amadeu, meu bisavô (em pé à esquerda), e, sentada perto dele, minha bisavó Laura. Todos portugueses. As duas crianças são meu avô José de Souza Gomes (Juca do Amadeu) e sua irmã, minha tia avó Cacilda de Souza Gomes, sua irmã. O casal à direita não foi identificado".*

---

<sup>2</sup> Texto fornecido pela família Gomes. Faz parte do acervo sobre os imigrantes, de Filomena Ferreira (2019).

Seu sobrinho, Amadeu de Souza Gomes, também veio de Portugal, com apenas 15 anos de idade, junto com seus pais Manoel Gomes e Tereza. Eles moraram no Rio de Janeiro durante alguns anos. Amadeu ficou viúvo duas vezes. Após algum tempo Manoel Gomes morreu e, nesta ocasião, chegou sozinha de Portugal sua prima, em 2º grau, Laura Lopes Monteiro, com 20 anos de idade. Ela foi morar na casa de Tereza. Amadeu tinha 30 anos.

Laura e Amadeu conviveram algum tempo, conheceram-se e começaram a namorar. Ficaram noivos e se casaram, na cidade de Aparecida (SP), com o consentimento do português Antônio. Depois de casados, Amadeu e Laura foram morar na Fazenda Santo Antônio. Dessa união nasceram dois filhos: José (Juca) e Cacilda, que Antônio e Ana consideravam como filhos, vindo a herdar os bens de seus protetores. Ana faleceu com 88 anos e Antônio com 102 anos.

Juca se casou com sua prima Natália Gomes Teixeira e tiveram os filhos: Pedro, Sérgio (que morreu com apenas dois anos), Ricardo, Amadeu, Antônio Carlos, Ana Maria, José Eduardo, Laura, Maria Lúcia, Paulo Sérgio e Washington.



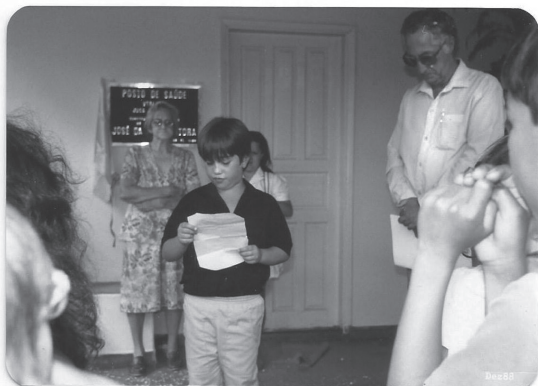
*Acervo de Marcio J.S. Gomes, em postagem no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2012. "Provavelmente tirada no início dos anos da década de 1920. A senhora, ao centro, é Teresa de Souza Gomes, minha trisavó paterna. Ela é mãe de Amadeu, meu bisavô (em pé à esquerda), e, sentada perto dele, minha bisavó Laura. Todos portugueses. As duas crianças são meu avô José de Souza Gomes (Juca do Amadeu) e sua irmã, minha tia avó Cacilda de Souza Gomes, sua irmã. O casal à direita não foi identificado".*

José de Souza Gomes, mais conhecido por Juca, foi vereador de 31/01/1971 a 25/01/1973, era muito religioso e sobressaiu nas campanhas religiosas aos mais necessitados, promovendo leilões de gado e participando das quermesses nos bairros rurais da Mata e redondeza.

De seus descendentes, temos: Pedro e Celina e seus filhos Valéria, Luciana, Clodoaldo, Márcio e Priscila; Ricardo e Alice e seus filhos Júlio César, José Ricardo e Robson; Amadeu e Sonia e seus filhos Anderson, Viviane e Danielli; Antônio Carlos e Marisa e seus filhos Kelly e Camila; Ana Maria e José Alves e seus filhos Carlos José e Kátia; José Eduardo e Carminha e seus filhos Vanessa, Andressa, Larissa e Vinicius; Laura e Antônio Carlos e seus filhos Ana Paula e Cinthia; Maria Lúcia e Edson e seus filhos Renan e Nathália; Paulo Sérgio e Nilcéia e seus filhos Natália, Thiago e Lucas; Washington e Angélica e seus filhos Rômulo e Emile.



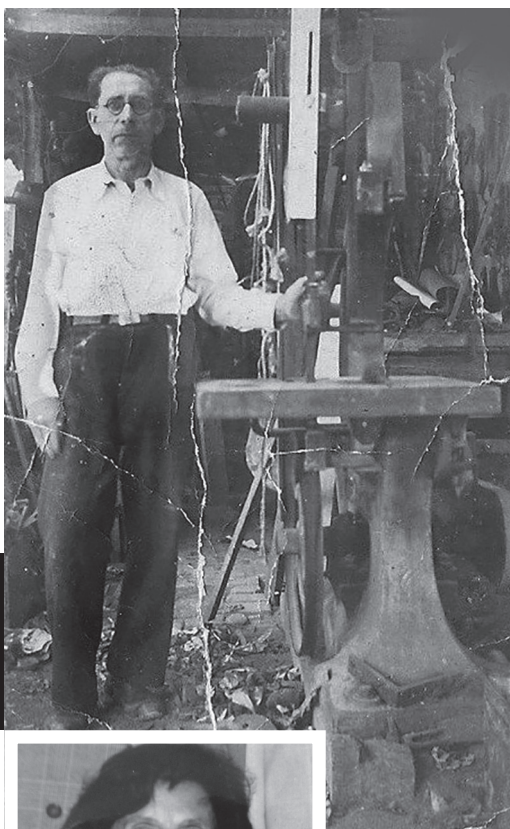
*Acervo de Marcio J.S. Gomes, em postagem no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2012. "Bairro Jardim, mais precisamente na cabeceira do Jardim, onde hoje é a propriedade do Sr. Delfim, na divisa com a Mata do Izidoro. Antigamente a fazenda pertencia ao meu avô Juca do Amadeu". À direita está um primo do meu avô, que eu cheguei a conhecer nos anos 80. Lembro que o chamava de Tio Vitor e que tinha uma Belina verde. Ele era do Rio de Janeiro (capital). Depois, está Dona Ana, esposa do Sr. Antônio Português, o primeiro proprietário da fazenda. Ambos são padrinhos de meu pai, Pedro de Souza Gomes. A menina é Áurea, filha do Vitor, e quem a está segurando é minha querida Tia-avó Cacilda de Souza Gomes (Dindinha para os sobrinhos-netos). Foto dos anos 30".*



*Inauguração do Posto de Saúde 'Juca do Amadeu', no Bairro Mata de Baixo, pelo Prefeito Zezinho Tótora. Marcio Gomes lendo o agradecimento da família. Acervo de Evandro Tótora no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2016.*



*Acervo de Marcio J.S. Gomes, em postagem no Grupo Maria da Fé Antiga, em 2012. "Meu bisavô paterno, o português Amadeu de Souza Gomes. Essa foi tirada em sua marcenaria. Com seu trabalho ajudou na construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes".*



*Formatura de Clodoaldo com os pais Celina e Pedro, irmãos, primos e tias. Acervo de Marcio J.S. Gomes.*



*Cacilda de Souza Gomes, ex-diretora do Grupo Arlindo Zaroni. Acervo da família.*

Em 1905, chegou ao Porto do Rio de Janeiro Manoel Esteves Gonçalves, sonhando conhecer novas terras, com grande espírito de aventura. Abandonou uma boa situação financeira em sua terra natal (São Pedro de Arcos), para tentar sozinho seu espaço no novo mundo, tão falado em Portugal.

Iniciou sua vida profissional em construções na cidade do Rio de Janeiro como carpinteiro. Atravessou momentos difíceis de solidão e de falta de recursos. Dono de grande inteligência e honestidade, logo passou a dirigir as obras, ficando conhecido e respeitado no meio profissional. Assim, foi convidado para vir construir o Fórum de Itajubá. Aceitou e, em 1911, na estação ferroviária de Itajubá encontrou, no dia de sua chegada, aquela que seria sua esposa. Deixou seu nome em várias obras em Itajubá, dentre as quais o Fórum e o Convento das Irmãs da Providência.

Chegou a Maria da Fé, em 1938, para a construção da Casa das Irmãs (onde reside hoje a família do Quim do Tinho). Após três anos, voltou para Itajubá, onde continuou sua vida profissional até aposentar-se. Morreu aos 80 anos, no dia 30 de dezembro de 1973, deixando seus filhos: Sebastião Gonçalves, avô de Rosana Torres, Gina e Miriam; Luiz Gonçalves, pai de Albino e Dengo; e Manoel Gonçalves, ex-prefeito, pai de Sueli, Sonia e Sandra.

---

#### EX-PREFEITO MANOEL GONÇALVES

---



**Sr. Manoel  
Gonçalves**

Manoel Gonçalves nasceu em Itajubá e, aos 19 anos, veio para Maria da Fé, cidade que amava como sua terra natal. Casou-se com Otilia de Souza Cardoso e teve três filhas: Sueli, Sonia e Sandra. Trabalhou durante toda sua vida como contabilista, sendo sócio proprietário do Escritório Mariense.

Foi presidente, secretário, técnico, tesoureiro e juiz do Esporte Clube de Maria da Fé; presidente por dois mandatos do Clube Mariense e um dos batalhadores da construção do Nevada Clube. Foi professor particular de matemática no Curso de Admissão. Era católico praticante, atuando como cursilhista, sendo o

primeiro Ministro da Eucaristia da cidade. Foi presidente da Sociedade São Vicente de Paulo, coordenador da Equipe Litúrgica e integrante do Grupo Nossa Senhora de Lourdes.

Aos 43 anos tornou-se, pela primeira vez<sup>3</sup>, prefeito de Maria da Fé. Iniciou seu mandato em 1967, que durou até 1970. Neste período fez coisas importantes por esta cidade, porém seu grande objetivo e meta prioritária era conseguir o asfalto que liga Maria da Fé a Itajubá. Lutou muito, desde sua posse. Nesse intervalo, equipou a prefeitura, comprou veículos, construiu a garagem e o matadouro municipal, calçou ruas e providenciou rede de esgoto em diversos trechos da cidade. Construiu e equipou escolas e iniciou a construção do Hospital Municipal, outro grande sonho de sua vida. Filiou operários da Prefeitura à Previdência Social – conquista considerada por ele como uma de suas maiores conquistas. Foi um dos responsáveis pela criação da Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes, tendo anexado a ela o Curso Normal (Magistério).

Entretanto, faltava conseguir o asfalto entre as cidades. Voltou, então, à Prefeitura no ano de 1973 e continuou a lutar por aquele objetivo. Continuou seu governo visando o progresso de Maria da Fé, cidade na qual ele muito acreditava.

Inaugurou, com muito esforço, dois pavimentos do Hospital Municipal, totalmente mobiliados e equipados, faltando, ainda, o 3º pavimento para concluir a obra. Continuou empenhando esforços na educação, equipando e construindo escolas. Neste período, demoliu o prédio da prefeitura e construiu um novo para sede do Poder Executivo Municipal.

A promessa do asfalto entre as cidades continuava a fazer parte dos seus sonhos. Também a esperança em seu coração que, infelizmente, não suportou um infarto que lhe tirou a vida no dia 05 de dezembro de 1976, sem rodar sequer uma vez, sobre o asfalto pelo qual tanto lutou. Personalidade marcante, dono de uma inteligência pouco comum, deixou um grande legado ao município.

*(Biografias baseadas no acervo da Escola Municipal Arlindo Zaroni)*

---

<sup>3</sup> Ver mais informações sobre a primeira gestão do ex-prefeito Manoel Gonçalves na reportagem do Jornal Gazeta da Serra, nº 35, de 29/01/1971, sobre a Fundação do Grupo Jovem, intitulada “Uma Administração que se finda”.

GIÁCOMO ZARONI OU JACOB ZARONI, IMIGRANTE ITALIANO,  
PATRIARCA DE UMA GERAÇÃO DE EMPREENDEDORES.

---

Outro imigrante cuja descendência foi muito importante para Maria da Fé, não somente no comércio e na indústria, mas principalmente como políticos e implementadores do progresso de nossa cidade foi o imigrante italiano Giacomo Zaroni ou Jacob Zaroni, como ficou conhecido no Brasil. Dentre seus descendentes que ocuparam uma cadeira no Legislativo mariense estão Arlindo Zaroni, Lauro Pinho Zaroni, José Zaroni e Horácio Zaroni, em diferentes legislaturas.

Filho de Augusto Pelegrini Zaroni e Catharina Zaroni, natural de Finizzone, na Itália, Giacomo e seus irmãos, foram soldados de Giuseppe Garibaldi. Após a unificação do Reino da Itália, perseguidos pelo Rei Vitor Emanuel II que haviam colocado no poder, os seguidores de Garibaldi fugiram. Então, os irmãos Zaroni decidiram imigrar para a América, fugindo da perseguição política e da miséria causada pelos anos de luta.

A família Zaroni residia em Lucca, próximo à Florença. Saíram de navio do Porto de Gênova, com destino à Nova York, nos Estados Unidos. Lá chegando, a família se dividiu - não se sabe se por terem o visto negado ou se por escolha. Nos Estados Unidos ficou apenas uma irmã, que se casou com um americano da Família May (um dos fundadores do Banco da América) e lá deixou vários descendentes. Dois irmãos seguiram viagem com destino à Argentina. Chegando ao Rio de Janeiro, Giacomo Zaroni decidiu ficar e seu irmão seguiu para Buenos Aires.

No Rio de Janeiro, Jacob Zaroni trabalhou como mascate por uns tempos e depois veio para Minas Gerais, pela antiga estrada que ligava Rio de Janeiro e São Paulo, construída por Dom Pedro II. Foi mascateando que chegou ao Sul de Minas, onde se estabeleceu como comer-





ciante, em São José do Picu (Itamonte) e Capivari, onde se casou com Emiliana Pinto, filha de Satiro Pinto, de família tradicional. Tiveram três filhos: Alfredo Zaroni, Augusto Zaroni e Arlindo Zaroni, este último nascido em Conceição do Rio Verde, onde Jacob instalou uma fábrica de sabão.

Com o falecimento de sua esposa, Jacob casou, em segundas núpcias, com Maria Theodora da Conceição Mota Arruda, viúva de Custódio Ribeiro de Arruda, que trouxe cinco filhos do casamento anterior que, somados aos três de Jacob e aos outros seis que nasceram posteriormente, formaram uma grande família, como mostra o organograma:

|  |   |  |
|--|---|--|
| Jacob Zaroni<br>e Emiliana<br>(primeiro casamento) | Maria Theodora<br>Custódio Arruda   | Jacob Zaroni<br>e Maria Theodora<br>(segundo casamento)  |
| ↓  | ↓   | ↓  |
| Alfredo Zaroni<br>Augusto Zaroni<br>Arlindo Zaroni | Davi Ribeiro De Arruda<br>Francisco R. De Arruda<br>Custódio R. De Arruda<br>Maria R. De Arruda<br>Paulina R. De Arruda | Antonio Zaroni<br>Antenor Zaroni<br>Jacob Zaroni Filho<br>Durvalina Zaroni<br>Horácio Zaroni<br>Celencina Zaroni |

Outras informações sobre a família Zaroni e seus descendentes podem ser encontradas nas pesquisas de Mari Léa Zaroni, autora do texto acima, publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos ([www.facebook.br](http://www.facebook.br)) e no Tomo I desta coletânea histórica do Memorial da Câmara de Maria da Fé.

Assim como podemos acessar mais detalhes sobre a vida de Jacob Zaroni e outros descendentes através da leitura do livro ‘Pane, Vино e MoltoLavoto! ...Anche amore - A saga da imigração italiana em Itajubá’, organizado por Antônio Francisco Storino e co-autores (direitos reservados), 2013 - Imprensa Oficial de Minas Gerais - Câmara Brasileira do Livro - S.Paulo - Brasil. Acervo do Circolo Ítalo-Brasialiano D’Itajubá, fundado em 09/12/2008.

## FAMÍLIA TÓTORA

---

José Tótora e Aurora Galante Tótora vieram da Itália trazendo com eles três filhos do primeiro casamento dela: Vitor Hugo Marchetti, Menotti Marchetti e Virgínia Marchetti. No Brasil, o casal viveu em Maria da Fé, no bairro Canudos e teve quatro filhos: os gêmeos Domingos Tótora e Olívio Tótora, Frederico Tótora e Angelina Tótora. Domingos e Frederico constituíram famílias aqui e Olívio e Angelina, na cidade paulista de Sorocaba.



*Famílias Tótora e Marchetti - Vó Lora, filhos e netos. Postagem de Dumarche Marchetti - Grupo Maria da Fé Antiga - Facebook - 2013.*

José Tótora foi atraído pela possibilidade de uma vida melhor e pelo trabalho na construção da Estrada de Ferro Sapucaý. Logo que aqui chegou, no início do século XX, o casal não demorou muito para ser prestigiado e querido por todos. Com o término dos trabalhos nas linhas férreas, José se dedicou ao comércio de batatas, o que lhe rendeu grande prosperidade. Faleceu aos 59 anos, sendo enterrado aqui em Maria da Fé. Aurora, Sá Louira, como era conhecida, criou os filhos com muito trabalho e dedicação. Sempre foi um exemplo de força e humildade. Faleceu em Sorocaba, aos 84 anos.

Os filhos e netos de José Tótora herdaram não somente a simpatia e o tino comercial dos pais e avós, mas também se dedicaram a cuidar da nossa cidade, se tornando grandes políticos e administradores de invejável reputação.

Sobre os descendentes de José Tótora, Silvana Tótora, neta de Domingos Tótora e filha de Zezinho Tótora, registrou:

*Lembrar a atuação de Domingos Tótora na vereança da cidade de Maria da Fé não visa apenas a um registro histórico de suas realizações ou biográfico, mas, sim, provocar no tempo atual uma reflexão acerca do homem público e sua atuação política. Por uma memória a favor da política no presente, eis o sentido desse relato.*

*Sem receber remuneração pelos cargos públicos, ao contrário, utilizando seus poucos recursos pessoais, pois nunca foi um homem de posses, Domingos Tótora fez da política uma forma de vida. Sua atuação expressava a verdadeira vocação para a vida pública. Viveu para a política: foi vereador<sup>4</sup>, prefeito<sup>5</sup> e, por fim, dirigente partidário<sup>6</sup> até sua morte (1987). Foi dirigente local do Partido Social Democrata (PSD), da Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e do Partido da Frente Liberal (PFL). Embora todos esses partidos fossem de natureza conservadora, o que mobilizava a filiação de Domingos Tótora era menos o vínculo ideológico, e mais as relações com os governantes que ocuparam o governo do Estado de Minas Gerais. Em razão de sua dependência de verbas estaduais e federais, os municípios brasileiros eram predominantemente governistas.*

*Em sintonia com a tradição mineira, seu estilo de liderança política prezava a conciliação e o diálogo com correligionários, adversários e opositores. Negociações, busca de consenso e acordos caracterizaram o exercício dos cargos que ocupou. Domingos Tótora intuiu e praticou a união entre forças divergentes. Acreditava ser este o percurso possível à captação de recursos estaduais e federais para prover as demandas do município marienense. Os recursos ali eram escassos, insuficientes para suprir as necessidades mais urgentes dos cidadãos.*

*De 1947 a 1967, as eleições no município foram disputadas pelo Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Domingos Tótora se elegeu Vereador e Prefeito pelo PSD. Eleito, porém, ele trabalhava para unir as forças partidárias na luta pelos interesses do município. Esta é uma arte de governar que caracterizou a liderança política de Domingos*

---

<sup>4</sup> 1947-1950 (PSD); 1951-1954 (PSD); ocupou sucessivamente o cargo de secretário da Mesa Diretora da Câmara.

<sup>5</sup> 1963-1967 (PSD)

<sup>6</sup> PSD até 1967; ARENA até 1979; PFL até 1987.

Tótoro.

A população de Maria da Fé era composta, em sua maioria, por pequenos e médios proprietários de terras, predominantemente habitantes da zona rural. Diferentemente do cenário da maioria dos municípios vizinhos, estima-se que, na época, havia cerca de 1300 propriedades rurais e poucos latifúndios. Como em todo município pequeno e sem recursos, muitas eram as demandas. Um dos maiores problemas do município era o transporte pelas estradas dos bairros rurais, para o escoamento da produção, e o intermunicipal (de Maria da Fé para Itajubá). Aliás, quem dependia dos serviços de saúde hospitalar e educação, especialmente a dirigida à segunda metade do ciclo fundamental, precisava deslocar-se até a cidade de Itajubá. Neste campo, o que mais chamou a atenção foi a capacidade de Domingos Tótoro de unir as lideranças políticas, os produtores rurais, os proprietários e os usuários de transporte coletivo na luta pela melhoria das estradas. Entre as prioridades estava o asfalto da estrada Maria da Fé-Itajubá. A construção de escolas e postos de saúde, bem como sua manutenção, que também dependiam de verbas estaduais, requereu o empenho político de Domingos Tótoro e, mais uma vez, ele não se furtou a assumir sua liderança em busca de união das forças políticas locais de forma a proporcionar aos cidadãos marienses melhores condições de transporte, saúde e educação.

Longe do favorecimento individual ou familiar, Domingos Tótoro foi incansável nessa luta coletiva. Sua peregrinação a Belo Horizonte em prol do asfalto da estrada Maria da Fé-Itajubá teve seu desfecho favorável quando da eleição do Governador Aureliano Chaves. Nem bem assumiu o cargo e recebeu, no Palácio, a visita de Domingos Tótoro e de outras lideranças políticas marienses. Ao avistá-lo em sua sala, o governador foi logo dizendo: “‘seu’ Domingos, o asfalto em Maria da Fé vai sair no meu governo.” E a promessa foi cumprida. Eles se tornaram amigos até o final de sua vida. Na semana da morte de Domingos Tótoro, Aureliano Chaves, então Presidente da República, veio de Brasília para lhe fazer a última visita.

Mesmo diante da intensa dedicação à cidade, a família de Domingos Tótoro o admirava e o apoiava. Seu encanto maior estava na delicadeza e generosidade no trato com as pessoas, independentemente de sua posição social ou econômica. Costumava presentear as autoridades que visitavam o município, ou quando ele mesmo ia encontrá-las na capital mineira, com os produtos da cidade (cestas de produtos agrícolas, azeitonas, queijo, uvas e tudo que pudesse mostrar a grandeza de nossa atividade econômica). Gostava de presentear também as pessoas comuns, ricas ou pobres, com sacolas de batatas deixadas à porta de suas casas. “Ah!” - diziam elas quando abriam a porta e se deparavam com a surpresa - “O ‘seu’ Domingos passou por aqui!” Ele também gostava de falar em público. Seus amigos costumavam brincar: “O ‘seu’ Domingos não pode ver um banquinho que logo se põe a discursar”. Outra paixão era recitar

seus poemas exaltando a cidade que amava. Era amigo de todos, inclusive dos políticos estaduais ou federais com mandatos nos poderes Executivo ou Legislativo, independentemente do partido que os elegeu. Tratava-se de uma necessidade, como já dito, para obtenção de recursos para o município.

Nota-se que até a Constituição de 1988, os municípios brasileiros eram dependentes de recursos estaduais e federais para a saúde, educação e demais necessidades locais. Com essa última Constituição, diferentemente das anteriores, os municípios ganharam maior autonomia financeira. Na atualidade, o uso das verbas públicas é gerido pelo poder local – prefeito, vereadores e conselhos municipais de políticas públicas. Contudo, não basta uma mudança de ordem jurídica para promover uma nova prática política. Nesse sentido, caberia frisar que a atuação política dos cidadãos na destinação do orçamento municipal constituiria uma condição imprescindível à qualidade da gestão política do município. O exercício direto do poder político pela coletividade de cidadãos na gestão das políticas públicas, por sua vez, exigiria uma nova atitude da relação entre ocupantes temporários das funções públicas e os demais cidadãos. Trata-se de uma relação de direitos e comprometimento da coletividade com a coisa pública.

Do político Domingos Tótora não ficou apenas um nome esquecido numa placa de rua, mas o exemplo de uma atitude política de um verdadeiro homem público: amar e viver com simplicidade; amar e viver a coisa pública; amar a vida e os viventes. Quem o conheceu deve testemunhar uma profunda gratidão pela vida e sua alegria contagiante. Uma vida é inseparável de sua forma de viver. E precisa-se de poucos recursos financeiros para uma vida feliz. Domingos Tótora não somente acreditava na existência de outro mundo – crença própria do homem profundamente religioso que era – mas sua religião buscava tornar esse mundo melhor – no caso, sua cidade. Seu otimismo se nutria da coragem na luta, da franqueza com que vivia os valores com os quais verdadeiramente se comprometia. Seu estilo era de sempre procurar, em qualquer situação, fato ou evento, algo que elevasse o ânimo dos envolvidos, neutralizando os elementos tristes que os pudessem enfraquecer ou lhes retirar a potência de agir. Domingos Tótora teve em sua vida, e por ocasião de sua morte, manifestações de reconhecimento e a de amizade do povo mariense. Morreu pobre de recursos financeiros – sem uma aposentadoria, trabalhou até o final –, mas rico de vida e amigos. Sua presença e atitude sobrevivem nas ações dos que o admiram e o imitam. Mais do que preservar um nome é preciso repercutir essa atitude ética de uma vida política.

José da Mota Tótora se tornou também excelente vereador e prefeito. O

---

<sup>7</sup>Silvana Tótora é Doutora em Ciências Sociais e Professora de Estudos Políticos na PUC-São Paulo, desde 1986.

depoimento é de Silvana Tótora<sup>7</sup>, nascida em Maria da Fé, que guarda do Sr. Zezinho Tótora, como era carinhosamente conhecido, não somente a imagem de um pai carinhoso e afetuoso, mas a figura de um político que sempre despertou o orgulho de toda a família e conquistou a confiança e o respeito do povo mariense.

Seguindo o percurso de seu pai, Domingos Tótora, José da Mota Tótora, ou simplesmente Zezinho Tótora, iniciou carreira política como vice-prefeito (PSD)<sup>8</sup>, e logo assumiu interinamente o cargo de prefeito, ainda muito jovem, aos 25 anos, em 07 de fevereiro de 1955. Neste mesmo mandato ocupou três vezes o posto de prefeito<sup>9</sup>. Na sequência, foi eleito vereador (PSD), tomando posse em janeiro de 1959. Foi escolhido para a mesa diretora em 31 de janeiro de 1959, no cargo de presidente da Câmara. Até o final desse mandato, em 31 de janeiro de 1963, foi reeleito anualmente para o mesmo posto. Após um intervalo de oito anos sem mandato de representação, concorreu e foi eleito prefeito (ARENA) para um período curto de dois anos, de 31 de janeiro de 1971 a 31 de dezembro de 1972. Por fim, foi novamente eleito prefeito, desta vez para um mandato de seis anos, de 01 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988. Encerrou sua carreira de político aos 60 anos, retirando-se para viver em um sítio, no bairro Ilha, até sua morte em 27 de março de 2016, aos 86 anos.

Elegi para definir sua longa trajetória política o cuidado com a cidade. Por cidade entendo o espaço público, incluindo, principalmente, a coletividade de cidadãos marienses. Seus habitantes desejam que suas áreas comuns sejam bem cuidadas, tais como, praças, jardins, ruas, calçadas, estradas; anseiam por um local de moradia com água encanada e tratada, saneamento básico e pavimentação; aspiram por serviços de saúde e educação de qualidade; esperam por momentos de lazer com festividades que os aproximem e fortaleçam vínculos de sociabilidades, de amizades e amorosos. E mais, lutam por condições de trabalho que lhes permitam um sustento, descanso e lazer. Ora, tudo isso foi sendo construído ao longo de muitas décadas, conferindo à cidade de Maria da Fé, já conhecida por sua geografia singular, sua beleza e seu clima, um local privilegiado por oferecer as condições essenciais a uma vida digna para seus cidadãos. Sem desmerecer a contribuição de diversos mandatários, atribuo ao Zezinho, representante eleito em diversos mandatos, e ao povo mariense, a construção dessa cidade tão encantadora e agradável de viver.

Tive o privilégio de testemunhar duas gestões de Zezinho Tótora como prefeito da cidade. Seu estilo consistia em tomar para si a distribuição e o acompanhamento dos trabalhos de cada dia da prefeitura. Logo cedo, às 7 horas, dirigia-se ao barracão da prefeitura para encontrar-se com os trabalha-

---

<sup>8</sup> Partido Social Democrático (PSD).

<sup>9</sup> De 07/02/1955 a 01/05/1955; de 10/10/1955 a 10/01/1956; de 27/01/1956 a 27/05/1958.

dores e estabelecer as tarefas do dia. Circulava com o carro da prefeitura pela área urbana e rural para acompanhar a execução do estabelecido. Fazia o atendimento ao povo no saguão de entrada do prédio da Prefeitura<sup>10</sup>. Era bastante exigente em relação aos cuidados com os equipamentos de propriedade da Prefeitura, intolerante a qualquer desperdício de material e não admitia o uso privado de ferramentas, carros, combustíveis, material de escritório, etc. por quem quer que fosse. Seu modo econômico de administração contribuiu para o bom aproveitamento dos recursos públicos.

Zezinho era cordial, nem por isso menos exigente com os funcionários da Prefeitura. Dificilmente criava antipatia por alguém. Caso houvesse algum incidente desagradável pela atuação de algum deles, logo esquecia, para não tornar pesado o ambiente de trabalho. Convidou vários de seus adversários políticos para compor o quadro da Prefeitura, e não alterou os cargos daqueles que já estavam estabelecidos. Encerrava o ano sempre com uma festa de confraternização com os funcionários. Eu mesma participei de algumas “canjiquinhas” no “Vicentão”<sup>11</sup>. Entendo que promover condições de vida àqueles que trabalham conosco – não somente com bens materiais, mas construindo relações amigáveis e alegres – configura-se no *éthos*<sup>12</sup> do homem público ou de um cidadão.

Destacava-se também pelo modo aberto às posições políticas, religiosas ou comportamentais distintas das que praticava. Quando ocupou a Prefeitura pela primeira vez, ainda muito jovem, em 1955, recebeu em seu gabinete a Sociedade Brasileira da Eubiose. Por esse gesto, muito mais tarde, em 2015, por ocasião da comemoração dos 60 anos da Eubiose na cidade de Maria da Fé, Zezinho foi um dos homenageados na sede dessa associação. E não podemos deixar de mencionar que Zezinho sempre foi, como a maioria dos marienses, membro praticante da Igreja Católica. Esse gesto ganha relevância, pois a religião católica, principalmente nas décadas passadas, foi bastante intolerante à existência de outras práticas ou crenças diferentes da sua.

O cuidado com a coisa pública e seu sentido distinto e separado do uso privado, de privilégios de indivíduos ou grupos conferiram à gestão de Zezinho Tótor a uma verdadeira prática republicana<sup>13</sup> e democrática. Tratava-se de um paradoxo em relação à sua filiação a partidos conservadores e nada democráticos, como a ARENA. Vale lembrar, porém, que todos os mandatários

<sup>10</sup>Atual prédio da prefeitura que Zezinho ocupou somente na sua última gestão como prefeito.

<sup>11</sup>Denominação popular de um espaço de uma associação beneficente da Igreja Católica, a Sociedade de São Vicente de Paula. Nesse local eram realizadas as principais festas públicas, religiosas ou não, da cidade.

<sup>12</sup>Prática, modo de vida ou costume a ser cultivado.

<sup>13</sup>Aceno ao conceito clássico de república como res publica (coisa pública) e a coisa pública como res populi (coisa do povo).

dos municípios brasileiros, pequenos e médios, foram governistas em razão da precariedade de recursos.

Em sua última gestão, entretanto, Zezinho Tótora governou quase sem apoio do governo Estadual porque pertenciam a partidos distintos<sup>14</sup>. O partido de oposição durante a ditadura civil-militar – o MDB (que com a reforma partidária de 1979 passou a se denominar PMDB) – conquistou, em 1982, o governo mineiro e o da maioria das capitais brasileiras. Nessa época, os municípios eram, ainda, muito dependentes dos recursos estaduais e federais, não havendo, portanto, uma verba autônoma de gestão municipal para as áreas de educação, saúde e obras públicas<sup>15</sup>. Zezinho Tótora venceu esses limites com uma solução criativa: recorreu ao esforço dos cidadãos marienses, particularmente dos proprietários da zona rural, para que se empenhassem no acerto e pagamento dos impostos municipais. Assim, pôde aumentar a arrecadação e revertê-la em benefícios para o Município. O atendimento ao apelo para o aumento da arrecadação foi prova de confiança depositada na gestão.

Para impulsionar o conhecimento de novas tecnologias na agricultura, Zezinho Tótora realizou convênios com a EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); participou ativamente da associação de prefeitos municipais, AMASP, que se constituiu para reunir esforços, conhecimentos e auxílios mútuos para a gestão municipal. Sua liderança junto aos prefeitos da região o levou a ocupar a presidência da AMASP em 25 de fevereiro de 1988.

Inúmeras foram as obras realizadas com recursos próprios do município. Destacam-se os atendimentos às populações carentes ou grupos socialmente discriminados<sup>16</sup>. As áreas de saúde e educação mereceram um cuidado especial, principalmente, na zona rural. Somam-se a elas o seguimento de infraestrutura, como saneamento básico e água encanada, pavimentação de ruas, melhoria das estradas da zona rural, e tantas outras realizações reconhecidas pelo povo da cidade.

Um sonho, porém, foi sustado e não finalizado: a construção de um estádio poliesportivo<sup>17</sup>. Essa interrupção deveu-se ao término do mandato e a recusa dos prefeitos que o sucederam em concluir a obra. Um prédio em ruínas

---

<sup>14</sup>Elegeu-se para o Governo do Estado de Minas Gerais Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Zezinho Tótora foi eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL)

<sup>15</sup>Os limites orçamentários foram mudados na Constituição de 1988.

<sup>16</sup>Indicou a construção do clube operário, antiga reivindicação das classes populares. Os bailes de carnaval e demais eventos ou festividades das camadas socialmente privilegiadas ocorriam em um clube de acesso restrito, enquanto os bailes das famílias mais pobres e menos privilegiadas socialmente não tinham um local específico. A construção do Clube Operário terminou em 1988, mas nunca chegou a funcionar, pois seu uso sofreu forte restrição da vizinhança local.

<sup>17</sup>O estádio ganhou o nome de Prefeito Domingos Tótora, proposta apresentada pelo vereador Alaor Mendes Gonçalves e aprovada pela Câmara Municipal.



ficou como uma marca negativa na paisagem da cidade. E se atentarmos para a importância do esporte na reunião e socialização da juventude, essa situação inacabada reverteu-se em prejuízo à comunidade mariense. Mas algo de positivo restou desse processo: a profissionalização de inúmeros trabalhadores da prefeitura que adquiriram as habilidades e competências para as profissões de pedreiro, marceneiro, electricista e demais especializações indispensáveis a uma obra civil. O município também ganhou uma fábrica de blocos, criada para atender a construção<sup>18</sup>.

Mais uma iniciativa louvável de Zezinho Tótora à frente da prefeitura foi o embelezamento da cidade, particularmente de seus jardins. Logo no início do mandato, em 1971, Zezinho foi pessoalmente à cidade de Barbacena comprar mudas de rosas para deixar floridos os jardins e praças. Com esse pequeno gesto deu-se uma tonalidade afetiva para a cidade. Uma cidade bem cuidada desperta o orgulho e o amor de seus cidadãos. Uma atitude de cuidado com o bem público pode propagar-se e contagiar as pessoas. Um pequeno relato: eu e minhas amigas adolescentes costumávamos sentar com os pés nos bancos do jardim. Mas, à época, começamos a mudar nossa conduta em razão dos pitos que levávamos do Zezinho Tótora em sua ronda diária pela cidade.

Alguns gestos minúsculos, mas significativos na vida de uma pessoa podem revelar o caráter do homem público sensível e capaz de uma decisão acertada. Em seu último mandato, Zezinho foi procurado por uma família muito simples que lhe pediu para conseguir uma internação para seu filho que apresentava um comportamento inadequado ao convívio social – esse jovem, na verdade, era surdo e mudo e seus gestos rudes expressavam o desejo de se fazer entender. Zezinho imediatamente ofereceu ao rapaz não uma internação, mas um emprego. Segundo ele mesmo revelou, esse jovem foi o seu melhor funcionário e amigo. Até sua recente aposentadoria, foi um funcionário dedicado e tranquilo. Após a morte de Zezinho, sempre que eu e minha família encontrávamos com esse senhor pelas ruas, ele nos cumprimentava e apontava para o céu, indicando o lugar que Zezinho estava. Esse caso me leva a pensar como podemos, em um cargo público, agir a favor da vida de uma pessoa! Zezinho sempre parecia tomar a decisão mais acertada porque era movido pelo amor às pessoas.

Essas lembranças, se as rememoro é porque acredito que possam ser imitadas por aqueles que ocupam cargos públicos. Relembrar não deixa de ser um modo de influenciar as ações no presente. Reviver a beleza de um gesto visa provocar sua atualização no tempo presente. Pode ser um gesto anônimo, porém grávido de vida, tal qual a polinização de mudas pelas abelhas desconhecidas ou imperceptíveis.

---

<sup>18</sup>Informação obtida por meio de conversas informais com os próprios trabalhadores que protagonizaram essa construção.

Por isso, sempre que observo alguma ação semelhante às relatadas e a outras que vivi, sinto a presença e o zumbido das abelhas. Hoje, observo com alegria a iniciativa da prefeitura de Maria da Fé imbuída do mesmo cuidado que Zezinho dedicava ao que fazia. Foi assim que experimentei recentemente sua presença quando vi o trabalho de revitalização dos jardins da cidade encabeçado pela Prefeita Patrícia e pelo Vice-Prefeito Augustinho, cujo mandato se iniciou em janeiro de 2017.<sup>19</sup>

A história nos mostra que dificilmente um homem público delibera livremente viver fora de um posto ou cargo que lhe confira notoriedade. Mais raro ainda é quando possui uma carreira política bem-sucedida e reconhecida onde atuou. Zezinho Tótora, ao contrário, não se apegou ao poder que o cargo lhe conferia. Pude presenciar a despedida de sua última gestão como prefeito e certificar-me do seu enorme prestígio junto aos marienses. Por muitos anos após sua saída, eram constantes as abordagens e pedidos de retorno, principalmente por parte de pessoas mais simples, desejosas de sua volta à prefeitura. Ora, as pessoas do povo, como diria um filósofo político, por terem menos chance de governar, são mais sinceras e desejam ser bem governadas. E mais, não serem oprimidas. Por sua vez, os mais poderosos são menos confiáveis, pois desejam oprimir e governar.

A despeito dos pedidos por sua volta, Zezinho Tótora permaneceu recolhido em seu pequeno sítio, vivendo uma vida bastante modesta, desprovida até mesmo de um conforto esperado para alguém de sua posição econômica. Na verdade, ele deixou seus negócios e bens para os filhos e esposa, passando a viver de sua aposentadoria do INSS. Com esse parco recurso pôde se manter até o final de sua vida. Nunca se queixou da falta de dinheiro, pelo contrário, dizia que o tinha suficiente.

Seu sítio tornou-se um lugar aberto para todos que quisessem usufruir de um lazer rural. No verão, aos domingos, sua piscina era frequentada por cerca de duas dezenas de moradores do bairro Ilha. Por duas décadas, produziu e distribuiu laranjas para um número imenso de pessoas da cidade. Trazia pessoalmente as caixas repletas de laranjas em sua caminhonete Saveiro e passava distribuindo nas casas de seus conhecidos. Aqueles que preferissem podiam visitá-lo e chupar as laranjas apanhadas do próprio pé. Nos finais do ano, cedia o sítio para comemorações de funcionários da

---

<sup>19</sup> O paisagismo foi feito pelo Vice-prefeito e Secretário de Turismo e Cultura, Agostinho. Outras iniciativas semelhantes ocorreram em gestões passadas como a de plantio das cerejeiras, projeto da Secretaria de Turismo e Cultura sob o comando de Walter Alvarenga (Waltinho) que tanta beleza trouxe a cidade. Esse plantio teve continuidade nas gestões posteriores. As cerejeiras florescem no frio do mês de julho atraindo para a cidade muitos visitantes. Mas sempre que elas florescem, Waltinho se faz presente (a despeito de sua morte prematura).

prefeitura, com mais frequência os profissionais da saúde e da educação.

Ora, mas o que interessaria esse relato para um texto que se propõe à narrativa da vida pública de Zezinho? É justamente essa atitude que revela a singularidade que torna sua existência interessante de ser contada. Como alguém, que não ambiciona nenhum cargo público, pode manter uma conduta tão voltada para fora do seu estrito círculo familiar ou mesmo restrita a si mesmo? Sua existência modesta revelava que se precisa bem pouco para ser feliz. Sua riqueza maior era a vida e os amigos que o procuravam, em sua maioria, pelo simples prazer da companhia.

Zezinho nos ensinou que é preciso aprender a se desapegar, principalmente do poder que os cargos políticos instituem naqueles que os ocupam. Como é difícil se fazer imperceptível e manter-se longe dos holofotes do poder político! Uma advertência para aqueles que são seduzidos para esse lugar: o fogo do poder brilha, mas também queima. Na atualidade em que a política se torna uma profissão, e bastante rentável, abdicar desse lugar, mesmo quando se reúne condições e prestígio para ocupá-lo, é algo muito raro. Governar, contudo, não é somente ocupar um espaço ou cargo público, mas é uma ação sobre outras ações capazes de resistências. Daí, a assertiva de que uma liderança se constrói com ações em meio a resistências, adesões e abandonos. O sujeito dessa ação se produz a cada momento e sua força ou potência de agir advém do comprometimento, franqueza e coragem de assumir um modo de vida ético. Tem-se uma vida de risco, pois nem sempre esse modo de ser está em consonância com os da maioria. Uma vida simples como a do Zezinho foge das ambições de uma maioria. Em uma sociedade em que os valores que conferem a alguém sua supremacia são de ordem econômica e medidos pelo tamanho da riqueza material, do poder e da arrogância, uma vida simples torna-se uma força de resistência. Zezinho soube conservar valores próprios e restringir seus bens aos necessários. Manteve, por exemplo, durante 28 anos, a sua caminhonete Saveiro, bem indispensável para o cuidado com o sítio e seu deslocamento. Suas parcas economias foram gastas no custeio de seu enterro.

Para finalizar, gostaria de escrever esse texto porque me orgulho de ter desfrutado de uma companhia tão especial e rara. Gostaria de compartilhar essa narrativa porque desejo afetar a prática de pessoas com sensibilidade para acolher esse relato.

Filho do primeiro casamento de Aurora Galante Tótora, Vitor Marchetti era um homem simples, muito religioso e dotado de grande talento como sapateiro, num tempo que o ofício era considerado mais uma arte do que um trabalho em si, pois os sapatos eram feitos à mão. De acordo com Malatian<sup>20</sup>, “os sapateiros dominavam os saberes de uma profissão, pois o processo produtivo dependia da habilidade do artesão em trabalhar o couro, fabricando peças sob medida. O trabalho era considerado uma arte, uma vez que estava associado ao domínio de uma técnica de modelagem e confecção”.

“Ao noticiar a inauguração da Vila Vicentina, devo salientar aqui a cooperação que prestou na sua construção, o vicentino Vitor Hugo Marchetti. Podemos afirmar que a Vila Vicentina é o resultado de sua vontade férrea. Não poupou esforços, sacrifícios e até mesmo os seus interesses particulares, para ser realizado o seu ideal acalentado por muitos anos. Espírito rigorosamente cristão e profundamente vicentino, a pessoa austera de Vitor Hugo Marchetti merece a gratidão eterna da Paróquia de Maria da Fé. É oportuno consignar também aqui, os grandes serviços que Vitor Hugo Marchetti vem prestando à Paróquia, como zelador escrupuloso dos negócios patrimoniais da mesma.” Texto do pároco Cônego Pedro Samuel Gonçalves Cintra, transcrito da Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé, de Mari Léa Zaroni e Osvaldo Renó Campos - 2008, p.28.

“A festa do patrono da caridade, São Vicente de Paulo revestiu-se este ano de um brilho extraordinário, com o Bispo Dom Delfim que veio para a inauguração da Vila Vicentina, em construção desde o ano de 1944. Cercado por um grande público e pelas autoridades, Dom Delfim benzeu as doze casas. Em seguida, usaram da palavra Alfredo Gaspar Guimarães, Presidente do Conselho Particular Vicentino, o Prefeito Municipal, Dr. José Vilela Viana, e o jovem Arlindo Zaroni Filho.”



**Sr. Vitor Hugo Marchetti e seu filho Claudio Marchetti. Acervo e postagem de Sheyla Evelyn Marchetti – Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook - 2013**

<sup>20</sup> MALATIAN, Teresa. Memórias de sapateiros. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - UNESP.Franca-SP (veja outras informações sobre a extinção de determinadas profissões nos Textos Complementares, ao final deste volume)



**Sapataria de Vitor Hugo Marchetti (provável década de 40). Acervo e postagem de Sheyla Evelyn Marchetti – Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2013.**



**Vitor Hugo Marchetti e D. Angelina Vicente com a família.**



**Casa do Sr. Vitor Hugo com a sapataria embaixo. “Vitor Hugo foi o melhor sapateiro que conheci. Mesmo com a tecnologia avançada de hoje ele seria muito eficiente, justo-amigo-solidário, o conheci muito bem, calcei muitas botinas feitas por ele.” Comentário de Nelson Batista de Campos. Acervo e postagem de Sheyla Evelyn Marchetti (filha de Cláudio Marchetti) – Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2013.**

## CLAUDIO MARCHETTI

---



*Cláudio Marchetti e Zezinho Tótora (anos 40).*



*Time de futebol mariense, em 1947, com Quim do Tinho (terno), Zizinho Abrão (atrás), Neco Barbeiro, Cláudio Marchetti, José Avelino, Geraldo Galdino, Joel Barros, Paulo Gonçalves (goleiro), Vicentão, Mauro Krepp, Franqueira e outros, identificados por Nilton Gonçalves de Almeida. Acervo e postagem de Sheyla Evelyn Marchetti.*

## HUMBERTO MARCHETTI

---



*Vera Corrêa, esposa de Humberto Marchetti (pais de Eduardo Marchetti e Maria Aparecida Marchetti Lorandi) - Com Camilo, Cida e Cássia, em frente à bicicletaria do Tiaguinho (hoje Loja Coferraz).*

“Participou da quarta legislatura da Câmara Municipal de Maria da Fé, responsável por ampliar os serviços de infraestrutura da Vila, a expansão da rede elétrica e a mudança das manilhas de abastecimento de água potável para encanamentos de ferro, de modo a atender melhor a população. Iniciou-se a construção do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, com a desapropriação do prédio e terreno de Joaquim Paulino de Araújo e Francisco Ribeiro dos Santos, situado na Praça Wenceslau Braz. Houve também a desapropriação de terreno determinado pelo Ministério da Agricultura para a construção do “Campo de Sementes Artur Bernardes” e o início de um projeto para se obter sementes de batatas imunizadas em Portugal, a serem distribuídas entre os agricultores marienses, sob a responsabilidade do Cel. Bento Ferreira. A Rede Telefônica, ‘A Mensageira’, de Passa Quatro (MG) instalou um Posto Telefônico na Vila de Maria da Fé. Participou também da 1ª operação cirúrgica realizada em Maria da Fé.” (Tomo I desta coletânea histórica do Memorial da Câmara - p.41 e 150)



*Menotti Marchetti, vereador de 1923 a 1927, e Florinha, sua esposa. Postagem de Dumarche Marchetti – Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2013.*

Nasceu em Tornareccio, província de Chieti, na Itália, no dia 09/02/1904. Sua Terra Natal é muito parecida com Maria da Fé. É pequenina, acolhedora, cercada de montanhas, com grande destaque na agricultura, principalmente pelo cultivo de azeitonas, limão e incontáveis pés de uva. É uma cidade perfeita para se assistir ao entardecer e a cada curva surge ao longe o azul turquesa do Mar Adriático. Aos 21 anos de idade fugindo da catástrofe causada pela 1ª Guerra Mundial, tomou o navio cargueiro e partiu para o Brasil. Trazia em sua bagagem a esperança de uma vida melhor e uma saudade enorme de sua terra. Em 1925, partiu de Roma, onde tomou um navio que vinha de Gênova e atracou no Porto de Santos, no Brasil. De lá Vicente Marchetti seguiu para São Paulo. Na capital paulista fez contato com outros italianos e parentes que haviam chegado antes no Brasil. Foi em São Paulo que ouviu falar de Maria da Fé. Junto com seu primo Menotti, que possuía um hotel em Maria da Fé, Vicente Marchetti aqui chegou e trabalhou como sapateiro, açougueiro, viajante e, finalmente, como funcionário federal, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Conheceu Maria José Sales, com quem se casou e desfrutaram 49 anos de uma união bem sucedida, baseada no amor e respeito. Em 1935, juntamente com seu sogro José de Campos Sales, fundou em Maria da Fé o Partido Integralista, que tinha sua sede na Avenida José de Campos Sales. Naturalizou-se brasileiro em 1958, por sentir que vivendo no Brasil, tendo filhos brasileiros e aqui recebendo o seu sustento, esta seria a atitude mais certa. Homem íntegro, trabalhador, amoroso e profundamente religioso, Vicente Marchetti faleceu em 02/02/1984 deixando uma enorme saudade e um grande vazio em todos que o conheceram.

Texto dos filhos Maria de Lourdes Marchetti Cardoso, José Flávio, Antônio, Terezinha, Conceição e Ritinha.





*Casamento de  
Vicente Marquetti  
e Dona Zezé Sales  
– em frente ao altar  
da Igreja Matriz N.S.  
de Lourdes, para a  
qual fizeram várias  
doações. Acervo de  
Ritinha Marchetti.*



*Vicente Marchetti na década de 30 e nos seus últimos anos de vida.  
Acervo de Ritinha Marchetti.*

## A FAMÍLIA SARNO

---

Fidelis Sarno nasceu em 20/09/1859, em Lagonegro, Itália. Seus pais eram Giuseppe Sarno e Rosa Ladaga Sarno. Em 1895, chegaram ao Brasil, residindo em Capivari, município de Pouso Alto, onde Fidelis exerceu a profissão de sapateiro. Conheceu e casou-se com Paulina Siniscalchi (seus pais também eram imigrantes italianos), em Itamonte (MG), quando ele tinha 40 anos e ela 15. Tiveram dez filhos: João Batista Sarno, Domingos Sarno, José Fidelis Sarno, ngelo Rafael Sarno, Angelina Sarno, Rosa Sarno, Francisco Sarno, Aparecida Sarno, Itália Filomena Sarno e Maria Sarno. Da descendência participante da Câmara dos Vereadores, destacamos:

### WALTER MUSSULINI SARNO

---

Nasceu em Maria da Fé, em 19/09/1935, filho de João Batista Sarno e Ana Barbosa Sarno. Coursou até o 3º ano primário, não podendo prosseguir seus estudos para ajudar nas despesas da casa, mas sempre valorizou os estudos e fez questão que todos da sua família estudassem. Trabalhou na Fábrica de Doces do Sr. Viriato Corrêa, que o tinha como filho. Casou-se com Maria de Lourdes Sarno (Iquinha) e tiveram nove filhos: Walquíria, Waldenize, Walderez, Waldete, Waldegmar, Walter Mussulini Jr, Waldilene, Waldiléia e Walcimar (falecido com apenas dois meses). Pai presente e muito amável e carinhoso, mantinha sempre unidos os filhos, noras, genros, netos e bisnetos.

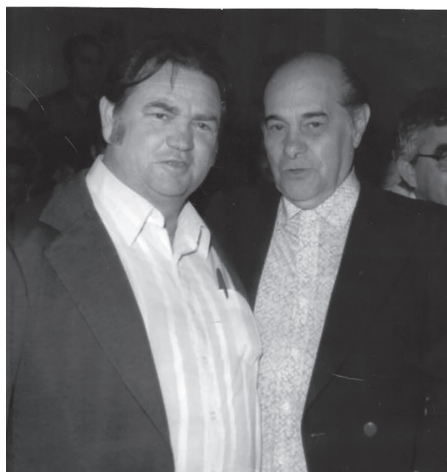
Iniciou sua vida profissional como caminhoneiro. Passou a empresário, quando Maria da Fé vivia o auge da produção de batatas. Agricultor de sucesso, Mussulini esteve entre os mais importantes produtores desse tubérculo, nas décadas de 70 e 80. Cultivava plantações não só em Maria da Fé, como também em Alfenas, gerando emprego para muitas famílias.

Ingressou na vida política e se tornou vereador de 31/01/1963 a 31/12/1966, 31/01/1967 a 28/01/1971, e de 31/01/1973 a 27/01/1977. Em 1988, elegeu-se prefeito e em 1989 foi condecorado com a Medalha de Bronze Santos Dumont, destacando-se como melhor Prefeito do Sul de Minas.

Sempre ativo, participava da tradicional Festa de Agosto como festeiro e líder da Noite dos Motoristas. Era líder também da Procissão de São Cristóvão e das Romarias à Aparecida (SP). Em 2005 elegeu-se novamente Prefeito, sempre fiel ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Grande carnavalesco, fantasiava-se de Rei Momo e por várias vezes foi escolhido para representá-lo. No Natal, gostava de se vestir de Papai Noel, para alegria da criançada, que recebia dele balas e presentes.

Grande incentivador do esporte mariense, prestigiou os times com uniformes e incentivo financeiro. Como marca de sua gestão ficou conhecido como o “pai dos pobres”, dada sua preocupação com os menos favorecidos. Morreu aos 81 anos, no dia 10 de julho de 2017.



*Mussulini e Tancredo Neves na campanha para Prefeito. Acervo de João Francisco Sarno no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2017.*



*Grande folião e patrocinador de carnavais – pessoa alegre, comunicativa e querido por todos. Em 1966, com Gilberto Corrêa e Déia, Stael Mendonça, Mussulini de Rei Momo, Rosilene Corrêa, e Luiza Ferraz. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim).*



**Waldegmar, Walquiria, Waldete, Mussulini Jr., Waldenize e Waldilene  
Filhos de Mussulini e Iquinha. Acervo da família.**



**Casamento de Walderez com Geraldo (filho de Pedro Mafra de Carvalho e D. Tereza.  
À direita, Iquinha e Mussulini. Acervo da família.**

Da família Sarno participaram, também, do Poder Legislativo Municipal: Domingos Sarno Filho, vereador de 2001 a 2004 e vice-prefeito de 2005 a 2008; José Sarno Sobrinho, vereador de 01/02/1983 a 31/12/1988; e João Batista Sarno Sobrinho, vereador de 01/02/1983 a 31/12/1988 e de 01/03/2000 a 31/12/2000.

Ítalo Venturelli era filho dos imigrantes Giuseppe Venturelli e Marina Pucci Venturelli, que vieram da Itália, região de Fornovolasco – Comuna de Vergemoli, na Província de Lucca, em Toscana. O casal teve sete filhos: Venturina, Maria Leonora Adina (Dina), Menotti, Ítalo, Romeu, Maria Amélia e Lavínia, dos quais somente Venturina e Dina eram italianas. Em 1885, chegaram em Pedralva, onde nasceram Menotti e Maria Amélia. Os demais irmãos nasceram em Maria da Fé, para onde se mudaram após alguns anos.

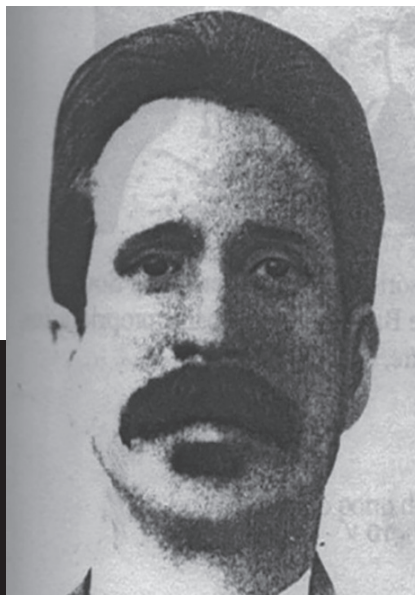
Menotti e Romeu se estabeleceram em Itajubá, mas o Sr. Ítalo trabalhou por toda a vida em Maria da Fé, onde era proprietário de um Cartório de Registro e morava na Rua Arlindo Zaroni, onde é hoje a casa de Nilza Mara, filha de João Costa Campos.



**Os irmãos Nelita, Ítalo, Dina, Menotti e Venturina (Tiá), primeira professora da Vila de Maria da Fé. Acervo de Salete Venturelli no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook.**



**Menotti Venturelli e sua esposa, Maria de Lourdes Lemos Venturelli, irmã de Conceição, esposa de Ítalo, e filhas de Antônio Lemos, proprietário do Hotel Lemos. Acervo de Salete Venturelli.**



**Antônio Venturelli - Nascido na Itália, veio para o Brasil em 1891 e fixou residência em Pedralva, depois mudou-se para o Distrito de Sabará Mendes, em terras do município de Maria da Fé. Foi vereador de 1916 a 1920. Recebeu homenagem da Câmara, em 1948, batizando com seu nome uma via local. Era pai de José Venturelli Sobrinho.**



**José Venturelli Sobrinho, com sua esposa Aristina Gomes.**

**José Venturelli Sobrinho com sua Opa e o colar de Presidente fundador da Academia Brasileira de Belas Artes. Foi autor da letra do Hino de Maria da Fé. Fotos e**



**histórico retirados do livro: "Pane, Vino e MoltoLavoto! ...Anche amore - A saga da imigração italiana em Itajubá", organizado por Antônio Francisco Storino e co-autores (direitos reservados), 2013.**



Stael Venturelli Lima de Mendonça, sobrinha de Ítalo Venturelli, relatou em 1997 que Ítalo casou-se muito jovem com Conceição Lemos Venturelli, que foi sua primeira namorada. Ficaram casados durante 49 anos. Não tiveram filhos. Adotaram uma criança que a chamavam Mariinha e criaram o sobrinho Wagner Mendonça, já falecido, que fora casado com Lena Guedes. Trabalhava nos Correios, junto com sua esposa, e mais tarde passou a ser Tabelião de Maria da Fé. Foi um homem muito caridoso e era adorado por todos, principalmente pelos pobres aos quais dava muita assistência. Foi Vicentino durante

muitos anos. Diariamente visitava a Vila Vicentina e o Asilo. Todos os anos organizava leilões de carnes assadas e cartuchos com doces, para angariar recursos para a compra de cobertores que eram doados aos mais pobres e necessitados. Tinha muito amor por Maria da Fé. Toda sua vida foi dedicada a esta cidade. Seu maior sonho era ver o asfalto ligando Maria da Fé a Itajubá, mas infelizmente ele não chegou a ver a estrada pronta. Stael conta que todas as vezes que seus sobrinhos passam por ela, lembram dele. “Tio Ítalo era muito católico e todo seu tempo disponível se dedicava à Igreja e à caridade. Tinha uma alma de criança e estava sempre de bom humor. O seu nome será sempre lembrado e sua figura humana e espirituosa estará sempre gravada em nossos corações”.

*“O Senhor Ítalo Venturelli foi uma pessoa extraordinária, seu coração era maior que seu próprio corpo. Ajudava todas as pessoas que passavam pelo seu caminho. Sua esposa Maria da Conceição, nascida em Maria da Fé, era chamada carinhosamente pela família e pelos amigos de “Tia Ceição”. Em seu cartório, na cidade de Maria da Fé, servia a todos com gentileza, razão pela qual se tornou padrinho de inúmeras crianças nascidas naquela cidade. Um dos seus sobrinhos, Wagner, criado pelo tio, era motivo para que a casa ficasse*

cheia de jovens que ali passavam os finais de semana. Ítalo os recebia como filhos, mas impunha condições a todos eles, como ir à missa aos domingos e a prática de esportes, inicialmente com o futebol e mais tarde com o basquete. Exigia disciplina e responsabilidade, era um educador que conduzia os jovens para uma verdadeira cidadania. Ítalo foi um grande colaborador do Coronel Silvestre Azevedo Junqueira Ferraz, na época em que este era Prefeito Municipal. Foi incentivado por Ítalo para que fizesse o calçamento da Rua Arlindo Zaroni e se comemorasse com uma grande festa. A inauguração foi programada para o dia do jogo da Copa do Mundo de 1950. O Brasil precisava apenas de um empate para se sagrar campeão, porém, com a perda do campeonato, a festa de inauguração da rua foi cancelada. Sr. Ítalo era um pacificador.”

Por Geraldo José Canha, ex-vereador de Itajubá, nascido e criado em Maria da Fé, no livro: “*Pane, Vino e MoltoLavoto! ...Anche amore - A saga da imigração italiana em Itajubá*”.

‘Seu’ Ítalo era uma pessoa boníssima, muito emotivo e extraordinariamente intelectual. Escrevia crônicas, contos e poesias no jornal da cidade, O Mariense (Gazeta da Serra e outros). Por ser um poeta, tinha prazer em declamar poesias em ocasiões especiais. ‘Seu’ Ítalo me chamava todos os dias para ler o jornal, que ele assinava naquela época, e este aprendizado carregou comigo até nos dias de hoje. Além do incentivo à cultura, ele ajudava todas as pessoas ao seu redor e conseguia colocações em novos empregos. As festas de agosto, sempre iniciadas no dia 15, eram um marco na cidade. ‘Seu’ Ítalo mantinha guardado em um barracão, da Vila Vicentina, todo o material que usava nas festas e, a partir dali, com a ajuda de muitos amigos, iniciava seu trabalho. Contratava a banda de música de Pedralva, que sempre vinha de caminhão, via Bairro da Lagoa, passando perto do Pico da Bandeira, e chegava na cidade através da antiga estrada ferroviária, na saída para o Pedrão. Os músicos eram recebidos com um farto café e, logo em seguida, começavam a solfejar e afinar os instrumentos. Com ‘Seu’ Ítalo à frente, munido de rojões, a banda se dirigia ao centro da cidade, fazendo uma alvorada por volta das 6h30, provocando a curiosidade de todos os moradores que saíam na janela para ver a banda passar. O coroamento da festa se fazia com um churrasco na Mata do Cunha. Lembro-me bem que, ao final da festa, ‘Seu’ Ítalo fazia a contabilidade e programava o que poderia ser feito em prol da Sociedade São Vicente de Paulo. Dona Conceição Lemos, esposa de Ítalo, também descendente de italianos, foi uma grande mulher que sempre deu apoio ao seu marido nos trabalhos sociais.”

Por Adílio Reis Corrêa, no livro: “*Pane, Vino e MoltoLavoto! ...Anche amore - A saga da imigração italiana em Itajubá*”.





*Inauguração da sede da Legião Brasileira de Assistência - LBA, entidade que esteve muitos anos sob a direção de Ítalo Venturrelli. Década de 1930. Com Tinho Cassimiro, Ítalo Venturrelli, Pe. Lauro de Castro, Dona Marocas e Alfredo Guimarães. Acervo de Mari Léa Zaroni.*



*Rapazes e senhores de Maria da Fé em retiro espiritual, em 1939, orientados pelos padres Irineu Ballesteros e Frei Francisco Freise. Ítalo Venturrelli é o primeiro, à direita, com Humberto Consoli. Acervo de Mari Léa Zaroni.*

Carnevalli é uma das famílias mais tradicionais de Maria da Fé, de professoras queridas, de gente que entende de artesanato e se dedica inteiramente às obras religiosas.

No Projeto “Minha vida, minha história”, elaborado por alunas do Curso de Pedagogia da Uniararas, em 2013, a sobrinha de Filomena Ferreira, Elvira Almeida, e as colegas Matilde e Vanessa, tomaram como exemplo de família a vida de “Filó”, inteiramente dedicada ao ensino, representando todas as professoras e artistas da família:

*“A matriarca da família, D. Elvira, sempre teve uma habilidade especial ao fazer bolos. Todos os aprovavam em casamentos, aniversários e batizados. Sua fama atravessou gerações. Filha dos italianos Anunciato e Anunciata Carnevalli, da região de Calábria, que vieram para o Brasil no início do século passado. Além de Elvira, tiveram os seguintes filhos: José, Angelina, Aparecida, Serafim, Domingos (Pisca), Maria, Irene, Eleonora (Noinha), Selma, Paulo e Olinda. Elvira casou-se com Braz Lomônaco Ferreira, (pessoa envolvida com o esporte e com seu jeito simples e educado, estava atento às condições do Estádio Coronel Silvestre, que ajudava a conservar). O pai de Elvira, Anunciato Carnevalli, foi mudando de cidade em cidade até chegar a Maria da Fé e sempre trabalhando na produção de gostosos e famosos queijos parmesão, ricota, cabacinha, provolone, manteiga e mineiro. Há testemunhas de que os queijos por ele fabricados eram os melhores do Sul de Minas, que enviava para São Paulo e eram vendidos por seu cunhado Rosário Lavorato, no Mercado Municipal. Elvira e o Braz tiveram os seguintes filhos: Nazaré, já falecida, que casou-se com José Moacir de Almeida e tiveram Célia Maria, Célio José, Sérgio e Elvira Maria; Maristela, casada com Cidé, falecida recentemente (pessoa dedicada à Igreja: foi Ministra da Eucaristia, catequista de Crisma, participou do OVISA e da Banda Feminina, da restauração da Igreja Matriz e trabalhou incansavelmente para adquirir a urna de Santa Bernadete - que fica na Matriz e nas festas de Santo Expedito e Nossa Senhora de Lourdes; compôs, juntamente com Maria Aparecida Machado - Nenzinha, o Hino da padroeira e depois o Hino de Santo Expedito); Filomena, professora dedicada, trabalhou em diversas escolas como Padre Pivato, Arlindo Zaroni, Nossa Senhora de Lourdes (pessoa muito sociável e querida por todos, sempre ajuda os colegas e amigos por onde passa. Atualmente está aposentada, mas é dona de um acervo fotográfico, que como ela mesma diz) “Nós somos construtores da história de Maria da Fé, porque preservamos a história de nossa família: Carnevalli / Ferreira”. Foi homenageada pela Câmara Municipal de Maria da Fé em várias*

ocasiões); Elizabeth ou Betinha, já falecida, foi casada com Pedrinho Mendes, com quem teve os filhos Marcelo, Alberto e Sara (Betinha era dedicada às festas religiosas, como de Santo Expedito, foi catequista e cuidava da capela do povoado do São João); Maria Luiza (Iza), casada com Márcio Motta, com quem teve os filhos Márcia Mirella, Michelle Luiza e Milton; Maria Marta, alfabetizadora aposentada, hábil em montar painéis e desenhos dentre infinitas habilidades (cozinheira de mão cheia, muito caridosa e não mede sacrifícios para com a família); Pedro (falecido), ajudava seu pai na roça, na lavoura de cenoura e batata e trabalhou como segurança na antiga Minas Caixa; Helena, professora por formação, casou-se com Mário Inoue (falecido), descendente de família japonesa, com quem teve as filhas Luciana Yukiko e Helena Yukie (que lhe deram os netos Lucas e Bianca, filhos de Luciana, e Maria Júlia e Miguel, de Yukie); Antônio Claret, Tonhão como era conhecido, já falecido, casou-se com Edna com quem teve os filhos Vânia, Douglas, Ulisses e Adriano (trabalhou como segurança do Banco Real, foi proprietário de uma lanchonete na praça - “Ki-Beleza” e motorista da Prefeitura Municipal); Maria de Lourdes, professora de História, casada com Rivaldo - importante jogador do Mariense Futebol Clube, com quem tem os filhos Rafaela e Silas; Vita (filha de José Teodoro e Aparecida, que tornou-se filha adotiva da família), casada com Marcos Mendes Vilas Boas com quem tem os filhos Glauco e Patrícia. Regis, filho adotivo de José Carnevalli e Filinha, morou alguns anos com a família de Filomena. Ela conta que sua mãe, D. Elvira, também considerava como membro da família a Maria Mírcia Batista Borges, casada com João Borges, mãe de Gigiane, Gilmar, Genilda, Genilson, Geovane e Giliarde, que são tratados como sobrinhos e netos por todos da família”.



**Paulo, Domingos (Pisca), Anunciata, Anunciato, Serafim e José. Em pé, Olinda Eleonora (Noinha) Selma, Irene, Maria, Elvira Aparecida e Angelina. Acervo de Filomena Ferreira.**



**Ester e Paulo Carnevalli (já falecido), na porta de sua residência no Bairro Canudos. Acervo de Maria Eugênia Carnevalli.**



**Casa de Paulo Carnevalli**

“Paulo Carnevalli nasceu em Maria da Fé, em 08/06/1928, filho de imigrantes italianos, que se fixaram na cidade. Seu pai, Anunciato Carnevalli, foi produtor de queijos no laticínio que tinha no Bairro Turquia. Casou com Maria Ester Carvalho Carnevalli e teve quatro filhos: Luiz Carlos, Anunciato, Maria Eugênia e Lucília. Como um bom italiano, era comunicativo, sangue quente e adorava uma macarronada com ricota apimentada. Uma de suas principais características era a sua capacidade de negociação, começava uma conversa, ia construindo os pensamentos com argumentos técnicos e da sua sabedoria prática sobre os produtos que tinha para oferecer, vender, trocar. Sempre tinha pessoas que o paravam na rua ou iam até o terreiro de casa por que precisavam de alguma coisa, desde comprar um carro até parafusos. Tinha na parte debaixo do nosso casarão, que sempre falávamos em baixo do assoalho, máquinas agrícolas, canos, diversas peças, parafusos e sempre dizia ‘quem guarda o que não presta sempre tem o que precisa!’ As pessoas podiam procurá-lo que ele ajudava a resolver, os dias eram sempre movimentados. Começava a semana sempre bem cedo, ia ao retiro ver como estava a produção do leite que era entregue no laticínio, que sempre teve produção de queijos, manteiga. Circulava pela cidade, zona rural e municípios vizinhos onde encontrava os conhecidos e/ou novos que sempre chegavam e procurava atendê-los e dar o suporte aos pedidos. Assim seguia cada dia em um lugar. Com frequência ia a Itajubá, pois era inspetor de vendas da Auto Itajubá S/A,

junto com Fabiano Mohallem, onde tinha produtos para atender o agricultor mariense. Ele buscava as máquinas agrícolas, micro tratores Tobatta, muitos desintegradoras e picadores Nogueira, arado, grades, pulverizador de defensivos, peças. Quando a camionete F 75 fazia a curva da bacia na estrada velha, sabia que faltava pouco para chegar em casa. Depois era só fazer as entregas e manutenção. Lembro-me de uma vez que fui junto com ele entregar uma máquina agrícola para um senhor na zona rural, as entregas eram envolvidas com trabalho que exigia força braçal, ajustes, orientações, demonstrações de como era o funcionamento para satisfazer a demanda de uma melhor produção. Mas também tinha muita prosa do cotidiano das famílias, conhecidos, fatos. Até almoçamos com este senhor e sua família um franguinho caipira feito na panela de ferro no fogão a lenha! Fez tanta negociação neste dia que até chegou em casa com um jogo de crochê azul, lindo e delicado pra minha mãe e ela tem até hoje. A proximidade é tanta que o chamo de tio Fabiano que nos contou que o pai contribui na sua formação como vendedor, aprendeu a simplicidade do tratamento com os mais humildes e o respeito com as autoridades. De sua intolerância com a burocracia, seu talão de pedidos eram pedaços de papel de embrulho que carregava no bolso. Seu conhecimento técnico e sua prática em irrigação desafiava engenheiros e montadores. E que a residência do Sr. Paulo era uma extensão da empresa e tem saudosas lembranças dos almoços e cafés feitos pela Dona Ester. A semana seguia e chegava em casa tubos longos que tinham diâmetros diferentes, bomba de pressão, peças de engate entre outras que não me lembro o nome, era mais uma de suas atividades como representante da Asbrasil, junto com Orlando Germek, que quase mudou para Maria da Fé devido ao envolvimento dos dois e pelo trabalho com bombas de irrigação para as plantações. Tinham que conhecer o terreno para poder calcular quantos canos, checar onde tinha água e como seria a montagem, ações que com o tempo conseguia calcular com facilidade. Meu irmão disse que era o que ele mais gostava de fazer. O Marco Germek, filho do Orlando Germek, contou que os três viajaram juntos para negociar fosse irrigação, vacas, batata, motores. Levaram até um cachorro para casa em São Bernardo do Campo. Foi pai quem apresentou muitas pessoas com quem fizeram grandes negócios envolvendo a compra de muitos pivôs de irrigação para as fazendas. As máquinas ajudavam a ativar os processos de plantio e colheita e conseqüentemente qualidade a produtividade. Também vendia adubos Mitsui, que atendia principalmente a produção de batata, o que por muito tempo foi o que movimentou a cidade. Aqui, seu companheiro nas vendas, Sr. Iano, não lembro o sobrenome, também tinha máquina de calcular logo que começou a aparecer e era mágico ver que resolvia as dúvidas dos cálculos com muita facilidade. Relógios femininos e masculinos entravam na rodada da negociação. Os adubos contribuíram na produção das lavouras. O elemento principal na agricultura é o homem, mas os implementos agrícolas trouxeram mais benefícios para os marienses, otimizaram resultados na

produção e comercialização e movimentaram a economia do município. E quem quisesse comprar um carro podia procurá-lo, pois era representante da Itauto, de Itajubá, na venda de carros da Ford /Willys, onde trabalhou com Donald Chaib. Me lembro quando foi lançado o modelo Corcel GT que ele dizia que era Grande Turismo. No terreiro de casa sempre tinha um carro diferente e, como sempre, tinha pessoas procurando para ver as possibilidades de comprar ou trocar, fosse carro zero, seminovo ou mais velho, para todos os gostos e oportunidades. E as negociações se ampliavam! Teve um ano, na tradicional Festa de Agosto, com exposição dos carros da Ford na praça, ele conseguiu junto com a Itauto o patrocínio da vinda dos comediantes Dedé Santana e Mussum e foi uma mobilização na cidade, na minha casa, nas nossas vidas de crianças, que viam os Trapalhões na TV e agora eles estavam sentados na nossa sala, do nosso lado e depois fizeram um show aquela noite, foi inesquecível!! Foi representante da Trevauto Ford Pouso Alegre, que ficava no trevo da Fernão Dias. A semana encerrava com a ida a missa, em família, mas um domingo percebi que o pai saiu da igreja um pouco antes do final e quando estávamos voltando para casa perguntei onde ele foi e respondeu que tinha um senhor que estava precisando comprar uma máquina para triturar o milho para encher o silo. Era assim... fosse o lugar que fosse, estava disposto a atender e negociar!!!.

(depoimento da filha Maria Eugênia, em setembro de 2021).



**Dona Marocas (Maria Lomônaco Ferreira), uma das irmãs de Braz Lomônaco Ferreira, foi a primeira diretora do Grupo Escolar Arlindo Zaroni. Conhecida pela sua personalidade forte e enérgica, mas pessoa culta, amorosa e dedicada ao seu trabalho. Acervo de Filomena Ferreira.**



**Galeria das ex-diretoras do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, em 1989**

**D<sup>o</sup> Marocas D<sup>o</sup> Dalila D<sup>o</sup> Cacilda D<sup>o</sup> Laís**

Segundo texto escrito por Zenaide Franqueira, Joaquim Gomes Franqueira nasceu em Carmo de Minas (então chamada Carmo do Rio Verde), no dia 17 de janeiro de 1870. Filho de Antônio Franqueira, natural da cidade de Braga, Portugal, e de Rita Isabel Franqueira, nascida em Carmo de Minas. Era o mais velho de oito irmãos e logo pegou o apelido de Quincas. Ainda muito jovem, mudou-se para Maria da Fé, onde se casou com Carlinda, filha do Capitão João Ribeiro. Deste casamento nasceu Maria José (Meizé). Infelizmente Carlinda não sobreviveu ao parto, vindo a falecer no dia 12 de fevereiro de 1900, em Carmo do Rio Verde, onde lhe nascera a filha. Lá está sepultada. Quincas casou-se pela segunda vez com Ana Ribeiro Ferreira, filha de Joaquim Ferreira e Alexandrina Ferreira. Eram primos. Nhanhinha, como era chamada sua segunda esposa, deu-lhe doze filhos, dos quais sobreviveram sete: Joaquim, José, Jorge, Antônio, Hélio, Luiz (Juju) e Zenaide.



*Joaquim Gomes Franqueira, primeiro Presidente da Câmara Municipal de Maria da Fé, já idoso, viúvo, rodeado pelos filhos, filhas, noras e netos, na escadaria de sua residência, onde hoje é a Pousada da Serra. Acervo de Mari Léa Zaroni.*

Joaquim Gomes Franqueira, o presidente da primeira legislatura da Câmara Municipal de Maria da Fé (1912-1915), além de político foi comerciante e fazendeiro. Foi vereador de 1912 a 1915 e de 1919 a 1922. Doou vários terrenos para a cidade, construiu a primeira sede da prefeitura, o primeiro campo de futebol, o Cine Pátria e foi o primeiro exportador de batatas para o Rio de Janeiro. Faleceu em 1947.

Sobre o Cine Pátria, Zenaide Franqueira escreveu:

*“Em 1921 construiu o Cinema Pátria, o segundo da cidade, com camarotes e um grande palco. Por esse cinema passaram inúmeras companhias de teatro. Era o tempo do cinema mudo e havia uma orquestra contratada para tocar durante a sessão e também nos intervalos. Pois a fita parava de duas em duas partes e se acendiam as luzes. Na porta do cinema havia uma campainha muito forte, que tocava pouco antes de começar a sessão. Então, os retardatários se apressavam em comparecer. Esse cinema foi, por muitos anos a alegria de seus filhos. Todos ajudavam na sua manutenção: varrer, limpar, fazer tabuletas e colocá-las nas ruas. Também passavam e enrolavam as fitas, o que era feito manualmente”.*

Zenaide Franqueira nasceu em 29/12/1916, casou-se com Domingos (Pisca), um dos irmãos de Dona Elvira Carnevalli. Frequentava a sociedade mariense na década de 50, depois mudou-se para Silvestre Ferraz (hoje Carmo de Minas) e depois para São Lourenço, onde morava parte de sua família. Faleceu em 06/08/2018, com quase 102 anos.



**Família Franqueira. Da esquerda para a direita, Hélio Ribeiro Franqueira, Zenaide Franqueira Carnevalli, Maria José Franqueira, Joaquim Gomes Franqueira e José Franqueira. Agachados: Jorge Franqueira, Antônio Franqueira e Luís Franqueira. Acervo de Filomena Ferreira.**



Joaquim Ribeiro Franqueira, o Quinzinho, filho de Joaquim Gomes Franqueira, foi vereador de 01/06/1927 a 01/09/1930. Contribuiu para a memória da história mariense como jornalista, publicando crônicas numa coluna intitulada ‘Era uma vez’. Uma delas, em que Joaquim descreveu sua vida em Maria da Fé, antes de se mudar para São Lourenço, aos 30 anos, pode ser conferida no capítulo “Um Repórter Observador” do Tomo I desta coletânea histórica do Memorial da Câmara (p. 102 a 108).

Da família Franqueira destacam-se, também, Antônio Ribeiro Franqueira, como Prefeito de Maria da Fé, no período de 06/10/1947 a 22/11/1947, e Jorge Ribeiro Franqueira, autor do livro “A vida de Maria da Fé”, que narra a história de Frei Inácio sobre Maria Inácia Vilas Boas, a matriarca de Campos de Maria da Fé.



*Hélio Franqueira, Satiro, Nenê, Tonho Franqueira, Pedro Fresco, Waldemar, Pisca, Jorge Franqueira, Álvaro Borelli, Zizinho Abrãao, Jujú Franqueira, Chiquito Carvalho e outros (não identificados). Acervo de Emmanuel Peralta no Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2013.*

“A nossa vida é toda feita de emoções: alegrias, tristezas, vitórias, decepções. Momentos de ternura e de gratidão. Vir à Maria da Fé é sempre motivo de alegria. Encontrar velhos amigos e fazer novas amizades. Rever nossa antiga casa e rememorar fatos passados. Os filhos de Joaquim Gomes Franqueira foram saindo desta cidade de um a um. Cada qual tomando seu rumo na vida, mas, quando se reuniam, o assunto, na maioria das vezes, era nossa querida terra natal. E começavam as reminiscências: o Cinema Pátria movimentava a família toda e sua manutenção era feita por todos com muito carinho. A Fazenda do Retiro também tomava o tempo dos mais velhos. Os mais novos se contentavam em colher joá, assaltar os pés de pitanga e, principalmente, tomar aquele leite quentinho tirado na hora. Lembrar Maria da Fé sem rádio nem televisão: o recurso era passear na rua naquele vai e vem sem fim. Quase não havia carros para atrapalhar. Os bailes de aniversário e até mesmo alguns casamentos, eram feitos com uma vitrola, na qual era preciso dar corda, com uma manivela, a cada disco tocado. Na casa do Sr. Quim. Paulino havia um gramofone. Seu Quim era nosso dentista e uma pessoa boníssima. Como tinha duas filhas e uma sobrinha, reunia seus amiguinhos e promovia bailinhos em sua casa. Antes de tocar, o disco anunciava a música e dizia: Casa Edson, Rio de Janeiro. Lá, na casa do Seu Quim, muitas crianças aprenderam a dançar. Todos os filhos de Joaquim Franqueira começaram seus estudos com a mesma professora, Dona Zélia Brandão Nogueira, que tinha um colégio particular. Este, depois, foi passado para Dona Maria Augusta de Vasconcelos Barbosa, esposa de Zeca Barbosa, farmacêutico e gerente do Banco de Itajubá, hoje, Banco Real. O Sr. Zeca Barbosa era o pai de Marcos Barbosa, poeta, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. O colégio era justamente aqui, no prédio que foi demolido para construção desta Câmara. Joaquim Gomes Franqueira adotou esta terra como sua. Aqui viveu a maior parte de sua vida. Aqui criou seus oito filhos, órfãos de mãe. Mas, naquele casarão antigo, protegido pela filha mais velha, reinava a paz. Os irmãos eram muito unidos. Agora, tudo isso é só saudade. Hoje, nosso maior sentimento é de gratidão. Sabemos que, por esta Câmara já passaram pessoas importantes que muito amaram e trabalharam pela prosperidade desta terra. Por isso, saber que Joaquim Gomes Franqueira foi o escolhido para dar seu nome ao Poder Legislativo de Maria da Fé, é para nós motivo de grande honra. Nossa gratidão ao Sr. Prefeito, ao Presidente da Câmara, Sr. Gennaro Jovino, que pessoalmente nos levou um convite, e aos demais vereadores aqui presentes. Estendemos nossos agradecimentos a Mari Léa que, tão gentilmente, fez o histórico dos homenageados. E terminamos, desejando a esta querida cidade muito progresso e grandes realizações. Muito obrigada!”

Agradecimento de Zenaide Franqueira na sessão de inauguração do Plenário Joaquim Gomes Franqueira, nome dado em homenagem a seu pai, em 31 de maio de 2001, na Câmara Municipal de Maria da Fé. Acervo de Filomena Ferreira.

## O FILHO FICOU

---

Em sua crônica ‘O Observador’, publicada em 1º de dezembro de 1975, por ocasião do falecimento de Joaquim Ribeiro Franqueira, a ex-vereadora Maria Areias Vilela, ou Dona Mariquinha como era mais conhecida, registrou:

*“Ficou em São Lourenço, onde passou a maior parte de sua vida. Chovia demais quando o levamos para seu último recanto de paz, encerrando os dias de um homem nobre e honesto; dias em que quase só pensava nos outros, esquecendo-se de si, sorrindo sempre, como se nunca sofrera. Maria da Fé, sua terra natal, era a ocupante permanente de seu pensamento, de seus sonhos, de suas esperanças em vê-la grande e conhecida, progressista e elogiada. Quinzinho Franqueira era o rouxinol que fazia de suas crônicas um cantar sincero e doce da terra que o vira nascer e que guardara sua infância. Nos mínimos detalhes, sempre encontrou o que cantar: na água que corria ou que parava numa lagoa, numa pedra, nos bichos; em tudo ele colocava alma. Este grande Poeta e Prosador, já quando nem podia falar direito, ditou para a Zenaide sua 32ª crônica sobre Maria da Fé. É amar demais a sua terrinha! É ter dentro d’alma algo mais sublime, fazendo reviver, nos acordes de um coração cansado, já prestes a parar, as doçuras de uma criança sonhadora. Bem escolhido o pseudônimo que usava: “Observador”. Observava mesmo. Observava, pesquisava, e fazia sair de sua imaginação fértil, coisas maravilhosas, avivando cenários e reavivando momentos. E as pedras e fontes de Maria da Fé, as árvores, as nuvens, as ruas e casas, as estrelas de seu céu azul, as flores e os passarinhos, se falassem, diriam a Deus um “Obrigado” sincero porque o professor Quinzinho se lembrou deles. Mas toda Maria da Fé, nas mais variadas classes e posições sociais de seu povo, se orgulha de ter sido a terra do “Observador.”*  
(textos do acervo de Filomena Ferreira)

## GENTIL E ANGELINA CARNEVALLI

---

Gentil nasceu em 1º de maio de 1909, no Bairro Pedrão, zona rural do município de Pedralva (MG). Era filho de Felicidade Fernandes e Paulo Valério Fernandes, Alferes de Cavalaria, que morreu deixando o filho caçula ainda pequeno.

O Jornal O Mariense, nº 95, de abril de 2017, em sua sessão ‘Memórias’, narra a partir de depoimento de Lourdinha Torres, com complemento de Eugenio de Souza Cardoso, redator do jornal, que Gentil estudou no Seminário de Pouso Alegre, fazendo seus primeiros estu-

dos, tendo sido colega de D. Marcos Barbosa. Começou a trabalhar ainda rapaz no Banco Itajubá, nos cargos mais simples. Muito correto e dedicado, foi subindo de cargo, chegando a gerente da agência. Gerenciou também o Banco da Lavoura, onde aposentou depois de 34 anos de serviço. Vicentino fervoroso, trabalhou com sua esposa, Dona Angelina, nas Festas de Agosto para angariar subsistência aos mais necessitados e à manutenção do asilo São Vicente de Paulo, hoje Lar da Providência. Bom administrador, trabalhou como voluntário na administração do Hospital Ferraz e Torres, juntamente com Dona Angelina. Ela, descendente dos Carnevalli, foi a primeira provedora à época da Fundação do Hospital, abastecendo-o com alimentos, roupas de banho e de cama.

O casal teve três filhos: Vilma, casada com Gilberto Anacleto de Oliveira; Lourdinha, casada com Rogério Torres; e Mauro. Participavam das decisões que envolviam negócios e festividades do município, sempre disponíveis e alegres ao servir. Sr. Gentil possuía uma “voz de tenor” e cantava no coral da Igreja Matriz, fazendo duetos com sua filha Vilma e outros integrantes do grupo.



*Gentil e Angelina Carnevalli.*

#### A COLÔNIA JAPONESA E SEUS DESCENDENTES

---

As primeiras fotos da colônia japonesa, postadas no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos, na rede social Facebook, datam de 1938, quando alguns de seus descendentes foram batizados sob a coordenação do Cônego João Aristides, embora dos textos que se seguem, com depoimentos de várias famílias japonesas aqui residentes, colhidas pela professora Lourdes Ossako Inouê, demonstram que os nipo-brasi-

leiros já residiam nas imediações de Maria da Fé muitos anos atrás.

A presença dos imigrantes japoneses foi fundamental para o desenvolvimento da economia mariense, graças a técnica que herdaram de seus ancestrais e a dedicação ao trabalho, mesmo sob circunstâncias difíceis de adaptação cultural, religiosa e linguística.

*“Muitos imigrantes sofreram de enjojo. Felizmente, Haru não teve tanto problema, mas havia adultos sadios que padeciam de enjojo e muitos não conseguiam sair de suas camas por muitos dias. Devido aos enjojos violentos alguns não conseguiam se alimentar e acabavam morrendo de fraqueza. Quando alguém morria a bordo, não só de enjojo, mas devido à doença grave, era sepultado no mar. Sem chegar no Brasil, seu destino final, e nem podendo retornar ao Japão, o corpo era lançado num ponto qualquer do mar desconhecido. Qual não terá sido a sua solidão! (HASHIDA, Sugako. Haru e Natsu - As cartas que não chegaram. Kaleidos-Primus: São Paulo, 2005, p.69).*



**Banquete oferecido às autoridades, após o batizado dos japoneses, em 1938. Na mesa principal, ao centro: Prefeito José Zaroni, Cônego João Aristides, Zeca Barbosa (gerente do Banco de Itajubá) e Ítalo Venturelli. Além de outras autoridades e padrinhos dos recém-batizados. Acervo do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, onde as festas religiosas e culturais eram realizadas à época.**

“Esta foto, datada de 1947, portanto, logo após a 2ª Guerra Mundial - de 1939 a 1945, nos revela um grupo de refugiados japoneses fugindo de uma terrível situação pós-guerra. Provavelmente haviam perdido seus bens e buscavam uma nova vida em uma terra longínqua. Mal chegaram aqui, se viram despojados de outro de seus bens culturais: a religião, pois se viram forçados a se deixarem catequizar, como um passaporte de integração à nova sociedade. Adotaram formalmente a nova religião imposta, mas, contavam os vizinhos de suas casas na Fazenda Pomária, que eles mantiveram seus altares budistas consagrados aos antepassados. Isto sempre me incomodou muito, e quando falo aos alunos de xenofobia, etnocentrismo, imposições religiosas e conflitos raciais, não posso deixar de me lembrar deste fato. De outro lado, a igreja e os católicos locais faziam a catequização dos pagãos, com a melhor das intenções. Por Mari Léa Zaroni.



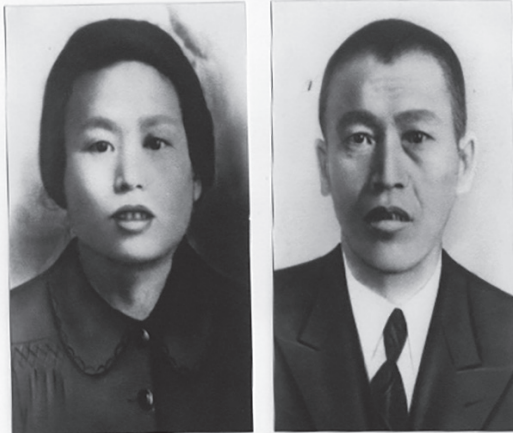
**Cônego João Aristides, à esquerda, e famílias japonesas com padrinhos e madrinhas dos batizados. Dentre eles, as autoridades: Domingos Tótora, Juca da Farmácia, Ítalo Venturilli, Luizinho Almeida, Onofre Prince, João Antena, Alfredo Gaspar Guimarães e outros. Foto de 04-08-1947. Acervo de Dionísio Santos, publicada por José Donato da Silva em homenagem aos amigos nipo-brasileiros de Maria da Fé: Luizinho, Toninho e Paulinho Kobayashi. Grupo Maria da Fé Antiga – Facebook – 2012.**



*Recepção à colônia japonesa. À esquerda, o Pároco João Aristides e à direita, em pé, Nelson Suzuki (líder do culto japonês), discursando. Acervo de Elvira Almeida.*

### A IMIGRAÇÃO JAPONESA EM MARIA DA FÉ (TUDO COMEÇOU COM ELES)

Em depoimento repleto de saudades, Lourdes Ossako Inouê, conta que seus avós, o casal Ichinosuke Kobayashi e Koyuki Kobayashi deixou o Japão e veio para o Brasil à procura de uma vida melhor, com o objetivo de retornar à terra natal. Com eles vieram cinco filhos do casal: Yoshino, mãe da depoente, João, Sofia, Luís e Paulo. No Brasil, tiveram mais dois filhos: Antônio e Isaura. Foram enviados para o Estado de São Paulo, na região de Mogiana, onde trabalharam em lavouras de café, arroz, algodão. Infelizmente não conseguiram realizar o sonho de voltar para o Japão, pois faleceram alguns anos depois. Resta hoje apenas a filha caçula que mora em Passa Quatro (MG).



*Ichinosuke Kobayashi e Koyuki Kobayashi.  
Acervo de Lourdes Ossako Inouê.*

## ANTÔNIO KOBAYASHI

---

Antônio Kobayashi nasceu em Ituverava, estado de São Paulo, no dia 05 de novembro de 1932. Veio para Maria da Fé em 1947. Casou-se com Mariana Toshiko Ishizuka, em 1958. Tiveram quatro filhos: Sônia Maria, Antônio Carlos, Luiz Carlos e Silvana, casada com Braz Aparecido Ferreira. Antônio era membro da Sociedade São Vicente de Paulo e trabalhou para as obras de caridade e da Igreja. Foi exemplo de doação aos mais pobres e necessitados. Muito religioso, não deixava de frequentar as festas religiosas e as cerimônias da Semana Santa. Foi incansável colaborador das festas de agosto e de Santo Expedito. Faleceu em 05 de dezembro de 2008.

## FUGIO KOBAYASHI

---

Fugio Kobayashi nasceu em Kioto, Japão, em 28 de outubro de 1922. Veio para o Brasil com aproximadamente cinco anos de idade. Casou-se com Matsumi Fukuoka, mais conhecida como Dona Aparecida, e tiveram seis filhos: Bernadete Fujiko, casada com Carlos Massao Takayama (tem três filhos e quatro netos); Osvaldo Kobayashi, casado com Carmem Lúcia de Souza (tem três filhos); Ademir Kobayashi, casado com Adriana Mônica (tem um filho); Julinho Kobayashi, casado com Rosângela de Fátima dos Santos; Nelson Kobayashi, que atualmente reside no Japão; e Luiz Carlos Kobayashi, casado com Rogéria Rodrigues de Souza (tem um filho).



*Famílias de João Kobayashi  
e Luiz Kobayashi.  
Acervo de Lourdes Ossako Inouê.*

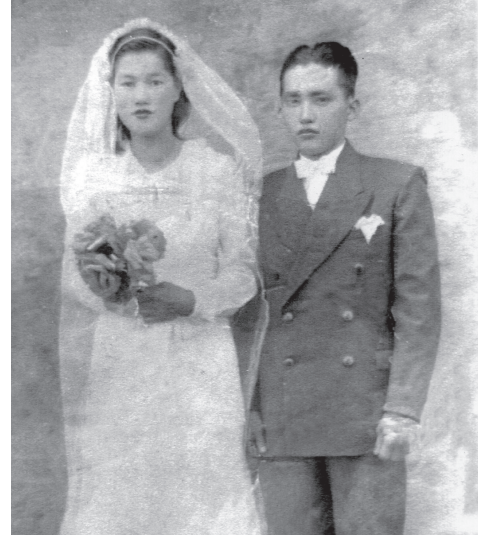


## FAMÍLIA INOUÊ

---

O chefe da família Inouê, Pedro Inouê, nasceu na cidade de Conquista (MG), em 15 de agosto de 1915. Seus pais, Zempati Inouê e Suga Inouê, vieram do Japão. Sua esposa, Yoshino Kobayashi (1919-2003) era natural de Kyoto, Japão. Veio, aproximadamente com 8 anos, para o Brasil, com seus pais e irmãos. Inicialmente, ficaram no estado de São Paulo, na região de Mogiana, trabalhando na lavoura de café. Aos 22 anos casou-se e a família continuou no Estado de São Paulo, trabalhando com arroz, algodão, e outras lavouras. Yoshino foi uma mulher exemplar, batalhadora e guerreira. Perdeu o marido muito nova, quando a filha caçula tinha apenas cinco anos de idade. Há mais de 60 anos a família reside em Maria da Fé, onde se dedicou às culturas de tomate, cenoura e batata, sempre trabalhando na lavoura.

Pedro Inouê faleceu em 06 de janeiro de 1966 e deixou oito filhos: Leonora Hiroco Yukawa, casada com Yutaka Yukawa, atualmente reside em Itatiaiuçu - MG (tem cinco filhos e dez netos); Maria Hideko Wakabayashi, casada com Hiroyuki Wakabayashi, reside em Maria da Fé - MG (tem cinco filhos e dez netos); Mário Inohue, falecido recentemente, casado com Helena Ferreira, reside em Maria da Fé (tem duas filhas, Yukiko e Helena Yukie, e quatro netos); Julia Massae Tamekuni, casada com Katsunori Tamekuni (falecido), reside em Contagem - MG (tem três filhos e cinco netos); Maria Alice Yoshie Kamimura, casada com José Kamimura, reside em Itajubá - MG (tem três filhos e cinco netos); Lourdes Osaka Inouê, professora aposentada, reside em Maria da Fé; Sergino Inouê, casado com Eliza Michiko Watanabe, reside em São Bernardo do Campo - SP (tem dois filhos e uma neta); Ide Aparecida Inouê Valério, casada com Paulo Valério Filho, reside em Cristina - MG, no bairro Lambari (tem três filhos e um neto).



**Casamento de Pedro  
e Yoshino Inouê.  
Acervo da família.**

Lourdes Ossako Inouê complementa que seus avós, quando chegaram ao Brasil, estranharam muito a comida (dava enjojo), a língua (incompreensível para eles) e o clima muito quente. O trabalho também era duro, numa época onde os direitos dos trabalhadores não eram respeitados. Os gastos com alimentos e remédios da família eram sempre descontados no pouco salário que recebiam dos patrões e não sobrava quase nada. Seus pais se estabeleceram primeiramente na Fazenda Santa Tereza, perto de Franca, no Estado de São Paulo, antes de vir para Maria da Fé. Hoje em dia, muitas famílias japonesas conservam alguns costumes dos seus ancestrais como ter um pequeno altar em casa, onde colocam fotos dos familiares já falecidos e lhes oferecem água, comida e orações. Outra prática é de levar, em velórios, um envelope com contribuição em dinheiro para os familiares do morto, que visa ajudar nas despesas dos funerais e significa solidariedade diante da perda. Para Sakô, como Lourdes é mais conhecida, as crianças e os jovens de origem japonesa se adaptaram bem aos costumes brasileiros. Ela conta que sua mãe partici-



**Lourdes Ossako Inouê**

cipava dos bailes da colônia japonesa. Que ela se casou com seu pai através de “miyai”, ou seja, casamento acordado entre os pais dos noivos, mas possuía muitas amizades brasileiras. Segundo ela, os japoneses gostam de reunir os familiares em pequenos banquetes de comida típica do Japão, principalmente para comemorar o Ano Novo.

Lourdes Ossako Inouê nasceu em 30 de dezembro de 1955, em Guaíra (SP). É professora aposentada, que estudou com muita dificuldade, pois seu pai faleceu quando tinha apenas 10 anos de idade. Conseguiu ingressar na Faculdade de Letras da FEPI, em

Itajubá, e lá conseguiu sua licenciatura em Português e Inglês. Fez também uma especialização em Metodologia do Ensino na Faculdade Prof. José A. Vieira de Machado e vários outros cursos. Em Maria da Fé lecionou em várias escolas, sendo uma professora muito querida por todos os seus alunos. Foi também vice-diretora e diretora da Escola Municipal Arlindo Zaroni e da Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes. Desenvolveu vários projetos, como Noite do Livro, Noite da Poesia, Semana do Livro, Olimpíada de Língua Portuguesa, Concurso de Redação do Senado, Criação do Jornal Escolar e Informativo dos 100 anos de Maria da Fé. Foi atuante colaboradora nas festividades das escolas por onde passou e nas Festas da Associação Nipo-brasileira, Festas Juninas, Festa de Agosto e Festa de Santo Expedito. Por todo o seu trabalho em prol da comunidade mariense foi agraciada com o Mérito Legislativo da Câmara Municipal de Maria da Fé. Desenvolveu excelente trabalho como catequista e Ministra da Eucaristia, e trabalhou nos movimentos em prol dos mais necessitados, como a coordenação do Cursinho Pré-vestibular do Pe. Luiz César e professora do FEVEST.com, para preparação de alunos. Colaborou também na consultoria de língua portuguesa do Jornal Horizonte Mariense, de Walter Alvarenga. Em 2021 foi agraciada na Câmara Municipal com a Comenda Maria da Fé.

#### FAMÍLIA FUKUOKA

---

Na década de 30 a família Furuoka mudou-se de Ituverava, estado de São Paulo, para Maria da Fé, onde permaneceu por cerca de dez anos, até mudarem, na década de 40, para Passo Quatro, no interior do estado de São Paulo. Aqui, Matsumi Fukuoka ou Dona Aparecida, como é mais conhecida casou-se com Fugio Kobayashi e constituíram família.



*Família Furuoka. Acervo de Lourdes O. Inouê*



*Plantação de cenoura no bairro Trigal, pela família Fukuoka, em Maria da Fé.  
Acervo de Lourdes O. Inouê.*



*Lavouras de arroz, algodão e café pela família Fukuoka, no Estado de São Paulo. O pai de Lourdes é o 3º à esquerda e as três crianças são Leonora, Maria e Mário Inouê. Acervo de Lourdes O. Inouê.*

## MAKOTO WAKABAYASHI

Filho de Toyota Wakabayashi e Shoichi Wakabayashi, Makoto Wakabayashi nasceu em 14 de julho de 1934, em Okayama, no Japão. Veio para o Brasil com seus irmãos Teruko Hirai, Hiroyuki Wakabayashi e Shoichi Wakabayashi. Casou-se com Olga Mutsumi Yocikay Wakabayashi e tiveram os filhos Mayumi Wakabayashi Gozzi, Kengo Wakabayashi, Maki Wakabayashi, Shinji Wakabayashi e Koji Wakabayashi. Makoto trabalhou como lavrador durante muitos anos em Maria da Fé.



*Makoto Wakabayashi com Maria Rita Sales Marchetti na cerimônia em comemoração aos 80 anos da imigração japonesa em Maria da Fé, no ano de 1988.*



*Toyota Wakabayashi (Vovô Japonês) e seu inseparável cachorrinho. Acervo de Rita de Cássia Silva e Souza.*

## FAMÍLIA YAZAWA

---

Shirley Yazawa conta que a família Yazawa veio para o Brasil em 1927, para a região do Estado de São Paulo chamada Mirandópolis. Lá fundaram a Colônia Aliança II. Na década de 40, o Patriarca da família teve malária e, apesar de ter feito o tratamento oferecido na época, ainda continuou sentindo certos incômodos da doença. A princípio ele pensou tratar-se de uma dor no estômago, porque sua mãe falecera desse mal. Ouviu de um amigo que na cidade de Itajubá haviam bons médicos e, como sabia que em Maria da Fé moravam alguns japoneses, veio conhecer os seus conterrâneos. Logo se encantou com a cidade, com as águas deliciosas e com o clima mais fresco. Então seu bisavô, que era técnico em sementes no Japão, resolveu comprar uma chácara e começou a plantar árvores frutíferas como peras e maçãs. Mas sua doença progrediu e ele veio a falecer em 1943. Nesse período, de 1942 a 1945, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Japão por causa da 2ª Guerra Mundial (os japoneses eram do bloco a favor dos alemães). Como consequência, havia muita perseguição aos japoneses que imigraram para os países Aliados. Muitos foram presos, como seu bisavô por terem em suas residências, livros e objetos de uma cultura que julgavam ser subversiva para a época.



*Família Yazawa. Acervo da família.*

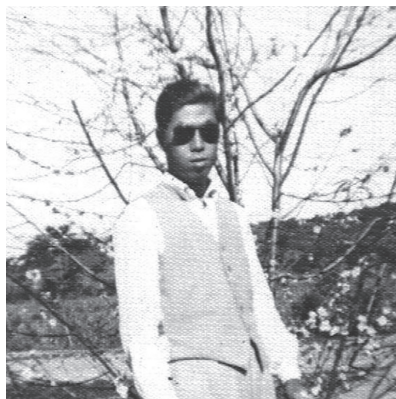
“Meu bisavô participou de vários pioneirismos. No livro da imigração, de 1948, tem um depoimento dele, demonstrando que foi o pioneiro no processamento da hortelã para as fábricas de medicamentos e de balas de hortelã. A família não conseguiu se enriquecer com esse pioneirismo, quem ficou rico, na realidade, foram aqueles para quem meu bisavô ensinou a técnica. Na produção de frutas, eles plantaram muitas maçãs, peras, uvas (essas pretinhas que são para vinho). Nas plantações de legumes, como os tomates, eles usaram a técnica de medir o PH da terra. Compravam muito cal para neutralizar a acidez e torná-lo mais adocicado. Vendiam para outras cidades, iam de trem até São Lourenço e lá conseguiam um preço melhor. Também investiram no milho e nas verduras em geral. Em 1954 ou 1955, a avó Tamae (Vanda) casa-se com meu avô Hideo, ou Amadeu, como ficou conhecido. Foi um casamento pelo sistema japonês, chamado “Miyai”, onde algum conhecido das duas famílias apresenta a garota ao rapaz e ambos marcam alguns encontros para ver se pode dar certo. É um costume muito usado nas colônias japonesas. Por essa época a família já estava mais dividida, porque minha mãe Chiyoko foi estudar em São Paulo, num internato para moças, de onde ela só retornou por ocasião do falecimento do pai, em 1943, para ajudar na lavoura”. Do casamento de Tamae, na época com 18 anos de idade, e Hideo vieram os filhos Edson Kiyoshide, Wilson Katsumi, Licom Mitsuo, Américo Yoshio, Hilton Etsuo e Silvana Miyuki.



**Bisavós paternos de Shirley Yazawa, tios e primos.  
Acervo da família.**



**Seisaku Yazawa, bisavô paterno de Shirley Yazawa, na lavoura de tomate. Acervo da família.**



***Hideo Yazawa (Amadeu), em Maria da Fé, no ano de 1945. Ainda solteiro, perto de sua casa. “Hideo era meu amigo em meados dos anos 40. Dizia ser plantador de menta, nunca visitei sua plantação. Seu irmão Getúlio estudou em Itajubá e morava na mesma República que eu, o meu irmão Walter, o Zezinho Tótora e outros estudantes ligados a Maria da Fé.” Acervo de Emmanuel Peralta. Sobre a foto, Manoel Targino Guedes comentou: “Foi também meu grande amigo. Trabalhei com ele de caminhoneiro e tive a prazer de ir buscar o caminhão Chevrolet 1947 zero km, chamado de ‘boca sapo.’”***

## FAMÍLIA TOMITA

“Sueto Tomita nasceu em Gália, estado de São Paulo. E eu, Emiko, nasci no Japão. Morávamos na cidade de Salesópolis, onde nos conhecemos e casamos. Ele trabalhava na Cooperativa Agrícola de Itapeti e lhe ofereceram para cuidar da filial em Maria da Fé, e mesmo sem saber onde ficava, viemos para cá e construímos nossa família. Depois de alguns anos, seu irmão Kazuo Tomita e sua família vieram para Maria da Fé, mas ficaram pouco tempo. Com a falência da matriz, consequentemente a filial de Maria de Fé teve que encerrar suas atividades. Trabalhou como produtor de sementes de batata. Depois de tantas lutas deixou o trabalho na roça e foi junto com os filhos para o Japão, em 1993. Ficando lá por três anos, passados cinco meses de seu regresso, foi embora para sempre. Foi um bom marido, pai e avô amoroso e deixou muitos amigos marienses. Mesmo após 24 anos da sua partida muitas pessoas contam boas histórias dele que desconhecíamos. Somos gratos à Maria da Fé por nos acolher tão bem”. (Depoimento de Lia Kaori Tomita Silva, esposa de Sueto Tomita)





*Sueto Tomita na época da grande produção de cenouras, tomate e batatas em Maria da Fé - década de 70-80. Acervo da família.*



ALFREDO GASPAR GUIMARÃES

Depoimento de Maria Filó sobre o avô dela, o Senhor Alfredo Gaspar Guimarães, ilustre morador de Maria da Fé e que foi Prefeito Municipal em 1939:

“ \_ Pensei no meu avô paterno, Alfredo Gaspar Guimarães. Não o conheci e, infelizmente, sei pouco da sua história. Carioca, deixou o Rio de Janeiro para trabalhar em Brasópolis. Lá, conheceu minha vó Menina, telefonista na cidade. Saber que ela trabalhava naquela época me enche de orgulho. Admiro mulheres que ousaram numa época em que a mulher, pouco ou quase nada podia fazer. Mudou-se para Maria da Fé, para trabalhar na empresa da Família do Sr. Arlindo Zaroni. De vanguarda, meu avô, trouxe consigo além dos hábitos cariocas, o gosto pela equitação com sua égua Laura, o tênis que ele exercitava e os bailes. Lembro que havia uma foto do Clube de Maria da Fé. E isso é tudo o que sei. Se alguém souber mais da sua história, por favor compartilhe! Muito obrigada.”



**Alfredo Gaspar Guimarães e Padre João de Carvalho, no final da década de 40. Ao fundo: Ítalo Venturelli e Dionísio dos Santos. Acervo de Júlio Cesar Guedes no Grupo Maria da Fé Antiga, Facebook, 2013.**

## BENEDITO EVARISTO FERREIRA

“Para sustentar seus filhos, Benedito Evaristo Ferreira trabalhou como porteiro da Escola Arlindo Zaroni por 35 anos - além de muitos outros serviços que prestava aos professores e alunos. Era funcionário público estadual. Dito Evaristo era bastante conhecido em Maria da Fé, passava pela

cidade montado em sua bicicleta recolhendo alimentos para a sopa da escola - naquele tempo não havia o envio da merenda escolar pelo governo, então a população colaborava. Semanalmente ele buscava batatas nos armazéns, legumes no mercado municipal, tomates na fábrica de massas, farinha e fubá nas fecculárias, pão amanhecido nas padarias, macarrão partido na Cooperativa e ossos nos açougues, para a dona Laudelina colocar na sopa. A bicicleta fazia parte da vida de seu Dito, não se separava dela. Apesar de ser franzino, tinha grande resistência física, viajava pedalando pela região, aos finais de semana, até se arriscava pela Rodovia Fernão Dias para visitar seus filhos e netos que moravam distantes dele. Além de seu trabalho na escola, Seu Dito era barbeiro, consertava guarda-chuva e sombrinhas, roçava pastos e descobrimos que ele também foi tropeiro. Primeiramente ele trabalhava na Usina do Pedrão, onde ele perdeu seu polegar esquerdo, acidentalmente. Foi tropeiro de José Olímpio Pereira e da Cerâmica Zaroni, transportando lenha. Foi grande amigo de seu Tertuliano, outro tropeiro que residia no bairro Canudos, como ele”.

(Fragmentos de Mari Léa Zaroni, quando coordenava o Projeto “Agente Jovem” em Maria da Fé, com o título História de Vida - Dito Evaristo).



**Benedito Evaristo Ferreira. Casado três vezes, constituiu família numerosa, da qual destacamos os filhos: Benedito Evaristo Filho, ex-vereador e o contador Márcio Ferreira; e os funcionários da Prefeitura Municipal Eduardo e Evanildo Ferreira.**

## ANTONIO AGUIAR

---

Antônio Aguiar trabalhou durante muitos anos na Coletoria Federal de Maria da Fé, juntamente com Maria José Ribeiro. Casou-se com Arlete, professora dedicada, que lecionou nas escolas Arlindo Zaroni e Padre Pivato. Era pai de Adilson e das gêmeas Adailza e Anete, jovens que frequentaram nossa sociedade nos anos 50 e 60, antes de se mudarem para Belo Horizonte. Família muito estimada, o Sr. Antônio Aguiar, além de redator do Jornal Mariense, era grande incentivador do esporte em nossa cidade, se destacando como treinador.



*Sr. Antônio Aguiar com o time de basquete formado por José Emílio, José Márcio, Alemão, Pedrinho, Zé Maria Barbosa, Lalau e Alaor Gonçalves, em 1957. Acervo de Maria Magda Ribeiro.*

“Meus Amigos Marienses, estou convidando vocês a fazerem uma viagem ao passado, passeando lá pro Campo de Semente, Canudos, Turquia, Goiabal, Pico da Bandeira, Véu de Noiva. Passear de trem ou no helicóptero de JOSÉ CLÁUDIO. Lá vamos nós, ainda é muito cedo, mas o JOÃO BOLÃO já está entregando Gás, O Sr. JOÃO FISCAL já abriu o parquinho, TIÃO BAIANO tá com a barbearia aberta. O LAZARO GUARDA CHAVE está na estação, o REMENDÃO tá na praça, ZÉ FAISCA acaba de chegar no jardim com sua mala e já está por lá com o ZÉ DONATO e ARLINDO ensinando a turma a engraxar e tocar sambinha com o pano. O MACUCO vai dar carona para D’ CASTORINHA trazer ao mundo mais um mariense. Sr. ROSEMIRO vai levar o filho FUMINHO para o ensaio da banda. O ZE RAIMUNDO é o do bar e RAIMUNDO é da Sorveteria, quem diz é o TRAMELA. ZÉ LOUCO tá lá na praça esperando o BICUDO pra ir pra Itajubá. DITO BOMBEIRO tá lá no açougue do HORÁRIO conversando com o MURUNDUM e JOSÉ GASOLINA tá de papo com a MUDINHA e o DITINHO, que já vai sair para catar lata. JOSÉ GROTTINHA ainda cuida do jardim. O VITOR HUGO já se preocupa com a chegada do tênis pois só sabe consertar sapato. Todos agora em frente à igreja com o Padre Juca, que tiveram a última visão de Maria da Fé, com a companhia do JOÃO BOLÃO que esperava por eles lá nos Canudos, naquele morro grande onde todos repousam em paz depois de terem as suas missões cumpridas.

(J. C. Valério, que morou com sua família no Campo de Semente e atualmente mora em Carmo de Minas, no Grupo Maria da Fé Antiga, em janeiro de 2016).



# TEXTOS COMPLEMENTARES

---

A DÉCADA DE 60

**O**s anos de 1960 ficaram conhecidos pelos excessos, pela situação de liberdade dos jovens e pela certeza de que era possível mudar o mundo. Foram marcados pelo final do governo Juscelino Kubistchek e a inauguração de Brasília, a nova Capital Federal do país.

O Brasil vivia a sua fase mais jovem, visto que a maioria da população tinha aproximadamente 20 anos. O mundo se apresentava de forma revolucionária e inconformada, onde eram vistas manifestações a favor de mudanças e de mais solidariedade. Países coloniais foram sacudidos por guerras de libertação, entre elas o Movimento pelos Direitos Civis, que pedia pela dignidade dos negros norte-americanos.

Por outro lado ocorria a Guerra Fria, sendo este um período de disputas entre os Estados Unidos e a já extinta União Soviética (URSS). O soviético Yúri Gágarin entrou para a história, em 1961, por ser o primeiro homem a ir para o espaço, marcando narrativa da civilização também por romper até mesmo o espaço e mostrando o anseio da sociedade em ir mais além. E não levou muito tempo e, em 1969, os nortes americanos conseguem enviar o primeiro homem à lua, o cosmonauta norte americano Neil Armstrong, junto com a missão Apollo 11.

Este foi um marco pela disputa espacial entre EUA e URSS. Um período de experiências com drogas lícitas e ilícitas, a presença de protestos pelos jovens contra o endurecimento dos governos, o surgimento do feminismo e de movimentos civis a favor dos homossexuais e negros. Os hippies foi um dos movimentos comportamentais mais intensos e que marcaram história com protestos contra a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria.

*Disponível:memóriasdaditadura.org.br*

## A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Não é difícil entender porque o período de 1960 a 1985 é obscuro e incompreensível para muitos cidadãos do século XXI, que podem exercer o direito de falar e escrever na imprensa e na mídia, sem sofrer censuras ou colocar em risco a sua liberdade de expressão. Os historia-



dores, professores e estudiosos do período denunciavam uma exaltação aos feitos militares, que repercutiu até hoje na gestão das escolas, nos livros escolares e na ausência de uma história e uma geografia crítica, colocando em dúvida a autenticidade de muitos fatos. Segundo Ana Barreira, “O ensino de História e Geografia foi profundamente marcado pelo patrulhamento oficial. Não se ensinava sobre história contemporânea do Brasil ou do mundo, mas se sabia tudo sobre Egito e Roma antigos. Ensinava-se tudo sobre a época do descobrimento do Brasil e do Império, mas a República não passava do Marechal Deodoro da Fonseca. Em geografia só se aprendia sobre relevo e as diferentes paisagens, nada sobre geopolítica”. As disciplinas de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Moral e Cívica eram obrigatórias na formação do estudante.

*BARREIRA, Ana. Entrevista para a Agência UVA: A realidade do estudante na Ditadura Militar e o reflexo na educação. Disponível: <https://agenciauva.net/2018/07/04/a-realidade-do-estudante-na-ditadura-militar-e-o-reflexo-na-educacao/> Acesso ago/2020. Reportagem de Thaissa Calçada.*

Em 1950, quase metade da população brasileira com 15 anos de idade era analfabeta, ou seja, autodeclarada incapaz de ler e escrever “pelo menos um bilhete simples”. Em uma sociedade de fortes desigualdades econômicas e regionais, os índices eram maiores entre os mais pobres, nas regiões Norte e Nordeste, e na zona rural, onde viviam cerca de 60% dos brasileiros. Entre os estudantes, a evasão escolar também era altíssima: apenas 15% dos matriculados na 1ª série conseguiam concluir o curso primário, às vezes depois de muitas repetências. Ao final dos anos 1950, metade das crianças em idade escolar estava fora do sistema. Ainda que a função do ensino primário fosse a simples alfabetização, ele não cumpria o seu objetivo. Ao mesmo tempo, a escola secundária pública era moldada aos interesses das elites dirigentes do país, com difíceis exames de seleção. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (aprovada em 1942) tinha seu currículo voltado para a formação moral, ao domínio da linguagem e à eloquência, habilidades tidas como necessárias ao administrador público e ao legislador. Era uma etapa da escolarização voltada aos grupos sociais privilegiados. Seu caráter elitista era evidente nos mecanismos de seleção: para o ingresso no secundário era preciso

passar pelo “exame de admissão”, particularmente exigente na escola pública, pois as vagas eram escassas e concorridas. Ao final de cada um dos ciclos, “ginásial” (atual Ensino Fundamental II) e “Colegial” (atual ensino médio), os adolescentes eram submetidos ao “exame de licença”, criado para garantir o padrão nacional dos aprovados. Cursar algum ramo do ensino técnico (comercial, industrial ou agrícola) ou ainda cursar o ensino normal (para carreira de professor primário) não permitia o ingresso no colegial. Este, por sua vez, era a única porta de entrada ao ensino superior. Assim, formou-se um sistema de ensino que se afinava, dando acesso restrito às elites aos graus superiores.

*Disponível:* <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/historia-dos-anos-60/53650>

Antes de 1961, o sistema de ensino brasileiro se compunha de três níveis: primário, médio e superior. O ensino primário era alfabetizador e dividia-se em “fundamental”, para crianças de 7 a 12 anos, e “supletivo”, para jovens e adultos. A Lei Orgânica do Ensino Primário (1946) determinava sua obrigatoriedade e gratuidade. Entretanto, essa determinação não era cumprida, devido ao número insuficiente de escolas, à deficiência do ensino e à pobreza da população brasileira. Sem condições de vestir e alimentar seus filhos e não podendo prescindir do trabalho dos jovens para complementar a renda, muitas famílias não conseguiam evitar a evasão escolar. Esse quadro era agravado pela carência de professores bem formados para fazer cumprir a lei: somente metade dos professores em exercício nas escolas públicas possuía diploma de ensino superior, além de serem muito mal remunerados. Na zona rural, estes “leigos” eram maioria. O ensino médio era bem diferente do ciclo que hoje chamamos com este nome. Era dividido em dois ramos: o “ensino secundário”, composto por ginásial, de 12 a 15 anos, e colegial, de 15 a 18 anos; e o “ensino técnico-profissionalizante”, que poderia ser industrial, agrícola, comercial ou normal (este último para formar professores). Enquanto o secundário era destinado à formação das elites dirigentes e preparação para o ensino superior, o ensino técnico era voltado às classes populares e tinha caráter terminal: o diploma não permitia o acesso às universidades. Por fim, havia o ensino superior. Naquela época, as universidades

podiam ser formadas pela junção de três faculdades, de Direito, Engenharia e Medicina, sendo que uma destas poderia ser substituída por Educação, Ciências e Letras. As universidades eram muito restritas aos estudantes ricos, que tinham passado pelo ensino secundário.”

*Disponível: memóriasdaditadura.org.br*

Na década de 60, educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros e Florestan Fernandes, entre outros, se organizaram para defender a escola pública, gratuita e laica, como fator indispensável para a construção de uma sociedade democrática e a diversidade a base principal da universidade popular. Em 1961, a publicação da LDB 4.024/61 declarou a educação como direito do cidadão, mas não assumiu o compromisso de provê-la a todos. Além disso, os avanços apresentados pelos educadores foram ignorados, assim como as pautas dos estudantes para a reforma do ensino superior, o que consagrou os interesses privatistas e levou, em 1964, ao aumento dos protestos estudantis na Revolução Civil-Militar de 1964.

*Disponível: memóriasdaditadura.org.br*

É consenso entre os pesquisadores do tema, que nos anos seguintes, o regime militar apoiou-se basicamente na Lei nº 5.540/68 e na Lei nº 5.692/71. Segundo Shiroma et al (2004), as reformas do ensino dos anos de 1960 e 1970 defenderam uma educação para formação do capital humano, que expressavam um vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país. Apesar da Lei nº 5.692/71 ter apresentado algumas vantagens aparentes (extensão da obrigatoriedade do 1º grau, profissionalização a nível médio para todos, continuidade do sistema educacional - do primário ao superior, cooperação das empresas na educação), adotou-se um sistema educacional que visava se adequar a um modelo econômico dependente, imposto pela política econômica

norte-americana, através dos acordos MEC-USAID. Como esses Conselhos planejavam formas de desenvolver um ensino numa perspectiva mercadológica, iniciou-se um enorme processo de privatização do ensino, a partir dos moldes do sistema empresarial, onde a eficiência e a produtividade se sobrepuseram aos valores pedagógicos; ou seja, o ensino deveria estar adaptado a mentalidade empresarial tecnocrática.

*(Giron, Graziela Rosseto - Portal Educação).*

A partir desse marco histórico, as faculdades particulares se multiplicaram em relação às escolas públicas, dando continuidade ao processo de elitização do ensino e às dificuldades do aluno da classe popular de ter acesso à educação superior.

*(Disponível: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/reflexoes-sobre-a-historia-das-politicas-educacionais>)*

#### A CONSTITUIÇÃO DE 1967<sup>1</sup>

---

Em 1966, o governo publicou um projeto de Constituição escrito pelo Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, e pelos juristas Francisco Campos, Levi Carneiro, Temístocles Cavalcanti e Orozimbo Nonato. No entanto, diante do protesto feito pelo MDB (oposição) e pela Arena, o governo reabre e convoca o Congresso para discutir e votar a nova Magna Carta, entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967. O texto final seria aprovado sem muitas modificações pelos deputados e senadores. Como esta Constituição não foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, muitos autores afirmam que ela foi outorgada. Porém outros estudiosos afirmam que a aprovação por parte do Congresso Nacional já bastaria para caracterizá-la como promulgada.

Características da Constituição de 1967:

Dentro da lógica da Guerra Fria, o texto constitucional privilegiava

---

<sup>1</sup> BEZERRA, Juliana. A Constituição de 1967. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/constituicao-de-1967/> Acesso em out/2021.

temas como a segurança nacional, o aumento dos poderes da União e do presidente da República. Também incorporava a redução da autonomia individual e a suspensão dos direitos e garantias constitucionais por parte do Estado. Manteve a República como forma de governo e Brasília continuou a ser a capital federal.

Embora tenha mantido a separação dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - o poder de decisão estava concentrado no Poder Executivo. Também foram incorporados o Ato Institucional nº1, nº2 e nº3 que haviam regido o país até aquele momento.

Desta maneira, os principais pontos da Carta Magna de 1967 eram:

- *O presidente era eleito de forma indireta, por um Colégio Eleitoral, em sessão pública, para um mandato de quatro anos;*
- *Cassação e suspensão de direitos políticos pelo Poder Executivo;*
- *Estabelecia o bipartidarismo;*
- *Determinava eleições indiretas para governadores e prefeitos;*
- *Instituiu a pena de morte para crimes contra a segurança nacional;*
- *Restringia o direito de greve;*
- *Aumentava a Justiça Militar, estendendo o foro especial a civis;*
- *Mais tarde, em 1968, foi incorporado o AI-5 que determinava o fechamento do Congresso por parte do Poder Executivo; a censura prévia aos meios de comunicação; intervenção militar em estados e municípios; suspensão de direitos civis e políticos dos cidadãos que cometiam crimes contra a Segurança Nacional.*

A Constituição de 1967 foi revogada quando o governo militar terminou. Em 1986 foram eleitos os deputados que formaram a Assembleia Constituinte e formularam a nova Carta Magna de acordo com o novo regime democrático restaurado.

#### A EMENDA CONSTITUCIONAL DE 1969<sup>2</sup>

Em 17 de outubro de 1969, auge do regime militar brasileiro, a Constituição de 1967 recebe uma nova redação através da Emenda Constitucional nº 1. Tal emenda, decretada pela Junta Militar que no

<sup>2</sup> SANTIAGO, Emerson. Emenda Constitucional de 1969. Disponível: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/constituicao-de-1967-emc-n%C2%BA-01-69/>

momento governava o Brasil (composta por Augusto Hamann Radermaker Grünwald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello, ministros da marinha, exército e aeronáutica, respectivamente) mudou substancialmente a redação da esmagadora maioria dos dispositivos da Constituição de 1967 para adequá-los às medidas de exceção que o governo vinha decretando, dando assim um ar de legalidade a todo aquele cenário de perseguição, censura e repressão promovido pelo regime, com destaque para os infames Atos Institucionais. Por esse motivo, sempre há uma certa dúvida acerca da natureza da medida promulgada pelos militares em 1969: seria a Emenda nº 1, na verdade, uma constituição nova, por reformar substancialmente àquela de 1967, ou uma “releitura” mais favorável à política dos militares, adaptando a lei às suas medidas arbitrárias? É praticamente pacífico entre a maioria dos especialistas que, o que foi promulgado em 1969, não foi uma nova Constituição, mas apenas uma reinterpretação daquela em vigor. Assim, quando do estabelecimento da atual Constituição, em 1988, o que foi revogado na verdade foi a Carta Magna de 1967, com sua ‘interpretação’ de 1969.

#### COPASA – COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

---

É uma sociedade de economia mista brasileira, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. É a responsável pela prestação de serviços de saneamento na maior parte do estado mineiro, que é o seu maior acionista. Desde julho de 2019, o engenheiro Carlos Eduardo Tavares de Castro é o diretor-presidente da COPASA-MG e também responde pela vice-presidência do Conselho de Administração da companhia. Foi criada a partir da Companhia Mineira de Água e Esgotos (COMAG), instaurada em 1963, como parte da primeira política de saneamento a entrar em vigor em Minas Gerais. Em Belo Horizonte, a responsável pelos serviços de saneamento era o Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DEMAE), o qual aderiu à COMAG em 1973. Pela Lei nº 6.475, de 14 de novembro de 1974, a COMAG passa por reestruturação e recebe a denominação de Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). (Disponível: Wikipédia, 2020).

A COPASA iniciou seus trabalhos em Maria da Fé a partir de

1975, segundo os registros encontrados no Livro de Atas, nº8, da Câmara Municipal, em reunião do dia 26/06/1975. Os vereadores, tendo em vista as dificuldades quanto à captação e tratamento da água no município resolveram conceder os serviços à Companhia, que foram regulamentados pela Lei nº443, de 20/06/1975: “concedendo o direito de implantar, ampliar, administrar e explorar industrialmente, direta ou indiretamente, com exclusividade, os serviços urbanos de tratamento da água, na sede do município, pelo prazo de 30 (trinta) anos, prorrogável por acordo entre as partes” (Art. 1º).

De acordo com a legislação foram concedidos os serviços de captação, adução, tratamento, preservação e distribuição de água no município, a partir daquela data.

#### GRUPO MARIENSE DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS COMO NASCEU O AA EM MARIA DA FÉ

*Onofre Gonçalves Prince (Onofrinho), advogado, filho de Onofre Prince de Souza, conviveu com as experiências degradantes da doença do alcoolismo por 17 anos. Por intermédio dos Alcoólicos Anônimos (AA) passou a dedicar sua vida em ajudar seus ex-companheiros de bebida a se livrar desse mal. Vivía andando pelas ruas e bares de Maria da Fé, altas horas da noite e a levar toda espécie de bêbados para sua casa, passando noites e noites martelando a mensagem dos AAs. Após um ano de ‘pregação no deserto’, conseguiu convencer o primeiro alcoólatra. Teve que renunciar ao seu trabalho e as próprias emoções, para cuidar dos doentes do álcool. Em reuniões periódicas obteve apoio da comunidade mariense, especialmente do Jornal Gazeta da Serra e do Grupo Jovem. Foi preciso lutar contra muitos preconceitos da opinião pública, pouco esclarecida à época, que via nessas reuniões ‘uma nova forma de religião, uma prática de feitiçarias ou algo sobrenatural, pois os casos de recuperação tinham sido tão rápidos e tão bruscos que ensejavam tais conclusões’. Após visitas do Prefeito Municipal (Zezinho Tótor), de grande parte dos vereadores e do esclarecido Padre Anchieta, ‘ganhou o AA a sua posição devida e definitivamente consolidada de um processo científico de entendimento da alma humana’. O sucesso do grupo fez com que várias famílias de alcoólatras de outras cidades viessem em busca de ajuda, para organizar um movimento semelhante. Em 1971, o Grupo de Maria da Fé foi citado em jornais como o “Correio da Manhã”, de São Paulo, e constou da Lista Internacional dos AAs, recebendo correspondência de vários países. Nesse mesmo ano, o Grupo mariense foi convidado para a primeira Convenção Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido, naquela oportunidade, enaltecido pelo pioneirismo em*

nossa cidade.

A Associação dos Alcoólatras Anônimos (AA) nasceu nos EUA em 1935. Em Maria da Fé existe desde 13 de novembro de 1969 e seus primeiros integrantes foram Luiz Sapateiro, Francisco Italiano, Joaquim Agostinho, Benedito Raminho, Mozart D. Mendes, José Henriquinho e José Vitor Gerônimo. Este, em 1985, contava com mais de 15 anos de sobriedade, quando se tornou um dos principais líderes e coordenador do Grupo. Em 30 de novembro de 1979, o AA de Maria da Fé recebeu o nome de 'Novo Oriente' e passou a seguir as normas internacionais. Nesta época, o objetivo do AA mariense era formar grupos de apoio às famílias dos alcoólatras que desejavam parar de beber e construir uma sede própria para o Grupo. (Jornal Correio da Serra, 16/02/1985, p.7)<sup>3</sup>. O Grupo, liderado por Haroldo Batista de Oliveira, mesmo após 40 anos de existência, até os dias de hoje, não conseguiu ter sua sede própria. (Jornal O Mariense, out/2008).

**Onofre Prince entre folões do carnaval, no final da década de 60. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim)**



**José Vitor Jerônimo, um dos melhores funcionários públicos da Prefeitura Municipal e líder da Associação dos Alcoólicos Anônimos (AA), plantando uma oliveira no Aniversário de Maria da Fé. Acervo do Grupo Maria da Fé Antiga, Facebook, 2012.**

<sup>3</sup> O Jornal Correio da Serra foi fundado em 1985, cujo diretor era Antônio Carlos Costa Fonseca; chefe de redação: Osvaldo Renó Campos; publicidade: Jorge Miguel Filho e Rosa Lucia Maciel; diretor gráfico: Jorival O. Homs; e, no Departamento de reportagens: Rockilder Ananias, Waldegmar Sarno e Rosália Lopes Gonçalves. Responsáveis pelas assinaturas: Alexandre de Almeida Brás e Fernando S. Mota.



“Fundado em 1975, o primeiro Grupo de Escoteiros de Maria da Fé, era, a princípio, um sonho de apenas dois adolescentes. Muitos escoteiros e lobinhos daquele tempo, hoje são profissionais realizados, pais de família e se transformaram em cidadãos íntegros e valiosos à comunidade. A iniciativa da criação do primeiro grupo escoteiro partiu de Nilton Gonçalves de Almeida, à época um adolescente muito dinâmico, que já gostava de fardas, e do Tony, filho do Kurt e da Hanne, um casal de alemães que chegou à Maria da Fé na década de 70 e revolucionou, cada um a seu modo, a nossa comunidade.

Nessa mesma época chegou à Maria da Fé um novo soldado para trabalhar no destacamento policial da cidade. Seu nome era Glilson, que logo se enturmou com a juventude, pois era muito educado e mostrou-se receptivo às novas ideias. Quando procurado para auxiliar o Grupo de Escoteiros, logo aderiu ao projeto de Nilton e Tony.

O Grupo chegou a ter 50 membros, que se aventuravam nas belezas naturais de Maria da Fé. Além dos fundadores do Grupo, alguns nomes são lembrados como Max, Marco, Catito, Chico, Rodolfo, Rovani, Rubinho, Sérgio, Célio e muitos outros. Dona Nazaré, do Moacir Almeida, chegou a confeccionar uniformes para a apresentação dos escoteiros na Festa de Agosto, após uma campanha para arrecadar fundos. Em 2008, sob o comando da Professora Marina do Amado, muitos outros elementos foram acrescentados.

Neste ano o Grupo recebeu o nome da vereadora, já falecida, Maria Areias Vilela (D. Mariquinha), em homenagem àquela que sempre prestigiou os objetivos do escotismo. Geninho, o redator, lembra os princípios do grupo: ‘que nos fala mais alto, a lealdade, e a firme convicção de que sempre é necessário estar alerta’.

(Baseado no texto do Jornal O Mariense, de Eugênio de Souza Cardoso, de setembro/2008, Sessão Memórias, p. 10)



**Desfile dos escoteiros, em 1975, na abertura da Festa de Agosto. “O primeiro é o Rodolfo Cardoso, o de branco sou eu (Geninho), o japonezinho é o irmão da Tizuca, o da bandeira é o Tony, filho do Kurt alemão. Foi a primeira turma de escoteiros de Maria da Fé. O fundador foi o Nilton Espeto (Nilton Gonçalves de Almeida) e o soldado Glilson”. Comentário de Eugênio de Souza Cardoso. Ao fundo, antiga fachada da Escola Estadual Nossa S. de Lourdes. Acervo do Grupo de Escoteiros.**

## CARNAVAL NO CLUBE MARIENSE



***Dinorá Corrêa, Yone Arruda Santos e sua irmã Mariza com o marido Lauro Carneiro. Carnaval no Clube Mariense de Maria da Fé. Acervo de Mari Léa Zaroni.***



Acervo G. Maria da Fé Arraia - Facebook - foto de FILOMENA FERREIRA  
Grupo os Pinguins data 22/01/1960 no Lions Club

***Conjunto musical 'Os Pinguins', formado por Luiz Carlos Monteiro (na bateria), Olivério Monteiro (nas maracas), Neco barbeiro, pai de Ditinho da farmácia (no violão), Roberto Vilela, filho de dona Mariquinha (no acordeon), José, irmão de Padre Juca (no piston) e Romualdo, o regente da banda. Alguns de seus membros faziam também serestas nas noites de lua cheia a pedido dos namorados. Acervo de Mari Léa Zaroni.***

Por ocasião da solenidade inaugural da Galeria de Ex-prefeitos do município de Maria da Fé, em 24 de junho de 1982, o ex-prefeito Hermelino Gatto fez um discurso com um retrospecto da evolução do município mariense desde sua emancipação política:

*“Maria da Fé agasalha uma comunidade ímpar, detentora de grandes virtudes, generosidade e hospitalidade constantes. Esta solenidade mostra o elevado espírito público dos representantes desta comunidade – os senhores vereadores à Câmara Municipal e o Senhor Prefeito do município – intérpretes da vontade soberana dos marienses, ao inaugurarem, neste edifício – sede do governo do município, a galeria de retratos de ex-prefeitos de Maria da Fé. Constitui uma iniciativa marcante, que não se resumirá naqueles retratos que a compõe agora, porque irá receber, daqui em diante, também, os do atual e dos futuros responsáveis pela condução dos interesses do município, pelo zelo de seu patrimônio material e cultural, pela tradição e pela firmeza de propósitos com que sempre agiram os condutores do município. Permitimo-nos oferecer-lhes, nesta oportunidade, um retrospecto do que foi a vida comunitária de Maria da Fé durante a década de trinta, dos seus acontecimentos mais significativos, período em que detivemos o encargo para nós muito honroso, de responder pelos destinos do município. Este objetivo decorre da intenção de revelarmos alguns fatos, às vezes históricos, publicados na época e não mencionados em relatórios oficiais, ou que se amortalharam em arquivos posteriormente incinerados. Não nos move, sem dúvida, qualquer propósito de ensoberbecimento. E lhes pedimos, senhoras e senhores, que nos perdoem pela extensão do depoimento.*

*As atividades econômicas de Maria da Fé, até 1930, se desenvolveram, em parte, sob iniciativas de Arlindo Zaroni, destacando-se:*

- Importação trienal, da Alemanha, em nome da Câmara Municipal, de sementes selecionadas de batata, com isenção de direitos aduaneiros, para a venda pelo custo aos lavradores locais, a fim de que se processassem a necessária substituição das sementes degeneradas;*
- Abertura da estrada de rodagem Maria da Fé – Itajubá – Pedrão, cuja obra orientou e custeou com um empréstimo de 120 contos de reis, obtidos com seu aval no Banco de Itajubá, pela Câmara Municipal, obra essa totalmente executada por Adeodato Monteiro de Barros, evitados, por economia, engenheiros e mestres de obras. Durante 30 anos, até a recente inauguração da Rodovia – Maria da Fé – Itajubá, essa estrada atendeu as atividades econômicas locais, e assim continuará pelo menos no atendimento à coletividade do Vale do São João;*
- Construção de cinco pontes de concreto nessa e noutras estradas municipais,*

pelo governo do Estado, em atenção a seus insistentes pedidos.

- Instalação, pelo Governo Federal, de Campo de Seleção de Sementes de Batata, cuja finalidade supomos esteja presentemente sendo atingida;

- Instalação de uma indústria de cerâmica, de grande porte, infelizmente já extinta;

- Industrialização de fumo em folha, compreendendo o fomento da cultura e a instalação de uma fábrica de cigarros e charutos, que cessou após o governo do Estado haver assumido o fomento desse tipo de fumo e instalado, em Belo horizonte, o grupo de técnicos que havia criado em Maria da Fé.

- As indústrias locais, afora as já citadas, compreendiam as de massa de frutas, farinha de milho, canjica, fubá e laticínios, para exportação, as quais ainda hoje perduram.

- Os transportes em geral, até a abertura da estrada Maria da Fé-Itajubá-Pedrao, estiveram inteiramente a cargo da Rede Sul Mineira.

Até 1930, o governo do município se constituía apenas pela Câmara Municipal e pelo seu Presidente, exercendo este, cumulativamente, as funções de Agente Executivo. Ocupava este cargo, quando sobreveio a Revolução de 1930, o nosso inesquecível Arlindo Zaroni. Não havia Prefeito. A receita municipal era em derredor de 30 contos de reis, anualmente. A área territorial de Maria da Fé, considerado como o menor município de Minas Gerais, era de 64 quilômetros quadrados, mais ou menos. Assim era o município quando aconteceu a Revolução de 1930. Terminada ela, o Governo Provisório instituiu para todos os municípios brasileiros o sistema de governo municipal por prefeitos, auxiliados por um Conselho Consultivo. A partir de dezembro desse ano iniciou-se, sob esse sistema, o novo governo do município de Maria da Fé, governo que, em 1936, por eleição indireta e direta, passou a constituir-se pelo Prefeito, nas funções executivas e, pela Câmara Municipal, nas funções deliberativas.

Em 1937, porém, com a outorga de nova Constituição Federal, esse sistema se interrompeu, voltando o governo municipal a constituir-se apenas por Prefeito nomeado pelo Governador do Estado, assim permanecendo até 1946. Finalmente, a partir de 1947, passou o governo municipal a constituir-se pelo Prefeito e a Câmara Municipal, eleitos pelo voto direto, sistema esse vigorante até os nossos dias. Indicados por Arlindo Zaroni, imediatamente após o término da Revolução, para exercermos o cargo de Prefeito, fomos nomeados por Decreto, de 10 de dezembro de 1930, pelo Presidente do Estado, Dr. Olegário Maciel. Tomamos posse em fins do mesmo mês e ano, passando assim a responsáveis pela administração do município, com a corresponsabilidade do Conselho Consultivo criado para substituir a Câmara. Seus membros haviam sido nomeados pelo governo estadual. Tivemos desse Conselho, composto por cidadãos prestantes, de elevado conceito comunitário, preciosa ajuda e colaboração no desempenho de nossas funções executivas. Permitimo-nos destacar o ex-Prefeito Domingos Tótor e o Sr. Antônio Krepp e, entre os falecidos os Srs. Manoel Corrêa Cardoso, Silvestre de Azevedo, Junqueira Ferraz, Lucas

*Evangelista Guedes e José de Campos Sales.*

*Em 1936 continuamos no cargo, por havermos sido eleitos pela Câmara Municipal, com a qual passamos a dividir nossa responsabilidade. Em 1937, a Câmara Municipal foi dissolvida, mas continuamos no exercício do cargo por força de disposição constitucional, aguardando substituto. Em junho de 1938 fomos confirmados no cargo por decisão do governo de Benedito Valadares, nele permanecendo até 31 de janeiro de 1939. Quase toda a década de trinta havia transcorrido.*

*As condições econômicas do município, ao assumirmos a Prefeitura em dezembro de 1930, não eram satisfatórias. Quase que dependente da produção agropecuária, com produção agrícola em decadência por diminuição da produtividade das terras e falta de sementes selecionadas, circunstâncias que, naturalmente, se refletia nas atividades comerciais e industriais. A crise do café, em 1929, e os recentes acontecimentos políticos que culminaram com a Revolução, contribuam de certo modo para as dificuldades. A Receita Anual da Prefeitura era mínima, mal atendia às despesas com seu expediente e com os serviços essenciais de conservação de vias urbanas e logradouros públicos, coleta de lixo, abastecimento de água, iluminação pública, veículos, semoventes, conservação de estradas e manutenção da instrução pública primária nas escolas municipais. Era premente a necessidade de combate às moléstias e pragas que atingiam a lavoura e a fruticultura, assim como tornava-se necessária a importação de novas sementes e a recuperação das terras agricultáveis. Em pouco tempo, alguns fazendeiros começaram a emigrar para o norte do Paraná, então no auge da produção de café. As propriedades rurais começavam a desvalorizar-se e o Campo de Sementes não havia conseguido produzir sementes de batata. Nossa conclusão, analisadas as circunstâncias foi, desde o início, a de prioritariamente deveríamos dedicar todo o nosso empenho em revigorar as atividades rurais, de modo a possibilitar a fixação do homem à terra e obter boa rentabilidade, maior exportação e entrada de substanciosos recursos no município. O modo, os meios e a política a serem desenvolvidos, constituiriam um plano especial. Os serviços urbanos permaneceriam estáticos, até que o município atingisse novo desenvolvimento econômico, mantidos naturalmente os que, de acordo com os poucos recursos existentes, deveriam atender as necessidades prementes que sobreviessem.*

*Importamos sementes novas da Holanda, vendidas pelo custo aos plantadores de batatas por intermédio do Governo do Estado. Conseguimos periódicas visitas de agrônomos e fitopatologistas do Ministério da Agricultura para, em reuniões domingueiras, realizadas no Grupo Escolar, orientarem nossos agricultores sobre imunização de sementes, sistemas de cultivo e combate de moléstias, pragas e insetos nocivos. Obtivemos, certa vez, deste ministério, um vagão de sulfato de cobre e enxofre, para distribuição gratuita aos produtores de marmelo, no combate à quequeima. Recebemos pronta colaboração do Dr. Roberto Lerch, diretor do Campo de Sementes. Por seu intermédio, obtive-*

mos, de firma alemã, os primeiros fornecimentos de adubos químicos, cuja firma, posteriormente instalou, sob nossa responsabilidade pessoal, um depósito na cidade. Mantivemos permanente propaganda pelo jornal “O Município” e por meio de alto falante aos domingos e nas reuniões periódicas, anunciando o fornecimento de sementes novas, exames de terras feitos gratuitamente na Prefeitura, sistemas de combate às doenças e pragas, irrigação e pulverização das plantações, fornecimento de pulverizadores importados e o uso quanto possível de arados e sulcadores. Oferecíamos e promovíamos vacinação gratuita contra aftosa e contra manqueira, com material obtido gratuitamente do Ministério da Agricultura. Estabelecemos o serviço de conservação permanente das duas principais estradas de rodagem.

Buscamos desenvolver o ensino primário na área rural, nas escolas dos bairros São João e Posses. Ampliamos o ensino na primeira e criamos uma escola na Mata do Isidoro, sempre visando melhores condições de vida na área rural. Demos a mais completa cobertura às necessidades do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, situado na cidade. Criamos o serviço de assistência médico-escolar, sob a direção e responsabilidade do Dr. Antônio R. Stolle. O atendimento iniciou-se com os alunos do Grupo Escolar, posteriormente estendido às escolas rurais. Todos os alunos eram submetidos ao exame médico e vacinados gratuitamente. No Grupo Escolar a alimentação dos alunos carentes era fornecida gratuitamente pela sopa escolar.

Mantivemos uma luta constante, cheia de dificuldades, dada a escassez de recursos, mas obtivemos a compreensão e constante ajuda da população e de seus elementos mais representativos. Mais tarde buscamos a colonização japonesa. Entramos em contato com o Sr. Antônio Hakikawa. Tinha ele apenas 500 mil réis, mulher e dois filhos. Para começar, necessitava de uma área de terras, a título gratuito, durante dois anos. Foi atendido. O projeto inicial foi a produção de legumes e verduras para as chamadas “estações das águas”, a fim de abastecer hotéis de turismo. Hakikawa realizou o objetivo, produzindo e fornecendo grandes quantidades transportadas pela Rede Sul Mineira. Sistema de produzir em terreno que nós julgávamos inadequado, passou a ser notado pelos nossos agricultores. E vieram depois outros japoneses, cujas atividades fomentavam nossa economia agrária, direta e indiretamente.

Em 1938, já entravam em Maria da Fé mais 25 toneladas de adubos químicos. Em 1936, porém, sofremos um grande revés na nossa luta, quando faleceu Arlindo Zaroni. Fomos tomados de grande abalo. Sentimos mais profunda, daí em diante, a nossa responsabilidade. Mas escudados nos seus ensinamentos e exemplos, conseguimos honrar seu nome e caminhar sem maiores tropeços para vencer os óbices que se nos antepuseram.

O Governo Federal, em 1931, se não nos falha a memória, decidiu extinguir o Campo de Sementes e doar os imóveis, as edificações, instalações, equipamentos, gado, etc. à Prefeitura. Concordamos. Imediatamente fomos a Belo Horizonte pleitear com o Governo do Estado para que ficasse com a doação,

com o compromisso de em troca continuar a dar desenvolvimento às atividades do campo, de vez que a Prefeitura não interessava trazer o estabelecimento para o seu patrimônio, embora sem ônus, mas cessar essas atividades, dada a exiguidade de sua receita orçamentária. Por decreto do Presidente Getúlio Vargas o estabelecimento foi, embora a título precário, doado ao Estado de Minas Gerais, que o recebeu e passou a mantê-lo ininterruptamente até hoje. No ano de 1938 dedicamo-nos à tarefa de expandir nossa área territorial, aproveitando a reforma administrativa promovida pelo governo do Estado, a fim de que Maria da Fé deixasse de ser o menor município de Minas Gerais. Elaboramos, com cuidado, toda a documentação exigida pela Comissão de Revisão Administrativa organizada pelo governo, à qual juntamos memorial sustentando a necessidade de o território do município ser aumentado em 200% mais ou menos. Enfrentamos dificuldades, às vezes insuperáveis, com os nossos vizinhos, a começar pelo de Itajubá. Era natural. As linhas que havíamos pleiteado e aceitas pela Comissão desciam pelo Rio Lourenço Velho até a ponte de ferro da Rede Sul Mineira. Tivemos que acatar apelos do Presidente Wenceslau Braz para alterar essa linha. Deixaria ela, a certo ponto, o rio Lourenço Velho para abranger uma área importante e, em seguida, voltar ao mesmo rio até a ponte de ferro. Constituiu-se em consequência, uma verdadeira cunha no território de Maria da Fé. E assim ficou. Conseguimos convencer a Comissão de que as divisas nossas atingissem o município de Silvestre Ferraz (hoje Carmo de Minas), passando para Maria da Fé, integralmente a área do atual Distrito de Pintos Negreiros. Não só obtivemos a aquiescência da Comissão, como esta, por iniciativa própria estendeu nossa linha divisória até o município de Virgínia, subindo pelo Rio São Francisco ali existente. Mas o prefeito de Silvestre Ferraz não concordou. À vista da contestação daquele município, o presidente da Comissão encontrou uma fórmula compensatória: nos deu poderes para e nos autorizou a, em seu nome, oferecer em troca da aquiescência, passar para a comarca de Silvestre Ferraz, o município de Soledade de Minas que ia ser criado. Muito nos ajudou na tarefa o juiz da Comarca de Silvestre Ferraz. Obtivemos então a aquiescência do Prefeito, mas tivemos de desistir da área que a comissão havia incluído até as divisas de Virgínia, a pedido da própria Comissão. Com o município de Cristina não se verificaram alterações. Finalmente com o município de Pedra Branca (atual Pedralva) acertaram-se todas as divisas existentes nas proximidades do Pico da Bandeira, ganhando Maria da Fé, no local, pequenas áreas em troca de divisas até então pelos divisores de água, descerem para a linha férrea, a partir da estação de Pedrão até a ponte de ferro da Rede Sul Mineira, sobre o Rio Lourenço Velho. As condições econômicas locais haviam mudado. Os valores das propriedades aumentados. O êxodo cessara. O comércio adquirira novo alento e as indústrias se achavam estabilizadas. A receita municipal duplicara, sem que se promovessem aumentos nos tributos. O plano de desenvolvimento começara a atingir sua finalidade.

Atualmente o município é grande produtor de semente de batatas para exportação. De importador que era passou a exportador. O cultivo de outros produtos veio reforçar a base de nossa economia agrária, dentre eles a cenoura e o tomate, que assumiram preponderância com a valiosa cooperação dos japoneses. Recentemente tivemos conhecimento, através de alunos, que Maria da Fé é citada na Escola de Agronomia de Lavras, como possuidora de excepcionais técnicas no cultivo do seu solo.

Desejamos afirmar, nesta oportunidade, que acompanhamos no seu dia o progresso deste município, que bem cedo aprendemos a estimar. Contingências do destino nos levaram a prestar nossos conhecimentos técnicos a outras esferas de governo, mas nem por isso desgastaram-se os sentimentos que nos prendiam a esse generoso e acolhedor povo mariense que, por benevolência de seus representantes, em 1970, nos fez cidadão honorário de Maria da Fé – motivo de grande orgulho para nós.

Devemos reconhecer, como sempre o fizemos, que aqui adquirimos as bases de nossa carreira pública, que nos possibilitaram, após aprimoramento intensivo na capital do Estado, cooperar tecnicamente no aperfeiçoamento administrativo de inúmeras prefeituras de Minas e do Brasil.

Através da imprensa falada e escrita e de permanente relacionamento com os amigos que aqui possuímos, tivemos sempre conhecimento do constante desenvolvimento de Maria da Fé, da construção e inauguração do seu CEASA e da inauguração festiva da excelente rodovia, de primeira classe, que liga a cidade a Itajubá, ambos resultantes do trabalho persistente dos responsáveis pelo município e do profundo conhecimento dos problemas e das necessidades da região, que sempre demonstrou possuir o iminente mineiro Aureliano Chaves, de quem jamais faltou apoio às iniciativas de alcance social e econômico.

Felicitemos os marienses por mais essas duas conquistas valiosas e renovamos aqui nosso reconhecimento aos senhores vereadores da Câmara Municipal e ao senhor Prefeito Flabino de Carvalho. Muito Obrigado!

(Pronunciamento feito em 24/06/1982, na sede da Câmara Municipal, conforme consta no Livro de Atas nº 09, da pág. 162 a 168).

## MARIA DE LOURDES ABREU DE OLIVEIRA

---

Embora poucas pessoas conheçam, a Doutora em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, é autora de romances e contos pelos quais foi agraciada com importantes prêmios: Prêmio Petrobras Nacional de Literatura, Prêmio Cidade de Belo Horizonte, Prêmio Gabriela Mistral, entre outros.



“Professora aposentada da UFJF, atua, no momento, no magistério superior, como Professora Titular do Programa de Mestrado em Letras do CES/JF. Além de trabalhos acadêmicos, incluem-se em seu “currículum vitae” romances, contos, novelas, por muitos dos quais recebeu premiações de nível nacional”.

Outras informações no Currículo Lattes. Disponível: [www.lattes.com.br](http://www.lattes.com.br)(26/06/2020)

## MORTE DE D. ANTÔNIA

O Jornal Gazeta da Serra, de 02/04/1971, trouxe uma nota lamentando a morte de Dona Antônia, esposa do Sr. Flávio Miranda, avô do Ditinho do Neco, ex-vereador, escrita pelo repórter de pseudônimo “Curiango”, cujo trecho relembramos abaixo:

“Foi uma pena a morte ter levado quem tinha tanto gosto pela vida. D. Antônia gostava de viver. Enfeitava a vida e deixava que a vida a enfeitasse. Sempre bem vestida, sempre alegre, sorridente, nunca lhe faltava uma palavra de estímulo, de conforto, de amizade, a quem quer que fosse que dela se aproximasse. Mãe zelosa e preocupada com o bem estar dos filhos, avó amorosa, esposa dedicada, foi o centro de uma família que hoje honra seu nome e sua memória”.

O mesmo jornal, noticiava a morte de Ditinho Corrêa (jogador) aos 30 anos.

**GRANDE FESTA**  
— EM —  
**MARIA DA FÉ**

No dia 31 do corrente mês de maio serão realizadas várias festividades comemorativas, pela passagem do 52.º aniversário do município mariense, quando serão prestadas homenagens às autoridades presentes.

**PROGRAMA:**

Às 7,30 horas: Missa em Ação de Graça, oficiada pelo Revmo. Padre Joaquim Carneiro Filho, mui digno Vigário da Paróquia.

Em seguida, às 9 horas, será realizado um grandioso desfile escolar e esportivo, que será organizado pela D. Cristina de Sousa Gomes, Diretora, e Sras. Professoras do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, enquanto que no outro setor esportivo, os Srs. Job Batista de Almeida, Walter Mussuline Sarno e Geraldo Cunha, O Sr. José Rodrigues Filho organizará a parte ciclística.

Em frente à Prefeitura haverá o ato de hasteamento da Bandeira, no som do Hino Nacional.

Às 11 horas: Leilão de gado, em prol da construção da «Gruta Nossa Senhora de Lourdes», em Maria da Fé. Organização dos Srs. Ernani de Souza Cardoso, José Gonçalves da Costa e João Corrêa de Carvalho.

Sensacional Ginkana Automobilística, às 13 horas, organizada pelos Srs. Waidomiro Souza Cardoso, Mauro Krepp e Otacilio Cândido Vicentini, contando também com a colaboração indispensável dos senhores residentes ou estabelecidos nos lugares onde houver obstáculos. Os prêmios aos vencedores serão oferecidos pela Irmãs Concreto Mariense Ltda. e Casa Corrêa.

Às 15,30 horas: Um grande jogo de futebol, intermunicipal, organizado pela Diretoria do E. C. Maria da Fé, cujo presidente é o Sr. Adriano Faria.

Homenagem à Dra. **BRANCA MARGARIDA RENÓ** às 21 h, no Clube Maria da Fé, pela sua Diretoria.

Das 19 às 21 horas haverá uma retreta em homenagem aos visitantes, colaboração das Bandas de Música Feminina Santa Cecília e Corporação Musical Nossa Senhora de Lourdes, que também deverão abrilhantar, tais os atos acima programados, sob a direção da maestrina Srta. Maria Aparecida Cos, Silva e do maestro Luiz Carlos Monteiro.

**CONVITE ESPECIAL:** Os poderes Legislativo e Executivo Municipais convidam, para assistir aos festejos, a Dra. Branca Margarida Renó, M.M.ª Juíza de Direito da Comarca.

O acontecimento festivo, que marca mais um aniversário da instalação do município mariense, foi iniciativa e organização geral da “Sociedade dos Amigos de Maria da Fé”.

**Programa da Festa Comemorativa dos 52 anos de Maria da Fé, EM 1964. Acervo de Filomena Ferreira.**

Esperamos que esta leitura sobre a história do Legislativo Mariense tenha lhe proporcionado uma bela viagem ao tempo e que, nela, você tenha encontrado motivação para buscar mais informações sobre o nosso Município.

Você deve ter percebido que o acervo do Memorial da Câmara é rico em histórias nunca antes narradas e que este terceiro tomo é suficiente para concluir que ainda há muito a ser estudado e aprofundado.

Reconhecemos a importância deste acervo para o desenvolvimento da história local; afinal, seus registros traçam a trajetória sociopolítica do município, desde sua fundação até a configuração atual da cidade, constituindo-se, assim, como fator que reforça o sentimento de pertencimento mariense.

Oportunizar a informação histórica do Poder Legislativo mariense a estudantes, pesquisadores e público em geral é uma preocupação desta Legislatura. O Memorial foi criado com o objetivo de reunir, gerenciar, divulgar e preservar fatos da trajetória do Legislativo Mariense, garantindo a divulgação de seus registros por meio de ações junto à comunidade, que evidenciem sua importância no contexto histórico do município.

Portanto, cumprir a Resolução, garantir a preservação, a conservação e o acesso à memória política do município e de seus homens públicos à sociedade é um dever da Câmara.

Sendo assim, uma série de tomos desta coletânea já estão traçados para os próximos anos, considerando que o volume de informações e os documentos produzidos cotidianamente pela Câmara permitem vários enfoques e interpretações, tornando as possibilidades de pesquisa inesgotáveis.

A continuidade dos trabalhos de produção de conhecimento histórico por meio de publicações como esta e a manutenção do Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé são, portanto, a melhor e mais adequada forma de preservar as fontes que fazem parte dessa história em construção permanente.

Que cada cidadão mariense, no exercício de sua cidadania, possa refletir sobre a importância do Legislativo e contribuir com a cidade para um futuro ainda mais promissor.

Vereadores 2021/2024

